

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“Júlio de Mesquita Filho”  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas Câmpus de Rio  
Claro

LUIS ALBERTO LUNA GÓMEZ

O ESTADO NACIONAL DE COMPETÊNCIA: EXPROPRIAÇÃO E CONCENTRAÇÃO  
- A REFINARIA BICENTENARIO DE ATITALAQUIA-TULA, HIDALGO, MÉXICO

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em **Geografia**.

Orientador: Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

Rio Claro – SP

**2017**

910      Gómez, Luis Alberto Luna  
G633e      O estado nacional de competência : expropriação e  
concentração : a Refinaria Bicentenário de Atitalaquia-Tula,  
Hidalgo, México / Luis Alberto Luna Gómez. - Rio Claro,  
2017  
236 f. : il., figs., gráfs., tabs., fots.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Orientador: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

1. Geografia. 2. Expropriação. 3. Política de  
posicionamento. I. Título.

**Luis Alberto Luna Gómez**

**O ESTADO NACIONAL DE COMPETÊNCIA: EXPROPRIAÇÃO E  
CONCENTRAÇÃO  
A REFINARIA BICENTENARIO DE ATITALAQUIA-TULA,  
HIDALGO, MÉXICO**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em **Geografia**.

Comissão Examinadora

Profª. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

---

Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

---

Dr. Amilson Barbosa Henriques

---

Profª. Dra. Amalia Inés Geraiges de Lemos

---

Rio Claro, SP 30 de Janeiro\_de 2017.

## DEDICATÓRIA

Dedicada a mi mamá Carmen. A mi familia: Gaby, Gerardo, Jorge, Shelldon, Hugo, Juan, todos ellos orgullosamente  
Luna Gómez.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Bernadete Castro por apoio e a vontade de guiar esta pesquisa. Ela é muito boa professora.

Agradeço a meus professores: Dr. Paulo Godoy, Dra. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, Dra. Cenira Maria Lupinacci da Cunha e Dra. Andréa Medinilha Pancher.

Agradeço a Asociación Universitaria Iberoamericana de Postgrado (AUIP) dando apoio através de bolsas de estudo.

Agradeço a meus companheiros das aulas: Jaime, Sabil, Abbul, Rafael.

Agradeço na companhia dos meus amigos dançantes latino-americanos: Federico, Irene, Paola, Fredy, Yadira, Diego, José, Mateus, Blanca, Ruben, Lluís, Marcela, Rafael, Amilcar, José, Alex.

Agradeço a na República Manguetown: Gabriel, Messi, Renan, José.

## EPÍGRAFE

### EL PRINCIPIO

El principio fue inestable, insoportable, inexplicable  
busqué signos de ti, tu huella, tu aroma, los rastros.  
Abrí un libro, tomé varias hojas, hice algunos cálculos,  
regresé por varias horas en todos los documentos,  
no supe dónde te quedaste o si te olvidé, pero te perdí.

Tomé el auricular y llamé a todos los números que pude,  
supuse que la torpeza de mis dedos había vencido,  
que olvidaste en algún instante mi existencia,  
porque el instante de iluminación me propuso un giro.  
Pensar que tú también me buscabas y decidí dejar rastros.

Elegí un cabello y lo solté al viento del norte,  
me corte una uña y la solté en las arterias de lluvia,  
tome una menta y la mastique en cantos épicos.

Oré, subí a la montaña para hablar con Dios sobre ti,  
caminé de forma circular por el desierto hacia tu leche y miel.

Temí una búsqueda perdida, pero la ruta del ánimo  
me llevó al sí-mismo, que ahora comprende tu ausencia,  
precisamente cuando está más de cerca la muerte.  
(Luis A. Luna)

## RESUMO

Esta pesquisa enfoca as transformações na região de Hidalgo, México, causadas pelo projeto da refinaria Bicentenario concebido em 2008, na região de Atitalaquia e Tula. As transformações espaciais foram derivadas de um projeto governamental, cuja especulação baseada na indústria e serviços sobre a desvalorização da terra, a fim de ganhar o máximo de lucro expropriando os camponeses. Nessa ação de diferentes atores sociais estão relacionados os agricultores da região, Petróleos Mexicanos (Pemex), o Sindicato dos Trabalhadores do Petróleo da República Mexicana (STPRM), a União Nacional dos Trabalhadores e Empregados Felipe Carrillo Puerto, o Governo Federal, também os governos estadual e municipal, e a ICA, a empresa imobiliária que ganhou licitação para fazer o projeto. Esses gestores realizaram seus propósitos em fases posteriores de acumulação que se enquadram, espacial e temporalmente no Estado Nacional de Competência (ENC). Essa política promoveu a sazonalidade do capital financeiro dentro de suas fronteiras, com base na política de posicionamento. Por esta razão, o quadro teórico e metodológico para esta pesquisa foi fornecido pela geografia crítica, observando a acumulação baseado no confronto das relações sociais e interesses do modo de produção capitalista neoliberal. O mapeamento do espaço e dados econômicos, sociais e ambientais, tais como valores de uso da terra, foram consultados os dados do Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática (Inegi) e do Conselho Nacional de População (Conapo), fontes de dados prioritários, com destaque para o Marco Geoestadístico Municipal de 2010: Recenseamento da População e Habitação (2010), Censo Econômico e do Censo Agropecuário. É importante definir alguns conceitos que serão essenciais para a análise: por "Estado Nacional de Competência", se entende a formação histórica das relações estabelecidas em diferentes escalas dentro do México, que estão sendo divididas em dois pontos – políticas públicas e planos econômicos que tornam vulneráveis a produção camponesa e institui a flexibilização das relações de trabalho. Isso favoreceu economicamente grupos econômicos através de processos desregulamentação e da oferta de baixos valores do solo mexicano, causando distorções regionais profundas. E também a política de posicionamento, estratégia preparada pelo Estado Nacional de Competência para atrair capital financeiro nacional e internacional para que possa investir nos setores produtivos, sendo não só promotor, mas também receptor dos lucros advindos desses investimentos.

**Palavras-chave:** expropriação; refinaria Bicentenario; política de posicionamento; Estado Nacional de Competência; México.

## **ABSTRACT**

This research focuses on the transformations in the region of Hidalgo, Mexico, caused by the Bicentenario refinery project conceived in 2008 in the region of Atitalaquia and Tula. The spatial transformations were derived from a government project whose speculation based on industry and services on land devaluation in order to earn maximum profit by expropriating peasants. In this action of different social actors are related the farmers of the region, Petróleos Mexicanos (Pemex), the Union of Workers of the Oil of the Mexican Republic (STPRM), the National Union of Workers and Employees Felipe Carrillo Puerto, the Federal Government, State and municipal, and ICA, the real estate company that won a bid to do the project. These managers carried out their purposes in later stages of accumulation that fit, spatially and temporally into the National Competence State (ENC). This policy promoted the seasonality of financial capital within its borders, based on the positioning policy. For this reason, the theoretical and methodological framework for this research was provided by critical geography, observing the accumulation based on the confrontation of social relations and interests of the neoliberal capitalist mode of production. The mapping of space and economic, social and environmental data, such as land use values, were consulted data from the National Institute of Statistics, Geography and Informatics (Inegi) and the National Population Council (Conapo), priority data sources. Highlighting the 2010 Municipal Geostatistical Framework: Census of Population and Housing (2010), Economic Census and Agricultural Census. It is important to define some categories for the understanding of this research and that will be essential for analysis. By "National Competition State" means the historical formation of relationships established at different scales within Mexico , which are being divided into two points - public policies and economic plans that make peasant production vulnerable and establish flexible labor relations. This economically favored economic groups through deregulation processes and the supply of low Mexican soil values, causing deep regional contradictions. And also the positioning policy, a strategy prepared by the National State of Competence to attract national and international financial capital so that it can invest in the productive sectors, being not only a promoter but also a receiver of the profits from these investments.

**Keywords:** expropriation; Bicentenario refinery; positioning policy; National State of Competence; Mexico.



## LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1. Hidalgo, México .....</i>	<i>18</i>
<i>Figura 2. Região do Guanajuato.....</i>	<i>19</i>
<i>Figura 3. Localização das áreas em disputa pelo projeto da refinaria.....</i>	<i>22</i>
<i>Figura 4. Atitalaquia-Tula, Hidalgo, México .....</i>	<i>28</i>
<i>Figura 6. Atitalaquia. Rede de intensidade de população emigrante a os estados e EUA, 2010 .....</i>	<i>54</i>
<i>Figura 7. Tula. Rede de intensidade de população emigrante a os estados e EUA, 2010.....</i>	<i>55</i>
<i>Figura 10. Refinaria Miguel Hidalgo e representação.....</i>	<i>69</i>
<i>Figura 11. México, a taxa de migração de 2010 e número de maquiladoras de 2007.....</i>	<i>142</i>

## LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1. Investimento da refinaria Bicentenario.....</i>	<i>41</i>
<i>Tabela 2. Atitalaquia-Tula: população emigrante a os estados e EUA, 2010.....</i>	<i>56</i>
<i>Tabela 3. Escalas de intervenção do projeto da refinaria Bicentenario.....</i>	<i>59</i>
<i>Tabela 4. Atitalaquia: volume de produção agrícola. Toneladas, 1994-2011 .....</i>	<i>88</i>
<i>Tabela 5. Atitalaquia: Subsídios ao campo, 1994-2011 .....</i>	<i>88</i>
<i>Tabela 6. Tula: volume de produção agrícola. Toneladas, 1994-2011 .....</i>	<i>89</i>
<i>Tabela 7. Tula: subsídios ao campo, 1994-2011 .....</i>	<i>90</i>
<i>Tabela 8. Região: uso da terra e de produção de 2007 .....</i>	<i>92</i>
<i>Tabela 9. A participação privada no setor de hidrocarbonetos.....</i>	<i>107</i>
<i>Tabela 10. Atores por escala espacial.....</i>	<i>116</i>
<i>Tabela 11. Padrões de desenvolvimento .....</i>	<i>127</i>
<i>Tabela 12. O padrão secundário exportador e suas variantes .....</i>	<i>129</i>
<i>Tabela 13. A migração internacional, índice de ruralidade e quantidade de maquiladoras</i>	<i>141</i>
<i>Tabela 14. Tipos de produtores mexicanos .....</i>	<i>144</i>
<i>Tabela 15. População Economicamente Ativa nas áreas rurais de México, 1990-2030.....</i>	<i>145</i>
<i>Tabela 16. Centrais eléctricas com investimento estrangeiro na operação e na construção</i>	<i>145</i>

## LISTA DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1. Porcentagem de empregados na indústria - 1999-2014</i> .....	30
<i>Gráfico 2. Porcentagem de remuneração na indústria (1999- 2014)</i> .....	31
<i>Gráfico 3. Porcentagem de unidades econômicas industriais. (1999-2014)</i> .....	32
<i>Gráfico 4. Homicídios na lei comum</i> .....	35
<i>Gráfico 5. Crimes de roubo de direito comum</i> .....	36
<i>Gráfico 6. Milho área colhida, 1994-2011</i> .....	51
<i>Gráfico 7. Área de alfafa colhida, 1994-2011</i> .....	52
<i>Gráfico 8. Atitalaquia: valor da produção de carne no canal, 1994-2011. Miles de pesos</i> ....	89
<i>Gráfico 10. México, porcentagem do consumo no turismo receptivo sobre a exportação de bens e serviços</i> .....	147

## LISTA DE FOTOS

<i>Foto 1. Reconfiguração da habitação em Atitalaquia: 1) Após o projeto - 2) Antes do projeto.....</i>	<i>33</i>
<i>Foto 2. Terra. Vestígios históricos .....</i>	<i>34</i>
<i>Foto 3. Investimentos em novos imóveis e serviços.....</i>	<i>36</i>
<i>Foto 4. Parque industrial .....</i>	<i>48</i>
<i>Foto 5. Parque industrial. Diretório de Unidades Econômicas (DENUE) .....</i>	<i>49</i>
<i>Foto 6. A indústria em Atitalaquia .....</i>	<i>50</i>
<i>Foto 7. Modificações nas moradas .....</i>	<i>64</i>
<i>Foto 8. Mudanças ocorridas na área do projeto da refinaria .....</i>	<i>64</i>
<i>Foto 9. Trocas em no território.....</i>	<i>64</i>
<i>Foto 10. Um dos trajetos percorridos .....</i>	<i>65</i>
<i>Foto 11. Auto-construção III.....</i>	<i>66</i>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Barris diários	BD
Comissão Federal de Eletricidade	CFE
Comissão Nacional da Água	CNA
Engineering Loading Front	FEL
Estado Nacional de Competência	ENC
Instituto Nacional de Antropologia e História	INAH
Milhões de barris diários	MBD
Partido da Revolução Democrática	PRD
Partido de Ação Nacional	PAN
Partido Revolucionário Institucional	PRI
Petróleos Mexicanos	PEMEX
Secretaria de Fazenda e Crédito Público	SHCP
Sindicato dos Trabalhadores de Petróleo	STPRM

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
MÉTODO .....	23
CAPÍTULO 1 - Caracterização da área de estudo.....	28
CAPITULO 2 - Os grupos sociais na região .....	45
2.1 Desenvolvimento no espaço dos grupos industriais .....	46
2.2 Grupos rurais precarizados: camponeses, trabalhadores e emigrantes .....	51
2.3 Subsunção e cumplicidade dos grupos sociais.....	60
CAPÍTULO 3 - Formação histórica de uma região para a refinação .....	72
3.1 Constituição da heterogeneidade regional .....	86
CAPÍTULO 4 - O Diabo Negro: as determinações de reformar a propriedade de energia.....	95
4.1 As mudanças constitucionais .....	100
4.2 A PEMEX e a reforma de 2008 .....	108
4.3 O Estado Nacional de Competência: petróleo e privatização.....	114
4.4 A reforma energética e poder de cooptação.....	117
CAPÍTULO 5 - O Estado Nacional de Competência e a política de posicionamento: espoliação e concentração .....	126
5.1 Reformas para a concentração e resistências .....	132
5.2 Desvalorização para acumulação .....	147
CONCLUSÕES .....	152
REFERÊNCIAS .....	155
ANEXOS .....	164
A.1 - Resposta ao pedido de informações.....	165
A.2 - Artigos publicados em revistas indexadas .....	168
A.3 - Reforma para os artigos 25, 27 e 28 da Constituição Mexicana, o ano de 2013.....	174
A.4 - Acompanhamento de jornais .....	182
A.5 - Notas sobre a refinaria Bicentenario em jornais.....	203

## A terra camponesa



Foto: Gómes, 2016.

## O desenvolvimento prometido



Foto: Gómes, 2015.



## INTRODUÇÃO

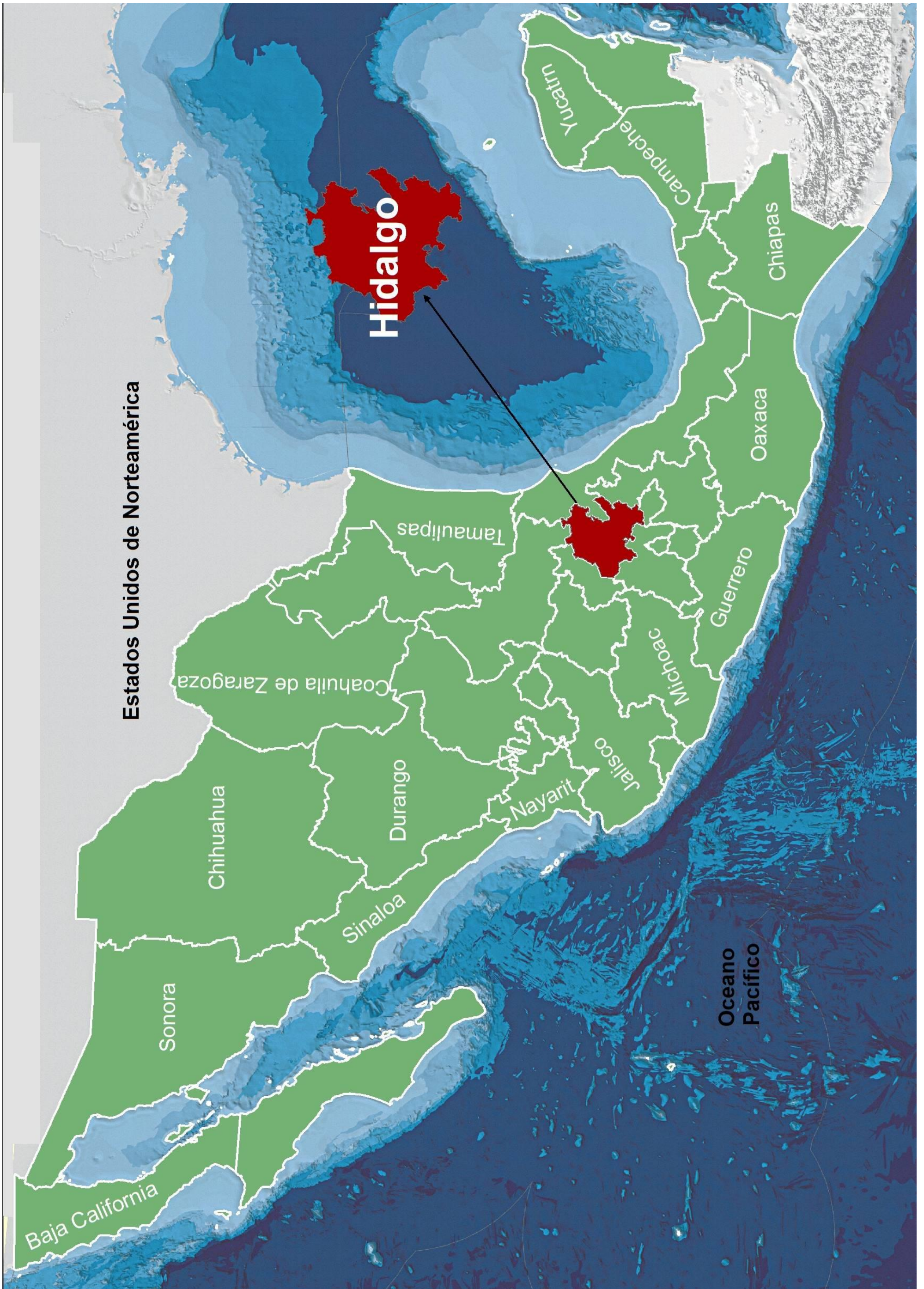
A refinaria Bicentenario foi um projeto anunciado no México em 2008, pelo presidente Felipe Calderón, quando da comemoração dos 70 anos de exploração petrolífera. Suportada pelo Estado Nacional de Competência (ENC), essa proposta permitiu a valorização do capital financeiro para investimentos em capital produtivo com base na política de posicionamento.

As condições de instalação do projeto da refinaria Bicentenario levaram a uma questão de conflito territorial, estando competindo, particularmente, os governos estaduais de Guanajuato e Hidalgo, sendo vencedor o segundo. A partir da vitória alcançada pelo Estado de Hidalgo, muitas propostas foram feitas para o povo da Atitalaquia-Tula, Hidalgo, região para onde foi designada a construção da refinaria (FIGURA 1). Guanajuato também permaneceu com problemas enfrentados pelo projeto da refinaria, atingindo fundamentalmente os ejidatários. O governador que aceitou o projeto investiu em uma área de 933 hectares (RAMÍREZ, 2009). Em uma entrevista, um camponês de Guanajuato disse: “fui enganado pelas autoridades estaduais e corretores de imóveis” (Camponês de Villagrán, 03/2015).

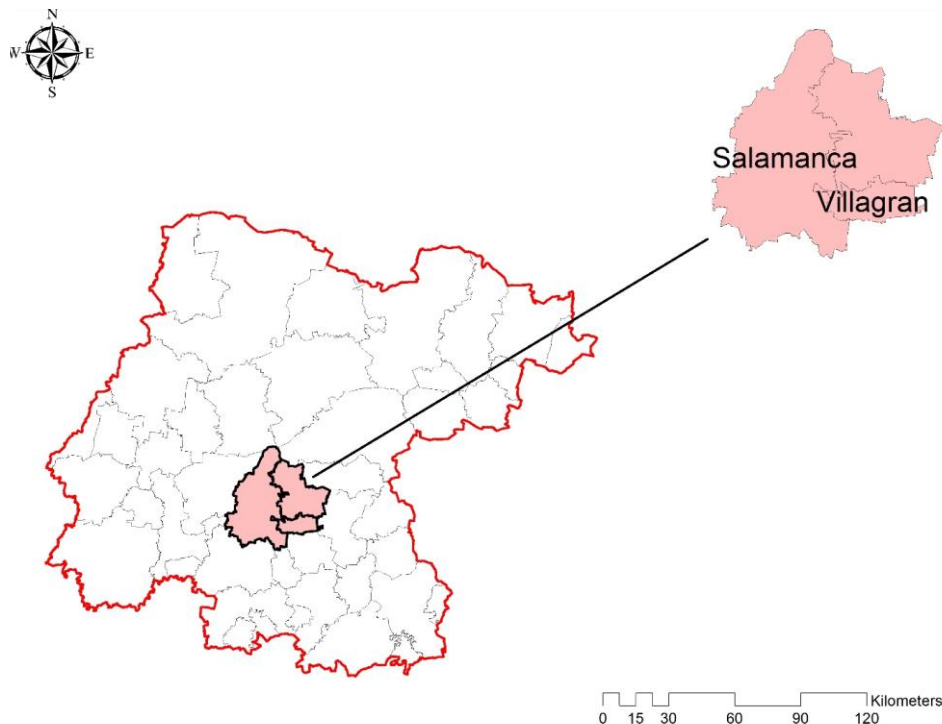
O envolvimento de Guanajuato remonta ao convite lançado pela Pemex, mas que foi excluído, por ter sido considerado um lugar de alta poluição. No entanto, o partido político ultraconservador forçou o envolvimento do Estado, a fim de instalar a nova refinaria perto daquela que atualmente opera em Salamanca (ESPINOSA, 2009, p. 2). (FIGURA 2).

A localização geográfica da propriedade de 933 hectares, comprada pelo governo do Guanajuato, está localizada entre as cidades de Salamanca, Villagran e Juventino Rosas; cercada pela estrada com portagem Salamanca-Celaya e Irapuato-Querétaro. O Secretário do Estado de Desenvolvimento Econômico, Héctor López Santillana afirmou, na época, que o governo investira \$602.000.000 de pesos na compra dos 933 hectares (ESPINOSA, 2009, p. 2).

Figura 1. Hidalgo, México



**Figura 2. Região do Guanajuato**



Organização: Luis Alberto Luna Gómez, 2014.

Após a ação do governo de Guanajuato com a compra da terra, os camponeses reagiram contra o fato de não terem obtido o projeto de petróleo, pedindo ao Governo Federal o ressarcimento de parte do investimento na aquisição do polígono. Solicitaram a quantia de \$3.000.000.000 de pesos para a reconfiguração da refinaria de Salamanca, ou para um projeto de desenvolvimento nessa área.

O governo de Guanajuato sublinhou que o projeto visava ao lado técnico da obra e que, em Salamanca, o investimento seria maior do que em Hidalgo, uma vez que o mercado-alvo seria a Cidade do México, implicando maior custo de transporte (ESPINOSA, 2009, 2).

Na área do polígono, viviam muitas famílias de agricultores que ficaram encurraladas em seus barracos olhando à distância a terra onde eles plantavam sorgo e milho. Com base na expropriação e especulação sobre as terras onde se havia projetado a expansão da indústria petrolífera, a agricultura foi desmantelada, resultando em áreas improdutivas.

A grande surpresa dos camponeses expropriados do Guanajuato foi descobrir que os corretores de imóveis pagaram preços diferentes por hectare, como alguns afirmavam ter recebido \$800.000 pesos por hectare, ao contrário dos \$3.000.000 de pesos que receberam outros. Conforme afirma um entrevistado: “estamos doentes dos nervos por esta situação” (Camponês de Villagrán, 03/2015). Afirmaram, ainda, que não iriam permitir a instalação da

empresa ou da fábrica, nem permitiriam a invasão de suas terras, mesmo sabendo que a terra não mais lhes pertencia.

A região de Guanajuato tem problemas ambientais pela elevada poluição da refinaria de Salamanca e está localizada a uma distância maior do que a região de Hidalgo, em relação à Cidade do México, cujo destino seria o dos produtos da refinaria Bicentenário. (FIGURA 3).

Askenazy et al. (2010) mencionam que a crise é muito mais do que uma crise econômica, é também social; destaca-se uma crise ecológica e geopolítica, confirmando a ruptura histórica com o passado do capitalismo fordista. Os autores admitem a consciência de uma crise sistêmica, que inaugura uma nova normalidade, seguida de mudanças profundas que, como iceberg, apenas começam a vislumbrar-se seu topo. (MÉNDEZ, 2012).

Como observa Ricardo Méndez (2012), a crise tornou-se o núcleo da economia mundial, tanto como de inúmeros países e regiões do mundo. Com o passar do tempo, revela a sua verdadeira dimensão, dissemina seus efeitos e confirma as incertezas associadas ao processo de globalização.

A crise financeira tem origem na multiplicação dos mercados financeiros que ultrapassaram a chamada economia real, com a qual não tem relação. Que a riqueza é gerada comprando e vendendo dinheiro sem passar pela produção - é um capitalismo de casino. O aparecimento de produtos financeiros derivados, os swaps, CDO (*collateralized debt obligations*), CDS e a qualificação da dívida, procuraram multiplicar as trocas entre entidades para extrair mais-valias nas sucessivas compras e vendas e distribuir os riscos que, na realidade, tiveram impacto em todo o sistema, simultaneamente, se sabia, porque é praticamente impossível saber o seu volume real. (MÉNDEZ, 2012).

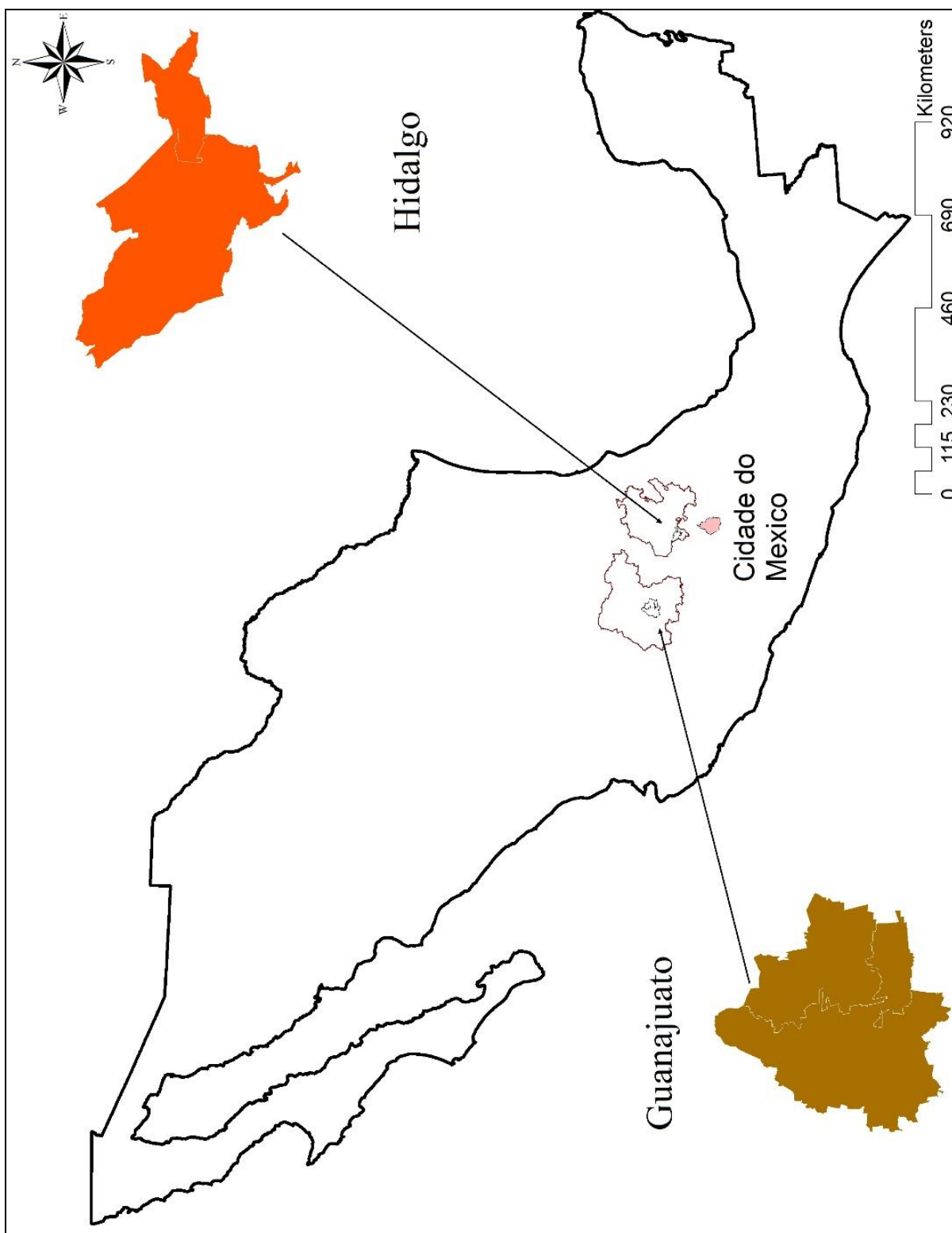
A diáspora de especuladores se infiltraram na economia real, afetando os indivíduos, impactando de forma mais acentuada os grupos sociais e territórios mais frágeis. (MÉNDEZ, 2012).

A recessão começou com uma redução do crédito que provocou o fechamento de empresas e a destruição de empregos, posteriormente, mudou-se para a desvalorização de ativos, como a habitação, a diminuição de rendas e freio do consumo, tudo isso, reduz as receitas públicas, aumenta o déficit e o obriga a reduzir a despesa e o investimento público, rebaixando os níveis de bem-estar da população (MÉNDEZ, 2012).

A bolha imobiliária foi apoiada em todos os países por um marco regulatório, no caso mexicano, a reforma do Artigo 27 constitucional o ano de 1992, que permitiu a venda da terra e expulsos os camponeses de suas comunidades, tratamento fiscal favorável à compra de habitação em frente à fraqueza do mercado de arrendamento. Finalmente, os investimentos

em infra-estrutura de transporte que serviu como material de apoio ao projeto, tornou possível a urbanização de extensas áreas do território, precariamente fornecendo qualidade de vida aos moradores.

Figura 3. Localização das áreas em disputa pelo projeto da refinaria.



Organização: Luis Alberto Luna Gómez, 2014.

## MÉTODO

O método de pesquisa consistiu na identificação das contradições, tomando o conflito regional como uma ação social que tem uma origem histórica. Vidal de La Blache (1908) considerou que uma região podia ser distinguida objetivamente na paisagem, os grupos sociais têm consciência das regiões através da socialização e construção de identidade. Os limites regionais são provenientes de um exercício intelectual do pesquisador (LENCIONI, 2005). Exercício que fixa os limites regionais sob a base das relações sociais, para, posteriormente, fazer o mapeamento econômico-ecológico.

O espaço é uma construção social e, para entender a geografia é preciso entender a sociedade (LENCIONI, 2005). Interessa compreender a produção do espaço, mas também, para abordagem científica, deve-se ir buscar aspectos concretos da realidade sensível, portanto, na produção do espaço tratada na pesquisa, referimos também à regionalização, que tem suas áreas urbanas e rurais em conexão.

O risco nesta pesquisa encontra-se no sentido de totalidade concreto e complexo que se estrutura a este nível, como apontou Marx (2007, p. 21): "[...] o concreto é a síntese de múltiplas determinações [...]".

De tal sorte, que a técnica nos permite examinar o tempo congelado e revelar a história vivida de forma caótica. Diz Santos (2000, p. 29) "[...] A técnica nos ajuda a historicizar, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico, a geografizar, isto é, a produzir uma geografia como ciência histórica". Além disso, todas as técnicas, incluindo as relações sociais que a produzem, nos dão a estrutura do lugar.

Concebendo a geografia como a ciência da ação e não como a ciência do espaço (WERLEN, 1993, SANTOS, 2000). O ato é formado por um comportamento dos grupos sociais orientado em determinadas situações, normativamente reguladas e implica em um esforço ou motivação. A intencionalidade está presente na vida cotidiana. Esta técnica implementada no espaço, cabe notar que é uma estrutura de organização cristalizada no tempo diacrônico e não como um reservatório de recursos, sem passado nem futuro (VELTZ, 1999).

A regionalização moderna no México parte dos anos 60 do século XX, e sua principal função consistia em permitir a utilização de dados estatísticos, mesmos que se recolham por estados (BATALLA, 1990; 1969).

A relação de conflito-associação formada por fatores geográficos, econômicos, produtivos, tecnológicos, sociais, políticos e institucionais, condensados na comunicação com o principal mercado externo, a infra-estrutura física e o capital humano, tem sido estudada por diferentes pesquisadores, Delgadillo, Javier, Torres, Felipe y Gasca, José. “Distorsiones del desarrollo regional de México en la perspectiva de la globalización.” **Revista Momento Económico**, núm 115, mayo-junio, 2011; Meixueiro, Moreno y Martínez. “Desarrollo regional y competitividad en México”. México: CESOP. 2012; Calva, José, “Desarrollo regional y urbano. Análisis estratégico para el desarrollo”, vol. 13, México: Consejo Nacional de Universitarios y Juan Pablos Editor. 2012; Bustamente, Carlos. “Desarrollo regional en México”. México: UNAM-Universidad Autónoma de Aguascalientes; y, Cordera, Rolando y Provencio Enrique. “Informe del desarrollo en México 2015”. México: UNAM. 2016.

Os autores citados concordam que a região além de ser um campo de relações sociais, é coordenada por uma cidade(ou um centro) e existe ao mesmo tempo uma relativa autonomia com relação aos agrupamentos e instituições territoriais mais próximas, o que de alguma forma se aproxima da formulação em torno da dominação e apropriação do espaço.

Também concordam que são as ações sociais contraditórias que produzem o espaço, mesmo que tenha um dinamismo no tempo, diacrônico ou síncrono, formas temporárias que se materializam.

A contradição se materializa fundamentalmente na economia e se perpetua através da crise. Durkheim, em seu livro “O suicídio” aponta que existe uma esfera da vida social, onde a crise, a anomia, é um estado crônico, o mundo do comércio e da indústria, o progresso econômico tende a liberar as relações industriais de toda a regulamentação. O poder governamental, em vez de sinalizar a vida econômica passou a ser subordinado a ela. A crise é endêmica nas sociedades capitalistas, processos normais e não patológicos, como sugerem as explicações de economia convencional sobre a crise financeira (LAPYDA, 2010).

Durkheim percebe a relevância da esfera econômica na sociedade moderna e identifica o fenômeno como anomia, que se torna crônica nessa esfera e ameaça dominar a sociedade como um todo (LAPYDA, 2010).

Harvey (2004) confirma a necessária regulamentação ao destacar as experiências oferecidas pelos Tigres Asiáticos, Taiwan e Singapura saíram ilesos da crise de 1997, com exceção de uma desvalorização monetária, Tailândia e Indonésia estiveram à beira do colapso econômico e político. Os primeiros tinham seus mercados de propriedades protegidos dos fluxos especulativos através de fortes controles estatais e mercados financeiros protegidos, enquanto que os últimos não.



A forma de dar saída para a crise crônica é pelo método da acumulação acrescentada aponta Harvey (2004). Inclui a mercantilização e privatização da terra, a expulsão pela força das populações camponesas, a conversão de várias formas de direitos de propriedade em propriedade privada, supressão do direito de usar os bens comuns, da mercantilização da força de trabalho e eliminação de formas alternativas de produção e de consumo, formas coloniais de apropriação dos bens e recursos naturais, monetarização de trocas, fiscalização da terra, o comércio de escravos e o sistema de crédito como formas radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2004).

A hegemonia que os Estados Unidos mantinham nos setores militar, financeiro e produtivo no período do pós-guerra veio para baixo no setor produtivo depois de 1970, voltar a fazê-lo agora no financeiro, deixando apenas o poder militar. O que está acontecendo atualmente no interior dos Estados Unidos à frente de Donald Trump é de vital importância para determinar de que forma pode se articular o novo imperialismo, uma vez que está pretendendo recuperar a sua força produtiva para manter a produção dentro de suas fronteiras restringindo as multinacionais a investir em outros países ameaçando com penalizações, o caso da Ford, que pretendia no início do ano de 2017 instalar uma planta em San Luis Potosi (HARVEY, 2004).

Méndez (2012) afirma que a crise do sistema financeiro internacional foi a crise da regulação neoliberal, também, de forma colateral, ela detona a crise da produção flexível e a crise energética e de sustentabilidade, abrindo a porta para a entrada da crise imobiliária e do modelo territorial.

Tanto a destruição da propriedade agrícola, no ano de 1992, com as paisagens rurais e ambientes naturais, acompanhada da multiplicação da área de espaços de representação de uma urbanização de baixa intensidade, devorou o solo e outros recursos naturais para expandir a mobilidade forçada que questionam a viabilidade do modelo.

A crise energética e de sustentabilidade teve origem meses antes do estouro da bolha financeira, o custo do petróleo atingiu o seu máximo histórico de USD\$147.70 dólares por barril, sete anos antes atingia USD\$24 dólares. A recessão econômica em 2009 diminuiu os preços, situação que se inverteu no ano seguinte, quando aumentaram, então flutuando em níveis bastante superiores aos do período anterior à crise. Cada recuperação do crescimento econômico ativa um círculo vicioso, a demanda é transferida para o preço da energia, até que essa redução provoca uma nova queda de preços que reinicia o ciclo (MÉNDEZ, 2012).

Nas reformas para espoliar a os camponeses e obreiros de sua produtividade e recursos, apareceram como sintomas da crise. (TOLEDO, 2015). Uma crise do sistema

econômico capitalista, o que implica a reconfiguração do modo de vida moderno, uma mudança radical de paradigma e de novas maneiras de interpretar e analisar.

A tese aqui colocada é a de compreender os elementos centrais da crise que afetou a região estudada sob os auspícios do Estado Nacional de Competência, mobilizando recursos para setores imobiliários, expropriando terras camponesas, a implementando a acumulação do capital financeiro, através de projetos e reformas.

Os procedimentos de pesquisa envolveram:

- Documentos históricos e atuais sobre as reformas e o Estado
- Acompanhamento da imprensa sobre a refinaria, 2008-2015.
- 10 Entrevistas, 2008-2015.
- Fotos, 2008-2015
- Observações, 2008-2015.
- Estatísticas de Hidalgo (Atitalaquia e Tula) 1994-2011.
- Censo demográfico 2000, 2010
- Censos econômicos 1999, 2004, 2009
- Quadro Geoestadístico Municipal 2010
- Diretório de Unidades Económicas 2016
- Reformas constitucionais, 1992, 2013

Neste trabalho, no primeiro capítulo, será feita uma caracterização da área de estudo e das condições da população local, frente ao projeto da refinaria Bicentenario.

No capítulo dois, serão feitas considerações sobre os atores sociais da região e a subsunção desses atores da comunidade, além da sobreposição por atores locais, nacionais e internacionais, sobreposição essa envolvendo o capital imobiliário e o ENC, apresentadas as práticas do emprego industrial e do trabalho agrícola, revelando a dominação e a transformação espacial.

O capítulo três tratará da formação histórica da região, para entender quais condições permitiram a instalação do setor industrial, por meio da refinaria Miguel Hidalgo, a termelétrica e o corredor industrial.

No capítulo quatro serão analisadas as determinações que permitiram a reforma energética de 2013, as mesmas que atingiram o projeto da refinaria Bicentenario e, portanto, a região de Atitalaquia-Tula, Hidalgo, México.

O capítulo cinco tratará sobre a estrutura formada pelo ENC que impactou a comunidade, através de sua política de posicionamento, dando origem à expropriação e concentração do capital.

O texto conclui, revelando a determinação da produção do espaço pela intervenção do Estado na construção de projetos “fictícios”, valorizando o capital imobiliário e financeiro, expropriando a terra camponesa e contribuindo para potencializar a política de posicionamento adotada pelo Governo.

## CAPÍTULO 1 - Caracterização da área de estudo

Após falha lamentável para Guanajuato e definição do Estado onde a refinaria foi planejada, foi a vez do governo de Hidalgo. A estratégia, de acordo com os camponeses, foi persuadi-los a vender suas terras, depois de prometer aos membros de sua família participarem em um local de trabalho, na nova refinaria.

Além disso, na região de Atitalaquia-Tula e Hidalgo (**Figura 4**), os camponeses, após venderem suas terras, tiveram de mudar seu estilo de vida e lançar-se no mercado de trabalho, especialmente no domínio da produção e, também, na incorporação dos mercados de trabalho dos Estados Unidos, por meio da migração, em situação de baixa qualidade de vida, de acordo com o Conselho Nacional de População (2010).

**Figura 4. Atitalaquia-Tula, Hidalgo, México**



Organização: Luís Alberto Luna Gómez, 2014.

O espaço da refinaria Bicentenario, concedido pelo Governo Federal, liderado pelo ex-presidente Felipe Calderón, como o projeto de seis anos (2006-2012) foi objeto de concorrência. Assim como foi mencionado anteriormente, desde 2009, Hidalgo e Guanajuato participaram de uma concorrência com pelo menos 700 hectares de terra em um período de 100 dias. Moradores dos municípios onde a refinaria seria localizada, Tula e Atitalaquia, continuaram esperando. Quando das entrevistas, um dos moradores disse que “todos queriam fazer parte do polígono” (Camponês de Atitalaquia, 03/2009). Reuniões e promessas marcaram a negociação e, em seguida, ejidatarios de Atitalaquia e Tula foram escolhidos.

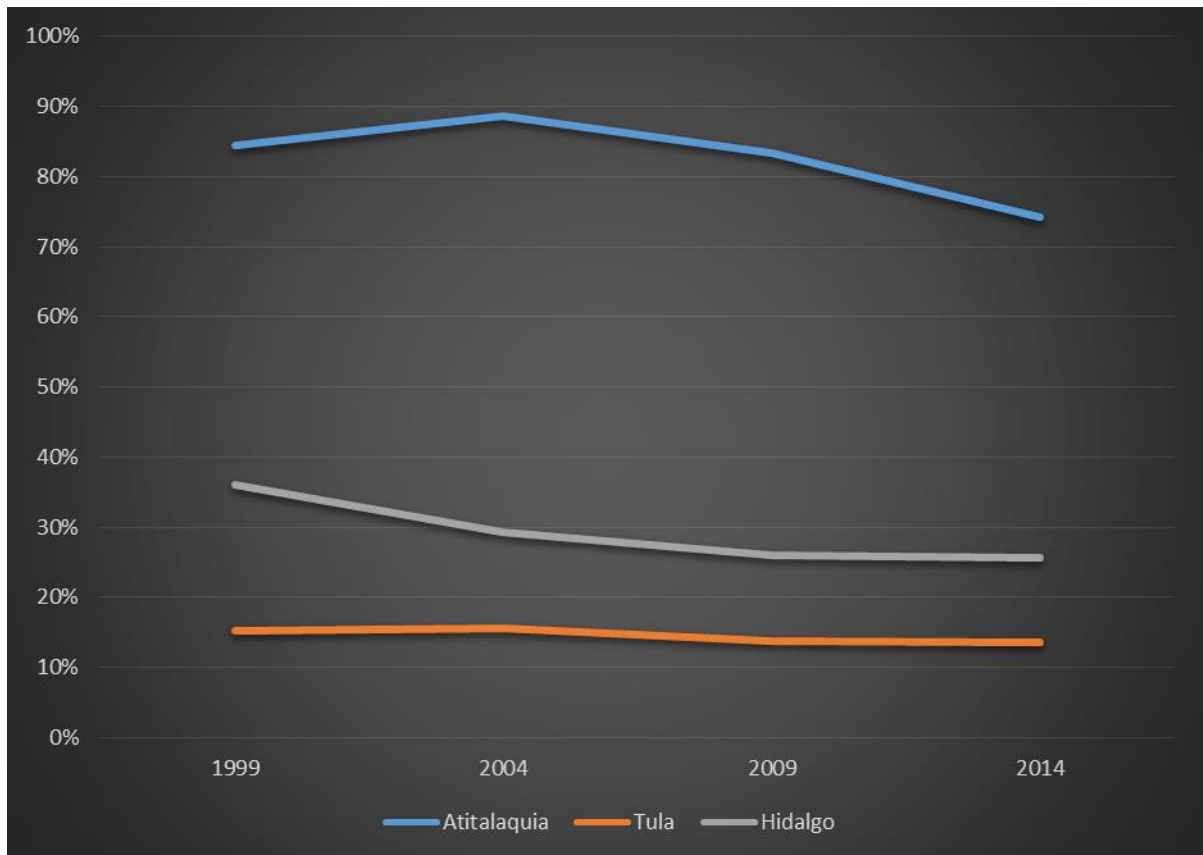
Confrontado com a expectativa de que o projeto da refinaria fosse feito, um dos representantes dos trabalhadores de Atitalaquia explicou: “temos um sindicato de 60 caminhões parados, a maioria dos agricultores foram orientados a investir em caminhões para trabalhar na refinaria” (José Orozco Reyes, Secretário da União Nacional dos Trabalhadores e Empregados, Felipe Carrillo Puerto, dirigente - 03/2009).

Em julho de 2009, Hidalgo contraiu uma dívida de \$500.000.000.00 pesos por meio de dois contratos bancários com Banorte e Banamex, dinheiro com o qual foi comprada a terra, destinando-a à paraestatal (refinaria). Durante 12 anos, o Estado de Hidalgo foi obrigado a pagar juros da dívida interbancária (MOTA, 2011, p. 1).

Ejidatários de Atitalaquia venderam cerca de 470 hectares, de uma terra que, no passado, contribuíra para o cultivo de alfafa, milho, feijão e pimentão. Em relação aos trabalhadores, são representados por cinco sindicatos para um total de 15.000 a 20.000 deles, incluindo paileros, soldadores, operários, eletricitas, engenheiros e gerentes que esperam uma oportunidade no projeto da Pemex.

O **Gráfico 1** representa a ocupação na indústria secundária durante quinze anos, 1999-2014. Os dados foram elaborados por pesquisas econômicas realizadas pelo Instituto Nacional de Estatística, Geografía e Informática (INEGI) – comparativo da porcentagem do setor econômico por município que compõe a região estudada e o Estado de Hidalgo.

**Gráfico 1. Porcentagem de empregados na indústria - 1999-2014**



Organização: Luis Alberto Luna Gómez, 2016. Fonte: INEGI (1999 - 2014).

Não obstante os dados anteriores, os diagnósticos realizados pela PEMEX (2015) através de entrevistas com as Administrações Municipais e as Delegações Políticas que atende o Programa de Apoio às Comunidades e ao Meio Ambiente (PACMA) qualifica-se o problema de desemprego na região como extremamente grave, tanto na área rural como urbana, apontavam como o principal problema.

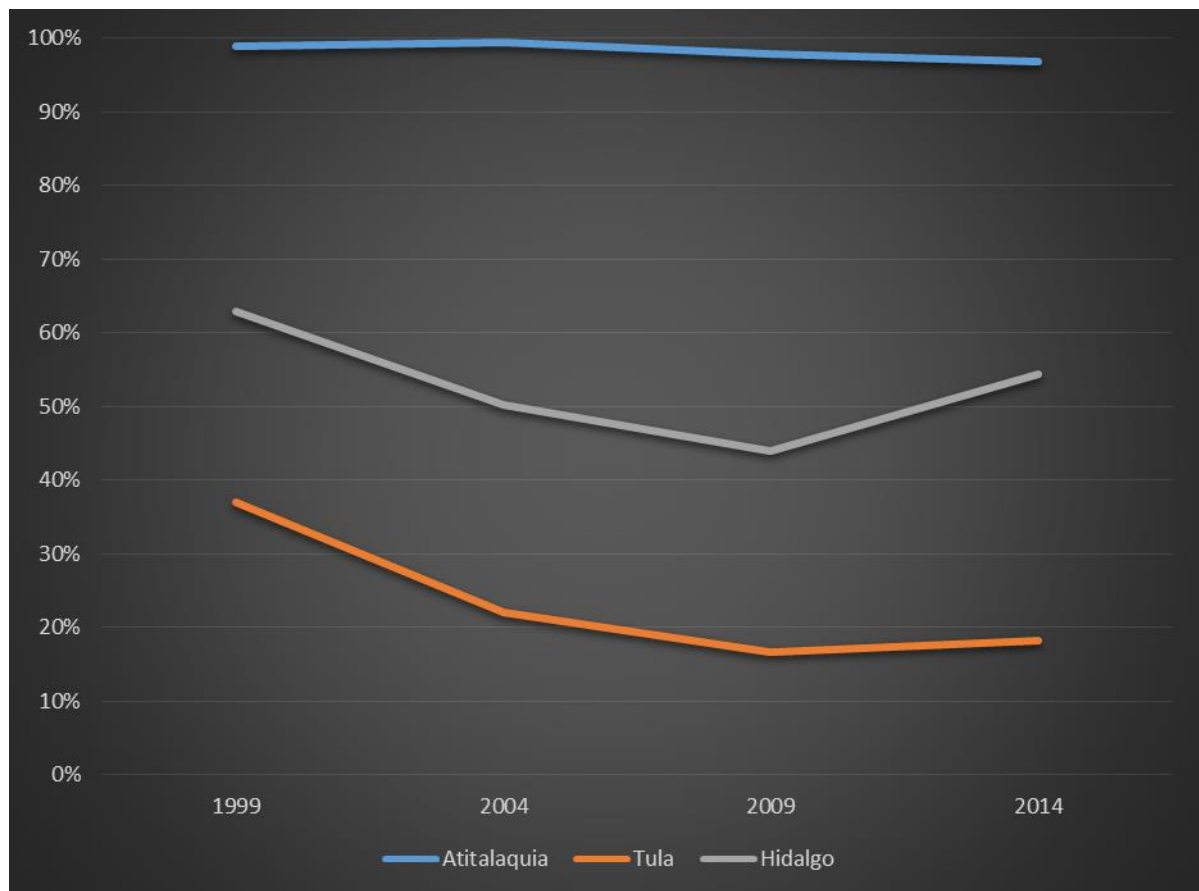
Classifica-se dentro dos municípios de Alta Perda de Emprego, de acordo com a população economicamente ativa (PEA), que sondava as 10,400 pessoas, 7% estavam desocupados, superior ao estadual, que foi de 6% (PEMEX, 2015). Os índices de comércio, abastecimento e de agências bancárias por habitante são menores do que os estatais, tais dados sugerem os diagnósticos da PEMEX (2015) atenção prioritária nas políticas públicas denominando ao rubro como "Alta perda de emprego".

As 6,647 casas 30% registrou algum nível de superlotação (INEGI, 2010) 4.3% não dispunham de saúde, as entrevistas realizadas pela PEMEX (2015) mencionam que na área rural o qualificou como "deficiente", o serviço de saúde, enquanto que na área urbana teve a classificação de "bom". Quase 8% das casas usa lenha ou carvão como combustível para

cozinhar (INEGI, 2010), as entrevistas da PEMEX (2015) apontam que usam esses combustíveis em 10%.

No **Gráfico 2**, apresenta-se o comportamento dos salários na indústria na região de Atitalaquia-Tula e de Hidalgo, cujo setor secundário da economia demonstra a disparidade entre as localidades.

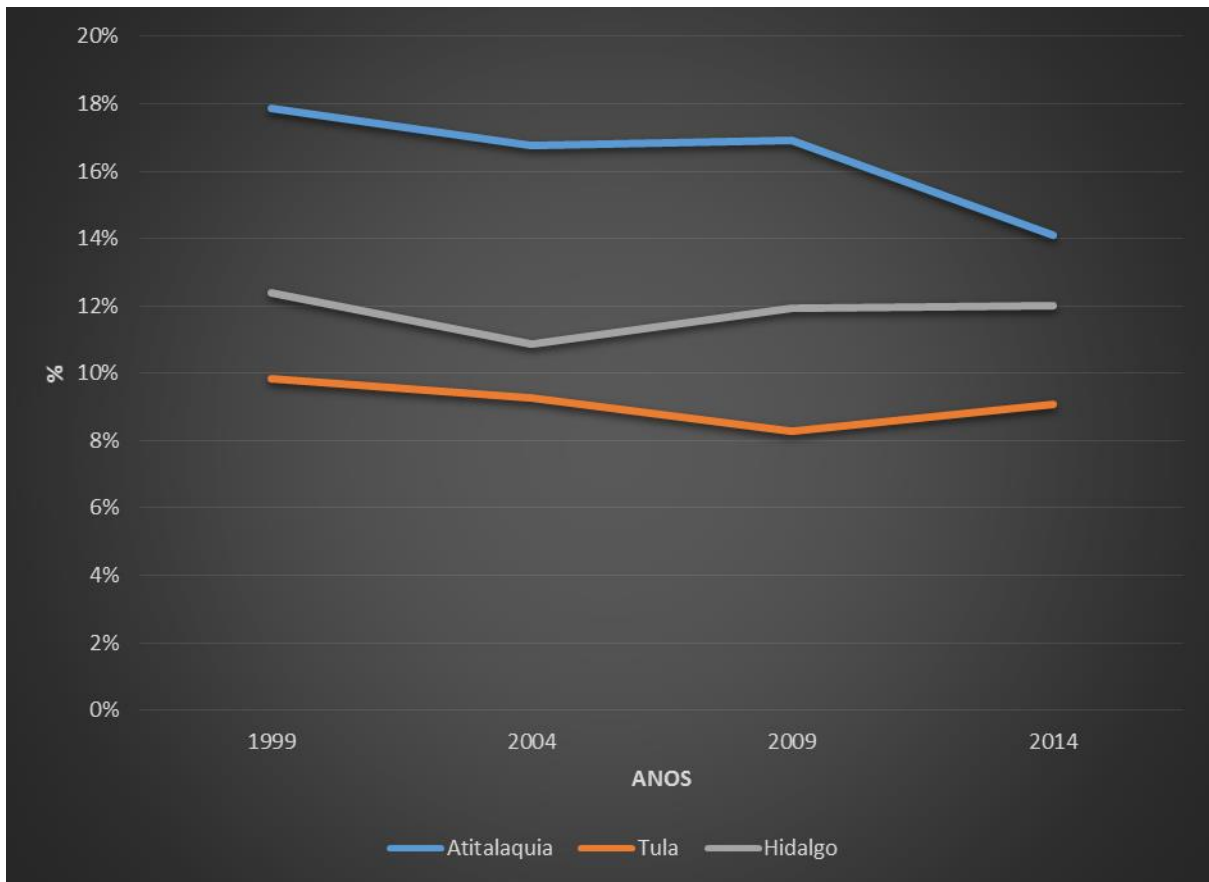
**Gráfico 2. Porcentagem de remuneração na indústria (1999- 2014)**



Organização: Luis Alberto Luna Gómez, 2016. Fonte: INEGI (1999 - 2014).

Atitalaquia contava com 21.636 habitantes no ano de 2000, dos quais 49.7% homens e 50.3% mulheres; em 2010 registrou 26.904 habitantes, 49.3% homes e 50.7% mulheres. Tula registrou 86.840 habitantes no ano 2000, dos quais 48.7% homens, 51.3% mulheres; no ano de 2010 aumentou a população para 103.919 habitantes, dos quais 48.6% homens e 51.4% mulheres. (INEGI: 2000; 2010). No **Gráfico 3**, apresenta-se o comportamento das unidades económicas industriais.

Gráfico 3. Porcentagem de unidades econômicas industriais. (1999-2014)



Organização: Luis Alberto Luna Gómez, 2016. Fonte: INEGI (1999 - 2014).

Vale ressaltar a fala do dirigente sindical do Sindicato Nacional dos Trabalhadores e Empregados, Felipe Carrillo Puerto:

Estamos prontos quando o governador dirigiu. Podemos fazer manifestações, detrás estão nossas famílias e gente de todos os povos. Se tem que lutar para a refinaria comece, nós vamos fazer. (José Orozco Reyes, secretário da União Nacional dos Trabalhadores e Empregados Felipe Carrillo Puerto, dirigente (03/2009).

Também nas comunidades, entende-se que as concessões de transportes públicos, as licenças para restaurantes, bares e outros serviços eram parte das promessas não cumpridas. A sensação de medo prevaleceu nos camponeses que diziam em entrevistas: “Já após o pagamento de nossas terras tivemos pessoas assassinadas, somos camponeses e sem saber nada de investimentos” (Camponês de Atitalaquia - 03/2009). A maioria só conseguiu suas casas e comprou um caminhão. O que se generalizou foi a falta de empregos bem remunerados, apresentando situações de pesar e frustração para a população.



Foto 1. Reconfiguração da habitação em Atitalaquia: 1) Após o projeto - 2) Antes do projeto.



Foto: Luna Gómez, 2015.

Pode-se afirmar que a valorização do solo urbano foi concomitante com a desvalorização do solo rural e a queda da produtividade das atividades agrícolas. Após a divulgação da instalação da refinaria nos municípios de Tula e Atitalaquia, Hidalgo, aumentou o preço dos serviços e dos terrenos; por exemplo, uma terra que custava \$50 pesos/m<sup>2</sup>, passou a ser vendida por \$250 e \$300 pesos/m<sup>2</sup>. A habitação social passou a ser alugada por até \$3,000 pesos e as grandes casas até \$10,000 pesos (Rodolfo Paredes, Prefeito de Tula – (03/2009).

Os investidores, fábricas, resorts e construtoras, após a notícia da refinaria, articularam-se com o Prefeito de Tula e Atitalaquia para acompanhar o desenvolvimento das licenças, porém permaneceram estagnados com a não construção do combinado. Antes de 2008, não têm registro do número de licenças emitidas para as construções, não só na região, mas em todo o Estado de Hidalgo; no entanto, o INEGI registrou que, para o ano 2009, foram emitidas 57 licenças de construção para a cidade de Atitalaquia e no ano 2010, elas foram em número de 224 licenças para a cidade de Tula (INEGI, 2009, 2010).

Foram cerca de oito anos de espera, tanto para os agricultores expropriados, como para empresas, comunidade, sindicatos e governos municipais. O projeto de desenvolvimento industrial energizado pela nova refinaria Bicentenario e que não foi realizado, desativou,

entretanto, o território para a produção agrícola. Enquanto isso, os novos e velhos desempregados lutam por estratégias de sobrevivência.

Apesar de ter iniciado o desenvolvimento desse projeto em um período anterior à atual administração presidencial, o Presidente, Enrique Peña Nieto, assinou 266 compromissos do governo, incluindo a refinaria Bicentenario. Diferentes indivíduos apresentaram uma queixa por esse e outros projetos não realizados.

Vários obstáculos foram sendo encontrados para a realização em tempo da refinaria, em 2010, quando unicamente o perímetro para marcar os 700 hectares de terra foram cercados. Foi encontrada uma série de vestígios arqueológicos, obrigando a reservar 50 hectares para futuros estudos do Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH). No entanto, no início de 2011, foi determinado que a área que abrange esses vestígios históricos não era suficiente, o que os obrigaria a reservar 109 hectares a mais. A Pemex informou sobre o início dos trabalhos, mas apenas o cercamento do perímetro e de obras de engenharia foram concedidos (SOTO, 2010, p. 2).

**Foto 2. Terra. Vestígios históricos**



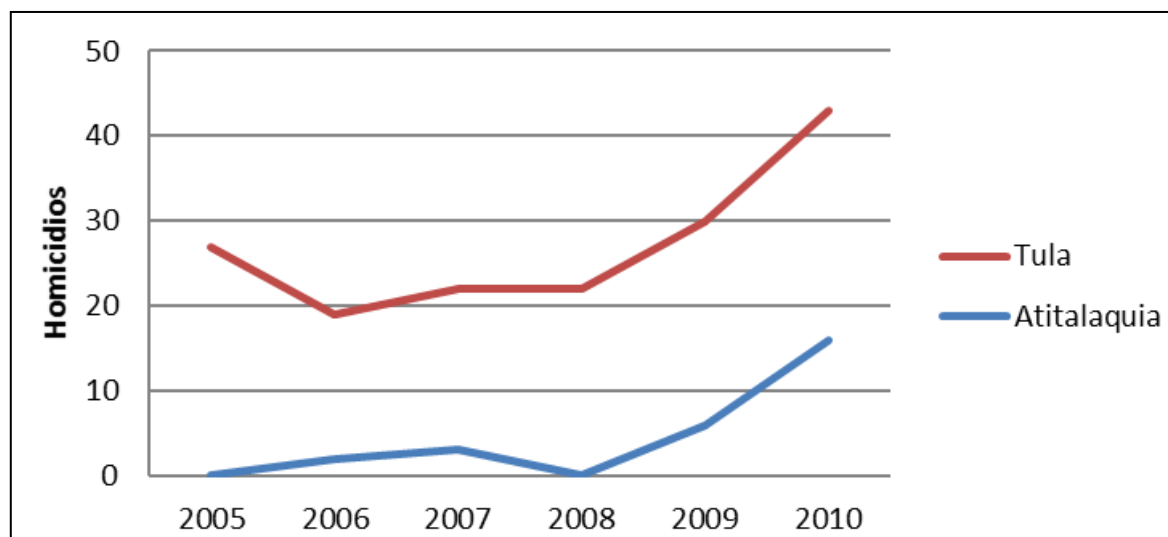
Foto: Luis Alberto Luna Gómez, 2016.

Atualmente, os camponeses expropriados construíram salões de negócios e algumas cozinhas econômicas. A situação é que os moradores não recebem treinamento para gerir o dinheiro. Além disso, não foram assinados contratos que assegurassem o emprego aos camponeses. Uma moradora de Atitalaquia acredita que a oferta de formação produtiva teria sido conflitante, porque seus conterrâneos queriam receber o dinheiro das vendas,

enfraquecendo a organização camponesa, não aplicando em investimentos coletivos. Um exemplo dado foi “quando os agricultores, produtores de feijão, integrados em um programa de produção, adquiriram um trator para uso comum, e observando que o trator não foi utilizado por todos os produtores” (Inés, morador de Atitalaquia - (03/2009). Após a compra da terra, conflitos familiares vieram para incentivar assassinatos entre os membros das famílias e assaltos às pessoas. As disputas aumentaram como podemos observar através de um discurso com a comunidade: “algumas famílias sentiram que tinham feito um maior esforço na agricultura familiar, portanto, mereciam uma maior fatia de renda a partir da venda de um terreno” (Grupo focal de Atitalaquia - (03/2009).

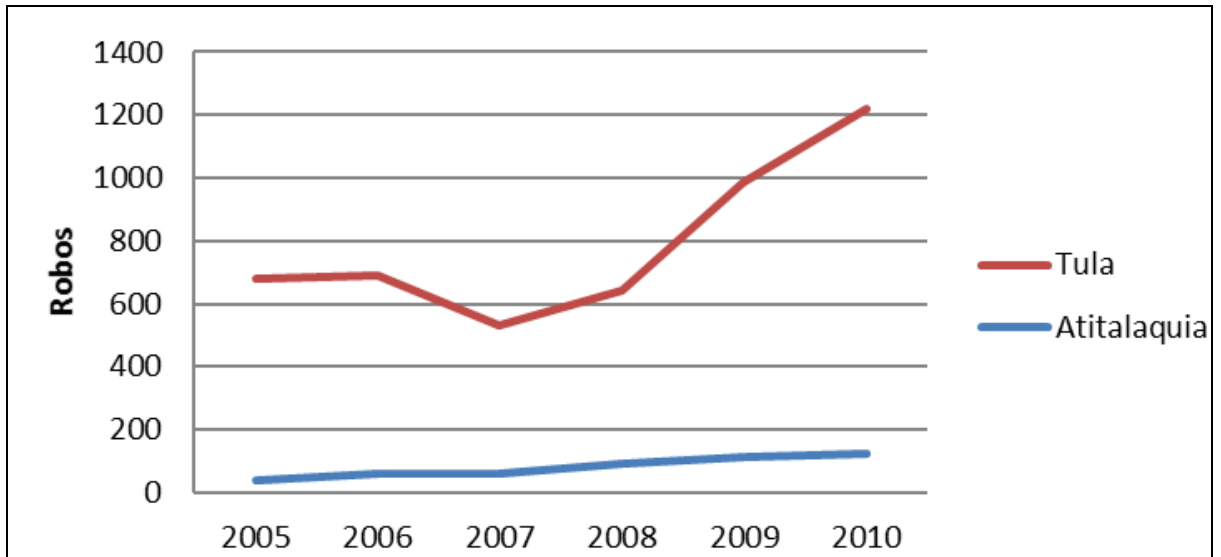
Os **Gráficos 4 e 5** refletem homicídios e roubos registrados pelo Ministério Público no período 2005-2010.

**Gráfico 4. Homicídios na lei comum**



Organização: Luis Alberto Luna Gómez, 2014. Fonte: INEGI (2010).

Gráfico 5. Crimes de roubo de direito comum



Organização: Luis Alberto Luna Gómez, 2014. Fonte: INEGI (2010).

Depois de obter o pagamento de suas terras, na cidade de Atitalaquia, muitos compraram caminhões, investiram em habitação e modernização de propriedades. **(FOTOS 3 e 4)**. Outros mais investiram em bulldozers para poder participar na construção da refinaria, cujo resultado, pelo não cumprimento do prometido, foi deixar tudo aquilo obsoleto.

Foto 3. Investimentos em novos imóveis e serviços.



Foto: Luis Alberto Luna Gómez, 2016.

**Foto 4. Investimento em novas residências.**



Foto: Luis Alberto Luna Gómez, 2015.

O governo de Hidalgo projetou serem gerados durante a construção da refinaria Bicentenario 18.000 empregos diretos e 54.000 indiretos, o que implicaria, em cinco anos, ter um crescimento na população entre 15% e 45%. O governador, Miguel Angel Osorio Chong (2005-2011), por sua vez, afirmou “pensar em outras estradas, mas em especial nos serviços, como restaurantes e hotéis, para buscar urgentes investimentos muito necessários para levar a cabo este processo” (GALARZA e VAZQUEZ, 2009, p. 2). O projeto da refinaria estimulou, através de um impacto nacional e internacional, a realização de estradas, hotéis e restaurantes, aumentando o valor da terra.

O que era a cidade dos toltecas, representada majestosamente pelos seus atlantes, agora tem dois supermercados: um Bodega Aurrera e Mercado Soriana, embora não existam ofertas culturais, sem teatros e centros comerciais. Apesar disso, Osorio Chong (2009) disse: “a área não enfrenta problemas de abastecimento de água, energia e habitação”. Nessa área, também uma cidade universitária seria construída, potencializando a formação de recursos humanos que fariam do Estado de Hidalgo um território altamente produtivo.

As vantagens que apoiaram a decisão da Pemex para investir no Estado de Hidalgo, foram a sua infraestrutura rodoviária avançada e a proximidade com a Cidade do México, que é um dos principais centros do consumo de combustível.

Os principais desafios para Tula e Atitalaquia seriam o transporte urbano e investimentos em tecnologia da informação. Dados do INEGI (2010) mostraram que em 2010

apenas 39,8% da população utilizava pelo menos um computador, o turismo não se desenvolveu e suas fábricas não são certificadas como limpas, juntamente com a baixa percentagem de pessoas com ensino superior e mão de obra qualificada. Condições para mostrar que, na formulação da política do posicionamento, não estavam formando quadros altamente científicos, mas um grande exército de mão de obra pouco qualificada estaria competindo por uma oferta limitada de trabalho com todos os benefícios do capital produtivo, impondo condições na reforma trabalhista do ano 2012.

Não existiu grito verde entre os moradores e autoridades da região Tula e Atitalaquia. Em outros países, o grito ouvido era falar: *not in mybackyard* (não no meu quintal). A área metropolitana cresceu com plantas industriais, como cimento Cruz Azul, Cemex, Lafarge, Holcim-Apasco, termelétricas, hulera, têxtil Zaga e padaria Bimbo, entre muitos outros, o mais notório desde 1976, refinaria Miguel Hidalgo.

A área industrial de Tula é uma dos mais sujas no país. Em 2005, o advogado ambiental no Estado do México informou que as usinas termelétricas, refinarias e indústrias do corredor Tula e Atitalaquia são as principais fontes de poluição registradas no Vale do México: 70% das partículas menores que 10 micros e dióxido de enxofre (SO<sup>2</sup>) (queixa 01/UEIDAPLE/DA/B/2/2005).

Perante tal situação, a Pemex disse que a nova refinaria terá capacidade de produção de 300.000 barris por dia, com liderança em termos técnicos e de impacto ambiental. O governo estadual e as prefeituras enfatizaram o tema, referindo-se ao projeto como refinaria verde, sem que seja pública ainda qualquer medida contra os impactos ambientais. Note-se que para esses inquéritos de investigação foram realizados, o Governo Federal e o Instituto de Saúde Pública, que afirmam não ter essa informação, a prova da representação que foi forjada com a refinaria Bicentenario.

Em torno dos problemas mencionados, relativos à concepção e produção do espaço, o governo municipal de Tula delineou algumas soluções, como o plano de chamada para o aumento dos transportes públicos, canalizando novos projetos habitacionais para o norte e oeste da cidade para evitar mais congestionamento no centro. Deveriam construir um centro comercial, um auditório e trazer uma universidade pública. O Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Regional de Hidalgo advertiu que o Plano de Desenvolvimento Municipal não era suficiente, e precisava ser complementado por um plano regional e vários municípios envolvidos. As determinações seriam representadas para esse projeto não só se deu a partir de escalas maiores para escalas menores do global ao nacional, do nacional ao local, a partir da

cidade para a comunidade. Foram moldando temporariamente um projeto que incentivou forças econômicas de concentração de capital, deixando áreas vazias.

Além disso, o governo federal propôs a instalar na cidade de Atitalaquia uma macroplanta de tratamento de águas residuais para limpar as descargas de drenagem que chegam da Cidade do México.

Enquanto os habitantes de Tula e Atitalaquia tinham uma expectativa favorável quanto à nova refinaria, alguns analistas questionavam a decisão da Pemex para construí-la: “Onde obter o óleo para abastecê-la? - Diz David Shields, observando diagnósticos onde está marcado o declínio nas instalações de produção na Península de Yucatán, Cantarell e KuMaloobZaab. O mesmo analista acredita que o governo deve concentrar-se e completar as seis refinarias existentes, pois, em sua concepção, isto é mais rentável do que a construção de uma nova, embora a Pemex não tenha distinguido por reconfigurar de modo eficiente as refinarias (GALARZA e VAZQUEZ, 2009, p. 2).

No entanto, em 2013, foi anunciada a descoberta de petróleo e gás das profundezas das costas do Pacífico do México, uma questão que se juntou ao debate, sobre a reforma energética, aprovada no final de 2013, quando foi discutido o cancelamento da refinaria Bicentenario. Note-se que estes resultados surgiram na utilização de tecnologia especializada para águas profundas (fracking). Análises também indicam que é de grande risco ecológico extrair esses recursos. Fato de que tem ocorrido em nível internacional e na América Latina, nos países como o Brasil e México, a comunidade crítica norte-americana, advertiu, com base na experiência própria, que causam danos irreversíveis ao meio ambiente.

Nos últimos anos, Hidalgo foi um dos Estados que teve mais investimento e geração de emprego elevado, por exemplo, em Atitalaquia Home Depot investiu US \$30.000.000 na construção de um centro de distribuição de mercadorias.

A refinaria teve uma cerimônia de abertura no final de março de 2009 e gerou 250 empregos diretos e 500 indiretos. Juan Jose Suarez Coppel, diretor da Pemex, disse que “a refinaria seria um projeto de mais de US \$10.000.000.000 de dólares; terá mais de 10.000 funcionários em trabalhos de construção, em seu estágio mais elevado, que terá lugar em torno do ano 2013 e 2014”, o que era esperado para ser um dos principais derrames para o Estado, porque essa ação é muito importante para a Pemex e do país (FLORES, 2012).

Embora em 2008 a construção de uma nova refinaria no país se justificasse por parte do governo, o projeto já havia sido processado pelo Sindicato dos Trabalhadores de Petróleo (STPRM) durante a celebração do 68º aniversário da Expropriação, realizada em a refinaria de Salina Cruz, Oaxaca.

A União dos trabalhadores afirmou diplomaticamente, que a Pemex tem recebido nos últimos anos, muitos recursos: “deve ser recompensado aqui, publicamente, o apoio do Sr. Presidente, Vicente Fox” (Celebração Discurso do 68 ° aniversário). Note-se que, com a aprovação da Reforma Energética, em 2013, foi removida a União do Conselho e do Fundo Mexicano do Petróleo, uma condição que permitiu observar o comportamento da União trabalhadora, não relacionada a um projeto da classe trabalhadora, mas de lideranças que pertenciam a uma classe operária privilegiada. Além disso, a União afirmou que a Pemex tem alcançado nos últimos anos fortes recordes na produção de petróleo; no entanto, permanece deficiente a produção de gasolina e de petróleo, por duas razões: “A primeira é que a capacidade do nosso sistema de refino nacional ainda é insuficiente para atender à demanda de oportunidades” (Celebração Discurso do 68º Aniversário).

Além disso, a companhia ICA-Flour foi bastante favorecida durante a administração do Presidente Calderón (2006-2012), cujo resultado se mostrou abaixo do esperado em 2007. A empresa participou de concursos no valor de cerca de US \$35.000.000 de dólares, o que significava 30% do Plano de Infraestrutura Nacional do orçamento do Governo Federal.

Entre os projetos que foram ofertados está a expansão da Pemex com uma refinaria em Minatitlán; o segundo pacote rodoviário Farac; três comboios suburbanos do subsistema de transporte na Cidade do México; a linha de metrô 12; e o viaduto Bicentenario.

A ICA Construção foi envolvida em mais de 50 anos no desenvolvimento de projetos de energia de refino, petróleo, gás, químico, petroquímico, automotriz, fabricação de cimento, mineração, metais e telecomunicações. Em 2012, a Petróleos Mexicanos anunciou que ICA e suas afiliadas eram responsáveis pelo desenvolvimento de engenharia da refinaria Bicentenario em Atitalaquia-Tula. A Pemex informou também que a empresa apresentou as melhores propostas e condições para a engenharia de serviços de construção e gestão do complexo.

O concurso foi realizado em duas etapas: a primeira, de pré-qualificação, foi avaliada para que as empresas corroborem a experiência no desenvolvimento de engenharia e gestão de refinarias; contar com recursos técnicos e humanos para desenvolver este projeto. Numa segunda fase, foram avaliadas as propostas técnicas e financeiras das empresas participantes, resultando vencedoras três das quatro propostas.



**Tabela 1. Investimento da refinaria Bicentenario**

Investimento - monto - produto		
GUANAJUATO	1,602,000,000	933HA
HIDALGO	1,500,000,000	700HA
CONTRATO DE PEMEX CON ICA FLOUR	1,620,000,000	Implementar bases de diseño

Luis Alberto Luna Gómez. Nota: a quantia feita por Ricardo Monreal (2014, p. 138) estima que, no total, a quantidade US \$11.610.000.000 de dólares para a representação. Por outro lado, PÉREZ (2015, p. 1) começa a sua análise do custo pela quantidade de \$9.000.000.000 de pesos, que, posteriormente, se decompõe em cima da quantia equivale, conclui: "... e continua a pagar as contas".

O processo envolveu quatro associações de reconhecida competência e experiência no desenvolvimento de projetos da mesma natureza e magnitude que exigiram a nova fábrica de refinação, embora também participasse o consórcio espanhol Isolux, envolvido em supostas práticas de corrupção, suborno e irregularidades na execução das suas obras (PÉREZ, 2015, p. 2).

Em conformidade com as disposições da licitação, os mesmos que foram publicados no Jornal Oficial da Federação em 22 de novembro de 2011, o mecanismo de atribuição considerou que o contrato seria atribuído à empresa que somou mais pontos, tendo em conta o valor da proposta, experiência em projetos e desenvolvimento de conteúdos locais similares.

O contrato diz: "terá a duração de 421 dias", com valor de US \$135.000.000. Essas obras são executadas com 63% de conteúdo local. No entanto, o deputado Ricardo Monreal (2014, p. 138) aponta que o abandono da construção da refinaria Bicentenario representou um investimento de US \$11,610,000,000 dólares.

Desta forma, pode-se resumir, a partir da entrega formal do imóvel recebido pela Pemex de mãos do governo de Hidalgo, continuou os estudos de engenharia de instalações de produção cometidas ao Instituto Mexicano do Petróleo e da construção do muro, enquanto a INAH solicitou um estudo prospectivo de vestígios arqueológicos no campo.

As ações que acompanharam a elaboração do projeto de desenvolvimento industrial que expulsa de suas terras a os camponeses, tornou-se favorável para implementar uma política de posicionamento global através de reformas trabalhistas pelo Estado Nacional de Competência.

Entre outras ações realizadas pela Pemex para incentivar a execução da refinaria Bicentenario, foi o contrato com a ICA, companhia dirigida por Juan Carlos Fernandez Santos que se colocava no caminho de poderosas construtoras globais como a Foster Wheeler e Kellogg Brown & Root, autoridades incontestáveis sobre o assunto, e a não menos influente francesa Technip (CELIS, 2012, p. 2).

A empresa vencedora ganhou um contrato de US \$135.000.000 de dólares para programar as bases do projeto, terminar de definir seu escopo e desenvolver a engenharia básica, plantas de processo, serviços auxiliares e integração da nova refinaria.

Especulou-se sobre a força de trabalho, que formulou a terceira e última etapa do planejamento da refinaria, demandando cerca de 2.200.000 homens-horas, cujo tempo de implantação levaria 14 meses. A participação de 1.000 engenheiros mexicanos foi estimada pelo ICA (CELIS, 2012, p. 2).

Entre as funções assumidas, iriam realizar ICA-Flour estão desenho e suporte na licitação por três ou quatro pacotes para a construção de usinas combinadas, hidrodessulfurização de gasolina e *diesel*. ICA diz: “Algumas competições começaram em 2012”. Entre os interessados e potenciais concorrentes estão Technip, Kellogg Brown & Root, Foster Wheeler, Saipem, Tecnimont, ABB, Samsung, Dragados, Isolux, Odebrecht, CICSA e Prodemex (CELIS, 2012, p. 2).

Assim, a alegada industrialização-urbanização da região que envolveu os municípios de Atitalaquia e Tula, em um território de interesse da Pemex, levou à valorização das terras e incentivou a especulação financeira, destinando empréstimos a governos locais, cujos recursos não efetivaram a construção.

Holloway (1990; 1996) observa que o dinheiro, em sua ambição de expandir-se, privilegiou os investimentos capitalistas privados anteriormente controlados pelo Governo Federal, aumentando as dívidas dos Estados e Municípios, gerando o que se pode chamar de política da dívida.

Pelas razões expostas, a produção social desse espaço em disputa envolveu atores que se destacam em diferentes escalas, como o Governo do Estado de Hidalgo; o Governo Federal; Atitalaquia; Tula; Pemex, o Sindicato dos Petroleiros da República Mexicana; União Nacional dos Trabalhadores e Empleados Felipe Carrillo Puerto, ICA e os habitantes da região, que, sendo os mais pobres, foram os prejudicados por estas mudanças territoriais. Finalmente, considere-se que, em alguns casos, a escala dos atores beneficiados pelo projeto da refinaria Bicentenario, não são os moradores, foram atores das áreas mais amplas, como as empresas nacionais ou globais.

Em todo o debate que ocorreu com maior intensidade nos últimos três meses de 2013 sobre a reforma energética, especialistas e funcionários correram para o Senado, que postulava a conveniência de parar o projeto da refinaria, justificando esse argumento com baixos custos gerados do aluguel de uma refinaria localizada nos Estados Unidos. A dúvida sobre investir no aluguel não deixa claro o custo: uma administração de 25 anos; também parece não ter modelagem financeira de tais custos para discutir o cancelamento do projeto.

Além disso, o Presidente Enrique Peña Nieto, teve na proposta entre seus 266 pactos para a presidência, a conclusão da refinaria. Apesar de não abordar a questão com os moradores, agricultores e trabalhadores que lhe disseram, em uma situação um tanto tensa, ainda não cumpriram o acordo relativo à refinaria (esta ação ocorreu na inauguração da barragem Yathé que atravessa o rio Tula).

Com relação ao cancelamento do projeto, a União Nacional dos Trabalhadores do Petróleo (STPRM) disse, por meio de uma entrevista com um dos seus membros:

A empresa não tem um desempenho eficaz que resulta em importação do combustível. Expressa nenhum conhecimento sobre a Reforma Energética, suspeito que a próxima etapa é o escudo econômico para Carlos Romero Deschamps, líder do Sindicato dos Trabalhadores do Petróleo, na sequência da aprovação da Reforma (Trabalhador da Pemex, afiliado a STPRM, 12/2013).

No Senado, o presidente da Comissão de Energia, David PENCHYNA, construiu uma fase em que ele não assumiu aprovada a Reforma Energética e a construção da refinaria poderia falhar. Um contexto onde a intenção era aprovar a reforma, o discurso utilizado em tom provocativo, era o de que a Pemex não tinha recursos suficientes para investir em alguns segmentos da cadeia de hidrocarbonetos.

A projeção do orçamento das despesas no ano de 2014 foi \$3.814.000.000 de pesos a Pemex para continuar a refinaria, em comparação com \$130.000.000.000 de pesos que foram anunciados em 2009, o custo do projeto inteiro. Soma que representa cerca de 3% da quantidade total.

Estes sinais são adversos à não realização da refinaria. Atores locais enfrentaram a situação, exigindo um plano alternativo para discutir o orçamento para o projeto, ou determinando pelo cancelamento executivo ou adiamento do trabalho.

Deputados do Partido Revolucionário Institucional (PRI), Partido de Ação Nacional (PAN), Partido da Revolução Democrática (PRD) e da Nova Parceria discutiram a respeito da

construção do projeto da refinaria no Estado de Hidalgo e que o orçamento 2014 não foram contemplados os recursos para esta finalidade.

A refinaria, dentro dos limites municipais de Atitalaquia e Tula, e Hidalgo, tornou-se um projeto desarticulado e estagnado, a especulação financeira e o endividamento dos governos locais também se manifestaram, incluindo a concentração de capital para as empresas MACSA, APISA, Isolux e ICA.

Esses dispositivos foram o centro do argumento no contexto da Reforma Energética, mesmo que fosse útil em nível comunitário, o que permitiu a venda de terrenos, espoliação e *a expropriação camponesa*. As contradições entre os atores sociais envolvidos na questão da refinaria não foram apresentadas no Senado, portanto, não houve antagonismo real que se revelasse à população como um todo, sendo manifesta a ausência de atores como grande parte dos trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores de Petróleo da República Mexicana e dos investidores do capital internacional. Assim, a Reforma Energética aprovada foi o suporte para o fracasso do projeto da refinaria Bicentenário.

É essencial, nesta pesquisa, analisar como foi o processo de instalação da refinaria Bicentenário e como o Estado Nacional de Competência permitiu a apropriação dos recursos naturais e materiais, e aqueles localizados na região de Atitalaquia-Tula, Hidalgo. Também como ocorreu a apropriação do espaço agrícola pelo capital financeiro, por meio da indústria do petróleo.

## CAPITULO 2 – Os grupos sociais na região

Os grupos sociais mais do que ser uma organização sólida são redes unificadas. Se constituem por sua identidade coletiva, o que pressupõe a elaboração participativa de um horizonte histórico comum e a definição do próprio (ZEMELMAN, 1997). Três momentos de análise que se referem às formas de constituição do sujeito:

- 1) O momento de o individual, o familiar, o cotidiano
- 2) O momento do coletivo –da identidade, do horizonte histórico compartilhado
- 3) O momento da força do projeto, como capacidade de implementar práticas dotadas de poder (ZEMELMAN, 1997).

A ação social é o exercício em que são afetadas várias pessoas. Origem e consequência da estrutura, esta teoria concebe a sociedade como uma máquina, ou o sistema gerado pela atividade intencional e a faculdade humana de produzir sentidos e de viabilidade com os de providências, por isso, a ação concebe a estrutura como um derivado desta e vice-versa.

A ação que é orientada pelas de ações de outros, as quais podem ser passadas, presentes ou esperadas como futuras. Isto é, ação social é qualquer movimento de um ou vários sujeitos em relação. Quando a cor vermelha indica os motoristas pararem e os pedestres possam atravessar a rua, é um claro exemplo, de uma ação social, pois a decisão de não parar o automóvel como impedi-lo esta se refere a outros sujeitos que circulam pela rua (WEBER, 2004).

O grupo social não tem uma consciência de identidade única, só mediante a luta com seu adversário esse contexto se delinea, por isso é que o movimento social se constrói como tal na prática e essa práxis centra-se em: a) as motivações para a ação, necessidades, as crenças, as classificações que levam à organização (BOLOS, 1999; De la ROSA e LUNA, 2007). Uma ação social pode propiciar que vários atores sociais constituíam um movimento social, um sujeito social.

A ação onde os grupos sociais confrontaram-se foi o projeto da refinaria Bicentenario, aí interveio os camponeses, governo, capitais e Petróleos Mexicanos. Os grupos sociais estavam presentes no domínio da promoção da refinaria Bicentenario e frente a ele através da apropriação e espoliação do espaço. Refira-se que nem espaço está no sujeito, e o mundo está no espaço.

## ***2.1 Desenvolvimento no espaço dos grupos industriais***

Assim, no que diz respeito ao conflito essencial no caso do desenvolvimento industrial como ação conjunta dos grupos sociais na região de Tula-Atitalaquia. Não é possível analisar sobre o enigma do que aconteceu primeiro: o corredor industrial Tula-Jorobas, como espaço de fluxos e fixos, na instalação da refinaria Miguel Hidalgo ou a fábrica do cimento Henry Gibbon.

Pudemos notar que a razão entre a realização dessa artéria deveu-se à construção da refinaria Miguel Hidalgo, mas não é o caso, seria uma relação falsa; uma abordagem possível é a proximidade do Estado de Hidalgo com a Cidade do México. Houve uma grande força industrial e política que surgiu como resultado da fase chamada milagre mexicano no padrão primário exportador, uma vez que, no Distrito Federal e no Estado do México, concentrou-se um grande número de ramos econômicos que, de alguma forma, espalhou territórios da chamada região centro (Querétaro, Puebla, Tlaxcala, Hidalgo, Morelos, Estado do México e Cidade do México).

Tal força caracterizou-se pela sua inclinação industrial dinamizada, e o recurso que resolveu o problema dessa demanda foram os hidrocarbonetos, mas não os hidrocarbonetos como o querosene que, durante o século XIX, servira para iluminar as aldeias mexicanas, mas sim o óleo refinado. Pela demanda que exigia a região central e como resultando de um problema de política foi estabelecida a refinaria Miguel Hidalgo, em 1976, surgindo a partir dela, consequências colaterais, como a rota de distribuição de petróleo, resolvendo o problema da região Tula-Jorobas. Aproveitando logo a força de trabalho de localização e infraestrutura, outras empresas vieram para acentuar a vocação industrial que surgiu a partir do cimento e refinaria.

Sennett (1997), diz que cidades como as que foram construídas ao redor da refinaria Miguel Hidalgo, Tula e Atitalaquia, possibilitaram muitos pontos de contato social, o que não deu certo, posto que naquela região fazem parte as diferenças dos produtores agricultores, trabalhadores da indústria e trabalhadores do petróleo. O que pode ser observado nas áreas urbanas é a justaposição de áreas agrícolas e áreas de produção industrial, que se tornaram importantes no momento em que as pessoas experimentaram o território de forma sensível, cansaço na jornada de trabalho, sofrimento, desejo, propriedade essencialmente irredutível, espacialidade do indivíduo.

Pudemos assistir na região Atitalaquia-Tula, Hidalgo, às atividades econômicas, as

quais estão organizadas em redes planetárias, fortemente concentradas no desempenho produtivo e tradicional no seu funcionamento. Um exemplo é a refinaria Miguel Hidalgo, na região em questão, onde dia a dia, as relações se tornaram mais internacionalizadas.

A refinaria Miguel Hidalgo tem uma área total de 749 hectares, é uma das principais produtoras de petróleo bruto e a maior consumidora de combustível. Processa 24% do total de bruto refinado no México e tem, atualmente, uma capacidade de refino de 325.000 barris por dia. A área de produção é composta por 10 setores, incluindo plantas de processo, plantas ecológicas, sistemas de bombeamento, armazenagem de produtos e do setor de serviços auxiliares. Ela tem duas clínicas de emergência, hospital de especialidades médicas, um centro de desenvolvimento infantil, duas escolas primárias, uma zona residencial para funcionários de confiança, duas colônias para o pessoal sindicalizado, um hotel e uma associação desportiva.

O mais recente investimento da Pemex na refinaria Miguel Hidalgo adicionou \$753.000.000 pesos aos mais de dois milhões de pesos investidos em cada uma de suas membranas flutuantes para tanques e terminais de vendas, além de \$500.000 pesos em cada um dos seus sistemas de navios-tanque, de enchimento do tanque e na parte inferior de cada terminal.

O valor das exportações de petróleo e derivados da Pemex foi de quase \$48.600.000.000 pesos, em 2013, com cerca de 90% do petróleo bruto. Enquanto isso, as importações totalizaram US\$28.330.000.000 de dólares, na sua maioria por produtos de petróleo, como a gasolina (FORBES, Pemex analisa importações de petróleo bruto no ano de 2014 – 17 de março de 2014).

Sob a forma de produção e concentração espacial, observa-se um parque industrial em Atitalaquia, incorporado à Central Industrial de fósforo, fundada no México desde 1885 por empresários vascos. Possui mais de 50% do mercado, imaginando que os mexicanos consomem 100.000.000 de caixas de fósforos por mês, o que é indicativo da força estratégica da região.

Foto 4. Parque industrial



Organização: Luis Alberto Luna Gómez, 2015.

O centro de distribuição Home Depot, localizado no parque industrial Atitalaquia, abriga 22.000 produtos em uma área aproximada de 42.000 metros quadrados, com um aumento de capacidade de 85.000 m<sup>2</sup>. Esse centro de distribuição abastece pedidos acima de 70% de cerca das 75 lojas Home Depot em todo o país, com uma movimentação de carga estimada em cerca de \$650,000,000 de pesos.

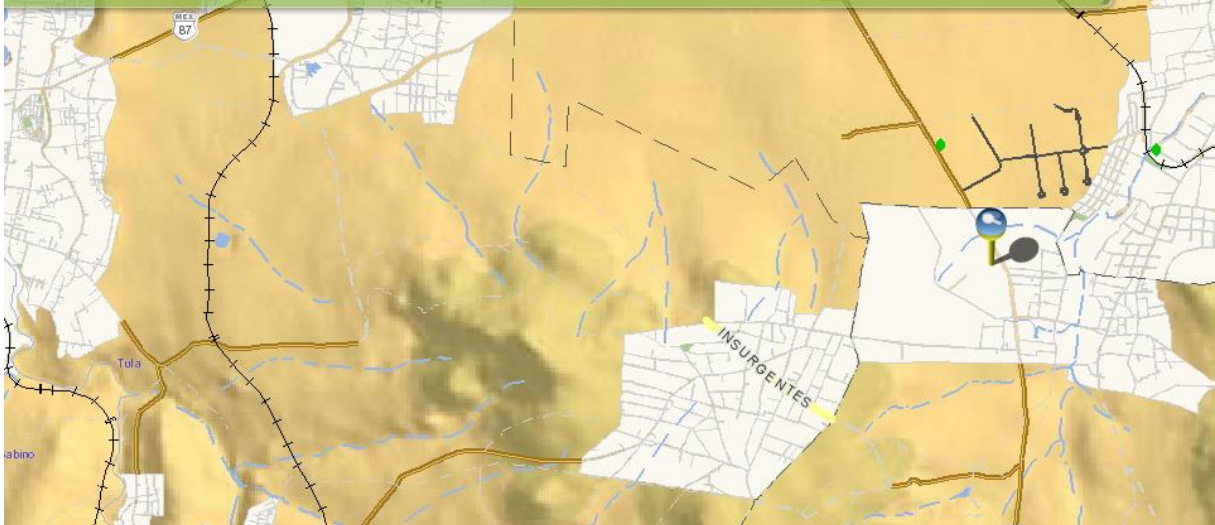
Sigma Alimentos é também um dos maiores distribuidores que estão localizados no corredor Tula-Jorobas, com o abastecimento de frios, queijos, iogurtes, outros produtos lácteos, alimentos processados e carnes. É fonte de emprego para cerca de 33.000 pessoas, conhecida por cobrir uma vasta gama de produtos alimentares.

Como Veltz (1999, p. 55) diz, no corredor Jorobas Tula observa-se um espaço homogêneo e fraturado. Paradoxalmente, junto à homogeneização industrial se acentuam as diferenças da pequena escala, tanto em atividade, renda, produção, cobertura nacional e internacional, embora não deixe de ter uma forte concentração de fabricação manufatureira. Também, pode ser visto que, na região, apesar do crescimento industrial, também coexiste produção agrícola.



Foto 5. Parque industrial. Diretório de Unidades Econômicas (DENUE)

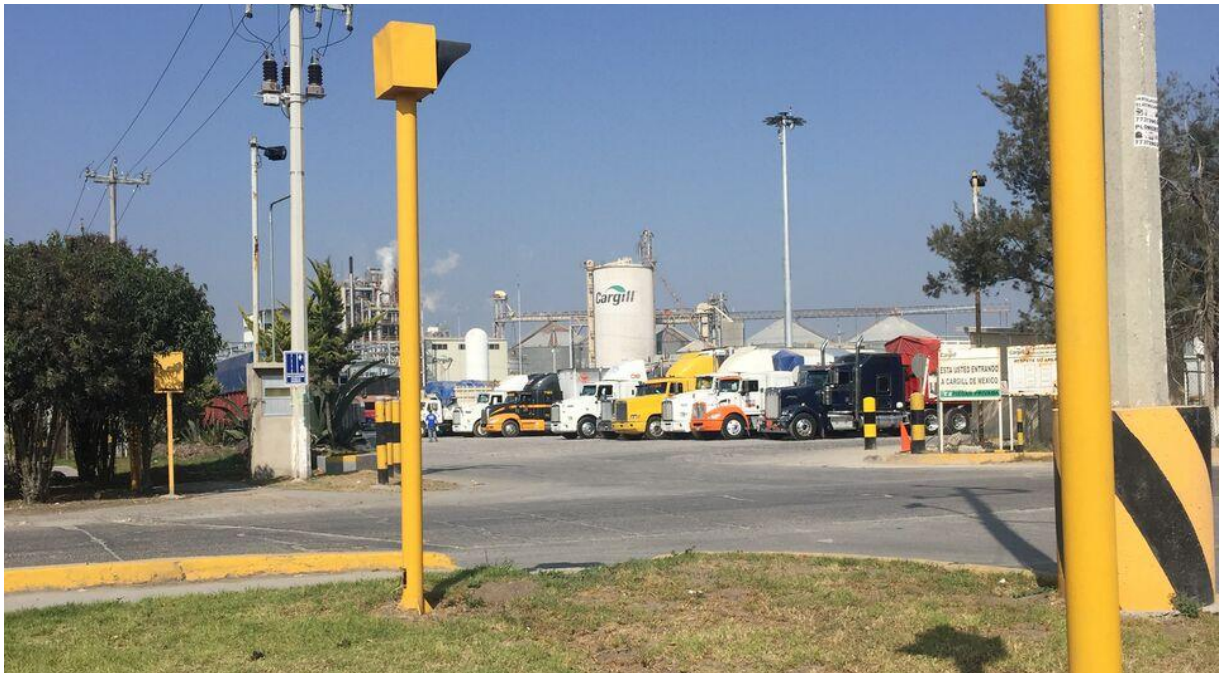
ID	Nombre del establecimiento	Entidad, Municipio, Localidad, Colonia	Área de influencia	Detalle
1534051-8946	COMPañIA CERILLERA LA CENTRAL SA DE CV	HIDALGO, ATITALAQUIA, UNIDADES ECONÓMICAS GRANDES FUERA DE LOCALIDAD, PARQUE INDUSTRIAL ATITALAQUIA	Crear	Ver ficha
1534387-5051	SIGMA ALIMENTOS CENTRO	HIDALGO, ATITALAQUIA, UNIDADES ECONÓMICAS GRANDES FUERA DE LOCALIDAD, PARQUE INDUSTRIAL ATITALAQUIA	Crear	Ver ficha
1534150-7318	CONSTRUCCIONES INDUSTRIALES TAPIA SA DE CV	HIDALGO, ATITALAQUIA, UNIDADES ECONÓMICAS GRANDES FUERA DE LOCALIDAD, PARQUE INDUSTRIAL TULA ATITALAQUIA	Crear	Ver ficha
1534392-2246	BARCEL SA DE CV	HIDALGO, ATITALAQUIA, UNIDADES ECONÓMICAS GRANDES FUERA DE LOCALIDAD, PARQUE INDUSTRIAL ATITALAQUIA	Crear	Ver ficha
1534383-848	LABORATORIOS GRIFFITH DE MEXICO SA DE CV	HIDALGO, ATITALAQUIA, UNIDADES ECONÓMICAS GRANDES FUERA DE LOCALIDAD, PARQUE INDUSTRIAL ATITALAQUIA	Crear	Ver ficha
1534432-7960	INDUSTRIAS DE HULE GALGO SA DE CV	HIDALGO, ATITALAQUIA, UNIDADES ECONÓMICAS GRANDES FUERA DE LOCALIDAD, COLONIA PARQUE INDUSTRIAL TULA	Crear	Ver ficha
1534052-2396	INDUSTRIAS DE HULE GALGO SA DE CV	HIDALGO, ATITALAQUIA, UNIDADES ECONÓMICAS GRANDES FUERA DE LOCALIDAD, PARQUE INDUSTRIAL TULA	Crear	Ver ficha



Organização: Luis Alberto Luna Gómez, 2016. INEGI (2016).

Sem esse corredor e forte produção agrícola na região, não se podia falar estritamente de economia de escala. A existência de economias de escala e da indivisibilidade da produção significa que as empresas geograficamente localizadas têm um poder de mercado específico sobre os consumidores localizados nas proximidades, como é conhecido o Estado de Hidalgo que tem um papel central para a indústria, porque, a partir dele, pode-se distribuir para os sete Estados da região econômica centro (VELTZ, 1999; BATALLA, 1990). Escusado será dizer que os efeitos indiretos que as diversas atividades realizadas no corredor Jorobas-Tula produzem novos espaços.

Foto 6. A indústria em Atitalaquia



Organização: Luis Alberto Luna Gómez, 2015.

A história de Atitalaquia-Tula tem a ver com as artérias que ligam a região metropolitana da Cidade do México com os Estados adjacentes, os quais fazem parte de uma região economicamente interligada, revela Bassols Batalla (1969). A região encontra-se na linha da estrada que liga a área ao Estado de Querétaro.

A razão pela qual o corredor penetra a cidade de Hidalgo deve-se a fatores como a expansão da área metropolitana da Cidade do México, pois a estrada permite incluir a mesma área para chegar a destinos alternativos como o Pachuca e, dessa forma, chegar também a Puebla, Tlaxcala e Cuernavaca.

Entre os antecedentes, pudemos localizar os centros urbanos, cuja coluna é pré-colombiana, particularmente a cidade Tepeji do Rio, que se encontra na base da estrada México-Querétaro. Essa estrada repousa sobre o caminho que seguiu para o norte do território e atravessou a cidade de Querétaro, uma das maiores do Vice-Reino da Nova Espanha. Há dois galpões industriais que estão contribuindo para a transformação da região, um deles com seus recursos naturais, o que levou, ao final do século XIX, à instalação da primeira companhia do cimento na região. Em 1881, o Inglês Henry Gibbon construiu sobre parte de sua propriedade, que tinha o nome Jasso, a fábrica de cimento Cruz Azul.

No século XX, pode-se perceber na região um desenvolvimento de carácter industrial com a introdução do cimento e o trabalho de extração de cal; trabalhos que acompanham a

limitada produção agrícola devido a certas características do meio ambiente, pois a região é classificada como semideserto.

Com o projeto de construção da refinaria Miguel Hidalgo planejou-se a construção da estrada Jorobas-Tula, ferrovia e colônia habitacional para os trabalhadores da Pemex. Em meados do século XX, expandiu-se o desenvolvimento da região, devido à instalação de termelétricas, a refinaria e o corredor industrial, assim como o canal de drenagem de águas residuais procedentes da Cidade do México.

## 2.2 Grupos rurais precarizados: camponeses, trabalhadores e emigrantes

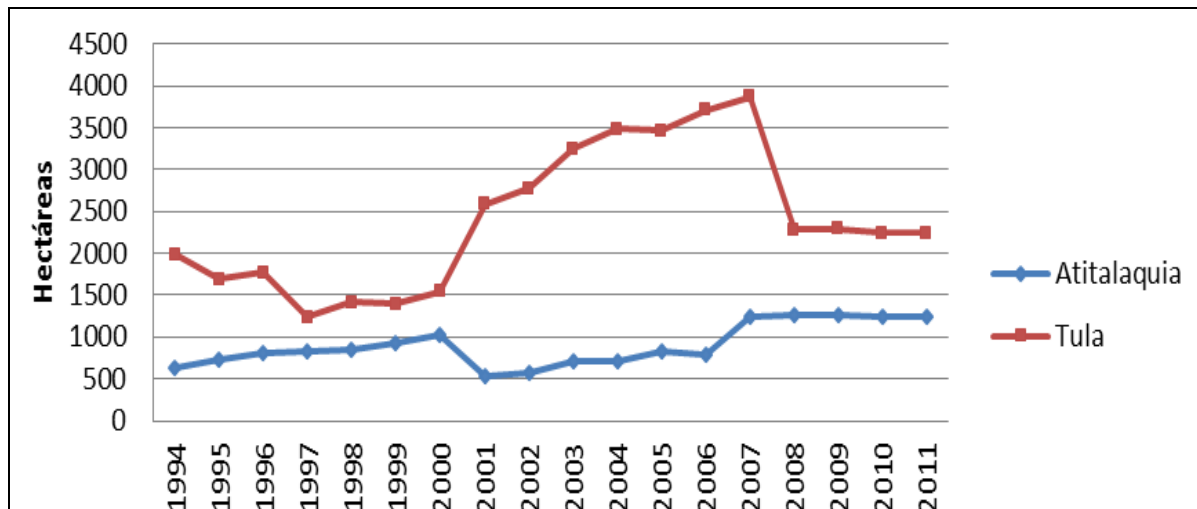
O esgoto permitiu a produção agrícola na região, principalmente no milho, alfafa, pimentão e feijão. Nos dois gráficos seguintes percebe-se a produção de milho e alfafa nos municípios de Atitalaquia e Tula e Hidalgo, de 1994 a 2011. Os gráficos mostram a queda na produção agrícola. (Gráficos 6 e 7).

Gráfico 6. Milho área colhida, 1994-2011



Luis Alberto Luna Gómez, 2014. Com base no INEGI (2004-2011).

Gráfico 7. Área de alfafa colhida, 1994-2011



Luis Alberto Luna Gómez, 2014. Com base no INEGI (2004-2011).

A força de trabalho é uma mercadoria, mas as condições que regem sua mobilidade são muito especiais. É a única mercadoria que pode chegar ao mercado por seus próprios pés (HARVEY, 1990, p. 384). A rede, a seguir, mostra a migração em todo o Estado de Hidalgo; na região de Atitalaquia-Tula há pouca emigração para os Estados Unidos, registrada pelo INEGI (2010). (Figuras 6 e 7), o que pode ser notado na rede que relaciona os municípios, Atitalaquia e Tula com os diferentes Estados da República Mexicana e Estados Unidos da América do Norte. (Tabela 2).

Os capitais internacionais e a globalização são montadas com a precarização da mão-de-obra, enfatizam Castilla e Labrecque (2009), juntamente com Pedrero (2003), afirmam que as maquiladoras baseiam-se atualmente, em desigualdade maior entre os gêneros, permitindo a integração das mulheres nos mercados de trabalho.

A armadilha consiste em que a acumulação global se sustenta sobre o trabalho das mulheres assalariadas como não assalariadas, além disso, que o máximo esforço comprovado por mais anos de escolaridade e horas de trabalho não é recompensado com melhores salários. A desigualdade das mulheres, aponta Pedrero (2003) e de Castilla e Labrecque (2009), é considerada uma condição essencial para a perpetuação do crescimento econômico, ao mesmo tempo, reativa a desigualdade entre os sexos. A atividade de trabalho precária e flexibilizada se realiza por mulheres, mães solteiras e responsáveis por suas famílias, a dominação, o trabalho e as condições de emprego transgridem a ordem econômica que se torna uma extensão das exigências laborais.

E o lar não é apenas um campo de produção econômica de precarização, é, sobretudo, onde se

realiza a reprodução das estruturas sociais complexas e contraditórias, uma vez que lá se encontra o amor, carinho, solidariedade e, às vezes, a violência doméstica, acompanhada de relações de poder (Castilla e Labrecque, 2009, Castilla e Torres, 2009).

Antes de chegar as maquiladoras no sul do país, a maioria das mulheres se dedicavam às tarefas domésticas no seio do lar. As mais jovens são conhecidas como trabalhadoras domésticas e cuidando de crianças, prestando os seus serviços às famílias que gozavam de maior poder econômico (Castilla e Labrecque 2009). Grande parte das trabalhadoras em fábricas de montagem constituem mão-de-obra sem experiência prévia no mercado de trabalho manufatureiro (Castilla e Torres, 2009).

Uma entrevista realizada por Castilla e Torres (2009), demonstrou a percepção das trabalhadoras que não tinham tido experiência na produção industrial:

Na verdade, o trabalho sim ajuda, porque seja pouco o salário, você sabe que você tem e você pode ir em frente. Tens seguro social, você tem aguinaldo, você tem utilitários, prestações, você tem várias coisas lá. De fato eu tenho uma casa, graças às facilidades para aquisição de habitação, que dá a empresa. Agora alugo esta casa e pois me ajudou em seus pagamentos (Castilla e Torres, 2009).

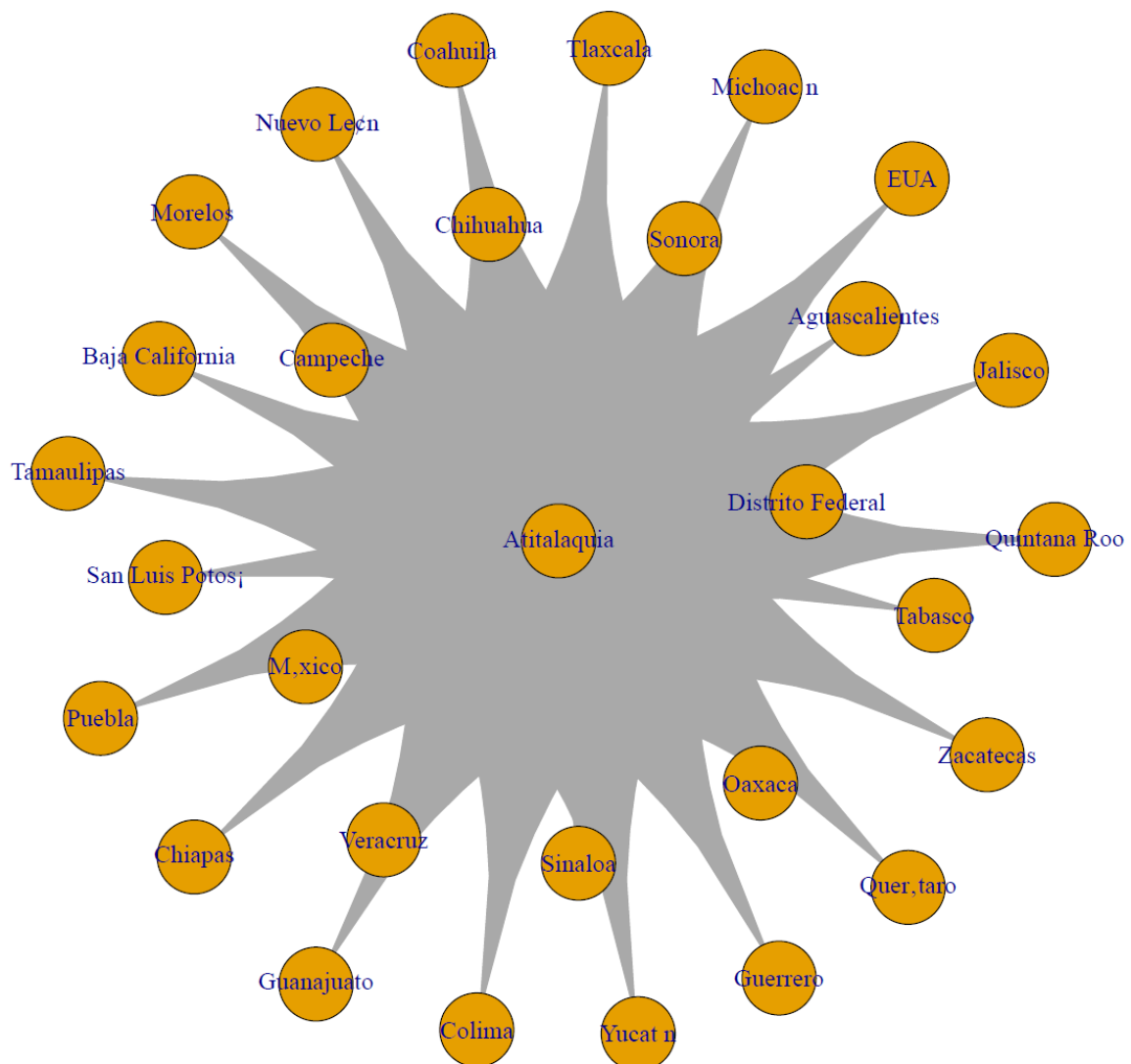
Na região encontram-se inseridas as maquiladoras em vários municípios, segundo a população desde o período de governo de Luis Echeverria (1970-1976), as comunidades se inicia o trabalho de costura, através de cursos de capacitação, para que as mulheres rurais de aprender o manejo das máquinas e, posteriormente, sobre a infra-estrutura e máquinas concedidas ao arrabalde como indenização. A Refinaria Miguel Hidalgo, propôs encaminhar um projeto de modernização, que permitiria a unidade doméstica adquirir maior número de recursos que obtinha com suas culturas e a emigração para a Cidade do México. Agora, o governo de Hidalgo aposta no desenvolvimento de um conglomerado de obras que integram a força de trabalho camponesa.

A ruralidade é um território fértil para o despojo. Com a ilusão de gerar riqueza para essas regiões, as maquiladoras são inseridas nestas áreas, mas depois de um tempo excessivamente curto, arrasaram com a pouca riqueza natural e deixam um quadro de doenças, devido à longa jornada de trabalho a que são submetidos e as condições de escravidão revestida. O caso particular é o Vale do Mezquital, Estado do México, e as zonas francas do país, como Ciudad Juárez e Tijuana, lugares onde se encontra uma grande quantidade de processamento de têxteis, produtoras de roupa feminina. Consequentemente, são os locais mencionados os de maior feminicídio no país. Para o ano de 2005, estima-se que

o número de trabalhadores em fábricas de montagem em cidades não-fronteiriças era de 441,000 trabalhadores, predominando o trabalho feminino na indústria do vestuário e do vestido (De la O, 2006).

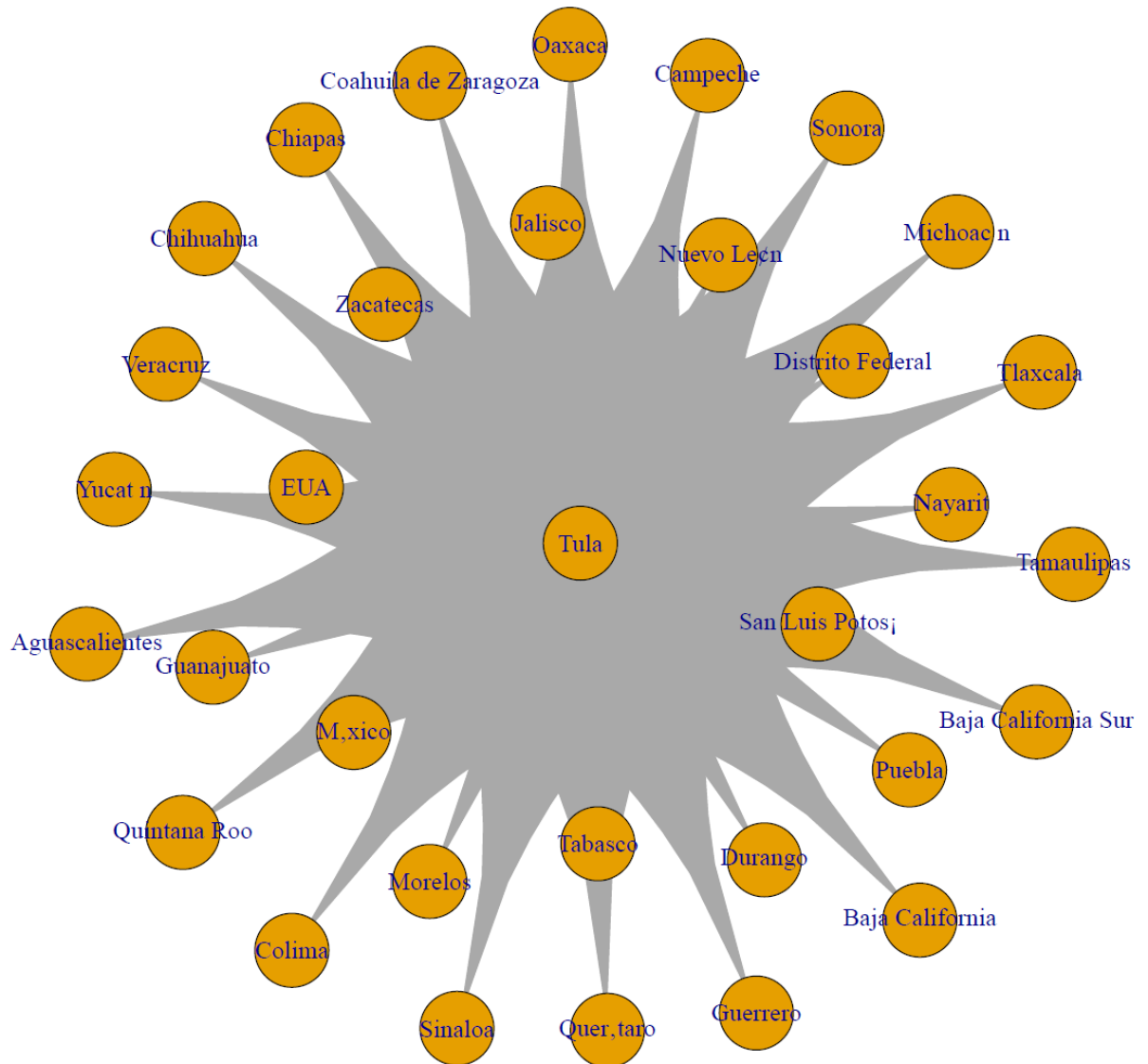
As experiências não têm sido fáceis de aceitar, na region ambos os gêneros tiveram desafios a superar, têm enfrentado espaços irregulares por contingência, mesmo que já não correspondem ao passado com a imagem nostálgica do rural, nem a saudosa, luminosa e a modernidade sofisticada, áreas mixturadas. Onde antes só havia homens já acessam as mulheres e vice-versa. A costura além de ser uma atividade forte na região também se realiza por ambos os gêneros nos estados unidos, assim o confirmam as entrevistas realizadas por Emma Zapata e Blanca Suárez (2012) ao referir-se em um testemunho por uma jovem de 29 anos que seu irmão e irmã trabalham na costura.

**Figura 5. Atitalaquia. Rede de intensidade de população emigrante a os estados e EUA, 2010**



Luis Alberto Luna Gómez, 2016. Com base no INEGI (2010).

**Figura 6. Tula. Rede de intensidade de população emigrante a os estados e EUA, 2010**



Luis Alberto Luna Gómez, 2016. Com base no INEGI (2010).

**Tabela 2. Atitalaquia-Tula: população emigrante a os estados e EUA, 2010**

Origen	Destino	Total	Hombres	Mujeres	Origen	Destino	Total	Hombres	Mujeres
Atitalaquia	Aguascalientes	14	4	10	Tula	Aguascalientes	57	31	26
Atitalaquia	Baja California	22	13	9	Tula	Baja California	68	41	27
					Tula	Baja California Sur	8	3	5
Atitalaquia	Campeche	4	2	2	Tula	Campeche	18	8	10
Atitalaquia	Coahuila	1	0	1	Tula	Coahuila	51	20	31
Atitalaquia	Colima	4	2	2	Tula	Colima	20	8	12
Atitalaquia	Chiapas	5	4	1	Tula	Chiapas	46	16	30
Atitalaquia	Chihuahua	14	5	9	Tula	Chihuahua	82	38	44
Atitalaquia	Distrito Federal	391	196	195	Tula	Distrito Federal	1,201	635	566
					Tula	Durango	22	10	12
Atitalaquia	Guanajuato	48	21	27	Tula	Guanajuato	156	72	84
Atitalaquia	Guerrero	5	3	2	Tula	Guerrero	92	41	51
Atitalaquia	Jalisco	20	8	12	Tula	Jalisco	67	36	31
Atitalaquia	México	399	195	204	Tula	México	996	466	530
Atitalaquia	Michoacán	15	9	6	Tula	Michoacán	117	54	63
Atitalaquia	Morelos	7	6	1	Tula	Morelos	68	30	38
					Tula	Nayarit	8	3	5
Atitalaquia	Nuevo León	35	18	17	Tula	Nuevo León	82	43	39
Atitalaquia	Oaxaca	27	12	15	Tula	Oaxaca	114	52	62
Atitalaquia	Puebla	58	27	31	Tula	Puebla	183	99	84
Atitalaquia	Querétaro	50	28	22	Tula	Querétaro	194	101	93
Atitalaquia	Quintana Roo	8	7	1	Tula	Quintana Roo	17	11	6
Atitalaquia	San Luis Potosí	15	5	10	Tula	San Luis Potosí	58	28	30
Atitalaquia	Sinaloa	18	8	10	Tula	Sinaloa	29	13	16
Atitalaquia	Sonora	2	1	1	Tula	Sonora	39	22	17
Atitalaquia	Tabasco	11	5	6	Tula	Tabasco	26	14	12
Atitalaquia	Tamaulipas	71	36	35	Tula	Tamaulipas	187	89	98
Atitalaquia	Tlaxcala	4	2	2	Tula	Tlaxcala	42	19	23
Atitalaquia	Veracruz	68	34	34	Tula	Veracruz	247	124	123
Atitalaquia	Yucatán	1	1	0	Tula	Yucatán	9	5	4
Atitalaquia	Zacatecas	2	1	1	Tula	Zacatecas	9	5	4
Atitalaquia	<b>EUA</b>	<b>85</b>	<b>63</b>	<b>22</b>	Tula	<b>EUA</b>	<b>621</b>	<b>431</b>	<b>190</b>

Luis Alberto Luna Gómez, 2016. Com base no INEGI (2010).

O conceito de relação social, retomando o fundamental de Kergoat (2003) é definida como uma tensão que percorre a sociedade, esta tensão cristalizada, pouco a pouco, os desafios em torno dos quais os seres humanos se enfrentam sem cessar, para produzir



sociedade, para reproduzi-la ou para inventar novas maneiras de pensar e de agir. Tais desafios são constitutivos dos grupos sociais. Estes últimos não estão dados de antemão, mas que se criam em torno a esses desafios, através da dinâmica das relações sociais em um espaço como o analisado que claramente mostrou suas características rurais. Finalmente, as relações sociais são múltiplas e nenhuma delas determina a totalidade do campo que estrutura. Juntas tecem a trama da sociedade e aumentam sua dinâmica: são consubstanciais.

É preciso contrapor qualidades e classificação acrescentando igualmente uma outra oposição, enquanto que a classificação masculina, individual e coletiva, que se constrói socialmente, as qualidades femininas referem-se ao indivíduo ou ao gênero feminino, e são adquiridas através de um processo de aprendizagem vivido erroneamente como individual pelo fato de que se realiza na chamada esfera do privado. O anterior, vem se apresentando para fundamentar alguns processos encontrados na região e que Maier (2006) aponta como a comoção socioeconômica e cultural implícita no processo de emigração e revogação residencial, os quais contribuem para a emergência de novas representações do que é ser mulher no imaginário coletivo das comunidades rurais de recepção, mas também nas comunidades rurais.

Os alcances genéricos da ausência masculina, por causa da emigração de trabalho para o Estados Unidos, pagam uma experiência contraditória para as mulheres, que misturam novas experiências de empoderamento como sujeitos de direitos e leis, com uma sobrecarga de trabalho e responsabilidades que inscreve a sensação física e emocional de movimentos e exaustão dos processos de subjetivação. Essa disputa na conformação do sujeito feminino enquadrado no fenômeno emigratório, integra um ethos sentimental que contrasta sentimento de perda, dor, humilhação, culpa, cansaço emocional e uma sensação profunda de vitimização, com o autorreconhecimento progressivo da individualidade feminina, o direito a ter direitos, a apropriação crescente das liberdades pessoais e a constituição de um sujeito que, cada vez mais informa e forma a sua vida com suas próprias opiniões, desejos e decisões (Maier, 2006).

A região Atitalaquia-Tula, Hidalgo é a síntese de múltiplas determinações históricas e espaciais. Para observar essas determinações temos que ligar a escala regional, com outras escalas de influência.

Em nível do Estado Nacional de Competência como já mencionamos, temos a política de posicionamento e desregulamentação, através de reformas que ocorrem por pressões globais (HIRSCH, 1996; HIRSCH, 2011). No Estado de Hidalgo, a escala local pode ser

considerada como de adaptação, em que os sistemas implantados são compatíveis com o mercado para maximizar o potencial local (PECK, 2010, p. 81).

As reformas implementadas em 2013, pelo governo mexicano, liderados por Enrique Peña Nieto, não são mais locais; literalmente, assumem um significado mais amplo no processo interescalar em que a cidade é uma parte ativa, como pode ser mostrado na Tabela 3.

Tabela 3. Escalas de intervenção do projeto da refinaria Bicentenário.

	Pessoal	Casa	Comunidade	Local	Nacional	Global
Global						Convenções políticas: Rodada Uruguai; O Acordo de Livre Comércio com América do Norte; e da Organização Mundial do Comércio
Nacional					Reformas pouco ou nada favorecem o sector social e clima político antibienestar social	Pressão descendente sobre gasto social agregado ; Maximizar a participação do trabalho assalariado , a naturalização do emprego contingente; racionamento de suprimentos e serviços do padrão de exportação primária de acordo com os critérios de empregabilidade.
Local				Serviços residuais de assistência social sujeitos às condições do mercado de trabalho local	Regulamento financeiro, regimes locais de trabalho flexíveis; reforma sobre os gastos sociais , formação de local; concurso para que algo terá lugar dentro de seus limites administrativos.	Transferência de políticas transnacionais para modelos de reforma locais; Pressão descendente sobre os gastos sociais , formação de novas comunidades políticas e redes de reforma; e rede local defende políticas de trabalho flexíveis
Comunidade			Burocracias nível da rua, defesa das bases do Estado	Programas expressos de trabalho os benefícios e serviços do Estado	Negociação de flexibilidade local sem relação aos objetivos nacionais	Configurações do mercado de trabalho local para novas regras de engajamento. Lutas em torno da distribuição e extensão dos benefícios do Estado.
Casa		Regras homem da casa e da estratégia de apresentar o rendimento do agregado familiar	Controle de beneficiários da previdência social	Indiferença à renda e requisitos do tempo de trabalho.	Transferir os riscos de ajustamentos do mercado de trabalho.	Padronização de renda e insegurança no emprego entre as famílias pobres.
Pessoal	Internalização da ética do trabalho. O estresse psicológico, social e económico	Distribuição de alimentos	Aplicação prática das exigências de trabalho.	Aplicação do dependência de baixa remuneração. Promoção do espírito individual, as TIC's e das PyME	Aplicação de trabalho através das fronteiras do tempo e redução das prestações sociais	Exigências de adaptação e flexibilidade no contexto da desregulamentação do mercado de trabalho.

Essas escalas têm uma função importante na constituição das mudanças político-econômicas, e das ações de gestão, formuladas a partir do padrão secundário de exportação, da globalização econômica e da incapacidade do governo de criar estratégias de ajustamento competitivas. Também incluiu a perspectiva de reduzir a robustez do Estado e a desregulamentação dos negócios, a fim de tornar o país atraente para o capital estrangeiro, como será visto mais adiante com a reforma energética, os artigos 25, 27 e 28 que tinham, no passado, um sentido da soberania territorial do Estado mexicano (PECK, 2010, p. 93; HIRSCH, 2001; HIRSCH, 2011).

A proposta da refinaria Bicentenario surgiu como uma reação à crise global de 2008, e foi uma ação essencialmente apoiada com liberação de capitais, favorecendo ao capital privado.

### **2.3. *Subsunção e cumplicidade dos grupos sociais***

Quanto aos grupos sociais, importa também a sequência e atualização das estruturas culturais, gerando expectativas e esperanças coletivas, como se pronunciam publicamente nas propagandas, desde um corpo construído socialmente, além das configurações individuais-locais que se articulam com as identificações de grupos específicos, como os sindicatos e os agricultores (FABRE, 2009: 97).

Os grupos sociais estavam presentes no domínio da promoção da política de posicionamento, e frente a ele, através da apropriação do espaço antes mantido por outras atividades econômicas. Quanto à relação dos trabalhadores do petróleo agrupados no Sindicato dos Trabalhadores Petroleiros da República Mexicana (STPRM), a Pemex e o Estado em geral, mostravam que uma situação de acoplamento e de centralização surgira devido à boa relação tripartite.

Como uma ação detonante, na região encontrava-se um projeto de *autodidactismo solidário*, ou seja, uma experiência de círculos de estudos educativos com adultos indígenas hñahñu do Vale do Mezquital, uma missão que resultou em um modelo de desenvolvimento integral de autogestão e cujo apoio pedagógico foi a proposta de conscientização de Paulo Freire. Note-se que o projeto, não se expressa, abertamente, como um trabalho de educação popular rebelde para a formação de uma revolução ou mudança social, muito recorrente nessa altura.

O *autodidactismo solidário* ocorreu em 1975, na região de estudo, iniciado por um

grupo de conselheiros, após sua demissão do Centro de Educação de Adultos (CEDA), agência do governo, que foi criada pelo acordo entre a Fundação Friedrich Ebert da Alemanha e o Patrimônio Indiano do Vale do Mezquital. Houve a redução de textos em ciências sociais para a formação primária intensa de adultos em colaboração com o Centro para o Estudo da Mídia e Procedimentos de Educação Avançada (CEMPAE).

Ao deixar o grupo consultivo, desaparece o CEDA, agora grupo independente, fundando a associação civil Serviços de Educação de Adultos (SEDAC). Ao alterar a sua estratégia de adaptação à nova situação social de seus alunos, um projeto como esse tem uma vida de seis anos e é uma prática constante para projetos comunitários futuros, tais como a organização de vários grupos de estudo e alfabetização.

Salvador García Angulo, coordenador SEDAC, mencionou: "A educação não será mais o núcleo do programa, mas uma dimensão sempre presente e que acompanha os processos do desenvolvimento econômico: serviços da produção, comercialização e da comunidade" (Fala com grupo focal, 03/2010).

O projeto teve, ao início, um modelo de pesquisa sobre as necessidades sentidas pela população envolvida, e só na prática do processo educativo tornou-se a encontrar uma consciência crítica dos grupos comunitários (CÁRDENES, GARCÍA e GARCÍA, 2008).

Segundo a Comunidade, o projeto centra-se em três princípios:

- a) A educação de adultos deve começar a partir da análise de sua própria realidade para gerar uma consciência crítica; b) Aprende-se melhor quando o que o aprendido é implementado para resolver as suas próprias necessidades; c) O método é baseado na auto avaliação e em círculos de estudo (fala com grupo focal 03/2010).

A proposta que teve a organização foi chamada *Nuestro Proprio Camino*, constituindo o modelo educacional para a autogestão e desenvolvimento da comunidade dos fazendeiros da região (GARCÍA, 1991: 297). Essa autogestão é concebida como: “uma forma ativa para compreender e trabalhar em projetos comunitários, que vão desde o interior dos processos de si, o significado da participação coletiva, ou seja, buscar juntos a organização, análise, decisões e ações”. (Grupo focal 03/2010).

O trabalho comunitário, conforme dizem os camponeses:

Faz ênfase, a área espacial em que coexistem em uma relação particular, neste caso, o processo de produção e construção, território e a coletividade. Refere à qualidade do comum, às vezes referido como partilhada e aplicada a uma área mais ampla para designar um concelho, província e região (fala

com camponeses 03/2010).

O SEDAC, diz a comunidade: “influencia na região, como um canal de interação através do qual os aprendizados [que] abordam esse fenômeno, que chamamos de capital humano, é potencializado”. Ele também desenvolveu como um ator social cuja estratégia era alcançar uma visão compartilhada de uma vida digna, com táticas para a melhoria da qualidade de vida de cada um dos habitantes da região, de acordo com seus próprios objetivos e metas, baseado na solidariedade de todos aqueles que acompanharam o processo.

Assim, na região, houve também estudos abordando os impactos sobre os aspectos de organização, comunicação, equidade de gênero, o aumento da receita, melhoramento da infraestrutura, a integração do mercado e participação de projetos produtivos.

O SEDAC manteve discussão em a relação à burocracia estatal, uma vez que dentro da sua análise, enquadrava o redirecionando dos trabalhos como um passo importante na promoção do desenvolvimento centrado nas pessoas.

A reviravolta organizacional na região, não só dependia de a ligação regular sua função no trabalho diário teve de ser elevado a um projeto transformador, onde os membros deste ator social poderiam compartilhar o imaginário social de um futuro de esperança (Fala com grupo focal 03/2010).

Nessa área de educação, a concepção dos grupos pobres e vulneráveis tornou-se uma força de organização, pois foram estabelecidas metas, táticas e estratégias usadas, não descartando as possibilidade de gerar relações com o Estado, partidos ou organizações políticas, e a decisão de praticá-las ou não, emanando da própria decisão dos grupos (FABRE, 2009: 119). Isso influenciou os grupos a aprovarem o projeto da refinaria, pois ele fazia a promessa do desenvolvimento regional.

Entretanto, um habitante da comunidade de Atitalaquia, disse: “não existe evolução do projeto da refinaria Bicentenario. A acessibilidade à nova refinaria foi construída no arco norte” (Entrevistado em 12/2015). Outra habitante da mesma comunidade fala sobre a refinaria, dizendo: “Só tem cercado o terreno, os moradores queriam participar, mas não, porque a licitação no ganho era uma empresa sediada em Tampico, Martínez Aguilar Construcciones (MACSA)” (Entrevista em 12/2015).

A entrevistada ainda acrescentou:

Eu comentei com várias famílias que se dedicaram à agricultura, eles dizem que depois de haver vendido suas terras, compraram caminhões para o

transporte de cascalho e areia na região, outras mais adquiriram transporte para pessoas, pensando que dias depois de adquirir o transporte íamos ter demanda de passagem. Esta situação não aconteceu. Apresentado os antigos camponeses que - de acordo com Inés - estão tentando vender as vans, pois não foi rentável para eles. Além disso, os moradores estabeleceram, em avenidas principais, cantinas, que agora estão solinhas. (Habitante da comunidade de Atitalaquia, 12/2015).

A entrevistada continuou dizendo: “Entre as lojas tem a venda de bebida alcoólica, supermercados e locais de entretenimento, como bilhar [que foram] feitos para os trabalhadores da Pemex; agora não tem gente, porque a refinaria não foi feita” (Entrevistada em 03/2015).

Em Atitalaquia y Tula, perto do terreno da refinaria, pode-se ver o local onde os camponeses colocaram suas lojas; o espaço de plantio foi removido, permanecendo um espaço de solidão. Durante o trajeto realizado na área, percebemos que o pastoreio ainda está sendo feito nas ruas. Percebe-se que há animais, incluindo as aves, que parecem ter perdido o seu habitat. (Conversa com morador da comunidade de Atitalaquia e Tula, 12/2015).

Com o dinheiro das indenizações pela venda das terras, a comunidade realizou modificações em suas moradas, como afirma uma moradora local: “Destoa da arquitetura do lugar, tão luxuosa, o interior é espetacular, com muitas cores diferentes e acabamentos com materiais modernos”. A casa foi comprada porque, de acordo com seu pai, Luis: “seu enamorado trabalha na refinaria” (Morador de Atitalaquia, 12/2015). Caminhamos através da zona industrial, e pudemos notar a empresa de casas pré-fabricadas pela Office Depot, e outras empresas mais, conforme mostraram esses entrevistados. (Foto 11).

Foto 7. Modificações nas moradas



Foto 9. Trocas em no territorio



Organização: Luis Alberto Luna Gómez, 2015. Foto 1) mostra a forma rural da terra com produção do milho, 2)



mostra a expropriação da terra pela Pemex; y 3) mostra a construção da muralha pelas companhias contratadas para fazer o projeto.

No percurso para a refinaria, paramos no “Ponte Queimado”, onde trabalham com estruturas metálicas. Seguimos uma trilha e nos deparamos com áreas vedadas onde o INAH realizava escavações em busca de vestígios arqueológicos do período pré-hispânica do México. A moradora (Moradora 1) que nos acompanhava disse: “Durante as escavações os arqueólogos encontraram principalmente pratos pré-hispânicos”. E acrescentou: “Estes foram os lugares onde os pré-hispânicos alumbravam com incenso”. (Depoimento em 10/2010). Disse também que: “A área de escavação foi determinada por coordenadas e cálculos” – procedimentos para escavações arqueológicas. Mas nós não tivemos nenhum contato com os arqueólogos para esclarecer essa questão.

**Foto 10. Um dos trajetos percorridos**



Organização: Luis Alberto Luna Gómez, 2015.

Uma moradora da comunidade disse que o confronto com os agricultores e os tumultos começaram quando:

A compra das terras ocorreu entre famílias que desejavam receber uma quantia de dinheiro a partir da expropriação. Conflitos familiares vieram para detonar assassinatos entre membros de famílias e pessoas. Entre os litígios familiares o discurso tinha colocado um pouco mais de esforço no trabalho agrícola, portanto, merecia uma maior renda (Moradora 2, 03/2010).

Outra moradora de Atitalaquia, (Moradora 3), afirmou:

Muitas pessoas da comunidade compraram autos de agência, fizeram expansões e renovações de habitação. Outros vizinhos inverteram em bulldozers na esperança de participar na construção da refinaria. O resultado foi ter máquinas paradas no pátio da casa (Moradora 3 da Comunidade de Atitalaquia, 03/2010).

**Foto 11. Auto-construção III**



Organização: Luis Alberto Luna Gómez, 2015.

Os moradores não receberam treinamento e nem conscientização para gerir o dinheiro e comprar seus lotes, porque a PEMEX estava interessada em amarrar o processo de compra com a solução dos conflitos para a troca da terra, faltando maior transparência nas transações. Isso era recorrente nas falas dos camponeses.

A Moradora 1 afirmou:

A oferta de formação teria sido conflito, porque os moradores queriam seu dinheiro, na organização camponesa estão em desacredito, os participantes de um programa de produção de feijão, comprou um trator para uso comum, observando que o trator não estava sendo fornecimento atempado aos agricultores. Don Mario falou sobre a falta de formação entre os camponeses

que venderam suas terras porque a venda provou ser um dinheiro que desapareceu muito rápido (Depoimento da Moradora 1, da Comunidade, Atitalaquia. 03/2010).

Muitos contratos foram feitos com os camponeses, mantendo valores contratuais originais, sem atualizar as indenizações, sem calcular atrasos adicionais e sem taxa de penalização (PÉREZ, 2015). Por exemplo, um contrato que foi feito com a empresa Martínez Aguilar Construcciones S.A. (MACSA) para erguer acerca do perímetro de 14.7 quilômetros, com \$90,500,000 de pesos, tinha o prazo de realização entre de novembro de 2011 a julho do ano 2013, sem reajustes. Outro contrato foi com a Isolux Corsán, empresa espanhola, cuja missão foi mudar as linhas de transmissão de 400 kv, empregando para isso \$156,000,000 de pesos (PÉREZ, 2015).

A empresa Automação Projetos de Engenharia SA de C.V. (APISA), incluiu na revisão e análise dos preços unitários, ajustes de custos, investigação e verificação de mercado de insumos o valor de US \$3,700,000 de dólares, mas foi finalizado com mais de US \$13,000,000 de dólares (PÉREZ, 2015). Não esquecendo a ICA, que foi premiada com mais de US \$135,000,000 de dólares, para a elaboração do plano de engenharia e implementação, entre outras empresas e institutos que foram contratados e que deram provimento ao recurso para um projeto que acabou sendo um “projeto fantasma”.

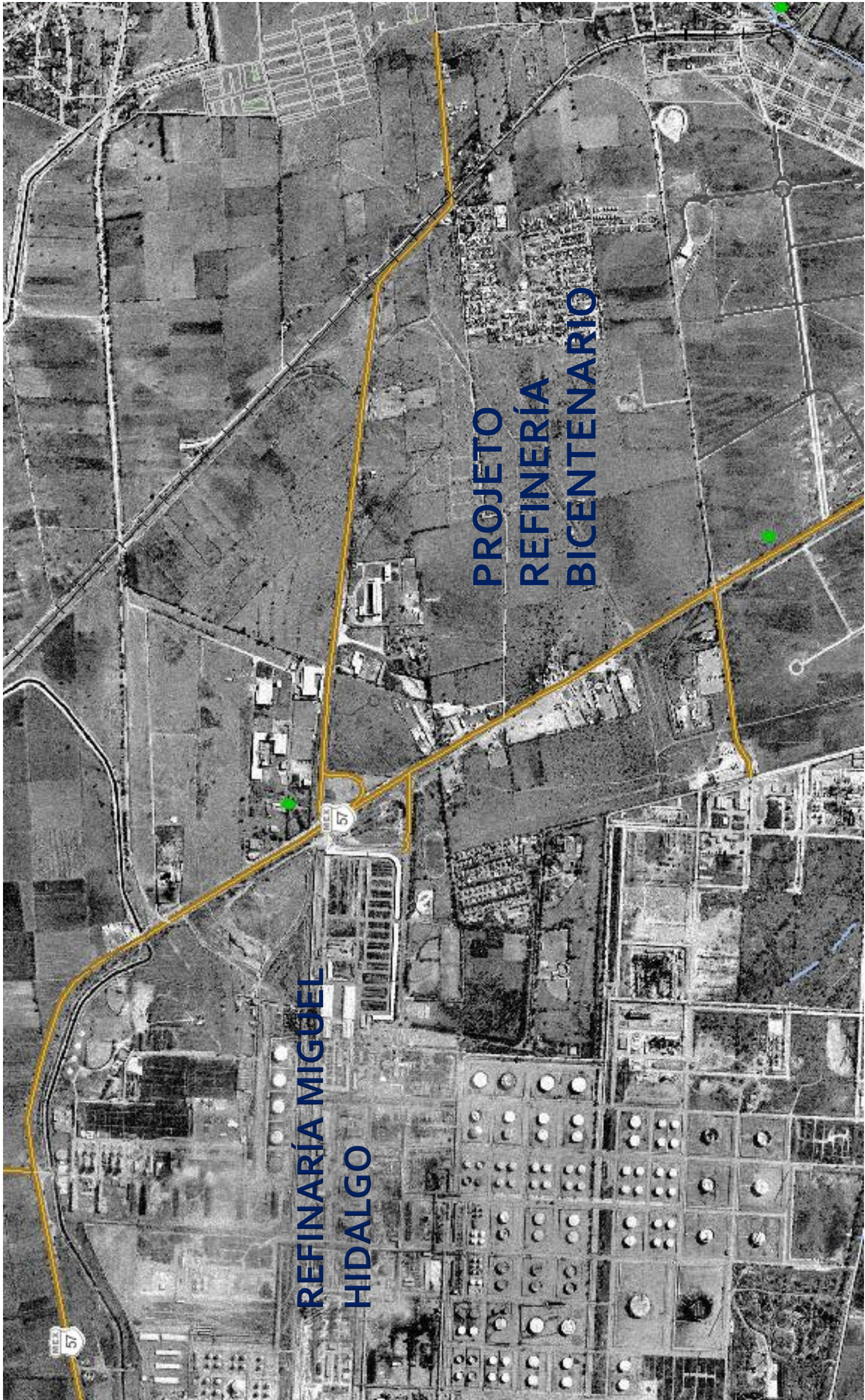
Os grupos adversários do modelo reformista do Estado Nacional de Competência devem responder não só as formas institucionais e localmente específicas, mas também devem considerar a dinâmica desafiadora do regime poliescalar de investimentos e lucros para consolidar tal política (TOURAINÉ, 1997; PECK, 2010).

As crises das instituições locais e das relações sociais, tais como se evidenciaram no conflito que explodiu nas comunidades e entre as famílias da região que foram forçadas a vender suas terras, caracterizam muito bem a estrutura de reformas impostas pelo Estado Nacional de Competência e sua política de posicionamento. Ativando o rompimento dos laços das antigas relações sociais, fragilizando a coesão grupal, a expropriação da terra trouxe a necessidade de ressignificação da identidade dessas pessoas para que pudessem enfrentar o poder do capital.

As relações com o Estado foram se construindo politicamente através de medidas e enfrentamentos dentro de um novo jogo de imperativos regulatórios, fluxo desestabilizador do empoderamento das comunidades rurais. As reformas no México, propostas pelo poder executivo em 2013, formularam programas de assistência social, ativação das condições de normalização e de socialização entre desempregados e pobres no mercado de trabalho. A

flexibilização atingiu fortemente as atividades relacionadas com a produção do petróleo (PECK, 2010). Atualmente, impõe-se aos grupos sociais uma soma de cumplicidades que os força a aderir ao projeto do Estado (BARLETT, 2015; ACKERMAN, 2015; SAXE-FERNANDEZ, 2015; GONZÁLEZ, 2014)

Figura 7. Refinaria Miguel Hidalgo e representação



Em visita à refinaria Miguel Hidalgo, a entrada é espetacular, com a imagem de Lazaro Cárdenas, presidente do período 1934-1940, que fez a expropriação petrolera. Outro ponto que pode ser investigado com os trabalhadores é sobre a imagem que têm dela, como ela parece ser na vida cotidiana desses trabalhadores ou, talvez, se ela passa despercebida por eles.

Na entrada há uma cancela que limita o acesso de veículos. No dia da visita, dois soldados de plantão estavam na estação. Aparentemente, os moradores dizem que sua presença é por causa de alguns assaltos ocorridos na unidade de alojamento de petróleo, que foi projetado para trabalhadores qualificados e que têm uma participação vital na produção da refinaria, devendo estar atentos se ocorrer um acidente. Através da estrada chega-se à colônia de petróleo, chamada *18 de março*, onde funcionários da Pemex vivem.

De acordo com informação da Moradora 3, também dá acesso à ferrovia que: *“transportam alcatrão para a América Central, o que em si leva de volta os imigrantes que querem alcançar o sonho americano”* (Moradora 3, habitante de Atitalaquia, em 03/2015).

Na área da refinaria existe uma creche para os filhos dos trabalhadores no acesso para a mesma refinaria, que é controlada pelos trabalhadores do Pemex e não há guardas de segurança. Não foi admitida a visita. Em direção à unidade de habitação, pode ser visto que, no lado direito, existe um ginásio com uma piscina e no entorno há um jardim, com várias árvores, para os moradores e servir como proteção em caso do fogo. Fica patente a segregação socioespacial entre os trabalhadores da Pemex, moradores e camponeses da comunidade, divididos em áreas hierarquicamente separadas.

As crises das instituições locais e das relações sociais, tal como se evidenciou no conflito que explodiu em comunidades e famílias da região que vendem a terra, tornar-se uma característica fixa da estrutura. Confirmando o que sinalam Méndez (2012), Harvey (2004) Askenazy et al (2010), Toledo (2015) y Lapyda (2010). Ativando o rompimento dos laços que permitem identidade em torno de exílio e desapropriação para fazer contrapeso real ao poder do capital.

As relações com o Estado estão-se construindo politicamente mediadas e discutidas em nome de um novo jogo de imperativos regulatórios, fluxo desestabilizador da inércia do empoeiramento das comunidades rurais tais como os processos de empoeiramento que permitiram o crescimento da agricultura.

As reformas no México formulam a assistência social, a ativação das condições de normalização e de socialização desempregados e pobres no mercado de trabalho flexível, além dos valores de uso da produção do espaço para atividades sociais relacionadas com a

especulação. Atualmente está sendo os grupos sociais uma soma de cumplicidade que aderir ao projeto do Estado.

## **CAPÍTULO 3 - Formação histórica de uma região para a refinação**

A situação de crescimento econômico do país em particular criou a necessidade de a Pemex expandir sua capacidade de produção de energia, dada a forte demanda doméstica, que levanta a necessidade de uma nova refinaria para atender às necessidades do país, principalmente na região metropolitana que cresce em ritmo acelerado e tem o maior consumo. A essa problemática não foram apresentados confrontos sociais, os camponeses e os trabalhadores sindicalizados no STPRM têm plausibilidade das ações e nenhuma dependência pôs empecilho ao projeto, incluindo o Instituto Nacional de Saúde Pública, que negou haver uma avaliação dos impactos para a saúde que poderiam representar o projeto da refinaria Bicentenario.

Historicamente, a refinaria Miguel Hidalgo foi prevista para depois da conclusão da primeira fase, com uma capacidade de refinação de 150.000 barris por dia e duas vezes esse montante no fim da segunda etapa. A primeira fase do projeto envolveu duas situações: a fase de pleno funcionamento da refinaria e da criação da estrada do Jorobas-Tula, ferrovias, juntamente com a colônia de casas para os trabalhadores do petróleo.

O projeto desencadeou um processo de industrialização e urbanização ligado com todos os fatores técnico-econômicos e socioculturais. A delimitação que se realizou da refinaria não é puramente geográfica, como o espaço foi entendido, em forma de contêiner, mas para levar em conta aspectos econômicos, sociais, étnicos e políticos. Da mesma forma, o vale onde ela se encontra não é homogêneo, muito pelo contrário, existem diferenças nas distintas áreas que o compõem. Dessa maneira, tendo em conta seu desenvolvimento econômico e social, pudemos caracterizar duas grandes áreas: uma que fica ao norte e outra localizada na parte sul (STAVENHAGEN, 1973).

A região sul, desde o século XIX, tem uma relação mais direta com a Cidade do México. Para entrar na estrada de ferro, também há estradas que ligam a Pachuca e ao norte do Vale do Mezquital, o que intensifica a sua relação com a região, permitindo que, desde os tempos pasados, para escoar a produção agrícola, principalmente nas áreas de irrigação e produção industrial, posteriormente para outros locais e, especialmente, o principal consumo: a Cidade do México. Na zona norte a relação direta é com a Cidade do México em uma fase posterior, abrindo a estrada Laredo México em 1926.



Analisados os componentes que se estabeleceram na região pelo domínio espacial da indústria, tinha como vanguarda a refinaria e a cimenteira, permitindo ao mesmo tempo espaços de resistência. O uso do esgoto permitiu um forte desenvolvimento agrícola na conformação da indústria de refinação em nível nacional e local.

Em 1870, o Dr. Autrey, instalou um alambique em Papantla, Veracruz, para obter querosene por destilação do petróleo proveniente de diversas “chapopoterias”. Embora o uso de querosene e óleo iluminante se tivesse difundido rapidamente, a partir de meados do século XIX, as vendas dessa pequena refinaria não alcançaram a significância que teria permitido o seu desenvolvimento e em 1887, então a fábrica cessou as suas operações. Em 1886, a companhia petrolífera mexicana começou a produzir querosene, um projeto de capacidade de 400 BD, com importações de petróleo bruto dos Estados Unidos. Dois anos mais tarde, o projeto foi absorvido e eliminado pelo Waters Pierce Oil Co., uma subsidiária da Etandard Oil, que estabeleceu uma nova refinaria no porto de Veracruz.

Sua capacidade inicial de processo 250 BD que foi aumentando gradualmente, enquanto a produção se diversificou, em 1907, produzindo, além de querosene, também gasolina, lubrificantes, cera, gordura e combustível. Em 1896, a mesma empresa estadunidense construiu outras plantas nos subúrbios de Tampico, para processar 2.000 BD de bruto. O Waters Pierce Oil Co., que importou petróleo de Estados Unidos e foi responsável pelo abastecimento do querosene para iluminar todos os locais no México (SNOECK, 1989).

Foi iniciado o processo de produção de óleo com o objetivo do presidente Porfirio Díaz (1876-1911), para atrair capital estrangeiro com base na estabilidade nacional (De la VEGA, 1999; SAXE-FERNÁNDEZ, 2015). Com a valiosa colaboração do geólogo mexicano Ezequiel Ordóñez, a Mexican Petroleum Co. iniciou a extração de petróleo nos campos de Ébano, San Luís Potosí, onde começou a operar em 1903 a primeira refinaria para produzir asfalto com uma capacidade de 2.000 BD.

As instalações foram bem equipadas e incluíam uma chapa de aço e fábrica de tambores para a embalagem do produto, e o produto foi usado para pavimentar ruas em várias cidades da República, e conseguiu na Cidade do México, Tampico, Veracruz, Guadalajara, Puebla, Monterrey e Chihuahua. Em maio de 1905, a empresa assinou um contrato de fornecimento de 3,8 milhões de barris de óleo combustível para o mexicano Central Railway em rota para percorrer entre Tampico e San Luís Potosí por um período de 15 anos (SNOECK, 1989).

Assim, a exploração e a produção de petróleo começaram no México, desde o final dos anos 60 do século XIX, mas o princípio de datas na produção comercial em larga escala

foi a partir de 1901, na região de Ébano-Pánuco (De la VEGA, 1999).

Dessa maneira, as primeiras refinarias rudimentares, construídas antes das grandes descobertas de petróleo no México, foram os principais responsáveis pela elaboração de querosene e asfalto para o mercado interno. Ao mesmo tempo, os esforços para iniciar a produção de petróleo no país foram incentivados pela Lei do Petróleo, promulgada pelo Congresso da União em 1901, que incluía várias isenções fiscais para incentivar a indústria de petróleo.

O óleo pode ser exportado, livre de todos os impostos de produtos naturais, processados ou refinado, proveniente da exploração e de importação com isenção livre de direitos, apenas uma vez, as máquinas para refino de petróleo e gás, carbonetos de hidrogênio e para desenvolver todos os tipos de produtos tendo como base o petróleo bruto; também o capital investido na exploração do petróleo seria isento de imposto federal. O presidente Porfirio Diaz esperava, dessa forma, entre outras coisas, eliminar o uso de carvão como fonte de energia primária na indústria ferroviária, minera e elétrica, dado o fracasso da produção nacional de carvão para atender à demanda (SNOECK, 1989).

Foi assim que a indústria do petróleo se desenvolveu no México, com base nas leis favoráveis aos interesses estrangeiros, da atribuição de campos de petróleo conhecidas e espaços abertos por explorar (De la VEGA, 1999; SAXE-FERNANDEZ, 2015).

A Pearson and Son Limited, empresa de origem inglesa, a convite do governo do Presidente Diaz, chegou em 1899 ao México, para construir a estrada de ferro de Tehuantepec e os portos de Salina Cruz e Coatzacoalcos, e fazer perfurações em uma das áreas de San Cristóbal perto Minatitlán. Os excelentes resultados obtidos a inclinaram a investir em uma refinaria experimental que foi a primeira de seu tipo em nosso território. A empresa consistia em alambiques para vapor de água e óleo com capacitores e acessórios, agitadores, oito tanques de armazenamento, caldeiras de compressor de 25 cavalos de potência, bombas para petróleo bruto, produtos, ácido e um laboratório químico para estudos (SNOECK, 1989; SAXE-FERNÁNDEZ, 2015).

Em um tempo relativamente curto, os resultados dessas práticas eram visíveis e seus efeitos persistiram após da fase armada da revolução e da Constituição mexicana de 1917 (De la VEGA, 1999).

Essa planta, localizada a uma milha de Minatitlán, iniciou suas operações em 1906 e em 1908 levou à formação da Petroleum Company Eagle S.A., com um capital inicial de cem mil dólares, e da refinaria de mesmo nome que, a partir de março do mesmo ano começou a desenvolver produtos com uma capacidade de 2.000 barris por dia (SNOECK, 1989).

Portanto, é preciso lembrar que a exploração de petróleo no México era completamente dependente de capital, empresários e tecnologia pertencentes ao exterior (De la VEGA, 1999; SAXE-FERNÁNDEZ, 2015).

Em 1909, a Sociedade do Óleo El Aguila S.A., mudou sua razão social para *Compañia Mexicana de Petroleo el Aguila S.A.* e aumentou o seu capital social de \$24.500.000 de pesos. Os cientistas “porfiristas se entendiam melhor com os ingleses”, diz o advogado Miguel Alemán Valdés em seu livro: *A verdade de petróleo no México*. O secretário das Relações Exteriores, Enrique C. Creel, foi presidente da empresa e Guillermo de Landa y Escandon, Secretário de Guerra e Marinha, conselheiro do mesmo consórcio britânico ligado à recém-formada Royal Dutch Shell (SNOECK, 1989; De la VEGA, 1999; SAXE-FERNÁNDEZ, 2015).

Menciona o advogado Alemán que em 1910, o controle da companhia anglo-holandesa somava dois terços da indústria do petróleo que opera no México, enquanto o resto foi tratado por empresas norte-americanas e de 3% pela empresa semioficial Petroleos de Mexico SA. (SNOECK, 1989). Naquele tempo, a quantidade de óleo produzido excedeu o consumo nacional, pelo que a Huasteca Petroleum Company, formado por Doheney em 1907, começou as exportações de crude mexicano através de um carregamento de 30.262 barris a Sabine, Texas (De la VEGA, 1999; SNOECK, 1984).

A partir do ano 1915, a capacidade de refino desenvolveu-se rapidamente no México, especialmente entre 1916-1926, quando o número de instalações para o processamento de hidrocarbonetos aumentou de 4 para 20, dois dos quais estavam entre as mais altas do mundo. Essa expansão foi influenciada pelo forte aumento da produção nacional de petróleo e, em menor medida, a criação, pelo governo de impostos diferenciais mais elevados do que os produtos não refinados, também tributados os desperdícios de gás natural. Com o esgotamento de certos campos de petróleo e conseqüente queda na produção, particularmente acentuada a partir da segunda metade dos anos vinte do século passado, algumas das plantas foram desmanteladas ou abandonadas, embora com a descoberta de novas jazidas em Poza Rica em 1933, a capacidade de refino tenha aumentado novamente (SNOECK, 1989).

A partir de 1922, empresas estrangeiras pararam de fazer novos investimentos de capital fixo no México desde a descoberta de grandes depósitos de Texas, Califórnia e Oklahoma, quando o mercado mundial de petróleo caiu. Refinarias e terminais foram fechados, oleodutos foram removidos e restaurados para mais de metade dos trabalhadores. Empresas concentraram a atenção na Venezuela, onde os custos de produção foram menores; a *Huasteca Petroleum Company* por um tempo importou o petróleo desse país (SNOECK,

1989; De la VEGA, 1999).

A presença de companhias petrolíferas estrangeiras no México teve repercussões prejudiciais. A série de assassinatos, liderada por executivos das empresas, a sua atitude arrogante para com as autoridades do país e da sua constante provocação para criar conflitos dentro e fora do país, foram experiências dolorosas que teve a nação mexicana, por facilitar o investimento do capital estrangeiro para o desenvolvimento do país, por exemplo, os governos de Porfirio Díaz e Calles (SAXE-FERNÁNDEZ, 2015).

Entretanto, algumas das plantas de refino foram diversificando sua produção, de acordo com os requisitos internos, mais preferencialmente orientados para os mercados externos. Consequentemente, localizaram-se no Golfo do México, perto dos portos de embarque, docas de decantação, dutos submarinos, sistemas de bombeamento e todas as comodidades necessárias para exportar. Muitas das chamadas refinarias incluíram apenas projetos do petróleo bruto; as que extraíam o óleo combustível e que realizavam uma destilação mais elaborada não foram concluídas com equipamentos de desintegração, porque era mais econômico para as empresas estrangeiras fazer o último processo em seus países de origem.

No entanto, no caso das poucas refinarias presentes no mercado interno, bem como suas atividades de exportação, eles instalaram retalhamento térmico, Dubbs e Kellogg. Foi somente no início dos anos 30 que se construíram instalações especificamente dirigidas ao abastecimento no interior do país. A companhia *El Águila* ligou os campos de Poza Rica com noroeste da Cidade do México através de uma capacidade de gasoduto do 7,5 MBD, entretanto, instalaram uma empresa de refinamento em Azcapotzalco com capacidade similar à inicial do gasoduto. Essas unidades tornaram-se operacionais em 1932, e tiveram um custo elevado, devido, em grande parte, ao gasoduto que abrange cerca de 300 km e uma queda vertical de terra de 200.000 metros (SNOECK, 1989).

A demanda interna por produtos petrolíferos aumentou lentamente antes da nacionalização. Durante os anos do primeiro auge do óleo de México, o petróleo consumido no país significou menos dos 10% da produção total de óleo. Posteriormente, essa proporção aumentou significativamente, principalmente devido ao forte declínio na produção de petróleo e de certos fatores internos como o impulso para a construção de estradas, durante a administração do Presidente Calles (SAXE-FERNÁNDEZ, 2015).

Mas foi na década dos anos 30 que começou realmente o processo de crescimento da demanda nacional de combustível, que não iria parar durante as próximas quatro décadas. Com efeito, nesses anos houve uma mudança na importância relativa dos setores produtivos

da economia. O principal encargo de produção e reprodução do capital não iria cair apenas na agricultura e na indústria de mineração, mas em poucos anos, adquiriu uma prioridade e um papel decisivos na economia nacional, enquanto de 1910 a 1921, o valor adicionado da atividade industrial fora de aproximadamente metade do que para o setor agrícola a partir de 1929 (SNOECK, 1989; De la VEGA, 1999).

A greve dos trabalhadores do petróleo, em 1937, quebrou a recusa das empresas estrangeiras de atender a suas demandas, liderando o 18 do março de 1938 na expropriação da propriedade dessas empresas no México pelo governo do Presidente Lazaro Cárdenas e em 07 de junho de 1938, com a criação da Petróleos Mexicanos. Nessa altura, os hidrocarbonetos eram uma importante fonte de energia na economia nacional e a possibilidade de uma paragem prolongada da indústria do petróleo teria afetado o ato de desapropriação (SNOECK 1989).

A política de nacionalização da indústria do petróleo mudou radicalmente sua orientação: o Estado designou à Pemex a função de prioridade, garantindo em tempo hábil e adequado, o fornecimento de combustíveis necessários para os diferentes setores da economia, para promover o desenvolvimento do país. Para cumprir esse mandato, a nova empresa enfrentou problemas de três tipos na área de refinação: 1) obsolescência das instalações expropriadas às empresas estrangeiras; 2) a localização da maior parte das refinarias existentes em regiões distantes dos principais centros de consumo, com meios muito limitados de transporte e distribuição; 3) a inadequação da diversidade da produção de petróleo para os requisitos internos específicos (SNOECK, 1989).

De acordo com relatórios oficiais da Pemex, a capacidade de destilação primária totalizou 102.000.000 de barris, em 1938. Em geral, as refinarias estavam em más condições, com equipamentos desgastados e obsoletos. Dada a necessidade de renovar algumas partes das instalações, a Pemex esgotou não só o custo financeiro que isso representou para a empresa recém-criada, mas também os obstáculos impostos pelas empresas estrangeiras para a compra de máquinas e peças de reposição nos Estados Unidos, como parte do boicote que se estabeleceu contra México, depois da expropriação. Posteriormente, a Segunda Guerra Mundial restringiu o abastecimento externo de materiais e equipamentos. Além disso, a Pemex ressentiu fortemente a falta de técnicos mexicanos com experiência necessária para lidar com as plantas (De la VEGA, 1999).

Exceto Azcapotzalco, todos os outros refinadores se encontravam perto ou na área costeira do Golfo do México, dada a sua orientação inicial à exportação. Consequentemente, a Pemex estava em uma situação de desequilíbrio: enquanto a capacidade de refino da costa

representando 89% do total, e o centro de 11% da demanda doméstica estava concentrada nas zonas centro e norte do país, que juntos representaram 75% do consumo total. Uma vez que é mais econômico para transportar o óleo bruto dos campos para as refinarias que distribuindo os produtos dos centros de produção, era necessário trazer as refinarias até esses últimos (De la VEGA, 1999).

Finalmente, o desempenho de diferentes produtos obtidos em instalações existentes não correspondia às necessidades da economia nacional, uma vez que as empresas estrangeiras usavam para executar algumas operações finais de refino em seus próprios países de origem. Testá-los era a necessidade efetuar importações para atender o consumo interno, embora alguns deles fossem devido à infraestrutura de distribuição limitada (SNOECK, 1989).

Por conseguinte, o novo papel de hidrocarbonetos na economia nacional requereu da transformação do aparelho produtivo e distribuição herdada por Pemex, processo que decorrerá gradualmente e que incluiriam, de acordo com Antonio J. Bermúdez:

1. A mudança na distribuição geográfica das instalações.
2. A transformação das refinarias que, por sua vez, foram compostas por duas fases: refinar nossos brutos inteiramente no país, e a obtenção de um equilíbrio qualitativo entre a produção e a demanda nacional.
3. O uso de gás natural para completar e fornecer o petróleo e seus derivados.
4. A simplificação e ampliação das instalações e sistemas de distribuição e vendas.

Embora o processo de modernização do sistema de refino tivesse começado em 1938, após a expropriação, o primeiro momento consistiu principalmente de alcançar a sobrevivência dessa indústria, cujos investidores estrangeiros conspiraram contra a indústria nacional. Apesar do encerramento das fontes internacionais de abastecimento e pessoal técnico especializado restrito, nos anos imediatamente seguintes à nacionalização das instalações existentes, foram reparadas as plantas existentes, peças de reposição a ser fabricadas nas oficinas das refinarias e materiais usados. Além disso, várias políticas públicas foram feitas para adaptar as refinarias para as necessidades do mercado interno.

Um dos problemas encontrados pela Pemex foi a insuficiente produção de combustível de alta octanagem. Por lei, a gasolina deve ser de pelo menos 57 octanas, que foi obtida pela adição de chumbo tetraetila. No entanto, nacionalizou a indústria do petróleo, as empresas

estrangeiras se recusaram a vender esse composto para o México. Depois de algumas tentativas de misturar gasolina de baixa qualidade na refinaria de Azcapotzalco com a gasolina de maior octanagem das plantas de desintegração de Tampico, o governo pediu a cooperação de produtos químicos nacionais para construir, com recursos muito limitados, uma usina para produzir tetraetila (SNOECK, 1989).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo dos Estados Unidos, tendo em mente a possibilidade de utilizar o óleo bruto mexicano em caso de falta de combustível, enviou um grupo de especialistas para examinar a situação da Pemex, com o consentimento do Presidente Ávila Camacho. Pouco depois da missão ao apresentar seu relatório, em 1942, o Departamento de Estado susteve longas negociações com o governo mexicano para construir sobre o Golfo do México uma refinaria de 100 octanagem da gasolina para a Força Aérea dos Estados Unidos. O projeto não foi realizado, embora em 1944 o Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos tivesse emprestado US \$10.000.000 de dólares para reconstruir a refinaria Azcapotzalco, o que devia permitir a produção de gasolina de aviação (ALONSO, A. 1984; De la VEGA, 1984; SAXE-FERNÁNDEZ, 2015).

Em 1946, o último ano da segunda gestão da Pemex, a capacidade de destilação primária tinha subido para 153 MBD, obtendo um aumento de 50% em relação a 1938, e também estavam prestes a entrar em operação novas instalações em Azcapotzalco. Em contraste, a capacidade de desintegração e da redução de viscosidade foi reduzida de 12 MBD para 10,8 MBD, no mesmo período. Cidade Madero era a primeira refinaria em importância, com uma capacidade de destilação primária de 56 MBD e, junto com outra refinaria na área de Tampico, fornecia principalmente à Costa Leste do país. Minatitlán fornecia ao sul e a costa oeste, enquanto Azcapotzalco abastecia a mesa central. Acertavam também os movimentos dessas regiões, de acordo com o que faltava e ficava em cada uma delas (ALONSO, A. 1984). Sob o lema *Servir a Pátria*, a Pemex estava fornecendo energia barata e independência energética para o país (ROUSSEAU, 2012: 307).

As dificuldades iniciais do Pemex no processamento industrial de hidrocarbonetos foram encontradas no declínio da produção de refinado, nos anos imediatamente a seguir à nacionalização. Em 1940, 87,7 MBD trabalhados representaram apenas 69,5% do volume total de produção de 1937. Em parte, a empresa foi obrigada a reduzir a sua produção antes do encerramento dos mercados estrangeiros. No final dos anos 40, a demanda doméstica desenvolvida com velocidade e lento processo de reparação e modernização das instalações permitiu aumentar a produção a 120,6 MBD, em 1946.

Embora em termos globais, o nível se recuperasse bem, no último ano da produção,

em 1937, o rendimento de produtos de luz permaneceu menor do que em anos anteriores para a expropriação. Enquanto em 1937 o conjunto de produtos formados pela gasolina, querosene, parafina e lubrificantes representaram 20,3% do total da produção de petróleo, em 1946 essa proporção havia caído para 15,2%. Especialmente significativa foi a queda da participação relativa da gasolina do 16,9% em 1937 para 10,8% em 1940, devido à insuficiente capacidade de desintegração. Apesar da crescente importância da desintegração catalítica como processo de refino na indústria petrolífera internacional, no México estava disponível apenas a desintegração térmica de menor produtividade (ALONSO, A., 1984; De la VEGA, 1999). A necessidade de controlar esse setor era iminente pelo que a Pemex tornou-se um monopólio estatal, dois anos após a sua criação, em 9 de novembro de 1940, com a alteração do artigo 27 da Constituição (ROUSSEAU, 2012: 307).

A política econômica do governo teve sofrido um impacto ao ver aumentar rapidamente a demanda de combustível no México. O papel do Estado na economia foi consolidado com o Presidente Cárdenas, além de nacionalizar a indústria de petróleo e ferrovias, o impulso de reforma agrária, em grande parte, estabeleceu um sistema financeiro e de crédito, incentivou a construção de estradas e de irrigação e, em geral, conseguiu uma maior centralização do poder federal com a criação de vários grupos econômicos políticos. Os efeitos dessas medidas associadas com a situação da Segunda Guerra Mundial serviram de base para o desenvolvimento da economia nacional. De fato, no início da guerra mundial, surgiu uma demanda externa importante para a fabricação mexicana, enquanto no país apareceram novas indústrias para atender às necessidades domésticas daquelas que já não podiam ser atendidas por importações (SNOECK, 1989; De la VEGA, 1999; ALONSO, 1984).

A partir de 1940-1950, o produto interno bruto cresceu a uma taxa média de crescimento anual de 6,7%, e da produção industrial foi de 8,1%. No processo de industrialização, principalmente com base no padrão de exportação primária, a tarefa confiada à Pemex era dupla. Não só a empresa tinha que aumentar a produção de petróleo a par com as necessidades de crescimento da economia nacional, mas devia incentivar o consumo de energia, mantendo os preços baixos para os seus produtos e permeando a indústria com o modelo fordista.

Assim, a política de preços no mercado interno não foi diretamente relacionada com os custos de produção, mas com objetivos socioeconômicos, o que teria implicações graves para a situação financeira da Pemex. Até 1946, os aumentos foram feitos apenas esporádica e muito suavemente nos preços do petróleo e, dado o aumento geral aplicado em 1946, um



declínio significativo nos preços reais foi gravado. De acordo com vários estudos sobre o período considerado, a diminuição em termos reais do preço da gasolina, junto com o aumento do uso de veículo a motor, levou à duplicação do consumo *per capita* desse combustível a partir de 1940 a 1947. No caso de gás liquefeito, o aumento foi de quase dez vezes, juntamente com o aumento da utilização desse produto por parte do setor residencial (De la VEGA, 1999). Além disso, o uso de querosene combustível e iluminante no setor doméstico, aumentou em cerca de oito vezes o seu consumo *per capita*, mostrando, desde o início desse monopólio da indústria do Estado, que tiveram resultados favoráveis de crescimento econômico e de desenvolvimento (ALONSO, 1984).

No geral, o consumo nacional aparente de petróleo cresceu a uma taxa média anual perto de 6% nos anos 1940-1946, passando dos 81 MBD para 114 MBD. Apesar da expansão da oferta interna do petróleo, ele não conseguiu atender toda a demanda. A importação total, essencialmente constituída por gasolina e óleo combustível, aumentou do 4,9 MBD para 9,9 MBD, no mesmo período, aumentando a participação do consumo interno aparente de 6% para 9%. As compras do combustível nos Estados Unidos se efetuavam basicamente por distribuidores privados e, em parte, resultando do afastamento geográfico de certas regiões das refinarias mexicanas. Tal foi o caso, em particular, das importações de óleo combustível e *diesel*, muito abaixo das exportações dos mesmos produtos (SNOECK, 1989).

Para 1946, a Pemex tinha mais dificuldade em colocar sua produção excedente no mercado mundial, embora eles fossem essencialmente limitados a dois produtos, óleo combustível e *diesel*. Seu total excedeu amplamente as importações totais de petróleo (ALONSO, A., 1984), demonstrando um histórico de sucesso e orgulho nacional.

A primeira fase de adaptações e ampliações das refinarias existentes foi seguido como um período de grandes mudanças no sistema de produção, resultado dos programas elaborados pela Pemex, após da Segunda Guerra Mundial. Sob a direção de Antonio J. Bermúdez começaram a operar a plena capacidade a nova refinaria de Azcapotzalco; construir-se-ia um centro produtor no interior do país, em Salamanca, Guanajuato; avançar-se-ia no processo de conversão da refinaria de Minatitlán num centro de processamento eficiente e moderno, e as obras permitiriam que as pequenas refinarias substituíssem a zona de Tampico para centro de trabalho em Cidade Madero.

Sua maior capacidade começaria, além disso, com projetos de uso associado e gás não associado ao petróleo bruto teriam um impacto significativo sobre a estrutura da demanda pelo petróleo. Em 1958, a capacidade nominal de refino integraria 322 MBD de destilação primária de líquidos de petróleo bruto e gás natural, 60 MBD de desintegração térmica e

catalítica, e 18 MBD de redução da viscosidade e também compreenderia outro processo para a obtenção de derivados com especificações precisas (SNOECK, 1989).

As novas instalações do Azcapotzalco entraram em operação em 1947 e marcaram o início do deslocamento da capacidade de refino no país, tinha uma capacidade de 50 MBD de destilação primária e 15 MBD de destilação térmica. Incluíam, também, plantas de processo para obter frações especiais, cortes de gasolina, gasolina de aviação e tratamento dos produtos finais. A taxa bruta veio dos campos de petróleo de Poza Rica, tendo duplicado a sua dirigibilidade. Junto com essa refinaria, os trabalhos relacionados exigiram um investimento do \$155,000,000 de pesos (ALONSO 1984; SNOECK, 1989).

Durante os anos 50 do século XX, efetuaram-se modificações e ampliações em Azcapotzalco, entre as quais: a) o aumento progressivo da capacidade de destilação atmosférica, até 100 MBD em 1956; b) a instalação de uma capacidade do projeto de craqueamento catalítico de 26 MBD e processos de polimerização para a conversão de olefinas, gasolinas de aviação e o aumento de componentes de alta octanagem da gasolina para automóveis; c) a transformação da antiga desintegração térmica Dubbs, técnica na redução da viscosidade, poupando, assim, uma quantidade significativa de destilados médios previamente utilizados como diluente. Essa refinaria, no entanto, tinha um duplo papel: fornecimento de combustível para a região central e produzir combustível de aviação para distribuição em todo o país (ALONSO 1984; SNOECK, 1989). A partir desse período, um forte indicador exigiu a construção de mais refinarias na região central do país.

Além disso, em 1945, a Pemex tinha adquirido o terreno necessário para a construção de uma refinaria em Salamanca, Guanajuato, a fim de efetuar uma distribuição eficiente, não desde o litoral até a região central, mas desde o centro da própria República. As instalações incluíram um gasoduto de 450 km de Poza Rica a Salamanca, começaram a operar em 1951, com um custo total de US \$37.000.000 de dólares. Com a ação da região central, aumentou para 37% da capacidade mundial, abastecendo-se com a produção de Salamanca e Azcapotzalco o 40% do consumo nacional (ALONSO, A. 1984).

Salamanca incluiu também uma unidade de craqueamento térmico Dubbs e reprocessamento das plantas para a dessulfuração da gasolina, tratamento de gás, kerosinas e mistura chumbo tetraetila. Em 1955, sua capacidade primária foi ampliada para 40 MBD, enquanto a construção de uma fábrica para a produção de óleos lubrificantes de elevado índice de viscosidade para motores; desse modo, foram drasticamente reduzidas as importações desse produto de alto custo (De la VEGA, 1999).

Desde que entrou em operação, Salamanca tem sido o foco da região Bajío e o oeste

do país, distribuindo os seus produtos através de um sistema de dutos para Guadalajara, Aguascalientes e Morelia (SNOECK, 1989).

Simultaneamente com o desmantelamento da antiga refinaria em Minatitlán, Veracruz aconteceu a construção de novas instalações que entraram em funcionamento em 1956, e incluídas duas plantas de destilação primária com uma capacidade conjunta de 50 MBD e planta de craqueamento catalítico tipo TCC para 12 MBD de carga de combustível pesado. O último processo permitia diminuir o desempenho de resíduos, numa escala maior do que outros processos, através da recuperação de gás e óleo processados por destilação sob vácuo e o catalisador de conversão de alta temperatura na presença de produtos leves, principalmente gasolina e GPL. Também [foi construída] uma unidade para a polimerização de olefinas contidas em uma parte do gás liquefeito produzido para aumentar a disponibilidade de gasolina de alta octanagem (SNOECK, 1989).

Azcapotzalco, Salamanca e Minatitlán constituíram três peças-chave da transformação da estrutura de produção dos refinados no México. Não menos importante foi a modernização das refinarias localizadas ao redor do Tampico, cujo equipamento antiquado tinha custo operacional muito caro quanto a seus gastos e manutenção (ALONSO, 1984).

Já em 1958, a produção de petróleo aumentava a 258 MBD, tinha crescido a uma taxa anual de 6,6% desde 1946, e sua estrutura havia sofrido algumas alterações. Primeiro, o envolvimento de destilados médios e leves. Na produção total, aumentou de 31,5 para 46% no mesmo período, enquanto a contribuição de produtos pesados foi reduzida de 60 para 46%. Além disso, embora a participação relativa do gás liquefeito na oferta mundial de refinado representasse apenas 2,4% em termos absolutos à produção aumentou de 0,1 MBD em 1946 a 6,3 MBD em 1958. Apesar da extensão e modificação do sistema de refino, a autossuficiência não foi alcançada em combustível (ALONSO, 1984; De la VEGA, 1999).

Ao assumir a liderança da Pemex, Jesus Reyes Heróles decidiu adiar a construção de Mazatlan e incorporar materiais e equipamentos adquiridos em Minatitlán. Para a segunda metade dos anos sessenta os programas de Pemex na área de refino não incluíram a construção de novos centros produtores. Um fator relevante para o desenvolvimento posterior da indústria de refinação foi a criação do Instituto Mexicano do Petróleo (ALONSO, 1984).

Ficou evidente no último ano da administração de Jesus Reyes Heróles que a indústria do petróleo estava passando por uma crise, não causada pelo surgimento de um fenômeno temporário, mas pelo aprofundamento do desequilíbrio latente entre reservas, produção e demanda de hidrocarbonetos (ALONSO, 1984).

A Comissão Federal de Eletricidade (CFE), com o rápido crescimento da demanda por

energia elétrica e a necessidade de integrar suas redes de distribuição, estava planejando a instalação de uma usina de energia a ser ampliada de 600.000 para 1.200.000 kw., no centro do país, o que exigiu 35 MBD do óleo combustível. A oferta desse último centro da produção distante, dificilmente poderia efetuar-se por oleoduto, devido às características desse produto e também era excessivamente caro, impossível de realizar, utilizando material circulante pela limitada disponibilidade desses meios de transporte (SNOECK, 1989).

Tratava-se, então, de determinar a localização de um lugar perto ao Vale do México, que pudesse contar com os serviços essenciais para a operação de uma refinaria e uma termelétrica. O Ministério de Recursos Hídricos estabeleceu que a única fonte disponível para grandes volumes de água necessários, sem afetar o abastecimento da Cidade do México, era o afluente do transmissor central. Escolheu-se Tula, que se encontrava a 93 km da capital e a 3 km da barragem Endhó e que recebia águas residuais provenientes de tal emissor.

Os afluentes do Pemex e CFE poderiam ser descartados, após o tratamento, no rio Tula e no Grande Canal. Fizeram parte desse cenário os interesses de se especular nessa região, o que resultou na proposta da construção de uma refinaria que transformasse a área, segundo esses próprios interesses, cuja propaganda era melhorar a vida dos habitantes de Tula e Atitalaquia, que se deixaram guiar em direção a uma melhor oportunidade de desenvolvimento.

Uma vez definido o planejamento energético e sua implementação como um processo que tem uma natureza política e econômica entre atores como Pemex, o Estado, Sindicato dos Trabalhadores de Petróleo da República Mexicana, pode-se concluir que tais políticas setoriais são difíceis no âmbito de uma coordenação institucional (WIONCZEK, 1983).

As experiências dramáticas da nacionalização do petróleo de 1938, o bloqueio subsequente do petróleo mexicano no mercado externo, a convicção amplamente compartilhada da riqueza energética do país foi muito baixa e as exigências da estratégia de industrialização do padrão de exportação de produtos primários, definiu a política energética mexicana focada em óleo durante quase quarenta anos após a expropriação e da abertura da refinaria Miguel Hidalgo, na região de Tula (1938-1976).

No que diz respeito à indústria do petróleo, a Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina e Caribe (CEPAL) enfatizou a dinâmica de crescimento da demanda por petróleo e produtos refinados em resposta à contínua expansão do transporte automotor, grandes investimentos em rodovias e plantas industriais termelétricas e na indústria geral. As valorizações da CEPAL sobre os recursos petrolíferos limitados do México deviam-se aos constrangimentos tecnológicos e financeiros, agravados pela política de preços no mercado

interno (CEPAL, 1957).

Assim, o Estado determinou o assentamento de uma refinaria na região central do país, colocando Tula, Hidalgo como o melhor espaço para o seu assentamento, ação que ativou a produção social do espaço através do domínio do petróleo, que se constituiu como um ato de uma empresa nacional de monopólio estatal, integrando os diferentes atores na região.

As condições atuais na região, que levaram a refinaria Miguel Hidalgo a assentar-se nessa região eram, principalmente, seus recursos naturais, as condições materiais e o risco na área sul. Em 1607, Enrico Martinez abriu em Nochistongo o primeiro túnel para drenar o Vale do México para a bacia de Tula. Culminou, em 1856, com a aprovação do projeto pelo Eng. Francisco de Garay para a construção do Grande Canal, com saída para o túnel Tequisquiac. Esse trabalho foi complementado por um túnel paralelo, encomendado em 1947. Ressalta-se, ainda, que antes da Revolução construíram-se duas barragens de irrigação para o Vale del Mezquital para servir os distritos de Ixmiquilpan e Actopan e mais outra foi construída em Huichapan (WIONCZEK, 1983).

Em 1965, entrou em função a barragem Endhó que, juntamente com o Recodo, compõe o sistema López-Rayon-Tasquillo, inaugurado com 7.000 hectares, reforçando consideravelmente o Distrito de Irrigação, permitindo o assentamento da refinaria Miguel Hidalgo e a termelétrica, de acordo com o padrão de exportação de produtos primários (WIONCZEK, 1983).

Em Tula, pudemos ver que a região sul concentra maior potencial econômico e, portanto, uma maior possibilidade para criar postos de trabalho. Isso não significa que a região de Tula não apresente o fenômeno da emigração, uma vez que os centros industriais do Estado do México e da área perto da Cidade do México são polos de atração que vão dar força de trabalho nessas localidades.

O processo levou à política de industrialização-urbanização ocorrida na região, e tem sido caracterizado mais na cidade de Tula e Atitalaquia, o que permitiu compreender o que significaria a construção de outra refinaria Pemex nesse lugar, ou seja, um projeto dessa dimensão traria grandes transformações regionais, caso fosse implementado.

A região de Tula e Atitalaquia apresenta características de um centro de população rural-urbana, com uma tendência para acentuar suas características urbanas, já que seu desenvolvimento histórico tem sido o de centro industrial, político, religioso, permitindo, assim, ter uma composição de vários setores da economia: comerciantes, camponeses, trabalhadores de pequenas e grandes indústrias, setor administrativo, ou seja, uma população em vários ramos de atividades. Esta heterogeneidade social é permeada por diferentes

ideologias, que se destacam dos setores rurais-camponeses da região, abrindo possibilidades para a adoção de projetos modernizantes como o da refinaria.

### 3.1 Constituição da heterogeneidade regional

A região tem um papel político importante, pois, além de ter como sede do município de Tula de Allende, serve como sede judicial e eleitoral, somando-se a sua categorização religiosa como Diocese, cujos limites coincidem com a região designada como Vale del Mezquital, englobando Tula e Atitalaquia. A Diocese também tem instalações de culto, com dois edifícios: um que funciona como um seminário e outro tinha um exercício muito ativo no trabalho comunitário, *Centro do Vale do Mezquital Promoção e Formação, CA.*, que concentrou suas funções, principalmente no norte indígena do Vale. Embora óbvio, não menos importante, é observar o papel social, político e ideológico dessa instituição (STAVENHAGEN, 1973).

Sobre o processo de industrialização-urbanização de que temos falado, e que ocorre na região de Tula-Atitalaquia desde o início do século, é o espaço para as instalações industriais e urbanas que a Pemex propôs construir.

Atualmente, com a simulação do espaço de projeto ficaram terras que, anteriormente, na sua maioria, estavam envolvidas com atividades primárias, como os 721 hectares, ainda afetando cerca de 360 parcelas. Isso libera a venda da força de trabalho, no próprio sector agrícola ou emprego em outras atividades de negócio, para expandir e aumentar novos estabelecimentos.

O centro da cidade é mais do que um conjunto de casas de produção e serviços adjacentes com uma paisagem ao redor dos vestígios da cidade pré-hispânica Tolteca. É composto por um aglomerado humano que não é homogêneo, mas a sua heterogeneidade dá uma dinâmica própria, também na vida urbana.

As moradias não podem ser modificadas ou projetadas sem a abordagem mais próximo possível da série de aspirações, necessidades e frustrações de quem faz uso delas. A moradia o casa-quarto é muito diversificada na região; o centro de Tula e Atitalaquia, respectivamente, tem sido um domínio das imobiliárias, que produzem apenas casas padronizadas e reduzidas à sua capacidade máxima, em torno de 40 e 45 metros quadrados, ou, então, colônias sem qualquer história de apropriação do espaço pelos atores sociais. No entanto, em áreas próximas, a área de construção das casas é predominante a autoconstrução. Em alguns casos, devido à emigração e aos recursos obtidos com a venda de suas de terras, os

moradores foram construindo casas com um toque arquitetônico diversificado que não tem relação com a tradição nem com o ambiente local.

**Foto 11. Autoconstrução**



Organização: Luis Alberto Luna Gómez, 2015.

Um fenômeno a considerar é a área residencial de Pemex, projetada exclusivamente para os trabalhadores do petróleo, o que dificulta a integração entre eles e a população, criando um elitismo, que já fora mencionado por Stavenhagen (1973).

No que diz respeito à agricultura, predominam as áreas irrigadas com uma diversificação de cultivos comerciais como a alfafa, trigo, tomate e milho, alta produtividade com utilização do esgoto que serve como adubo; o uso de mão de obra contratada; um alto grau de mecanização e níveis técnicos. A agricultura do Distrito de Irrigação (Tula) não é totalmente mecanizada, usa em grau considerável uma moderna tração mecânica. Assim, 93% das máquinas agrícolas são usadas na execução de trabalho agrícola e 7% vem da força animal e da energia humana. A mecanização atinge 95% do trabalho de preparação do terreno, 50% na plantação, 70% nos labores de cultivo e 2% na colheita, de acordo com o INEGI (2011). Os gráficos de 4 a 9 demonstram esses dados comparativamente entre Atitalaquia e Tula.

Tabela 4. Atitalaquia: volume de produção agrícola. Toneladas, 1994-2011

Anos	Produção de alfafa verde	Produção de aveia forrageira	Produção de pimentão verde	Produção de feijão	Produção de milho grão	Produção de pastagens
1994	82479	360	450	77	3094	1193
1995	91613	370	369	70	2647	1861
1996	82386	384	520	163	3196	1109
1997	53225	704	78	123	2320	1549
1998	47484	288	162	93	3989	2648
1999	74133	648	200	152	3388	9322
2000	85438	266	272	49	3050	2446
2001	48460	384	280	48	5280	3530
2002	55161	170	250	52	3376	2690
2003	76677	640	360	242	2973	4498
2004	80185	0	117	151	3211	1693
2005	91785	893	135	144	3622	7939
2006	88229	218	108	139	3612	2623
2007	139935	1840	60	211	4623	1600
2008	140784	1786	54	305	7791	2906
2009	139469	1170	48	130	3735	1169
2010	132774	1810	108	608	10472	436
2011	100363	984	210	346	6409	1244

Com base no INEGI (2011)

Tabela 5. Atitalaquia: Subsídios ao campo, 1994-2011

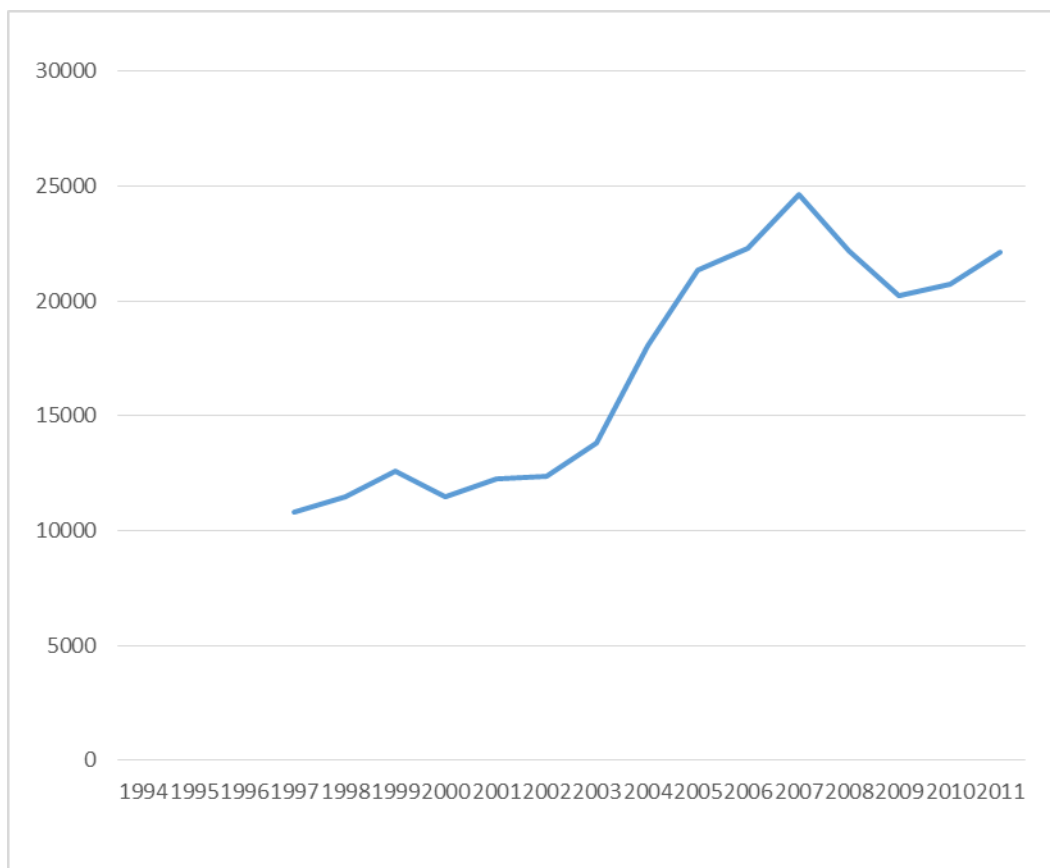
Anos	Produtores beneficiados pelo PROCAMPO	Pago pelo PROCAMPO
1994	605	499
1995	695	646
1996	663	717
1997	658	808
1998	764	861
1999	781	937
2000	669	1007
2001	699	1112
2002	669	1175
2003	687	704
2004	656	1231
2005	676	1341
2006	639	1318
2007	643	1226



2008	631	1215
2009	590	1102
2010	553	1065
2011	504	997

Com base no INEGI (2011). O pago em miles de pesos mexicanos.

**Gráfico 8. Atitalaquia: valor da produção de carne no canal, 1994-2011. Miles de pesos**



Com base no INEGI (2011)

**Tabela 6. Tula: volume de produção agrícola. Toneladas, 1994-2011**

Anos	Produção de alfafa verde	Produção de aveia forrageira	Produção de pimentão verde	Produção de feijão	Produção de milho grão	Produção de pastagens
1994	269718	2508	1596	1273	14342	17580
1995	221571	1859	2624	1728	15831	7152
1996	168653	2522	1320	842	12500	7438
1997	130389	2937	830	1007	14046	12637
1998	102457	2628	1260	672	20460	15513
1999	126058	2679	370	849	24109	17967

2000	117149	2657	909	1006	17000	21463
2001	265438	2371	693	932	25263	13774
2002	280022	2244	70	1251	23636	11082
2003	337235	3576	297	1302	23717	11802
2004	361559	5900	252	1472	24394	13500
2005	353530	3840	216	2308	21357	11394
2006	389532	7054	240	2117	20497	14657
2007	417556	21705	144	1443	21222	12318
2008	240363	16960	99	1631	21386	21964
2009	240604	10170	144	1085	20988	13789
2010	234928	16730	190	1080	20056	4501
2011	178237	33792	165	1397	23778	7501

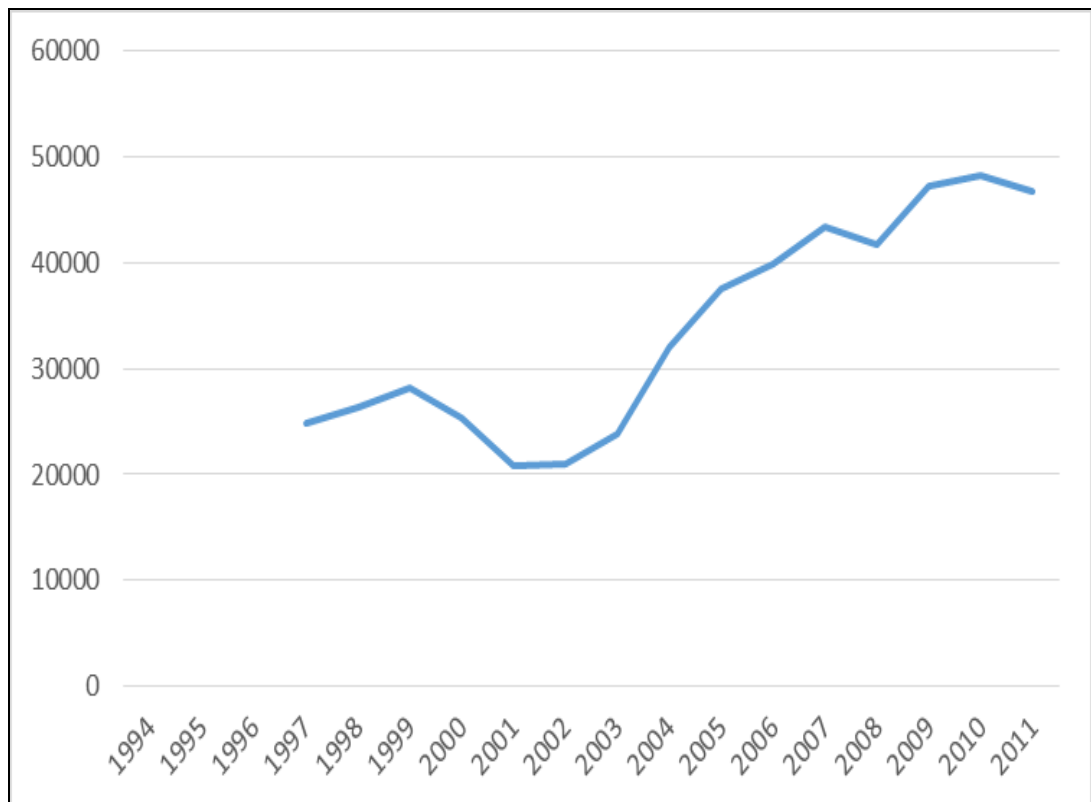
Com base no INEGI (2011)

**Tabela 7. Tula: subsídios ao campo, 1994-2011**

<b>Anos</b>	<b>Produtores beneficiados pelo PROCAMPO</b>	<b>Pago pelo PROCAMPO</b>
1994	2134	1659
1995	2315	2099
1996	2348	2351
1997	2372	2634
1998	2466	2873
1999	1788	3153
2000	1660	3321
2001	1755	3602
2002	2094	3781
2003	2056	2756
2004	2031	4395
2005	2034	5201
2006	1949	5047
2007	1921	4743
2008	1853	4472
2009	1769	4363
2010	1759	4313
2011	1720	4291

Com base no INEGI (2011). O pago em miles de pesos mexicanos.

**Gráfico 9. Tula: valor da produção de carne no canal, 1994-2011. Miles de pesos**



Com base no INEGI (2011)

Nos terrenos temporais onde se plantam os produtos específicos para o consumo familiar ou para venda em pequena escala, tais como milho, feijão, cevada, nopal (cactácea) e piteira (agave), a produtividade é baixa, pela qualidade dos solos e a utilização de técnicas tradicionais. No entanto, a região de estudo tem uma forte produção de alfafa, utilizada como forragem na alimentação para o gado.

Hoje pudemos ver que a região de Tula-Atitalaquia tem caracteristicamente o uso do solo rural, totalizando os municípios mais de 12.000 hectares de trabalho, o que pode ser visto adiante, na fig. 9.

**Tabela 8. Região: uso da terra e de produção de 2007**

Municipio	Unidades de producción	Superficie (ha)						Cabezas de ganado porcino	Cabezas de ganado bovino
		Total	De labor	Con pastos no cultivados, de agostadero o enmontada		Con bosque			
				Total	Principalmente con selva	Selva	Sin vegetación		
					Con selva				
Atitalaquia	1 822	3 195.13	2 602.54	578.94	25.97	1.59	12.07	891	2 546
Tula	5 690	13 172.44	9 873.93	2 815.66	313.71	2.70	480.15	3 017	4 767
Total	7 512	16 367.57	12 476.46	3 394.60	339.68	4.29	492.22	3 908	7 313

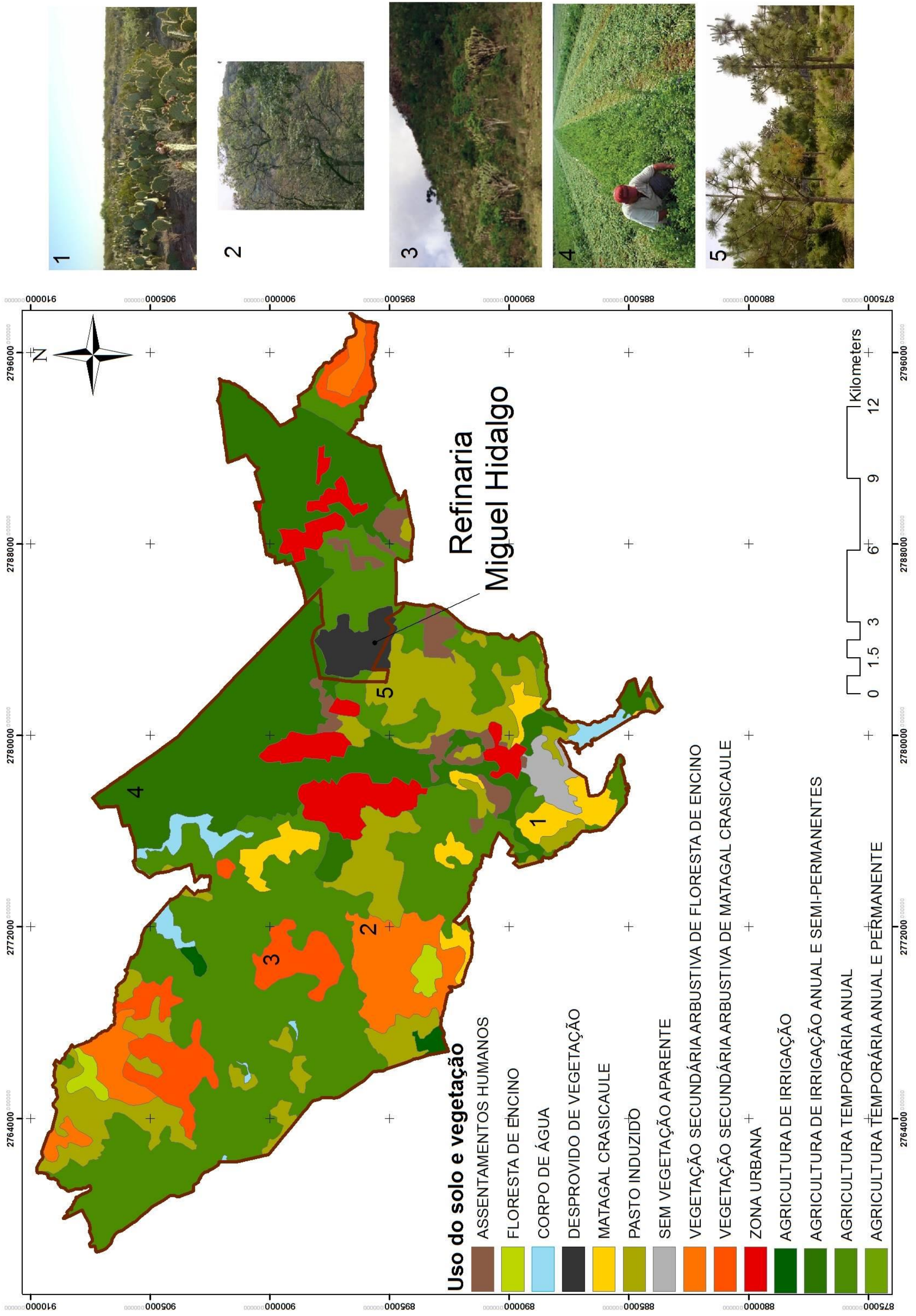
Fonte: Censo Agropecuario 2007.

As atividades diferentes competem para o uso do solo e, portanto, para a sua valorização. A miséria é para os aluguéis uma fonte mais abundante que as minas de Potosi para Espanha (HARVEY, 1990: 344). A refinaria Miguel Hidalgo está localizada dentro da área industrial, não é mais abrangente e extensa como outros usos da terra, embora exerça domínio sobre outras atividades que estão localizados na região. O trabalho adicional é feito na área industrial, oferecido pelo parque industrial Jorobas-Tula, e também pela produção agrícola.

As atividades que, historicamente, produziram o espaço naquela região se transformaram, levando a população a novas formas de reprodução do trabalho e de resistência, desarticulando a cultura local, propiciando a degradação dos sujeitos em várias esferas da social, como o consumo de álcool, por exemplo (FROMM y MACCOBY, 1976).

A tecnologia necessária à execução da refinaria Bicentenario, atualizava e dirigia as ações para uma vanguarda tecnológica com a atração de capitais internacionais desvalorizando os espaços de produção agrícola. A compressão do espaço não é apenas no uso de dispositivos tecnológicos, mas na adoção e adaptação de dispositivos sociais que determinam as estratégias para aumentar o capital. Abriu-se uma crise social, com atos violentos que resultaram em mortes e disputas dentro do nível do agregado familiar e da comunidade, impedindo assim a integração entre eles, o que poderia ter sido um dispositivo de monitoramento comunitário, para garantir seus interesses frente ao projeto. Abaixo está um mapa de uso da terra na região e ramos econômicas que desempenham um papel importante nesse processo, considerando dados do INEGI, em 2007 e 2009, respectivamente. (Figura 9).

Figura 9. Usos do solo e vegetação



INEGI (2010). Note-se que a área referida como está desprovida de vegetação, onde se encontra a refinaria Miguel Hidalgo e os arredores onde a terra foi comprada.

Também vale dizer, como falaram Marx e Engels (1984) em seu texto sobre o 18 Brumário de Luís Bonaparte, que a história pode se repetir duas vezes, na primeira em tragédia e na segunda em comédia, apontamos que a expropriação petroleira no ano de 1938 pelas companhias anglo-holandesas foi um ato trágico para a Pemex; a expropriação dos camponeses, no ano 2013, figurou como uma comédia para a Nação e para os afetados.

## **CAPÍTULO 4 - O Diabo Negro: as determinações de reformar a propriedade de energia**

A Reforma Energética aprovada no final de 2013 é parte da política de posicionamento global do Estado Nacional de Competência para atrair investimentos de capital nacional e estrangeiro, sendo, não só promotor, mas parceiro desse capital. Essa ação determina a produção do território em diferentes escalas, aqui se mostrando nas escalas nacional, local, municipal. Para realizar esta pesquisa, foi feito um acompanhamento histórico do evento, realizando-se uma pesquisa abrangente na literatura disponível, segundo dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática.

A análise da reforma da propriedade da energia baseia-se no entendimento do que é renda e de como ela valoriza a produção. A renda é um pagamento feito aos proprietários pelo direito de uso da terra e seus acessórios. “A terra junto com o homem são as fontes originais da riqueza” (MARX, 1999, p. 424). A renda da terra refere-se, nesta análise à produção de Petróleos Mexicanos (Pemex), mesmo antes de 2013, quando a Constituição Mexicana foi alterada nos artigos 25, 27 e 28, acerca da titularidade dos recursos, denominando tal ação de Reforma da Energia.

A empresa nacional Petróleos Mexicanos destinava uma renda pelo uso dado ao território nacional, mesmo quando foi capturada pela Secretaria de Fazenda e Crédito Público (SHCP), variando entre 35% e 40% do valor arrecadado pela referida Secretaria, valores esses que representam uma forte quantidade para investimento em gastos sociais e infraestrutura para o país.

A indústria do petróleo é estratégica para o desenvolvimento do país. Portanto, ancorado na região de Atitalaquia-Tula, Hidalgo, a refinaria Miguel Hidalgo e o projeto da refinaria Bicentenario fazem parte desse setor econômico chave.

Por um lado, o projeto da refinaria Bicentenario anunciou-se em 2008, após a crise global, como ato semi-ilusório, que teve alguns suportes materiais e institucionais, mas não foi realizado, provando ser um grande ato de especulação, no valor de pelo menos, US \$11,610.000.000 de dólares (MONREAL, 2014). Além disso, a proposta serviu para apoiar a reforma de energia lançada em 2013. Dessa maneira, seus efeitos se estruturaram em escala global, através da política de posicionamento que englobou a força de trabalho e os recursos naturais encontrados em diferentes localidades, municípios e comunidades do país (HIRSH, 2001; HOLLOWAY, 1990; PECK, 2010; SAXE-FERNÁNDEZ, 2015).

O discurso político, como discurso de interesses econômicos, argumentou que a

Pemex estava deixando de cumprir os objetivos da sua criação, em termos de promover o desenvolvimento, a industrialização, a capitalização nacional e o fornecimento de energia barata para a economia e contribuir à saúde das finanças públicas, pretendendo justificar a reforma de Energia.

A concepção do Estado Nacional de Competência sobre a propriedade e o território é baseada em estabelecê-lo como um ativo financeiro puro. Todas as outras formas de propriedade da terra devem ser anuladas. “O espaço é um atributo material a todos os valores de uso” (HARVEY, 1990, p. 377).

A renda é o conceito pelo qual a economia política, enfrenta, tradicionalmente, o problema de organização espacial. A renda fornece uma base para várias formas de controle social sobre a organização espacial e o desenvolvimento do capitalismo. Isso porque a terra serve, não só apenas como um meio de produção, mas também como reserva de valor. O espaço é o elemento necessário em toda a produção e atividade humana (HARVEY, 1990; LEFEBVRE, 1991; 2006). O crescimento da troca de mercadorias, a divulgação das relações monetárias e do crescimento do sistema de crédito, formam condições favoráveis conceituais para que se trate a “terra cada vez mais como um ativo financeiro” (HARVEY, 1990, p. 351).

O direito sobre a terra torna-se uma forma de capital fictício. “O elemento especulativo está sempre presente no comércio de terras” (HARVEY, 1990, p. 370). A especulação em terra pode ser necessária para o capitalismo, mas as orgias especulativas tornam-se uma fonte de destruição para o próprio capital (HARVEY, 1990, p. 372).

Assim, analisando o desenvolvimento do projeto da refinaria Bicentenario na região de Atitalaquia-Tula, Hidalgo em 2008, procurou-se entender como se adequavam a especulação e a dívida pública à política de posicionamento e não à capacidade produtiva da companhia Petróleos Mexicanos, para reinvestimento dos lucros e sua distribuição social. As ações sobre os territórios formulados pelo Estado Nacional de Competência tiveram como um dos objetivos alterar artigos da propriedade territorial (Art. 25, 27 e 28 da Constituição), a fim de atrair e reter o investimento do capital privado nacional e internacional dentro das fronteiras nacionais.

Quanto à produção de petróleo, o diablo negro, as jazidas em Cantarell, na Península de Yucatán, no México, sustentaram a produção durante vários anos; no entanto, encontravam-se em uma crise que colocava em pauta a política de recomposição das reservas e os trabalhos de exploração, a reutilização de campos antigos e o desenvolvimento de novos.

Preocupava o rápido declínio da jazida Cantarell que produzia mais de 2.000.000 de barris e, de forma deficitária, chegou a 500.000 barris, em 2012, não tendo sido identificados



outros campos gigantes para explorar. A intensificação do trabalho de recuperação e identificação de novas jazidas teve como objetivo imediato compensar o esgotamento da Cantarell para sustentar o volume de produção. Assim aconteceu com a principal jazida de Ku-Maloob-Zaap; daí o desenvolvimento de Chicontepec e, mais tarde, a exploração de campos em águas profundas. Enquanto isso, a extração total de óleo bruto tendeu a estagnar e, em seguida, diminuiu ligeiramente nos últimos anos. Desde 2002, a produção ficou em torno de 3.200.000 barris por dia, a serem reduzidos para os 200.000 barris até 2007. (IBARRA, 2013).

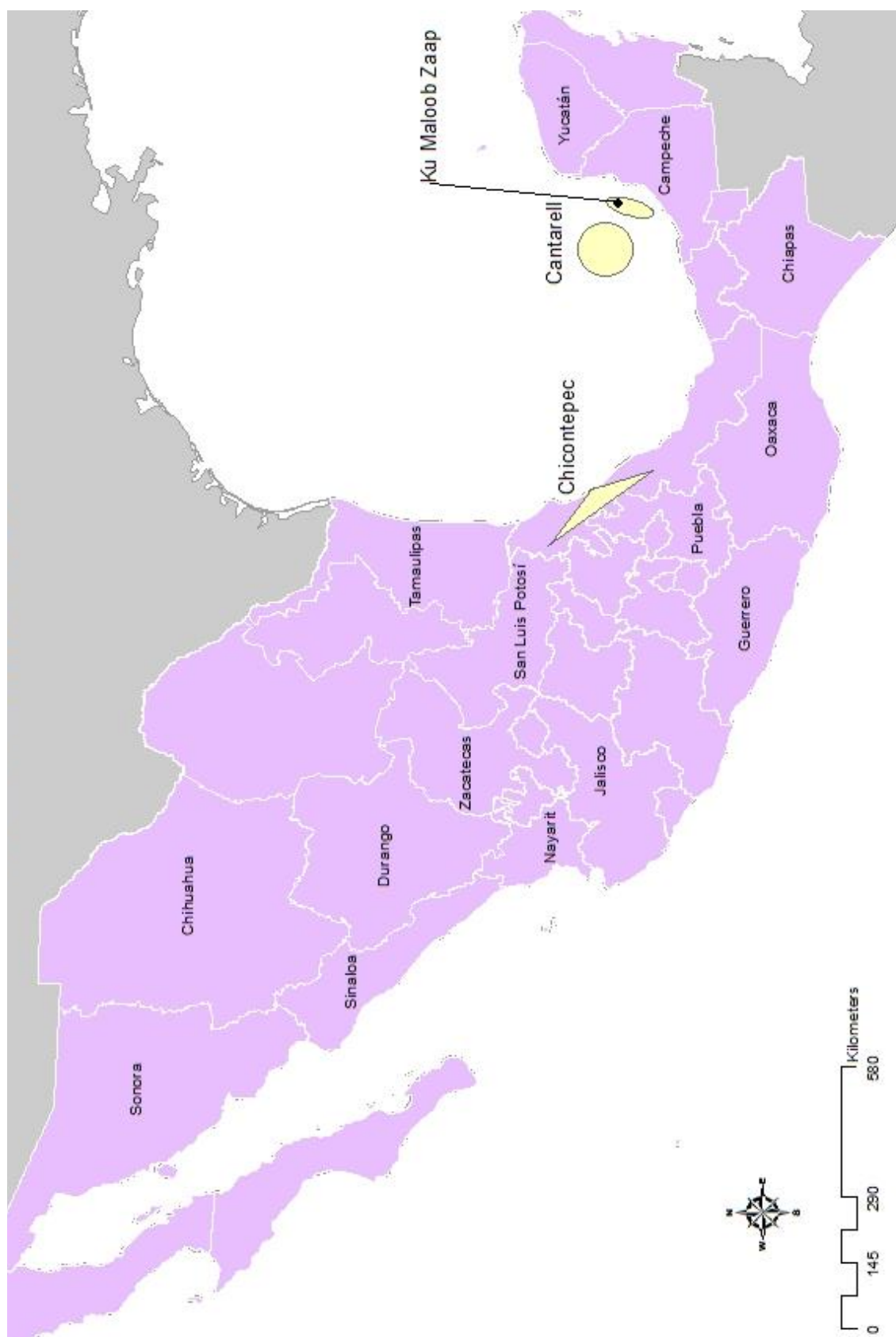
A procura incessante da importância do petróleo, passa pela estrutura axiomática que define a cosificación. A racionalidade do mercado sucumbiu à sua irracionalidade autoinducida e das mercadorias como o petróleo ganha vida com sentido humano (TAUSSIG, 1993; 2015).

A nova forma social tende a reduzir os homens a números, mas também transforma os recursos naturais, como o petróleo no demônio ou deuses. A vida distorcida com toda a certeza, emerge das coisas, transformando os produtos sociais em seres animados, o petróleo no México é esse terrível diablo negro, o "Deus dos senhores da terra", um ser animado do que se diz devora os homens que dão a vida (TAUSSIG, 1993).

O pensamento dialético latino-americano percebe, reflete, pensa e sabe que a Mãe Terra ainda está de parte dos operários e camponeses, ela luta contra eles para preservar a vida nova dentro do velho sistema metafísico de dualidades dialéticas, onde o bem também implica o mal. O temor de que os grupos sociais têm o diabo, assim como o contexto simbólico que este ocupa, refere a persistência latino-americana da crença, segundo a qual os seres humanos e a natureza são uma só coisa. A fim de preservar a fertilidade, produtividade, nenhum elemento, por si só, como o dinheiro se transforma em capital, pode dar lucro à custa do resto, transformando a totalidade em um meio para algo diferente de si mesmo (TAUSSIN, 1993; 2015).

A religião dos oprimidos pode atemperar o despojo, e fazer que a gente se adapte a ela, ao mesmo tempo, pode provocar resistência contra ela. O significado social de fetiche capitalista não esconde as relações econômicas no seu papel de relações entre as coisas em si mesmas. A realidade econômica, a desigualdade e a imensa diferença de modos de vida, nunca chegam a mascarar as realidades humanas. Os ritos da figura do Diabolo e da Santa Morte que se fazem no México e na América Latina manifestam o choque dialético, são os jovens e trabalhadores que estão na vanguarda da luta de classes (TAUSSIG, 1996).

Figura 10. México: principais campos petrolíferos



Organização: Luís Alberto Luna Gómez, 2013. Com base em Inegi (2010).

A crise financeira da Pemex impediu aumentar a capacidade de refino e de equilibrar

as linhas internas da produção. No final do ano 2007, a importação de produtos petrolíferos chegou a quase 500.000 barris de gasolina e ultrapassou os 300.000 barris por dia. O valor total desse câmbio somara mais de US \$14,000.000.000 de dólares, deixando um déficit líquido de quase US \$11,000.000.000 de dólares (ROUSSEAU, 2012; GONZÁLEZ, 2013; IBARRA, 2013). Só a importação de gasolina se elevou cerca de 40% do consumo nacional (IBARRA, 2013). Em termos de compras externas de petróleo [que] também está expandindo, requer um investimento urgente em dutos, transporte e outros tipos de armazenamento. Na verdade, terminais marítimos devem modernizar-se com quinze ou dez centros de armazenamento, incluindo as principais instalações (GONZÁLEZ, 2013; 2014).

A capacidade de refino é de 1.500.000 barris diários, dos quais apenas 39% são dos óleos pesados. Absorvendo em refinarias nacionais só a percentagem de petróleo pesado extraído, o resto é vendido diretamente no mercado externo ou processado pelos altos custos em instalações no exterior. Existe, portanto, um defasamento entre as linhas de extração e a capacidade de processamento da empresa (IBARRA, 2013).

Frente às disparidades técnicas, em 2004 foi-se delineando entre peritos e políticos a necessidade de mudar o *modus operandi* da companhia Petróleos Mexicanos (ROUSSEAU, 2012). Especialistas referiram o custo político que leva a fazer uma reforma no tema de petróleo, pois, devido à importância dada pela população, é um ponto de referência para a aquisição do estado de bem-estar nacional, além de fornecer recursos (MEIXUEIRO e BACA, 2013).

No entanto, o Governo Nacional, lançou-se na batalha da intrincada reforma da energia e, sobretudo, na plataforma de um pacto entre os principais partidos políticos, o Partido da Revolução Democrática (PRD), Partido de Ação Nacional (PAN) e do Partido Revolucionário Institucional (PRI), intitulado: *Pacto para o México*. A decisão contrasta com a opinião que têm os mexicanos da Pemex: destaca que 68% sentem um grau de orgulho pela paraestatal; 60% acreditam que a Pemex é uma empresa do Governo, em comparação com 34% que pensam que é privada; quase 70% acredita que a Pemex tem transparência insuficiente e igual percentagem considera a corrupção que a ela é atribuída.

Além disso, a população acredita ser necessária uma reforma de energia (55%), mas não concorda com o investimento privado na indústria do petróleo (54%); da mesma forma, a população acredita que a Pemex deve desenvolver uma tecnologia que permita a exploração do petróleo que se encontra a muita profundidade (73%), contra 24% que aceita que se associe com companhias petrolíferas estrangeiras (MEIXUEIRO e BACA, 2013). Diante de todas essas considerações, o Governo Federal decidiu retirar do Estado o controle sobre seus

recursos energéticos, que vinha se consolidando historicamente através da resistência ao boicote internacional e da luta social que levou à constituição do *Leviathan mexicano*, ou seja, do Estado como um príncipe investido de recursos que lhe permitiram alguma soberania.

#### **4.1 As mudanças constitucionais**

A nacionalização do petróleo tem suas origens em 1938, após a crise nacional causada pelo conflito entre trabalhadores e empresas de petróleo de origem estrangeiro; depois de várias tentativas de mediação, foi decidido expropriar as empresas petrolíferas e criar uma empresa de natureza pública (MEIXUEIRO e BACA, 2013). Durante o tempo decorrido, a indústria petrolífera mexicana cresceu e consolidou-se, até transformar nosso país em um dos principais produtores de hidrocarbonetos no mundo (NAVARRO, 2007). Podemos dizer, também, que o conflito entre empresas e governos estrangeiros contra o Estado mexicano pelo controle do petróleo, tornou-se um símbolo de grande força no imaginário coletivo que exalta o nacionalismo e a defesa da soberania contra os estrangeiros. Resta dizer que, enquanto a indústria foi nacionalizada tendo como origem um acidente, isso resultou em um grande conflito o qual, processualmente, foi estruturado na produção estratégica que hoje se torna uma atração para o capital privado nacional e estrangeiro.

Mais tarde, entre 1946 e 1958, diz GONZÁLEZ (2013), chama a atenção para as reformas que permitiram que empresas estrangeiras fizessem trabalhos de exploração de novas jazidas. No final desse período, as empresas estavam contribuindo com 2% da produção total dos hidrocarbonetos, mas, em outras áreas da cadeia de produção, tais como a prestação de serviços, a participação foi maior. Perto do final do período do Presidente Adolfo Ruiz Cortines (1952-1958), propôs várias alterações para limitar o crescimento da presença estrangeira no setor, ao promulgar a lei que regulamenta no Artigo 27 da Constituição, no Setor de Petróleo.

O mesmo artigo afirma que:

Corresponde à nação a propriedade direta, inalienável e imprescritível de todos os carbonetos de hidrogênio que estão localizados no território, incluindo os mantos da plataforma continental ou depósitos, independentemente do seu estado físico, incluindo os estados intermediários e que compõem o óleo mineral bruto, acompanham ou fluem a partir dele (Artigo 27 da Constituição Mexicana).

Dois anos depois, o Presidente Adolfo Lopez Mateos (1958-1964) consolidou o monopólio estatal iniciado por Lázaro Cárdenas, em 1938. No contexto do padrão primário exportador, o setor da energia terminou por fechar-se para o capital privado (GONZÁLEZ, 2013).

O artigo 27 da Constituição foi definido:

[...] No caso do petróleo e dos carbonetos sólido, líquido ou hidrogênio gasoso, não serão concedidos concessões ou contratos, nem subsistiram os que tenham sido concedidas e que o país levara a exploração desses produtos nos termos estabelecidos pela lei de regulamentação respectiva (Artigo 27 da Constituição Mexicana).

No entanto, a janela aberta para a Pemex fez com outros indivíduos ou entidades a execução de obras e prestação de serviços que se encontra no 6º artigo da Lei de Regulamentação do Artigo Constitucional 27 no Sector Petrolífero, sendo muito claro que os pagamentos serão em dinheiro e não serão concedidos por serviços prestados ou trabalhos que são executados, percentuais nos produtos ou participação nos resultados das operações (GONZÁLEZ, 2013).

Artigos 25, 27 e 28, e as mudanças realizadas (em negrito) [Anexo A.3]:

#### ARTIGO 25

<b>Antes</b>	<b>Depois</b>
Corresponde al Estado la rectoría del desarrollo nacional para garantizar que éste sea integral y sustentable, que fortalezca la Soberanía de la Nación y su régimen democrático y que, mediante la competitividad, el fomento del crecimiento económico y el empleo y una más justa distribución del ingreso y la riqueza, permita el pleno ejercicio de la libertad y la dignidad de los individuos, grupos y clases sociales, cuya seguridad protege esta Constitución. La competitividad se entenderá como el conjunto de condiciones necesarias para generar un mayor crecimiento económico, promoviendo la inversión y la generación de empleo.	Corresponde al Estado la rectoría del desarrollo nacional para garantizar que éste sea integral y sustentable, que fortalezca la Soberanía de la Nación y su régimen democrático y que, mediante la competitividad, el fomento del crecimiento económico y el empleo y una más justa distribución del ingreso y la riqueza, permita el pleno ejercicio de la libertad y la dignidad de los individuos, grupos y clases sociales, cuya seguridad protege esta Constitución. La competitividad se entenderá como el conjunto de condiciones necesarias para generar un mayor crecimiento económico, promoviendo la inversión y la generación de empleo.

<p>...</p> <p>...</p> <p>El sector público tendrá a su cargo, de manera exclusiva, las áreas estratégicas que se señalan en el Artículo 28, párrafo cuarto de la Constitución, manteniendo siempre el Gobierno Federal la propiedad y el control sobre los organismos que en su caso se establezcan.</p>	<p>...</p> <p>...</p> <p><b>El sector público tendrá a su cargo, de manera exclusiva, las áreas estratégicas que se señalan en el Artículo 28, párrafo cuarto de la Constitución, manteniendo siempre el Gobierno Federal la propiedad y el control sobre los organismos que en su caso se establezcan. Tratándose de la planeación y el control, del sistema eléctrico nacional y del servicio público de transmisión y distribución de energía eléctrica, así como de la exploración y extracción de petróleo y demás hidrocarburos, la Nación llevará a cabo dichas actividades en términos de lo dispuesto por el párrafo sexto y séptimo del artículo 27 de esta Constitución. En las actividades citadas la ley establecerá las normas relativas a la administración, organización, funcionamiento, procedimiento de contratación y demás actos jurídicos que celebren las empresas productivas del Estado, así como el régimen de remuneraciones de su personal, para garantizar la eficacia, eficiencia, honestidad, productividad, transparencia y rendición de cuentas con base en las mejores prácticas y determinará las demás actividades que podrán realizar.</b></p>
--	---

## Artigo 27

<b>Antes</b>	<b>Depois</b>
<p>Tratándose del petróleo y de los carburos de hidrógeno sólidos, líquidos o gaseosos o de minerales radioactivos, no se otorgarán concesiones ni contratos, ni subsidiarán los que en su caso se hayan otorgado y la Nación llevará a cabo la explotación de esos productos, en los términos que señale la Ley Reglamentaria</p>	<p><b>Tratándose de minerales radioactivos no se otorgarán concesiones. Corresponde exclusivamente a la Nación la planeación y el control del sistema eléctrico nacional, así como el servicio público de transmisión y distribución de energía eléctrica; en estas actividades no se otorgarán</b></p>

<p>respectiva. Corresponde exclusivamente a la Nación generar, conducir, transformar, distribuir y abastecer energía eléctrica que tenga por objeto la prestación de servicio público. En esta materia no se otorgarán concesiones a los particulares y la Nación aprovechará los bienes y recursos naturales que se requieran para dichos fines.</p> <p>...</p> <p>...</p> <p>...</p>	<p><b>concesiones, sin perjuicio de que el Estado pueda celebrar contratos con particulares en los términos que establezcan las leyes, mismas que determinarán la forma en que los particulares podrán participar en las demás actividades de la industria eléctrica.</b></p> <p><b>Tratándose del petróleo y de los hidrocarburos sólidos, líquidos o gaseosos, en el subsuelo, la propiedad de la Nación es inalienable e imprescriptible y no se otorgarán concesiones. Con el propósito de obtener ingresos que contribuyan al desarrollo de largo plazo de la Nación, ésta llevará a cabo las actividades de exploración y de extracción del petróleo y demás hidrocarburos mediante asignaciones a empresas productivas del Estado o a través de contratos con éstas o con particulares, en los términos de la Ley Reglamentaria. Para cumplir con el objeto de dichas asignaciones o contratos las empresas productivas del Estado podrán contratar con particulares. En cualquier caso, los hidrocarburos en el subsuelo son propiedad de la Nación y así deberá afirmarse en las asignaciones o contratos.</b></p> <p>...</p> <p>...</p>
--	---

## Artigo 28

Antes	Depois
<p>El Estado tendrá un banco central que será autónomo en el ejercicio de sus funciones y en su administración. Su objetivo prioritario será procurar la estabilidad del poder adquisitivo de la moneda nacional, fortaleciendo con ello la rectoría del desarrollo nacional que corresponde al Estado. Ninguna autoridad podrá ordenar al banco conceder financiamiento.</p>	<p><b>El Estado contará con un fideicomiso público denominado Fondo Mexicano del Petróleo para la Estabilización y el Desarrollo, cuya Institución Fiduciaria será el banco central y tendrá por objeto, en los términos que establezca la ley, recibir, administrar y distribuir los ingresos derivados de las asignaciones y contratos a que se refiere el párrafo séptimo del artículo 27 de esta Constitución, con excepción de los impuestos.</b></p> <p>...</p> <p><b>El Poder Ejecutivo contará con los órganos reguladores coordinados en materia energética, denominados Comisión Nacional de Hidrocarburos y Comisión Reguladora de Energía, en los términos que determine la ley.</b></p> <p>...</p> <p>...</p>

Do ano 1978 ao ano 2004, a Pemex experimentou um período de prosperidade. Após esse período, houve um declínio na produção, promovido pela depleção de Cantarell, o mesmo que mostrou a necessidade de reformar a Pemex, que vem até 40% do orçamento exercido pelo Governo Federal (MEIXUEIRO e BACA, 2013).

A reestruturação organizacional implementada pela Pemex visa substituir a gestão burocrática baseada em princípios empresariais, princípios de gestão. Victor Carreón e Miriam Grunstein (2011) observam que, desde a sua criação como uma indústria do Estado em 1937 até 1989, quando das primeiras reformas organizacionais, a Pemex era parte substancial da estrutura monolítica do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Rousseau (2012) observa que a criação da Pemex S/A de CV, envolve a formação de uma empresa



pública por meio de uma empresa e não a criação de um órgão administrativo por lei. No entanto, o Presidente Salinas de Gortari (1988-1994) gerou mudanças legais significativas na Pemex, por meio da Lei Orgânica da Petróleos Mexicanos, que entrou em vigor em 1992 lei que procurou avaliar o peso e a mediação do Estado em relação ao peso do empreendedorismo.

Carreón e Grunstein (2011) argumentam que o processo da reforma da Pemex, de *paraestatal* até um sentido de vocação empreendedora, teve a substancial atenção no problema estrutural da indústria, com base em um indicador para a revogação da Lei Orgânica da Petróleos Mexicanos, substituído pela nova Lei de Petróleos Mexicanos de 2008, que inseriu elementos nos negócios, destacando: a inclusão de conselheiros profissionais; a remoção da Figura *Organismos Descentralizadas Subsidiária* que estava no ato e uma maior autonomia de gestão no que toca à dívida e orçamento do ano.

O ex-Presidente Salinas de Gortari, em seu Plano Nacional de Desenvolvimento, estabeleceu a separação de várias empresas estatais, incluindo a petroquímica secundária para atrair o investimento privado nacional e estrangeiro, criando sete filiais petroquímicas: Cosoleacaque, Tula, Escolín, Camargo, La Cangrejera, Morelos e Pajaritos (ROUSSEAU, 2012; CARREÓN e GRUNSTEIN, 2011). No entanto, em 2004, o Ministério da Energia, disse que não se esperava que os resultados obtidos da filial não fossem os desejados, por causa da falta do envolvimento do setor privado. Essa participação supera os cinco mil milhões de dólares (IMCO, 2013).

Estabeleceram-se acordos internacionais envolvendo o tema da emissão de hidrocarbonetos nacionais e a participação privada de empresas de outros países na indústria do petróleo como o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN). O tratado não fornece o investimento privado em quase todo o processo de produção; no entanto, há uma cláusula de desempenho que estabelece que cada país envolvido no tratado, deve permitir que suas empresas estatais negociem cláusulas de desempenho em seus contratos de serviço, pelo que a Pemex pode negociar contratos de serviços com o sector privado nacional e estrangeiro. Um instrumento que tem tornado possível a capacidade de investimento diz respeito aos projetos de Infraestrutura Produtiva com Impacto Diferido no Registro do Gasto, mais conhecido como Pidiregas. Mostram-se, dessa forma, os modelos de participação das empresas privadas no sector dos hidrocarbonetos (IBARRA, 2013; GONZÁLEZ, 2013; 2014).

Há muitos tipos de contratos na indústria internacional do petróleo. A tipologia divide os instrumentos em contratos e concessões. Privilegiando-se os processos no equilíbrio de

poder entre as empresas e os países produtores, os acordos de petróleo são divididos em clássica e de vanguarda, em que o primeiro corresponde aos que foram utilizados até finais dos anos oitenta do século XX e o segundo a uma atmosfera de cooperação. Os termos do negócio definem o modelo econômico e a denominação do contrato (RODRÍGUEZ, 2015).

Pela concessão ou licença, a empresa toma posse dos hidrocarbonetos extraídos e pode comercializá-los e, em troca desse direito, paga impostos sobre as receitas do petróleo. Contrato de partilha de produção, o volume da produção é dividido em partes, o primeiro é dado à empresa para cobrir os custos de capital e despesas operacionais, a segunda é dividida entre o Estado e a empresa seguindo as regras estabelecidas no contrato, por exemplo, 50/50, 60/40, em favor do Estado. As regras do corte e entregas são estabelecidas no contrato (RODRIGUEZ, 2015).

Contratos de petróleo fornecem acesso a terra, ao subsolo e aos recursos naturais. As companhias exigem segurança jurídica, materialidade suficiente, liberdade operacional máxima, gravar as reservas descobertas como se fosse suas, disponibilidade livre da produção para exportação, transformar ou vender produtos, obter uma taxa interna de retorno aceitável em relação aos riscos, mas nunca menos de 15% (RODRIGUEZ, 2015).

Tabela 9. A participação privada no setor de hidrocarbonetos

ESQUEMAS DE PARTICIPACIÓN DE EMPRESAS PRIVADAS EN EL SECTOR DE HIDROCARBUROS			
MODELO CERRADO		MODELO ABIERTO	
CONCEPTOS	SISTEMA DE CONTRATO DE SERVICIOS	SISTEMA DE CONTRATO DE PRODUCCIÓN COMPARTIDA	SISTEMA DE CONCESIONES
Propiedad del hidrocarburo	a) Las reservas en el subsuelo son de la nación	a) Las reservas en el subsuelo son de la nación	a) Las reservas en el subsuelo son de la nación
	b) En los casos de contrato de servicio puro el operador actúa como contratista	b) El Estado comparte la propiedad de la producción con el operador en puntos específicos después de boca de pozo o en los puntos de entrega	b) El operador toma posesión de la totalidad de la producción de hidrocarburo a boca de pozo
	c) En contratos de servicio de riesgo el operador no toma posesión sobre los hidrocarburos en superficie.		
Canalización de renta para el Estado	Ingresos no tributarios	No pagan regalías ni otros ingresos	a) Regalías b) bonos de asignación c) Participación especial d) Pagos por ocupación de área e) Pagos por ocupación del espacio
	Ingresos tributarios	Impuestos	a) Impuestos corporativos (sobre la renta, impuestos ambientales) b) Impuestos especiales al aceite durante la vida del proyecto. c) Impuestos corporativos (sobre la renta o ambientales) d) Impuestos especiales al aceite durante la vida del proyecto
Compensación para el operador	Tarifa por barril. En los contratos de servicio a riesgo el pago es una tarifa por barril en efectivo vinculada a las utilidades	a) La producción en especie se comparte entre el operador y el gobierno	a) Utilidades netas de los ingresos de toda la producción
		b) Utilidades netas de los ingresos de parte de la producción	b) Recuperación de inversiones de capital reconocidas como amortización y depreciación (gasto virtual)
		c) Recuperación de inversiones de capital amortización y depreciación, gasto virtual)	
Inversión	La inversión del capital corre casi totalmente a cargo del Estado	El operador aporta toda la inversión de exploración y explotación	El operador aporta toda la inversión de exploración y explotación
Deducibilidad de los costos	Sólo deduce los costos asociados con la prestación del servicio	Existe un tope anual en las deducciones de capital	El operador puede reconocer anualmente 100% de las deducciones correspondientes a inversiones de capital y costos

Fuente: Instituto Mexicano para la Competitividad (2013). Nos cambiaron el mapa. México ante la revolución energética del siglo XXI. México: Imco.

Durante seu mandato, o ex-Presidente Vicente Fox (2000-2006) lançou a reforma e uma maior força e radicalidade e Felipe Calderón (2006-2012) tomou decisões com base em um documento elaborado pela Secretaria de Energia e Pemex, chamado *Diagnóstico: situação Pemex*, pelo qual a Pemex demanda ser tratada como uma empresa, tanto na sua organização e gestão autônoma interna. A resposta imediata desse Presidente foi inserir conselheiros técnicos independentes, em vez de trabalhadores do governo através da concessão de certas liberdades orçamentais e da dívida. Essa ação foi chamada de presidencial, pois a nomeação de diretores e a criação de agências estavam sujeitas à vontade presidencial. No entanto, deve-se considerar a correlação de forças, porquanto nas legislaturas havia mais presença do PRI. (ROUSSEAU, 2012).

## **4.2 A PEMEX e a reforma de 2008**

Na reforma do ano 2008, que procurou consolidar a Pemex mais próxima de uma empresa com vocação, enfrentou-se a contradição partidária propiciada pelo Frente Amplio Progressista, que acompanha o processo legislativo que levou à fragilidade da Pemex, enquanto procurava o ganho máximo (ROUSSEAU, 2012; GONZÁLEZ, 2013).

Adiantada a reforma, planejou-se avaliar a necessidade de constituição formal e real da Pemex. Empiricamente, a produção de um bem de energia é dada em três formas: a empresa privada, pública e nos casos mistos. Carreón e Grunstein (2011) dizem que a decisão se baseia em três fatores: 1) econômico; 2) bem-estar social; e 3) legal, político e ideológico.

Também é importante considerar a questão do monopólio e os tipos para formar uma indústria. Sobre a questão do monopólio deve ser notado que ela se faz pela combinação do tamanho do mercado e a escala de eficiência mínima determinada pela tecnologia disponível para produzir um bem. A quebra está na escolha de uma empresa pública, a absorção das perdas de monopólio, ou de uma empresa privada, o monopólio que recebe um subsídio para compensar as perdas. Tal situação nunca foi uma discussão sobre a criação da Pemex. No caso de efeitos externos, tais como a degradação ambiental, o que envolve a produção não era um tópico discutido, nem apareceu relevante.

Um bem público, disse Carreón e Grunstein (2011) é quando o consumo por parte do todo social não diminui a quantidade disponível para os demais consumidores, ou não é muito caro para excluir os consumidores de desfrute do bem uma vez produzido; portanto, o óleo não cumpre a definição econômica para ser considerado um bem público. O penúltimo

aspecto é que, para ser uma empresa pública tem que ser uma fonte de ingressos para o Estado; no caso do México, as receitas provenientes do petróleo são, em média, um terço da renda total do governo. O Estado decide produzir bens para o que é intensivo o fator trabalho, assim como, se a prioridade do Estado é para aumentar o emprego formal, envolve-se no processo de produção de bens que requerem mais trabalho. Esse elemento teve a relevância da intervenção do Estado no conflito entre os sindicatos e as empresas em 1937. Outro argumento de por que a Pemex foi uma empresa pública, é porque ele tinha os recursos extraídos das receitas do petróleo e que a ação pôde ser implementada para redistribuir a renda nacional (CARREÓN Y GRUNSTEIN, 2011).

Carreón e Grunstein (2011) argumentam que não há fatores relevantes para que a indústria de petróleo esteja nas mãos de uma empresa pública. No entanto, o Estado ao obter as receitas do petróleo e redistribuí-las através da política de gastos sociais não tem um instrumento que fornece informação transparente, nem tem certeza de que não haja recursos desviados para outros fins. O desenvolvimento tecnológico, o tamanho do mercado e de pessoal de hidrocarbonetos é uma janela de oportunidades que incentiva o ganho máximo através de reformas que fortaleçam o espírito empreendedor da Pemex. Depois de analisar as candidaturas favoráveis e contrárias ao acesso a mais áreas do setor do petróleo, apontou-se a questão relevante: Com a reforma atual, procura-se consolidar a vocação empreendedora da Pemex para gerar maiores lucros ou apenas para que o capital aumente sua constante busca do lucro máximo?

Compreender a figura da Pemex permite identificar as contradições nos seus caminhos, que desordenam econômica e operacionalmente à indústria do petróleo. Uma das confusões mais graves é vê-lo como um órgão competente para atuar em um determinado campo e impedido de agir sobre os outros. Por exemplo, a Pemex tem competência para explorar e produzir hidrocarbonetos por serem legitimamente consagrados na Constituição; no entanto, é frequentemente citado que não tem o direito de fixar livremente os preços dos combustíveis, ação essa que corresponde ao Executivo, através do Ministério das Finanças e Crédito Público (SHCP).

A confusão da Pemex como autoridade competente vem de atos administrativos. A Lei que autoriza Petróleos Mexicanos atribui à Pemex para convocar os concursos públicos e adjudicar os seus próprios contratos, ato de autoridade reconhecida pela doutrina administrativa e pelos tribunais. Segue-se que a regra não restringe a concorrência de Pemex para agir, mas limita a sua capacidade para determinar como o faria uma empresa nas diversas operações realizadas (IBARRA, 2013; GONZÁLEZ, 2013).

Durante alguns anos, consideraram-se os itens ao redor da regulação, operação, inspeção, etc. A falta de clareza das responsabilidades entre as agências fomenta conflitos, atrasos e duplicação; por exemplo, o peso da SHCP sobre a gestão da Pemex é inadequado, controla os empréstimos, emissão de títulos e os fluxos de investimentos. Mas um ponto mais distorcido é que o Ministério decide, unilateralmente, sem levar em conta o Conselho de Administração da Pemex, nem a Secretaria da Energia (IBARRA, 2013). Portanto, a Pemex, para ter uma administração descentralizada, continua sujeita a grupos de critérios, em vez de seguir critérios empresariais de ganho máximo.

Assim, podem-se apontar algumas inconsistências com que a Pemex se desenvolve, os obstáculos que impedem a plena autonomia para produzir e vender a sua produção; no entanto, parece que não é a verdadeira questão da reforma, mas, neste caso, é na lógica do capitalismo global e no tempo de mudança que está sendo experimentado em todo o mundo, que ele radicaliza as distâncias sociais da distribuição da riqueza.

Assim, no interior do Estado Nacional de Competência há uma política de maximização da participação do trabalho assalariado, a naturalização de emprego contingente, e racionamento de suprimentos e serviços fornecidos por ele, de acordo com os critérios de empregabilidade (HIRSCH, 2001; HIRSCH, 2011; PECK, 2010).

Com base na *Ronda de Uruguay*, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte e a Organização Mundial do Comércio, postulou-se a cláusula do atraso econômico através da liberalização dos mercados, dando origem ao cumprimento de várias ações coordenadas para estabilizar a economia e a política.

Sobre a liberalização dos mercados formulou-se estabilizar os preços e erradicação dos desencontros de contas públicas. Ao mesmo tempo, o Estado Nacional de Competência, através da sua política de posicionamento substituiria o forçado desenvolvimento industrial, permitindo a absorção de tecnologias avançadas para o benefício dos salários e da renda da população, erradicando a ruptura cambiária. Do lado político, a limpeza das eleições aperfeiçoaria os sistemas eleitorais, a mudança política e garantiria as liberdades individuais (IBARRA, 2013; HIRSCH, 2001; PECK, 2010). Ou seja, a escala de ações globais já estava planejando o agir do Estado Nacional de Competência em relação aos seus recursos e empresas, sobre as quais tinham um monopólio, de modo que a habilidade e a aplicação foi apenas uma maneira de agir de uma determinação externa aos limites nacionais, de tal forma que os argumentos para alterar o artigo 27 da Constituição estão focados na tomada de decisões aparentemente racional e estratégico em favor da Pemex e do Estado.

Com base nas formulações do Consenso de Washington, a política monetária de um banco central independente, com objetivos *a priori*, sem mais debate legislativo, substituiu quase completamente as políticas macroeconômicas dos governos, singularmente a ação fiscal. O governo do Presidente Enrique Peña Nieto (2012-2018) é, até agora, o ator social com maior ativismo para executar as receitas feitas pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Central.

A implementação de uma política fiscal que vai contra o Estado, ou seja, contra as relações sociais em que se transformou esse governo, na medida de tal política fiscal, vendo pequenas ações de Petróleos Mexicanos, continuaria tentando obter o mesmo percentual de óleo de receitas, até romper mais a paraestatal que foram privatizando funções estratégicas de extração de recursos não renováveis e estabeleceram uma concorrência desleal através da desregulamentação.

O preceito é muito simples, é impossível transferir poder econômico e político sem levar, para melhor ou para pior, a distribuição da renda, o acesso a grupos de bem-estar e às classes sociais. As reformas para processar a política de posicionamento exaltam as liberdades individuais e dos mercados, mas em pouco tempo, concentram a renda, detêm os salários, concedem poder incontrolável aos conglomerados financeiros e espalham a pobreza ou riqueza de maneira altamente desigual (IBARRA, 2013; PECK, 2010; HOLLOWAY, 1990).

Removida dos campos de petróleo a proteção constitucional de ser estratégia reservada ao Estado, para transformá-los em atividade que é acessível ao capital, por comprimento de certos requisitos (IBARRA, 2013). O impacto indiscutível será a dispersão dos rendimentos do petróleo, reduzindo as receitas estaduais escassas nos próximos anos. Também será mais rápido esgotamento das reservas de petróleo devido à estratégia agressiva da extração de hidrocarbonetos, aumento da carga fiscal da Pemex, conforme ao previsto na Lei do Fundo Petrolífero Mexicano e do Orçamento Federal e de Responsabilidade Fiscal, a maior parte das empresas do setor de energia será estrangeira a atividade econômica e de criação de emprego não vão crescer de forma significativa, a concentração de renda vai aumentar e a transferência de riqueza irá favorecer, no exterior, os gastos públicos continuaram destinando as despesas correntes e menos se contribuirá com tal reforma para reduzir a pobreza (IBARRA, 2013).

A Lei de Hidrocarbonetos é a figura de um comerciante do Estado que recebe toda a renda das vendas. A Pemex e seus órgãos subsidiários receberão os pagamentos que lhes são devidos ao abrigo de contratos e obrigações fiscais. As funções da Pemex incluem a parte do financiamento e *marketing*, elementos-chave na gestão de qualquer empresa competitiva (GONZÁLEZ, 2013).

A liberalização dos hidrocarbonetos que ocorre através da reforma dos artigos 25, 27 e 28 da Constituição promove, formalmente, a seguridade do subministro econômico, diversificada, sustentável, competitiva de energia suficiente para a população e a economia (ROUSSEAU, 2012; GONZÁLEZ, 2013; 2014; CARREÓN e GRUNSTEIN, 2011). Pouco se fala sobre o uso da exploração dos recursos energéticos como uma política de desenvolvimento industrial e tecnológico do país e em que medida irá beneficiar a *paraestatal* o Estado e os privados (IBARRA, 2013).

A política de posicionamento que tem uma estratégia de crescimento para fora, fez da manufatura o principal setor da economia com base em trabalho barato e tributação privilegiada (HIRSCH, 2001; PECK, 2010; IBARRA, 2013). As resistências e custos políticos internos à tributação terão impedido de corrigir e estabelecer, por exemplo, taxas sobre os ganhos do capital, concentrando a propriedade, estabelecendo impostos verdes e aumentando os pagamentos de impostos à segurança social (IBARRA, 2013).

A transferência para os fiscos das receitas do petróleo, com a intenção de colocar em perdas para a Pemex comprimir o seu investimento, a capacidade industrial e repovoamento de reestruturar a *paraestatal*, vê, no entanto, o sentido dessa reestruturação tender para a desigualdade, representando o investimento privado ou impulsionar a indústria através da regulação e a distribuição dos gastos sociais derivados das vendas do petróleo (IBARRA, 2013).

A contribuição da Pemex à arrecadação federal aumentou de 18% a 37% entre 1980 e 1996, situando-se em 30% e 35% nos anos seguintes. A conseqüente falta de desenvolvimento do complexo petrolífero, explica por que o país importa 30% de gasolina, a importação do gás e que a produção de fertilizantes e petroquímicos seja insignificante (IBARRA, 2013).

Após aprovada a reforma energética, foi elaborado um documento na Câmara dos Deputados chamado Refinarias no México. Foram desafios e posturas para avaliação em nível legislativo, que definem o processo de refino como: “o conjunto de processos aplicados ao petróleo bruto, a fim de separar seus componentes úteis e também adaptar os produtos obtidos com as necessidades da sociedade”.

Há três fatores importantes para refino: 1) Alguns países, além de serem produtores de petróleo, também têm a capacidade de aperfeiçoar a sua capacidade de produção de petróleo (EUA, China e Reino Unido); 2) México e o Brasil, não têm capacidade suficiente para refinar a sua própria produção de petróleo; 3) várias nações que, apesar de não terem grandes reservas de petróleo, têm uma grande capacidade de refino, como os casos da França, Alemanha, Itália, Bélgica, Espanha, Japão e Coreia do Sul. Entre 2011 e 2012, Espanha, Índia



e Coréia do Sul aumentaram a sua capacidade de refino, no entanto, nenhum dos três países acima citados tem reservas significativas.

A Pemex está localizada dentro das primeiras 15 empresas no continente americano com a maior renda. Em primeiro lugar está a Exxon Mobil, Walmart, na sexta Petrobrás e na posição 13 está a Pemex (Global 500, *The 500 Largest corporation in the world*, Fortune, março de 2012).

O custo de produção por barril, no ano 2000, foi de três dólares e em 2012 subiu para sete dólares; sendo a venda de um barril de petróleo bruto no ano 2000 de US \$25 e para 2012 subiu para US \$103 dólares, tendo o segundo ano uma maior margem de lucro para 96 dólares (GONZÁLEZ, 2014).

Nos anos 2008 e 2009, o preço de venda do petróleo bruto não foi muito alto, US \$57 e US \$72 dólares para os anos mencionados; nesse período houve uma crise que iniciada na Grécia, no entanto, foi o que motivou o ex-presidente Felipe Calderón a anunciar a construção de uma nova refinaria (GONZÁLEZ, 2014).

A Petróleos Mexicanos é a terceira petroleira mais rentável no mundo, tendo em conta a chamada de retorno sobre o capital investido, indicador que sinala os lucros de Pemex antes de pagar impostos, nada menos do que 64% (GONZÁLEZ, 2014). A Pemex volta sua renda econômica para o setor público através de vários impostos e taxas, portanto, se esses fossem incluídos no cálculo de sua taxa ROIC, a rentabilidade dos Petróleos Mexicanos seria zero (GONZÁLEZ, 2014).

Em 2013, Pemex deu ao Ministério cerca de 60%% de sua receita total, ao contrário das outras petroleiras, cuja porcentagem é de 19% até 1,8% de sua renda em impostos em relação às suas entradas totais. As receitas da Pemex são equivalentes à soma das cinco maiores empresas que operam no país: América Móvil, Femsa, Walmart, Alfa e Cemex (GONZÁLEZ, 2014).

No que se refere à Pemex (refinação), deve-se notar que participa nas atividades de produção, transporte, distribuição, armazenamento e comercialização de petróleo, sendo responsável por atender à demanda interna de petróleo, própria da produção ou importação, dando um papel central para o fornecimento de energia do país (IBARRA, 2013; GONZÁLEZ, 2014).

O desvio ilegal (roubo) de combustível é de tal ordem, que o estimado pela Pemex durante o ano 2013, foi de 11,5%, maior do que as vendas totais de gasolina Premium no mês de outubro do mesmo ano. Além disso, representa o dobro do orçamento atribuído ao

Ministério da Energia para 2013 (\$3,294.000,000 de pesos) e supera os \$600.000.000 de pesos para a Câmara dos Deputados (GONZÁLEZ, 2014).

A reforma não atende aos interesses diretos do Sindicato dos Trabalhadores de Petróleo (STPRM). O Sindicato dos Trabalhadores de petróleo é uma âncora em seus privilégios que mostra pouca vontade de rever as noções básicas de seu contrato de trabalho, embora alguns itens tenham sido considerados contraproducentes para o bom desenvolvimento da empresa (ROUSSEAU, 2012; CARREÓN e GRUNSTEIN, 2011).

A reforma também incentiva a participação privada no setor de energia no México e na exploração estratégica e extração de petróleo e gás natural. A alteração dos artigos 25, 27 e 28 da Constituição para modernizar a indústria nacional de petróleo, permite a participação do setor público e privado. O Centro Nacional de Controle de Gás Natural surge como órgão público descentralizado, responsável pela operação do transporte nacional, sistema de gasodutos e armazenar do combustível. (GONZÁLEZ, 2013).

A economia nacional depende fortemente das receitas do petróleo. O artigo 27 da Constituição dá um papel estratégico para a energia: reivindica para a nação a propriedade dos recursos do subsolo e entrega à Pemex o controle de toda a cadeia de produção, mesmo antes da reforma energética, iniciada no final de 2013 e início de 2014. Em um amplo espectro, a Pemex logrou abastecer durante 30 anos o mercado nacional como uma energia de baixo custo, promovendo assim o desenvolvimento industrial em alguns setores-chave da economia: a agricultura com os fertilizantes, bem como o transporte e ramais da indústria, cimento, vidro, indústria de ferro e aço, etc. (ROUSSEAU, 2012).

### ***4.3 O Estado Nacional de Competência: petróleo e privatização***

O Estado Nacional de Competência definiu a reorganização das rendas do petróleo para fornecer o poder do capital. As políticas adotadas pelos diferentes Estados não têm sido as mesmas, por exemplo, Argentina e Bolívia privatizaram seus negócios, Brasil e Venezuela, abriram o capital privado para alguns segmentos da indústria; México permaneceu, até 2013, com o estatuto público da empresa. Existe a ideia de uma privatização jurídica diferente da propriedade pública, mesmo quando forem misturados os critérios econômicos sobre os políticos na gestão empresarial (GONZÁLEZ, 2014).

A falta de autonomia orçamentária e autonomia de gestão demonstram que a Pemex não é uma empresa de petróleo, mas um apêndice do governo que funciona como empresa. O orçamento da Pemex está sujeito às despesas das outras unidades, e não às suas reais necessidades. Além disso, a política contra os preços do petróleo volátil, define o Banco Mexicano de Exterior e o Banco do México (IBARRA, 2013; GONZÁLEZ, 2013). Até 2010, os partidos políticos, o Partido da Revolução Democrática (PRD) e uma fração do Partido Revolucionário Institucional (PRI), consideravam que a capitalização da estatal, o produto de uma tributação confiscatória, e o plano de privatização silenciosa procuraram enfraquecer algumas áreas da indústria, a transformação industrial, as empresas de engenharia de fornecedores mexicanos, com o fim de abri-los ao investimento privado (ROUSSEAU, 2012).

No ano 2008, o Presidente Felipe Calderón queria aprovar, sem muitas objeções, um pacote de reformas com o mesmo sentido do que fora adotado em 2013; surgiu, no entanto, uma ala radical dirigida pelo Andrés Manuel López Obrador que se opôs a tais formulações. O PRI aderiu ao movimento, a fim de evitar um possível *fast-track*, levando a um período de debate, que duraram 72 dias, instrumentado com 23 fóruns, onde se decidiu coletar as opiniões dos principais especialistas (ROUSSEAU, 2012).

Após 72 dias de debate, as duas principais forças da oposição, PRI e Frente Amplio Progressista, apresentaram suas contrapropostas, limitadas, carentes de definição em um modelo industrial em longo prazo e uma visão abrangente no campo de energia, além de não propor nenhuma ação contra o problema subjacente. Observou--se que os principais pontos de discussão foram os temas das águas profundas e o investimento no sector privado nos segmentos de transporte, distribuição, armazenamento e contratação do incentivo (ROUSSEAU, 2012).

A Reforma Energética levou à criação de liminares e agências que as supervisionam, por exemplo, a Lei do Petróleo, que representa uma parte substancial da reforma, onde ou assinala a tentativa de fortalecer a Pemex na sua governança corporativa. Em relação à gestão do setor de energia, retomou parte das contribuições das iniciativas presidenciais, como a Comissão Nacional de Hidrocarbonetos. Em todo o governo federal o PRI recuperou iniciativas, para fazer alterações à Lei sobre Obras Públicas (ROUSSEAU, 2012).

Os objetivos da reforma foram melhorar a flexibilidade operacional e maximizar o valor económico dos recursos, conforme apresentou num diagnóstico Pemex ao presidente Felipe Calderón. Aos poucos, o ambiente político e os interesses dos diversos atores estavam mudando seus objetivos.

A importância de hidrocarbonetos em economias contemporâneas, desde o advento da Revolução Industrial para substituir a força muscular de homens e animais, pelo fóssil, aumentou muito a energia disponível no mercado. As condições mínimas para a produção de hidrocarbonetos são a infraestrutura para o movimento, pois daí deriva o meio para produção socializada e meio de consumo coletivo (RAMÍREZ, 2014).

Gabriel Ramírez (2014) argumenta, no texto “*Valor de los medios de producción socializados en la Ciudad de México*”, que a demanda de gasolina aumentou, devido ao aumento da frota de veículos, como uma lógica natural da oferta e da demanda, sem a construção de necessidades. Observa que, em 1970, o setor exigiu 60.5% do petróleo consumido no país, processo de crescimento ininterrupto de hidrocarbonetos para atingir 77.5% em 2008. Da mesma forma, em nível mundial, o maior uso dado para alimentar a transporte terrestre, cerca de 60% (FERNÁNDEZ, 2013). Enquanto isso, a participação do setor residencial no consumo de petróleo tem sido mais ou menos constante, ao longo do período estudado, variando entre 10% e 14% do total, ao contrário do setor industrial, que reduziu o seu consumo de 17,2% para 6,12% em 2008.

O consumo de energia na Cidade do México, como no resto do país tem experimentado um crescimento rápido desde 1938, resultante do crescimento econômico e também rápido do aumento da população, ajudando a baixa de preços (subsídios). O país teve os Estados Unidos como o principal destino das exportações de petróleo bruto, entre 2001 e 2011, quando as vendas de petróleo para os Estados Unidos ficaram entre 84% e 88% (FERNÁNDEZ, 2013).

A validade de hidrocarbonetos para uso nas atividades cotidianas da sociedade, em um contexto social em que a mobilidade expande as margens de lucro do capital financeiro e industrial, através do uso de recursos localizados em regiões de domínio do Estado Nacional de Competência, como no território mexicano.

O acesso dos setores privados nacionais e estrangeiros na produção de petróleo representa ao capital um cenário favorável para a obtenção do ganho máximo. No entanto, o Estado Nacional de Competência não só se separa dos setores sociais e nega sua relação com eles, também negando sua própria existência para promover a desregulamentação e concentração do capital.

**Tabela 10. Atores por escala espacial**

Global	<i>La ronda de Uruguay, os governos que</i>
--------	---

	conformam o Tratado de Livre comerciam com América do Norte e a Organização Mundial do Comercio.
Nacional	O Governo do México, Pemex.
Local	Governo do Estado de Hidalgo, Governo do Estado de Querétaro.
Comunitária	Sindicato de motoristas, Governos municipais, camponeses.

Organizado pelo autor.

#### ***4.4 A reforma energética e poder de cooptação***

Marisol Anglés Hernández (2015) observa que a reforma energética foi o resultado de ações das cúpulas de poder no processo de cooptação, que mostraram um total desrespeito pelas implicações ambientais e sociais.

A Dra. Rosío Vargas (2015) observou que não havia nenhuma análise séria levando em conta a influência e hegemonia dos Estados Unidos na indústria de energia global e o poder que poderia ter sobre o México.

Saxe-Fernández (2015b) mostra que países como Brasil e México têm feito a privatização dos recursos energéticos, não tiveram grandes lucros para suas empresas e, agora, serão saqueadas por metas extrativistas das principais empresas mundiais do petróleo.

Javier Jiménez (2015) discute a liberalização parcial da Petrobras, a mesma que não foi bem-sucedida em termos de receitas para o Estado brasileiro. Ele também observa a empresa norueguesa Statoil, que traz um sistema de privatização parceiras em que o primário havia produção de petróleo, mas também transferência de tecnologia. Além disso, o caso da Venezuela, onde os investidores privados produziam metade, lavavam e não contribuía para a tesouraria. Finalmente, no Equador, o autor explica como os investidores privados assumiram todos os custos da produção e ficaram com 70% dela.

John M. Ackerman (2015) assinala como Meixueiro e Baca (2013) que a maioria da população está contra a privatização da indústria petrolífera. A prioridade das empresas não é a exploração direta de petróleo, mas o controle financeiro sobre novas reservas, a fim de inflar sua listagem na bolsa de valores. Não é gratuita, por exemplo, a quinta regra transitória dos Estados da Reforma Energética explicitamente que diz que, embora o petróleo mexicano continue a ser propriedade da nação, as empresas privadas são beneficiadas com novas

licenças, o que resultará em efeitos contábeis e financeiros. ou contrato pertinente e os seus benefícios esperados.

As companhias de petróleo são os principais estabelecimentos comerciais que procuram o benefício de seus acionistas, o que se reflete no preço das ações de curto prazo na bolsa de valores e à distribuição de dividendos em longo prazo. O que importa é o posicionamento estratégico dentro da indústria (RODRÍGUEZ, 2015; ACKERMAN, 2015).

Após realizar seus novos contratos em Wall Street, as companhias mexicanas de petróleo não hesitarão em dirigir o seu capital fixo a latitudes mais rentáveis. O caso da Repsol na Argentina é um excelente exemplo das contradições que muitas vezes são geradas no campo. Em 2012, Christina Fernandez Kirchner foi tão longe com o propósito de nacionalizar a empresa em resposta ao que ela considerava uma política de esvaziamento, não à produção e não à exploração das companhias petrolíferas (ACKERMAN, 2015).

Há muitas dúvidas sobre a capacidade do Estado mexicano, e a vontade do grupo dominante atual, para recolher as necessárias companhias petrolíferas tão poderosas como a Exxon-Mobil, Shell e da Chevron. Dias após a promulgação da reforma do petróleo, o Presidente mexicano deu um claro sinal de submissão a essas empresas, curvando-se às pressões das maiores empresas do país para assinar um decreto que as isenta de uma série de novos impostos aprovados apenas um par de meses anteriores (ACKERMAN, 2015).

Um cenário possível, diz Ackerman (2015) é que, ao recusar-se a recolher os impostos necessários, e muito menos ser capaz de evitar danos graves para o ambiente decorrentes da extração de petróleo, um perigo latente, é quando as técnicas do Fracking são usadas<sup>1</sup>.

Além disso, no México, o Governo Federal, o Congresso e a Suprema Corte dificilmente poderiam resistir à pressão das companhias petrolíferas a tomar medidas semelhantes. A impunidade de que têm desfrutado de empresas de mineração canadenses em solo mexicano é apenas uma amostra da onda de destruição ambiental que poderia surgir como resultado da nova reforma do óleo (ACKERMAN, 2015).

A reforma energética não visou reduzir emissão de gases de efeito estufa, mas de incentivar a exploração de petróleo e gás. *Shale gás* é o gás natural, encontrado em formações geológicas profundas e dispersas. Uma vez que essas rochas têm baixa permeabilidade, é necessário hidraulicamente fraturar a rocha para permitir que o gás suba para a superfície. São

---

<sup>1</sup> Na França, o Conselho Constitucional suporta recentemente a técnica proibição *fracking*. Nos Estados Unidos, um grupo de ONGs ganhou recentemente um grande ensaio no domínio do ambiente contra a empresa Shell, planeja parar a exploração e extração de petróleo no Ártico durante anos. No Equador, o governo alcançou uma histórica vitória ao impor multas a Chevron por sua poluição ambiental agressiva e irresponsável do país (ACKERMAN, 2015).

necessários entre 11.000 e 19.000 litros de água por lado, misturando bem com agentes tóxicos. Para remover a água contaminada, ela é injetada a vários quilômetros de profundidade. De acordo com o Departamento de Energia dos Estados Unidos, o México tem grandes reservas de *shale* gás, especialmente nas partes do norte do país: Coahuila, Chihuahua, Nuevo Leon, Tamaulipas, precisamente na região onde há escassez de água (SHEINBAUM, 2015).

Claramente, a intenção é de desvalorizar a Pemex e a CFE para substituí-los pela Chevron, Shell, Halliburton e as empresas corruptas de geração de energia elétrica e defraudadoras como Enron (ACKERMAN, 2015). Mc Crummen (2013) afirma, em um relatório publicado pelo The Washington Post em 13 de agosto, que as empresas transnacionais incorreriam em práticas trabalhistas abusivas e ilegais sistematicamente, como em 1938.

Para promover a Reforma Energética, o governo federal chegou a anunciar a conclusão do projeto de maneira persuasiva, não informativa, com a intenção de ganhar o apoio da opinião pública e antecipar os argumentos nacionalistas, históricos e sociais, da esquerda (MÁRQUEZ, 2015). A peça central da reforma foi eliminar o Estado de exclusividade e abrir toda a cadeia de produção nacional e internacional de petróleo e gás para o capital privado, induzindo esquemas de petróleo e gás semelhante ao de um contrato de concessão (SHEINBAUM, 2015).

O Ministério da Energia adquiriu a atribuição para decidir quem explora as reservas de petróleo e gás natural no país. O Secretariado pode atribuí-los à Pemex, pode contratá-los em privado ou na forma de serviços, utilidade ou licença. Pode ser o caso de uma empresa privada ter um contrato na forma de transferência de licença para a consideração e, portanto, pode manter todo o óleo ou gás a exportar e apenas dar ao país uma taxa. Na verdade, a propriedade privada dos hidrocarbonetos tem o poder para decidir o que fazer com ele (SHEINBAUM, 2015).

Sheinbaum (2015) adverte, como os autores Ackerman, 2015; Saxe-Fernández, 2015, que o refino, petroquímica, transporte e armazenamento de hidrocarbonetos já não são atividades exclusivas do Estado. A análise dos contratos celebrados irá para um fundo a ser administrado por uma comissão técnica, composta por três membros em representação do Estado e dois membros independentes nomeados pelo Executivo e aprovados pelo Senado. A Reforma Energética abastece segurança para os Estados Unidos em um fornecimento constante de petróleo bruto, com base nos contratos adjudicados a empresas internacionais de petróleo (SHEINBAUM, 2015, SAXE-FERNANDEZ, 2015).

A força econômica do México está relacionada com as exportações de petróleo para os Estados Unidos, que importam 9,7% de seu petróleo do México. O Departamento de Energia dos Estados Unidos colocou o país em primeiro lugar no *ranking* da localização das reservas em reservatórios não convencionais, enquanto o México está em sexto lugar. Durante 2012, os EUA aprovaram mais de 9.000 poços para produzir petróleo e gás do xisto, enquanto no México apenas três foram autorizados. A causa é que as disposições constitucionais só permitem a Pemex para na realização dessas atividades, de modo que o Governo Federal promoveu a reforma, uma vez que a incorporação de outras empresas levaria a incorporar tecnologia e investimento para desenvolver a indústria nacional de petróleo (ANGLÉS, 2015).

A reforma energética foi uma parte integral do vasto esquema de deslocamento do complexo petroelétrico articulado do Ministério das Finanças, através de empresas de consultoria Cambridge Energy Associates; McKinsey, Booz Allen Hamilton e fundações como Heritage, cujos estudos, três décadas atrás, *Petróleo e prosperidade: a reforma do monopólio do petróleo do México* são um programa de ajuste estrutural para a desnacionalização de todas as atividades de *upstream*, exploração e produção, bem como a jusante, refino, petroquímica, distribuição, comercialização, para as empresas ExxonMobil, Chevron/Texaco, Conoco/Phillips, BP-Amoco e Shell (SAXE-FERNÁNDEZ, 2015b).

Saxe-Fernández (2015b) sintetiza a análise a feita por Fernando Siqueira, da Associação de Engenheiros de Petrobras, que observa ter sido ruim a mudança na lei para a Petrobras e ruim para o Brasil. O Brasil tinha o controle do petróleo, e passou a ter 10% de imposto. Uma vez aberto não tem mais controle. A abertura tende a crescer cada vez mais, poderosas empresas pressionam, a sociedade, de modo que a pressão é difícil de controlar, cuja abertura é gradual, não havendo controle sobre ela.

Ainda Saxe-Fernández (2015b) apresenta uma análise de Ildo Luís Sauer, ex--diretor de Petrobras (2003-2007): assim que chegarem aos leões em gaiolas, eles entram no sistema e terão a força para participar com muito mais poder do que o sistema político e econômico, dominar os meios de comunicação e infiltrar-se em partidos políticos, através de lobistas que estão no Congresso e nos salões do governo.

O ex-diretor da Petrobras acusou-o de espionagem pela Agência de Segurança Nacional (NSA) contra a Presidente Dilma Rousseff e da Petrobras, uma operação que ele disse não roubar segredos comerciais, mas identificar os elos fracos na cadeia de comando para saber onde penetrar, com quem negociar (SAXE-FERNÁNDEZ, 2015b).

O discurso de privatizar a Pemex não é descartada fora do país. Saxe-Fernández (2015b) indica que um integrante do Ministério de Energia anunciou no Wall Street Journal



(18/06/13) que gostaria de tornar claro na Constituição mexicana como as empresas privadas podem participar.

As empresas têm um propósito muito presente na mente: “o seu lucro e sua capacidade de influenciar fortemente nos mercados de petróleo” e, portanto, requerem instrumentos contratuais para satisfazê-los. Contudo, os instrumentos de contratação, além de ser atraentes, devem ser sólidos e credíveis. Na medida em que o novo regulamento não só fornece uma maior rentabilidade, mas assegura alguma garantia sobre seus investimentos, estamos a falar de uma política que, de fato, é atraente para as empresas, uma política do posicionamento (GRUNSTEIN, 2015; HIRSCH, 2001).

As empresas querem pagar os impostos mínimos possíveis e aproveitar a estabilidade fiscal se os sistemas fiscais favorecer que sejam dispensados da obrigação de abastecer o mercado interno, ou pelo menos serem autorizados a vender a preço de mercado. Livre convertibilidade da moeda e livre repatriamento de capitais são duas das suas condições irredutíveis. Evadem cláusulas com implicações financeiras significativas em temas que não são estritamente petróleo, tais como o desenvolvimento social, o cuidado ambiental e preservação da vida silvestre. Não aceitam que a disputa seja realizada em diferentes tribunais internacionais (RODRÍGUEZ, 2015).

Galeano (1971) diz em seu livro clássico *Las venas abiertas de América Latina*:

A Standard Oil e Shell removem reis e presidentes, finanças conseqüências e golpes do Estado têm generais, ministros e incontáveis espões. Óleo [tem] embebido presidentes e ditadores enfatiza as deformações estruturais da sociedade. São as empresas as que decidem no mapa do mundo.

Victor Rodriguez (2015) perguntou, ante o que afirma Eduardo Galeano, no século XX (1971):

¿As transnacionais foram regeneradas depois que perderam suas concessões no Médio Oriente, Venezuela e em outros lugares? ¿Renunciaram a suas práticas passadas? ¿Já se tornaram dignas e honradas? Seu nome aparece em muitas das guerras, golpes, desastres ecológicos dos últimos 30 anos em Angola, Iêmen, Sudão, Somália, Indonésia, nos Balcãs, no Golfo Pérsico, Afeganistão, Colômbia, Peru, Equador, Timor Ocidental, Zaire.

A ganância pelo petróleo e o gás natural representa a causa e o efeito do confronto entre grupos, povos e países. Onde há conflito geopolítico, dizem Harvey (2004) e Rodriguez (2015), estão as companhias petrolíferas. Na África, os golpes frequentes têm cheiro de ouro negro. As ameaças de guerra no Oriente Médio também cheiram a óleo. Na Ásia Central,

criou-se uma disputa feroz pelo controle de depósitos e rotas de evacuação (RODRÍGUEZ, 2015).

Ao longo do tempo, é provável que o Congresso vá decidir sobre o orçamento para a exploração e produção de petróleo. O cenário é que o orçamento vai depender do que decidem as empresas, de acordo com a sua carteira de investimento global, suas estratégias de posicionamento e concorrência entre países para atrair investimentos. As empresas virão, basicamente, em função da geologia que o Estado faz disponíveis, os riscos dispostos a assumir e as rendas do petróleo que quer ceder (RODRÍGUEZ, 2015).

A Reforma Energética, tanto na questão do petróleo como no da eletricidade, visa garantir os investimentos das empresas privadas, mas, principalmente, a segurança energética dos Estados Unidos (CÁRDENAS, 2015).

Carlos Pascal, ex-embaixador dos Estados Unidos no México, diz do Departamento de Estado dos Estados Unidos:

Fundamentalmente, a visão de energia do Hemisfério Ocidental é profundamente complexa e inter-relacionada, com oportunidades espetaculares para gerar postos de trabalho nos Estados Unidos, aos nossos interesses comerciais, o nosso desenvolvimento econômico e nossa segurança energética ligada às perspectivas políticas no Canadá, México, Venezuela, Caribe e além. Como os mercados de energia do mundo são transformados, refletindo nossa própria revolução energética, os Estados Unidos têm muito que partilhar e muito que ganhar por fazer parte desta visão. Isto é especialmente verdade no Hemisfério Ocidental. Desde a construção da segurança energética dos Estados Unidos e na formação de mercados de gás natural, para formar o caminho para as negociações de transformação e inovação, Estados Unidos devem permanecer líderes para compartilhar as melhores práticas e lições aprendidas, apoiando a transparência e um piso liso, e dar as nossas empresas e inovadores acesso para os mercados de energia de amanhã. Todas estas atividades são fundamentais para alcançar a nossa própria segurança energética e para alcançar um maior desenvolvimento econômico, o acesso à energia e estabilidade para um futuro mais forte, seguro e próspero para as Américas (Carlos Pascual).

O relatório: "*Óleo, México, e do Acordo transfronteiriço*" da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, afirma:

A segurança energética é vital para uma política externa e de crescimento econômico no desenvolvimento dos Estados Unidos. Os aumentos na produção doméstica de petróleo estão ajudando a atenuar a nossa dependência das importações, no entanto nosso país dependera das importações de petróleo nas décadas por vir. Reforçar o comércio com os vizinhos confiáveis e amigáveis como o Canadá e México faria uma contribuição valiosa para nosso futuro. Se o México não reformar a sua

situação da produção de energia doméstica, os Estados Unidos não podem contar com os níveis de importação em vigor. O Presidente do México, Enrique Peña Nieto, fez campanha com a promessa de instituir reformas no setor energético. Reforma negociada entre o presidente do México e do Congresso, terá consequências para todos os interesses comerciais e da energia nos Estados Unidos. Uma política de segurança energética global em Washington requer uma avaliação constante da indústria petrolífera mexicana. Se México não consegue reformar o status de sua produção de energia, os Estados Unidos não podem contar com os níveis de importação em vigor. Os Estados Unidos têm interesses diretos no futuro petróleo e gás natural no México” (KERRY JOHN, 2012).

Há documentos muito importantes nos quais o Senado dos Estados Unidos afirma, claramente, que precisa do México para continuar a enviar 1.500.000 barris do petróleo por dia. Entre a corrupção da elite mexicana e a pressão de Estados Unidos empurrou-se a reforma (BARLETT, 2015; MONREAL, 2014; GONZÁLEZ, 2014).

Os processos de flexibilização econômica não forneceram melhores produtos e serviços a preços competitivos internacionalmente. Esses processos têm ferido nossa sociedade e contribuíram para a formação de monopólios e oligopólios, que não só produzem ineficiências econômicas e falta de concorrência, mas acabam por acelerar a concentração da riqueza e do rendimento nacional (IBARRA, 2013). No México, a liberalização ou a privatização de um setor econômico, envolve a criação de um punhado de bilionários que destroem o desenvolvimento democrático limitado, porque, por meio de suas influências e pressões, aproveitam o Estado e suas instituições para favorecer seus interesses, em detrimento dos cidadãos e soberania nacional (CÁRDENAS 2015; IBARRA, 2013).

Os verdadeiros vencedores da reforma energética são os Bancos estrangeiros que financiarão transnacionais e receberão juros das receitas do petróleo; empresas estrangeiras que irão apropriar-se uma parte das receitas do petróleo e dos mercados energéticos no México, o que irá gerar lucros para seus acionistas, vindos de receitas do petróleo; empresas de máquinas e tecnologia, que recebem pagamentos mais elevados do que os pagos em outros países, os quais serão efetuados com parte das receitas do petróleo; governos e cidadãos estrangeiros recebem impostos pagos pelas empresas que operam no México; ex-funcionários mexicanos e um pequeno grupo de empresários mexicanos se tornaram consultores, conselheiros e acionistas de empresas nacionais e estrangeiras se beneficiaram e se beneficiarão dessa reforma (CÁRDENAS, 2015).

A reforma constitucional foi imposta com premissas falsas, que consistem, sobretudo, na falta de recursos financeiros suficientes para levar a cabo a exploração do petróleo e da eletricidade e, no que diz respeito à falta de tecnologia para os recursos de petróleo em águas

profundas e para a prática do *fracking* para extrair o óleo (CÁRDENAS, 2015).

No entanto, o Estado mexicano tem recursos suficientes para realizar a exploração de hidrocarbonetos e energia elétrica. A partir de 2000-2012 a Pemex pagou US \$637,000.000.000 de dólares em várias contribuições para o Estado mexicano. O governo poderia, através de uma reforma para revogar os sistemas de tributação dos grandes contribuintes, obter os recursos necessários para o desenvolvimento da indústria nacional da energia (CÁRDENAS, 2015).

O preâmbulo do parecer da reforma energética estabelece que a produção precisa ser aumentada para 3.500.000 barris por dia quando a produção hoje é de aproximadamente 2.500.000 barris/dia, dos quais mais de 1.200.000 são exportados para os Estados Unidos, por dia. A reforma propõe mais de extração e venda de petróleo no exterior, o que é totalmente irracional e prejudicial para as gerações futuras (CÁRDENAS, 2015).

Decisões econômicas por parte do governo mexicano e da Pemex para beneficiar o capital estrangeiro têm sido infelizes para o país. A partir de 2006-2012 US \$25,000.000.000 de dólares foram gastos para maquiagem do refino nos Estados Unidos, valor que teria sido suficiente para construir duas refinarias de alta tecnologia (CÁRDENAS, 2015).

Nessa conjuntura, o projeto da refinaria Bicentenario na região de estudo foi feito como parte das ações da política de posicionamento para tornar visível o setor de hidrocarbonetos para o capital nacional e internacional. O Estado Nacional de Competência deve alterar artigos da Constituição mexicana para fornecer acesso à produção de energia no país. A Pemex é uma empresa que tem provado ser estratégica para o país, porque os seus lucros, promoveram o investimento privado.

Depois de cancelar o projeto da refinaria Bicentenario e da aprovação da reforma energética, a produção de petróleo tornou-se um elemento especulativo do capital privado. O domínio estatal sobre o solo tende a transformar-se em um ativo financeiro de capital privado, deixando de lado propriedade pública.

Os valores usos da região de Atitalaquia-Tula são as manufaturas relacionadas à produção de petróleo; a produção do espaço tornou-se parte dos valores de uso que o Estado Nacional de Competência está promovendo para monopolizar o capital nacional e estrangeiro dentro dessa região.

Desde a compra das terras dos camponeses de Atitalaquia e Tula, Hidalgo a região tornou-se alvo do capital financeiro. O início da especulação em Hidalgo, gradualmente, tende a ser de orgias especulativas nas quais o Estado é parceiro do capital nacional e estrangeiro.

Regionalmente, o engodo da refinaria Bicentenario permitiu reforçar a política de posicionamento do Estado Nacional de Competência. O projeto envolveu pelo menos US \$11,000.000.000 de dólares em licitações internacionais e expropriou terras agrícolas camponesas.

## **CAPÍTULO 5 - O Estado Nacional de Competência e a política de posicionamento: espoliação e concentração**

Essa política econômica se inclui em uma formação histórica definida de reprodução capitalista, com formas hegemônicas de acumulação, produção e realização da mais-valia, articuladas com formas pré-capitalistas e capitalistas subordinadas, de acordo com Valenzuela (1990, 61; 1992). Nesta pesquisa, tentamos apontar os fenômenos que se apresentam de forma diacrônica do estado de bem-estar social, cujas características não foram vivenciadas na América Latina e, portanto, a realidade é a mais radical possível (PÁRDO, 1999, 41; CEPAL, 1995). Pardo (1999: 41) aponta para discutir o estado de bem-estar um mínimo três condições: o pleno emprego, direitos sociais universais e manutenção mínima da vida, situações que são questionáveis, mesmo sobre a questão dos direitos sociais que têm sido implementados de forma concentrada.

O padrão primário exportador também conhecido como fase de substituição de importações é caracterizado em países da América Latina pela exportação de produtos de bens primários em troca de bens manufaturados. Historicamente, tem sido apontada a crise de 1921 como o início do padrão primário exportador, pois, a partir dessa data, o Estado assumiu papéis novos em torno do regulamento, planejamento da intervenção, do empresariado e do trabalho.

Esse padrão de acumulação no contexto latino-americano viveram-no, em primeiro lugar, México e Brasil, gerando transformações estruturais muito profundas. O principal, como disse Valenzuela (1990, 96), foi o surgimento da indústria de transformação como agente dinâmico. No entanto, no final dos anos sessenta do século XX, todos os países latino-americanos, sem exceção, começam a observar a crise do padrão de acumulação tradicional vigente no pós-guerra (FRANCO, 1996, 3; 1992).

Valenzuela (1990, 97) aponta contradições que estão definidas na sociedade moldada pelo “decadente padrão primário de exportação”. As contradições determinaram as características do novo padrão de acumulação, chamado de "exportador secundário", cuja missão ou necessidade histórica só pode estar na superação dessas contradições. Segundo Valenzuela (1990, 131): “a transição e as características centrais do novo modelo não têm nada causal”). Respondem a uma necessidade interna e, no caso, poderíamos falar de coerção pela mudança estrutural. A Tabela 11 sistematiza os dois tipos de padrões apresentados.

Tabela 11. Padrões de desenvolvimento

<b>I. Padrão de exportação primária</b>	
Impulso:	Mercado interno
Produção:	Bens manufaturados
Tipo de Estado:	Interventor, empresário, “social”
Ênfase social:	Proteção ao trabalhador assalariado (organizado, reivindicativo) (ligação política social com mercado de trabalho) Criar “classe média”: assegurar a capacidade de compra de bens produzidos localmente
<b>II. Padrão secundário exportador</b>	
Impulso:	Mercado externo
Produtor básico:	Bens competitivos, que incorporam progresso técnico. (Baseados em recursos naturais, em diversos casos)
Tipo de Estado:	Regulador “neo-social”
Ênfase social:	Investimento no “capital humano” e “capital social”

Criação própria baseados nos dados de FRANCO (1996: 2)

As principais características do padrão secundário de exportação, de acordo com Valenzuela (1990, 131; 1992), são:

- 1) Avanço para a fase de industrialização pesada e complexa
- 2) Ênfase nas exportações industriais
- 3) O aumento da taxa de mais-valia
- 4) Aumento do grau de monopólio
- 5) Abertura mais externa
- 6) Desnacionalização econômica
- 7) Tendências ao autoritarismo político

Esses traços dependem da capacidade do sistema para ativar a produtividade do trabalho e introduzir processos de produção de tecnologia e marketing; a capacidade do bloco latino-americano de se desenvolver depende de uma burguesia nativa poderosa, com habilidades para atrair capital estrangeiro orientado para a exportação; do comportamento político da classe operária e do povo em geral; da evolução do capitalismo mundial e, principalmente, do mundo dos fluxos comerciais (VALENZUELA 1990, 141).

Durante o percurso do padrão exportador secundário pode-se distinguir uma

determinada sequência de tempo. A gênese tem a missão de satisfazer as condições que funcionam como pilares. A consolidação, tem como tarefa fundamental promover as características que definem a viabilidade dinâmica do novo padrão. Na primeira fase, as políticas ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) são as adequadas. Essa é a fase de consolidação inicial de gênese e o novo padrão. Nessa fase, as principais tarefas são traços relacionados que funcionam como pré-condições. Em seguida, uma segunda fase ocorre para a consolidação final. Nela, as principais tarefas tratam sobre as características que definem a viabilidade dinâmica do novo padrão: “a dinamização da produtividade, o avanço da industrialização pesada e expansão das exportações manufatureiras”. Nessa fase, a orientação da política passa por uma mudança drástica (VALENZUELA, 1990: 157; 1992).

Uma das peculiaridades da variante neoliberal é que “as políticas do FMI são consolidadas para o longo prazo” (VALENZUELA, 1990: 157; 1992), isso é, atuam como força motriz, tanto na primeira e segunda fase. Portanto, a industrialização pesada e a dinamização das exportações manufatureiras vacilam ou não funcionam, dando origem a uma variante degenerativa, como se mostra na seguinte Tabela 12.



Tabela 12. O padrão secundário exportador e suas variantes

<b>Variantes</b>	<b>Orientação Política</b>	<b>Dimensões básicas</b>	<b>Resultados</b>
Pragmático desenvolvimentista	Ativismo estatal	1) Impulso industrialização pesada 2) Abertura externa gradual, seletiva, especialização internacional dinâmica 3) Preservação esferas do investimento ao capital nacional  4) Fortalecimento do capital industrial e regulação do capital de empréstamos	1) Distribuição do ingresso regressiva 2) Crescimento: Alto, relativamente estável, semi-dependente
Parasitaria dogmática ou neoliberal	Liberalismo econômico	1) Estímulo ao consumo suntuário e desestímulo ao investimento 2) Destruição industrial  3) Abertura externa indiscriminada e especialização internacional primária o semi-manufatureira 4) Estímulo ao investimento especulativo e obstáculos ao investimento produtivo	1) Distribuição do ingresso regressivo  2) Crescimento: lento, instável, dependente

Fuente: VALENZUELA (1990, 159; 1992)

Em suma, os elevados custos sociais que estão sendo pagos no padrão secundário de exportação devem-se aos países da América Latina que, depois de seguir as orientações do FMI em fase de consolidação, vão perdendo o sentido da superação das contradições, por isso Valenzuela (1992) tem sido chamado esse padrão de degenerativo.

As condições de viabilidade para exportação do padrão secundário são divididas em duas fases, “a primeira taxa de ganho deve ser aumentada, maior grau de monopólio, a

abertura ao exterior e as tendências de autoritarismo político; na segunda fase, o Estado deve incentivar a indústria pesada, diversificar as exportações e aumentar a produtividade do trabalho” (VALENZUELA, 1990, 161).

O modelo recorrente do Estado latino-americano que foi desenvolvido no início do século XX, situado no modelo de desenvolvimento proposto pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe, baseava-se nas políticas de intervenção estatal (CEPAL, 1995). Países latino-americanos sofreram a ação da administração centralizada e, a partir desse momento, começaram a apresentar sinais de esgotamento, sendo incapazes de responder de forma eficaz à pressão de demanda sobre eles, dando um toque para a descentralização “como um meio para encontrar formas de responder às demandas sociais que exigem soluções de desenvolvimento e ao crescimento amostrado na desigualdade regional” (CABRERO, 1996:16).

Esse modelo de Estado latino-americano caracterizou-se pela intervenção do governo central e foi modificado através de um conjunto de políticas, que a CEPAL (2000: 166) definiu como: “1) redução da presença do Estado e da privatização dos serviços sociais 2) segmentação e descentralização do governo, e 3) participação do cidadão e da utilização do capital social nas políticas sociais”.

O desenvolvimento do padrão secundário de exportação na sua forma degenerativa modificou a política, impulsionado pela globalização, no que tem sido chamado de Estado Nacional de Competência. O desenvolvimento do capitalismo teve lugar no contexto de um mercado global; a globalização é uma de suas marcas principais. Portanto, se quer saber, como faz Hirsch (2001, 141) “Que [Onde] é o que esse processo é realmente novo?”

Hoje, esse termo se refere ao progresso de sistemas de trânsito, transporte e comunicação, sistemas que permitem unir "em linha" lugares distantes do globo com meios relativamente simples (CASTELLS, 2002, 411). Daí a imagem de "aldeia global" que atrai simultaneamente um véu para o fato de que seu povo não pode mover-se livremente como eles querem, seja para as suas casas e bairros, pois estão separados por fronteiras políticas e sua comunicação é controlada pela ação de monopólios (HIRSCH 2001, 142).

Esse desenvolvimento constitui a base de uma transformação econômica, cuja essência reside em uma ampla flexibilização de trânsito do capital internacional. A abertura política dos mercados monetários, de capital financeiro, após o colapso do sistema de Bretton Woods, provocou uma mobilidade de capitais que abrange o mundo inteiro. Essa mudança está ligada a uma liberalização progressiva do comércio de bens e serviços, muito mais limitados em tamanho e transgredidos pelas práticas protecionistas. “Todos os esforços para criar um

mercado único global para produtos e serviços-empresendidos recentemente na chamada Ronda do Uruguay, do TLC, com a América do Norte e a fundação da Organização Mundial de Comércio, fracassou por não ter excluído diversas medidas do protecionismo nacional e regional” (HIRSCH, 2001: 142).

Globalização, como disse Hirsch (2001: 145), significa que “as empresas multinacionais, a ocupação de mercados nacionais e regionais permanecem separados”. Tendo em conta que “o Estado adota necessariamente o papel de agente econômico” (HARVEY, 1990: 248), a região analisada está nessa trama internacional, por isso é importante observar os processos de desregulação do Estado sobre os mercados de produtos, e capital financeiro como uma dependência econômica que incrementa em grande medida os riscos das crises econômicas (HIRSCH e KANNANKULAM, 2011).

A política de posicionamento, baseada em relações de poder na sociedade capitalista deve ser politicamente imposta e legitimada, não pode ser apenas desenvolvida pelo capital (HIRSCH, 2001: 145). Portanto, “os Estados, em efeito, verdade, antes de parceiros são meros instrumentos de estratégias sócio-políticas bastante diferentes na luta competitiva para posicionar-se, precisamente quando mais se internacionaliza”. A capacidade para aplicá-las é em última instância uma questão relativa à disposição dos meios de violência física. Foi por essa razão, que em grande parte sobreviveu, apesar dos processos de internacionalização e globalização, o monopólio da violência que cada Estado tem sobre a sociedade. No governo de Enrique Peña Nieto foi fundamental a composição da Frente Unido por México, que uniu líderes representativos das três forças com maior influência, a fim de assegurar que as propostas apresentadas pelo Governo Federal para reformar a Constituição mexicana sobre questões relacionadas com o trabalho, a energia, a educação e as telecomunicações fossem aprovadas na Câmara dos Deputados e Senado.

Além disso, a política de posicionamento adquire um papel relevante no posicionamento do capital financeiro sobre o capital produtivo. A atual superioridade do capital financeiro consiste em manter o capital na forma de dinheiro acumulado em um banco, pois esse procedimento é mais rentável do que aplicá-lo em algum lugar do território, tornando-o produtivo. A expectativa é a de mantê-lo fluido para, em qualquer oportunidade, investi-lo em capital produtivo excedente; outra finalidade é a de que o capital financeiro seja sobreposto ao capital produtivo, não só porque o capital financeiro é mais rentável, mas porque, através desse procedimento pode levar à baixa da produção de matérias-primas e da força de trabalho. Como afirma o autor: “o capital financeiro [que] não é transformado em produtivo é um capital autodestrutivo, uma vez que a reprodução do capital como um todo

depende, fundamentalmente, da sua detenção temporária sob a forma de capital produtivo” (HOLLOWAY, 1992: 23; HIRSCH, 1996).

Portanto, a distribuição é o momento em que o capital definiu sua estratégia para pressionar ao Estado Nacional de Competência para gerar as condições que permitem a extração de lucro máximo ao estabelecer empresas comerciais com capital privado em indústrias onde o Estado tinha o monopólio e autonomia (HIRSCH, 2001). Um exemplo disto é a Pemex.

Assim, o Estado age sobre os territórios de modo a criar um modelo fixo para o desenvolvimento e padrões de produção, em que a indústria continua a produção em massa, adaptada ao contexto nacional e internacional. “Mas, se o Estado teve um peso significativo, o que ele tem, é devido a formas de ação econômica e política, em vez de sua ação específica de ordenamento territorial” (VELTZ, 1999: 31). Por meio da globalização, transformou a forma política do padrão secundário exportador no Estado Nacional de Competência, direcionando as reformas do Estado na Constituição Mexicana do ano 2013, feita pelo presidente Enrique Peña Nieto, ao setor energético e ao campo do trabalho, elaborando um pacote que inclui a reforma da educação, telecomunicações e reforma política.

O ENC não é simplesmente resíduo pelo contrário, “as suas formas institucionais e estratégias de regulação estão sendo reconstruídas e *re-escalonadas*”. (PECK, 2010: 83).

### **5.1 Reformas para a concentração e resistências**

Os governos latino-americanos, em vez de conduzir as ações para ter lugar o padrão secundário exportador em sua variante pragmática desenvolvimentista, com ativismo estatal forte, agora estão se dirigindo pela variante degenerativa, “que opera entre o Estado ligado ao mercado” (HOLLOWAY, 1992: 21).

Ramírez (1997) desenvolve uma fórmula para a exportação de padrão secundário em sua variante degenerativa, que ele chama a equação neoliberal, observando que a lógica do neoliberalismo é pensar que os preços de abertura externa de produtos, removidos os subsídios, aumentam os custos, levando à queda da rentabilidade. Ao mesmo tempo, o declínio na lucratividade, juntamente com as reformas que foram feitas sobre a propriedade da terra, levaram à venda de terras em grande escala, bem como à reestruturação produtiva e emigração.

Efeitos do distanciamento podem ser observados na produção agrícola. Os subsídios à produção com a venda de fertilizantes e água da irrigação para reduzir os custos de produção,

crédito subsidiado e serviços técnicos gratuitos, os preços foram diminuídos drasticamente e, por vezes, cancelados. (RUBIO, 2003, 73)

Os agentes privados não preencheram lacunas deixadas pelas paraestatais após o seu desmantelamento, que teve uma participação essencial na compra e distribuição de insumos e produtos. No México, não há serviço de extensão agrícola específica. Os agricultores têm assistência técnica para o acesso a vários programas de apoio à Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pescas e Alimentação (SAGARPA). A assistência recebida pelos contratantes do setor privado, prestadores de serviços profissionais (PSP), é destinada a colocar os programas em curso em nível da prática agrícola. Os serviços profissionais definidos para tais fins incluem planejamento estratégico, formulação de projetos, acesso a recursos públicos, assistência técnica, estratégias de negócios e treinamento.

O objetivo é apoiar os agricultores para aumentar a eficiência e facilitar a sua integração em cadeias de produtivas. Vale ressaltar que, atualmente, proliferam as pequenas empresas que oferecem serviços individualmente, embora isto não tenha garantido a qualidade, porque eles não são capacitados, têm conhecimento limitado e são isolados a partir de fontes de tecnologia (OCDE, 2011, 5).

Depois de repetidos golpes que os agricultores receberam pelas políticas implementadas para gerar um clima de aparente estabilidade, uma disposição no sistema de pagamentos aos produtores de alguns grãos básicos e oleaginosas (sorgo, soja, arroz e trigo), cujos preços estão totalmente liberados e competitivos com os preços internacionais.

A alteração ao artigo 27 da Constituição, em 1992, é a reforma fundamental, que permite, em certas circunstâncias, a venda e o aluguel da terra, complementando essa reforma, suportada com o programa de titulação conhecido como: “*Programa de Certificación de Derechos Ejidales y Titulación de solares Urbanos (PROCEDE)*”.

As políticas tais como a diminuição aos subsídios à produção, o desaparecimento de *paraestatais* e outras mudanças repercutiram na configuração da economia camponesa, que se caracterizava pela utilização de mão de obra familiar, para sua sobrevivência e reprodução da unidade familiar. Deixou vazios que não foram preenchidos pelo capital privado, apesar da introdução de uma medida de compensação, que consistiu no pagamento para a produção de alguns cereais básicos que foram libertados e acertados com os preços internacionais, medida insuficiente para corrigir as injustiças do campo, porque o programa não serve a todo o produtor do país, mas apenas a algumas localidades situadas ao norte do México (CEPAL, 1999: 14).

Além disso, as alterações ao artigo 27 da Constituição – que reestruturou a

organização do *ejido* e permitindo a venda e arrendamento de terras – levaram à resistência dos produtores que, a partir de suas localidades, atuaram ativamente, criando várias estratégias de sobrevivência. A estratégia de sobrevivência é um termo utilizado nas pesquisas sociais latino-americanas, para caracterizar as formas pelas quais os setores pobres e marginalizados conseguiam sobreviver no contexto da concentração das economias da América Latina (KAY, 2005; LUNA, 2014).

As condições de marginalização e pobreza, causadas pelas políticas de ajustes e da crise econômica, foram confrontados pelos camponeses através de: a) do autoconsumo e a produção agrícola, b) da participação nos mercados de trabalho, c) dos mercados de terra e d) da organização e participação em associações. Tais ações são o que nós definimos como estratégias de sobrevivência (CEPAL, 1999, 39).

O autoconsumo diz respeito à autossuficiência alimentar (segurança alimentar) das famílias através de práticas de consumo generalizado com base na relação produção-consumo. Autossuficiência alimentar da família é um objetivo primordial; em regiões de economia camponesa tradicional, a produção de alimentos para o consumo interno é essencial. Na pesquisa *ejidal* pelo Instituto Nacional de Estatística, Geografía e Informática (INEGI) no ano de 1994, 90% os agricultores pobres mencionam o uso de milho para o fundo calórico, cujo mínimo é três quartos para alimentar os animais. A média dos camponeses é 1,4 toneladas para o consumo doméstico *per capita* e 1,2 toneladas de forragem; o consumo total varia de acordo com o tipo de produtor, mas, no geral, estima-se que esteja entre 35% e 40% da produção nacional (CEPAL, 1999, 39).

Contrariamente a isto, os empresários agrícolas, continuam a utilizar as tecnologias convencionais, ou seja, utilizam a terra de forma intensiva; usam sementes melhoradas e certificadas, sementes tratadas, utilizam insumos químicos e sintéticos, que geram maior produção em trechos curtos, cuja produção é destinada para consumo humano nacional e internacional, assim como para forragens.

No período de 1990-1994, os preços garantidos estabelecidos pelo Governo, aumentaram as oportunidades para abaixar os custos da produção e fazer aumentar o lucro através do milho em relação a outros cultivos, levando a uma expansão da produção, e também de áreas irrigadas. Um total de 75% dos sítios plantou milho e a produção continuou a crescer a partir de 1990, combinando milho, feijão e outros, o que demonstra a continuidade da tecnologia tradicional na era do capitalismo informacional globalizado (CEPAL, 1999, 40). No entanto, o desaparecimento gradual da assistência técnica oferecida por diferentes agências governamentais prejudicou os produtores.

Entretanto não devemos perder de vista as técnicas tradicionais de produção utilizadas pelos agricultores, as quais reúnem traços das culturas locais, camponesas e indígenas, elementos de identidade que se recusam a desaparecer frente ao *marketing* da agricultura convencional.

Além disso, a atividade pecuária foi reforçada no seu papel complementar da dieta da família (carne, leite e ovos produzidos em terrenos baldios no quintal) e como poupança das famílias rurais, além de representar uma importante fonte econômica. O número médio de bovinos aumentou 4.4%, 5.75% e 6.7% entre os anos de 1990, 1994 e 1997, respectivamente (CEPAL, 1999, 40). Outra questão que vale ressaltar, a partir da Pesquisa Nacional de Famílias Rurais no México (ENHRM) do ano 2002, foi a de que 54% da renda das famílias rurais provêm de salários recebidos (PROCESAM-COLMEX-REAP, 2002).

O estabelecimento de relações de solidariedade e ajuda mútua são estratégias de sobrevivência, por meio do estabelecimento de organizações sociais e de diversas associações, ou seja, redes sociais, agindo em conjunto, discutindo, tomando decisões e para ações em torno a assuntos econômicos, social e de interesse comum.

O *ejido* e comunidade são os principais mecanismos de ação coletiva no campo mexicano. Organizações e redes de cooperação que existem nas comunidades, como todas as formas de ajuda mútua e solidariedade, que têm nomes diferentes: *tequio*, *abate* e *Guelaguetza*. Essas práticas organizacionais que compõem a cooperação comunitária, cuja função é satisfazer as necessidades materiais, tais como a construção de habitação, trabalho produtivo como preparo do solo, limpeza de canais de irrigação e cultivo de plantações, a mobilização social com bloqueios de estradas e marchas para as cidades, têm grupos formados para conduzir tarefas específicas na reparação de ruas, estradas, água potável, cuidados e manutenção de escolas, criação de festividade entre muitas outras atividades.

Estas redes são essenciais para a atividade diária das comunidades rurais. O papel das organizações inclui a construção e fornecimento de bens públicos que são fundamentais para a vida social. Da mesma forma, as redes de apoio social, contatos e informações de transferência, facilitam a migração e reduzem os custos.

No entanto, o *ejido* mostra uma tendência a perder a sua importância como uma organização econômica, uma vez que seu poder de convocação para reunir as iniciativas coletivas tem sido enfraquecido por sua diversidade interna, pois coexistem produtores, trabalhadores e “*avecindados*”. Os *avecindados* são todos aqueles cidadãos mexicanos que vivem há um ano ou mais no núcleo agrícola e têm sido aceitos pela Assembleia ou pelo Tribunal Agrário. Foram reconhecidos com as alterações ao artigo 27 da Constituição e têm o

direito de propriedade sobre o seu solo ou a participar, através do concelho de moradores, nas decisões referentes à ocupação humana. Muitos deles não têm direitos em parcelas de terra de uso comum, trabalham como operários ou contam com o trabalho produtivo no ambiente doméstico.

As maiores organizações econômicas estão passando por um período de crise por causa de sua dependência da renda e falta de apoio do Governo, além de ter baseado suas práticas em projetos frágeis e de risco, como a monocultura e empréstimos contraídos por créditos financiados. Esse grupo está presente em 54 municípios e reúne 88.000 explorações, distribuídos por 1.500.000 hectares, tendo em média cada exploração uma superfície de 17 ha. O sorgo é o principal cultivo, em 54% das fazendas, das quais quase 60% são proprietários privados e apenas 40% produção de milho, 25% são irrigados. Essa categoria é a metade dos municípios de Baja California, o terceiro de Nuevo León e Tamaulipas (ROBLES, 2007: 80).

Os agricultores sustentam suas organizações sociais, acoplando-as às condições da sociedade informacional global; dependem delas, porque elas representam a melhor maneira de combater a vulnerabilidade envolvendo seus ativos reduzidos, os custos de produção elevados e escalas de produção para o ritmo acelerado da concorrência (GRAMMONT; 2010; MARSTON, 2000). Continuam a ser integradas no mercado de terras, produtos e trabalho, a fim de obter recursos para atender às suas necessidades.

Embora as estratégias que os agricultores têm para resistir ao enfrentamento com o capital, há baixa motivação para a produção agrícola nacional, motivada pela desvalorização da terra rural. Ocorre uma transformação no uso das terras agrícolas destinando-as para a infraestrutura comercial, industrial e do turismo. As famílias têm cada vez mais fortemente nas atividades extra-agrícolas a fonte de ganhos para aumentar seus rendimentos e melhorar o padrão de vida.

A emigração constitui os fluxos importantes de pessoas e remessas. Em 2013, entraram no país US \$21,000.595 de dólares em remessas (CONAPO-BBVA Bancomer, 2013). Não é apenas uma fonte de renda complementar, mas permite investir em ativos, tais como terra, bois ou aprimoramento técnico das parcelas. As remessas são uma forma de diversificar as fontes de renda e reduzir fatores de risco familiar de insegurança causada pelo clima imprevisível e pressão econômica. O ENHRM (2002) destaca que as remessas ocupam o terceiro lugar na composição da renda familiar (13%); a região Centro-Oeste tem o maior percentual dessa entrada (27.75%).

As remessas da emigração são gastas em consumo das famílias, na melhoria da moradia, aquisição de terra, gado, máquinas e insumos. Isso representa um aumento na



capacidade de geração de frutos futuros. Ao longo dos últimos 50 anos da emigração mexicana, o número total de pessoas que deixou o país para trabalhar fora dele aumentou significativamente de 639.000 no ano 1960 para 11.800.000 em ano 2010, ou seja, o número de emigrantes aumentou mais de 18 vezes, e em 2013, foi estimado que o número acumulado ultrapassasse a 13.000.000 (Centro de Desenvolvimento Rural Sustentável e Soberania Alimentar, 2014:7).

O principal destino dos emigrantes tem sido o contínuo fluxo para os Estados Unidos, que responde por 98,1% dos emigrantes mexicanos. As remessas recebidas pelo México em 2013 elevaram-se a 21,6 bilhões de dólares. De 1995 a 2007, as remessas anuais mantiveram um crescimento estável, crescendo rapidamente desde 2000 e atingindo seu pico histórico em 2007 para chegar a 26,1 bilhões de dólares. Junto com o crescimento das remessas também aumentou o número de famílias que recebem esses recursos. Entre 1992 e 2012, o número de famílias beneficiárias cresceu pouco mais de duas vezes, enquanto as remessas cresceram mais de cinco vezes entre 1995 e 2012. No entanto, o pico foi atingido em 2007 para, eventualmente, cobrir 7% de domicílios no país e, desse período em diante, o número foi diminuindo, chegando a atingir apenas 4,5% do total de lares mexicanos (CENTRO DE ESTUDIOS PARA EL DESARROLLO RURAL SUSTENTABLE Y LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2014, 20).

Note-se que existem vários fatores que explicam o maior ou o menor acesso à emigração. Um deles são as redes de solidariedade social e as informações que abrem portas para uma odisseia cheia de riscos, devido a problemas de fronteira. “Emigração tem consequências para a distribuição do trabalho entre homens e mulheres, o que implica uma maior participação e responsabilidade das mulheres em tarefas produtivas, mercados de insumos, produtos e organizações locais” (CEPAL, 1999, 40).

As estratégias de sobrevivência dos produtores rurais são uma resposta à insegurança, causada pelas reformas constituídas a partir de acordos internacionais assinados pelo México, que favorecem a retirada do Estado em ações-chave para corrigir as desigualdades sociais em áreas rurais do México (GRAMMONT, 2010). A migração é uma variável importante no sustento dos agricultores mexicanos, mas o custo é ainda maior do que os benefícios, porque, de acordo com as previsões “em 25 anos vai ver claramente os estragos pela dilapidação dos migrantes” (BARTRA, 2005: 2).

A combinação de taxas de natalidade e expectativa de vida é o que tem sido chamado de bônus demográfico, aumentando a proporção da população que pode produzir, em relação aos que só consomem a capacidade de poupança e investimento. Portanto, em um par de

décadas, teremos a capacidade de produzir mais valor do que se consome. Hoje, cerca de 8% da população é idosa (mais de 70 anos), enquanto em 15 anos haverá 17.5% deles e em meio século serão 36 milhões de pessoas com mais de 70.

Dada a falta de postos de trabalho, causada por um crescimento lento da economia mexicana, a economia informal, principalmente no setor comercial, ainda é uma alternativa, contribuindo com o 32.5% do Valor Bruto. “Para cada 100 pesos de PIB do país, 75 pesos foram gerados pelo trabalho formal de 10 trabalhadores, enquanto 25 pesos os geram 6 ocupados em informalidade de cada 10” (INEGI, 2014: 1). O comportamento do sector informal como “os *micronegócios* registraram um aumento médio de 2.1% para a série 2004-2012 (INEGI, 2014, 1).

As áreas rurais compreendem 29.900.000 de pessoas que vivem em cidades com menos de cinco mil habitantes, o que representa 29% da população total;

[São] 5.338.000 pessoas ocupadas na agricultura, silvicultura e do sector das pescas; 4.07,000 Unidades de Produção Rural, ocupando 108,300,000 de hectares e plantou 280 cultivos cíclicos e 199 cultivos perenes, incluindo os cultivos básicos, oleaginosas, frutas, legumes, agroindustriais, ornamentais e chamados não-tradicionais (ROBLES: 2007, 37).

A ruralidade recobre territórios com 3.163.000 unidades de produção de gado, das quais “2.800.000 têm animais de trabalho, 2.300.00 aves, suínos 1.300.000, com 1.200.000 bovinos. Organizados socialmente, 3.200.000 de *ejidatarios*, agrupados em 27.469 *ejidos*<sup>2</sup> e 84.500.000 de hectares; 608.000 comunheiros de 2.140 comunidades agrárias e 16,8 milhões de hectares” (ROBLES: 2007, 37).

Os proprietários privados correspondem a 1.600,000, mesmo que possuem “73.100,000 de hectares. Há também 654 assentamentos agrícolas com 62.346 colonos e 3.800,000 de hectares e 144.000 *nacionaleros*<sup>3</sup> com 7,2 milhões de hectares” (ROBLES: 2007, 38).

<sup>2</sup> O *ejido* não é um conjunto de terras, mas uma pessoa moral e, como tal, tem personalidade jurídica e patrimônio próprio, o qual está formado por um conjunto de bens e direitos denominados de propriedade *ejidal*.

<sup>3</sup> São os detentores de terrenos sertões ou nacionais que têm seu uso e usufruto. A Lei Agrária aponta que os titulares terão preferência para adquirir esses terrenos em forma onerosa, desde que os tenham explorado durante um período de, pelo menos, três anos anteriores à apresentação do pedido de regularização, a na *Secretaría de la Reforma Agraria* (SRA). São considerados sujeitos agrícolas para receber alguns dos serviços que fornece a *Procuraduría Agraria*. Uma vez que o nacionalero recebe o título de propriedade perde nesta categoria e se transforma em pequeno proprietário.

Deve-se mencionar que 7.000.000 de indígenas vivem em áreas rurais, nos seus “6.830 ejidos e comunidades agrárias e indígenas; 200.000 proprietários privados indígenas que em conjunto são donos de 27.600.000 de hectares” (ROBLES: 2007, 38). Em questão de gênero, 1.000.000 de mulheres são atualmente donas da terra: 649.000 *ejidatararias* e *comuneras*, 176.000 eram proprietárias e 282.000 proprietárias privados (ROBLES: 2007, 38).

O emprego rural é caracterizado por seus 3.800.000 de trabalhadores agrícolas, que se distinguem pela sua integridade no trabalho; altas cargas de trabalho em condições de segurança e nos seus locais de residência e de trabalho inadequadas:

[São] 959.000 proprietários de terras; 342.000 famílias que recebem remessas provenientes dos Estados Unidos e 388 municípios rurais com alto número de migração; 177.400.000 de hectares, das quais 63% são pastagens naturais, pastagens; 18,2% superfície de trabalho, 14,8% floresta e selvas e 4% sem vegetação (ROBLES: 2007, 38).

A região de Atitalaquia-Tula foi um espaço atração para o deslocamento, na esperança de gerar riqueza através das receitas do petróleo; as maquiladoras foram inseridas nessa área, mas depois de um tempo muito curto, pegaram a escassa riqueza natural e deixaram uma série de doenças devido a longas horas de trabalho a que são submetidos e às condições de escravidão. O caso particular é o da região com muitas maquiladoras têxteis e que produzem moda feminina

**Foto 13. As maquiladoras**



Organização: Luís Alberto Luna Gómez, 2015. 1) Produto final, 2) Zona de costurara, 3) Zona de planchado y 4) Maquiladora têxtil com tecnologia tradicional.

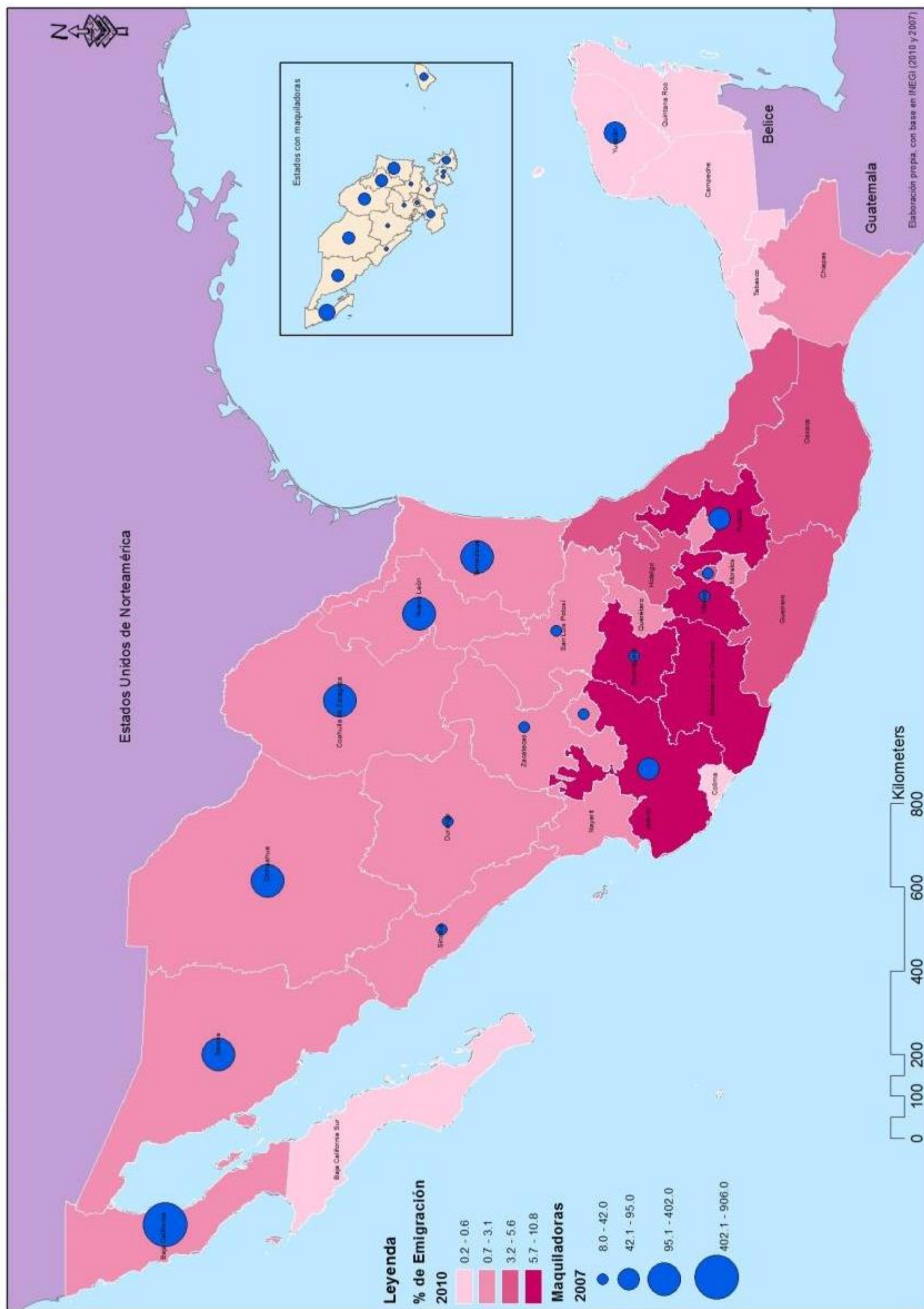
A importância da maquila no emprego nacional cresceu fortemente na década de noventa do século XX, com a possibilidade de venda de sua produção no mercado interno e continuam ao abrigo de um regime de trabalho e incentivos fiscais baratos para os governos locais, movendo-se a norte para o centro-oeste. Até 2005, estima-se que o número de trabalhadores na maquila em cidades não fronteiriças era 441.000 trabalhadores, e o emprego predominantemente feminino na indústria de confecções e vestuário (De la O, 2006: 407) (Tabela 13 e Figura 11)

Tabela 13. A migração internacional, índice de ruralidade e quantidade de maquiladoras

ENTIDAD	EMIGRACIÓN 2000	EMIGRACIÓN 2010	RURALIDAD	MAQUILA- DORAS
Guanajuato	9.8	10.8	14	37
Jalisco	10.6	7.7	10	95
Michoacán	10	7.7	7	
Estado de México	8.3	6.8	2	24
Puebla	4.3	6.6	6	65
Veracruz	4.9	5.6	5	
Oaxaca	3.4	5.3	1	
Distrito Federal	5.3	4.5	28	18
Guerrero	4.5	3.9	4	
Hidalgo	3.7	3.7	8	
San Luis Potosí	3.8	3.1	9	30
Zacatecas	4	2.8	16	8
Chihuahua	3.1	2.7	15	402
Querétaro	1.5	2.4	26	
Chiapas	0.6	2	3	
Tamaulipas	2	1.9	20	339
Morelos	2.8	1.9	21	
Durango	2.6	1.7	11	42
Baja California	1.4	1.7	29	906
Sonora	0.9	1.6	18	210
Aguascalientes	1.5	1.5	30	37
Nuevo León	2.2	1.5	27	208
Nayarit	1.5	1.4	19	
Sinaloa	2.1	1.4	12	8
Coahuila	1.3	1.3	22	224
Tlaxcala	0.5	1.2	24	
Colima	0.8	0.6	31	
Yucatán	0.4	0.6	13	76
Tabasco	0.2	0.5	17	
Quintana Roo	0.2	0.4	25	
Baja California Sur	0.1	0.3	32	
Campeche	0.1	0.2	23	

Fonte: Organização: Luís Alberto Luna Gómez, 2014. Baseados no INEGI (2010)

Figura 8. México, a taxa de migração de 2010 e número de maquiladoras de 2007



Fonte: Organização: Luís Alberto Luna Gómez, 2014. Baseados no INEGI (2010)

As estratégias de sobrevivência são práticas que caracterizam a organização da unidade econômica doméstica, permitindo que os camponeses continuem seu modo de vida, preservando os seus meios de produção e os valores de uso e, também, ironicamente, são atividades que têm uma tendência clara para tirá-los da terra e continuar a inércia histórica de um lugar subjugado. É claro que a demonstração de poder contra eles corresponde à resistência, com base na experiência, conhecimento e símbolos de identidade e territorialidade.

Camponeses e indígenas estão afirmando sua própria história e sua capacidade de fazer história, pois “novos movimentos camponeses e indígenas estão surgindo em grande parte da América Latina, forjar novas identidades étnicas e de classe” (KAY, 2005: 13). Apesar das vantagens, uma limitação importante da abordagem para a subsistência rural é a falta de representação e do poder. “Análise da pobreza deve ser inserida nas relações de poder”, porque eles são os únicos que se reproduzem continuamente pobreza e representam grandes obstáculos a superar (KAY, 2007: 82).

Os contratos sobre a terra implicam em alugar, vender e comprar, entrar em acordos de parceria, tudo isso faz parte das estratégias das famílias rurais. A quantidade de terra é um fator que permite tipificar produtores rurais em cinco categorias:

- 1) Produtores intermediários comerciais que produzem principalmente de sequeiro de milho e maior parte de seu terreno está localizado na faixa de 2-5 hectares;
- 2) produtores infra subsistência o sector social, suas propriedades são na sua maioria temporários e a cultura predominante é o milho;
- 3) diversificou produtores comerciais cujas características principais são a diversificação de produtos de milho;
- 4) produtores infrasubsistence setor privado, que agrupa os proprietários de pequenas propriedades, os produtores agrícolas de milho;
- e 5) produtores comerciais de alimentos básicos ou de forragem, a sua principal cultura é o sorgo (54%), aveia com 7%, quase a metade das explorações abrangem cinco a 20 hectares (RASCÓN, 2006, 122).

Assim, os camponeses e os agricultores têm respondido às regras durante o governo do ex-presidente Salinas de Gortari que, em 1992, procurou aumentar a quantidade de terra disponível para resolver essa grave situação. No entanto, enquanto alguns tomam ou compram a terra para atividades agrícolas, os outros as têm para ceder ou vender para ganhar uma renda que atenua as necessidades imediatas, perdendo, assim, os ativos essenciais para a reprodução. Isso aconteceu com os *descampesinados* na região do falido projeto formulado desde 2008, o da refinaria Bicentenario, onde foram deixados terrenos que somaram 700 hectares estéreis e improdutivos.

As pequenas propriedades do mercado de terras estão aumentando em número e tamanho, seus proprietários emigram para aumentar a sua propriedade, a taxa de participação registrada pela CEPAL (1999) é de 3.5% em 1990 para 10.4% em 1997. Hoje em dia, os produtores têm o número de propriedades e superfície indicada na Tabela 14.

**Tabela 14. Tipos de produtores mexicanos**

CONCEITO	PREDIOS	%	SUPERFICIE	%
Produtores intermédios menos comerciais	1.432.519	34.8	4.879.230	32.9
Produtores de infra subsistência do sector social	1.308.910	31.8	2.040.611	13.8
Produtores diversificados y comerciais	745.944	18.1	5.323.559	35.9
Produtores de infra subsistência do sector privado	541.713	13.2	1.001.359	6.8
Produtores de cultivos básicos comerciais	88.210	2.1	1.580.146	10.7
<b>Total</b>	<b>4.117.287</b>	<b>100</b>	<b>14.824.905</b>	<b>100</b>

Fuente: RASCÓN, et al. (2006, 122). Tipología de productores de México. México: CEDRSSA.

O acesso das mulheres à terra e à sua crescente importância como um suporte de parcelas do *ejido*, aparece nas listas de sucessão (50% deles são mulheres), o que influencia e continuará influenciando o mercado de terras, porque a maioria das mulheres não as cultiva diretamente, por causa de sua ampla jornada de trabalho, na criação dos filhos, cuidados do lar, participação na comunidade, artesanato ou de inserção no mercado de trabalho e, por esses motivos, realizam contrato de arrendamento ou transferência da terra.

Sobre o camponês, afirma BARTRA (2009, 2): "designa uma forma de produzir, de sociabilidade, uma cultura, mas designa principalmente um ator social: Uma classe que ganhou seu lugar na história". Além disso, tem lugar específico dentro da ordem econômica através das relações de sociabilidade – ser agricultor é uma escolha política. Na organização camponesa não são os dirigentes e conselheiros nem as estruturas políticas e administrativas que operam, mas é a sociedade que incentiva os movimentos como o “El Campo não aguenta mais”; campanhas como “Sem Milho Não Há País”, de tal forma, há falta de projeto, o que resta são as formas corporativas, sem líderes e clientes políticos com projetos (BARTRA, 2009, 2).

A população economicamente ativa em áreas rurais não cresce substancialmente; ao contrário, a taxa do crescimento demonstra que tem vindo a diminuir desde 1990. A queda é



quase a metade em cada censo registrado, sendo projetada para o ano 2030, a tendência mais catastrófica.

**Tabela 15. População Economicamente Ativa nas áreas rurais de México, 1990-2030**

Ano	População Economicamente Ativa	Taxa de crescimento da PEA (%)
1990	6.846	
1995	7.701	12.49
2000	8.593	11.58
2005	8.945	4.10
2010	9.489	6.08
2015	9.948	4.84
2020	10.309	3.63
2025	10.545	2.29
2030	10.660	1.09

CEPAL (2009)

A desvalorização do solo rural está relacionada ao padrão secundário exportador, na variante degenerativa, reforçada pelo Estado, cuja perspectiva está focada na abertura externa indiscriminada e especialização primária; o grande exército de trabalhadores foi reforçado com os camponeses, massivamente integrados aos mercados de trabalho.

Durante o período de 1993-2000, a capacidade de geração de energia nas áreas rurais, pelo setor privado cresceu 22,7% ao ano, enquanto no setor estatal foi de 3,1% ao ano.

Apesar desses indicadores e de acordo com a Auditoria Superior da Federação (ASF), em 2000, estava em risco o fornecimento de energia no país, uma vez que uma margem menor foi obtida como o limite para assegurar a fiabilidade do fornecimento de eletricidade (GONZÁLEZ, 2010, 3).

**Tabela 16. Centrais eléctricas com investimento estrangeiro na operação e na construção**

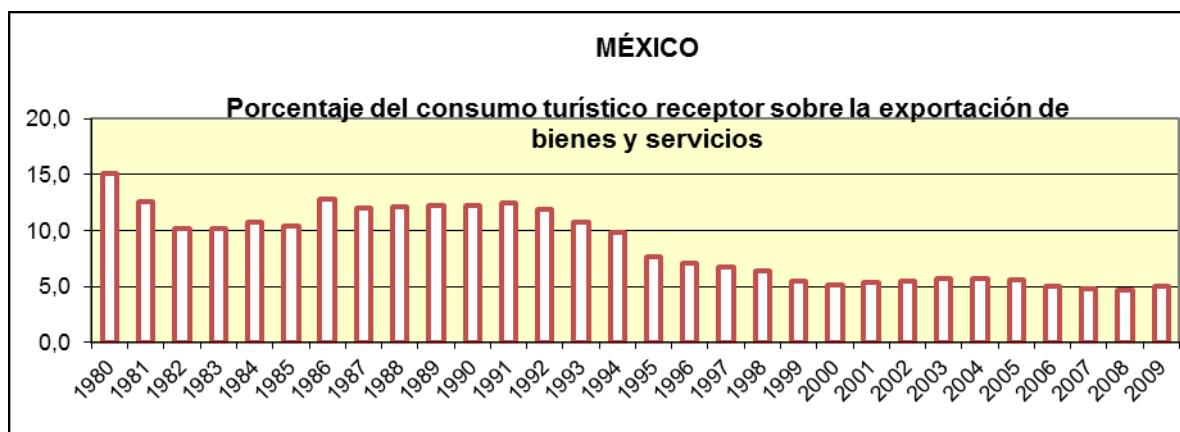
Central	Empresa/país	Entidade	Capacidade
Mérida III	AES (EUA)	Yucatán	484
Hermosillo	Unión Fenosa (Espanha)	Sonora	250
Saltillo	EDF International (Francia)	Coahuila	247.5
Tuxpan II	Mitsubishi (Japón)	Veracruz	495

Bajío (El Sauz)	Intergen (EUA)	Guanajuato	495
Río Bravo II	EDF International (Francia)	Tamaulipas	495
Monterrey III	Ibedrola (Espanha)	Nuevo León	499
Altamira II	EDF/Mitsubishi (Francia/Japón)	Veracruz	495
Naco-Nogales	Unión Fenosa (Espanha)	Sonora	258
Campeche	TransAlta (Canadá)	Campeche	252.4
Tuxpan III y IV	Unión Fenosa (Espanha)	Veracruz	983
Rosarito 10 y 11	Intergen (EUA)	Baja California	489.1
Río Bravo III	EDF International (Francia)	Tamaulipas	495
Chihuahua III	TransAlta (Canadá)	Chihuahua	259
Altamira II y IV	Ibedrola (Espanha)	Veracruz	1036
Río Bravo IV	EDF International (Francia)	Tamaulipas	500
La Laguna II	Ibedrola (Espanha)	Chihuahua	498
Samalayuca II	Intergen (EUA)	Chihuahua	522
Cerro Prieto IV	Mitsubishi (Japón)	Baja California	100
Monterrey II	ABB Energy Venture/NisshoIwai (EUA/Japón)	Nuevo León	450
Chihuahua II	Mitsubishi (Japón)	Chihuahua	445
Tres Virgenes	Alstom (Francia)	Baja California Sur	10
Rosarito III	ABB Energy Venture/NisshoIwai (EUA/Japón)	Baja California	497
Pto. San Carlos II	Abengoa/Endesa (Espanha)	Baja California Sur	39
M. Moreno Torres II	Alstom (Francia)	Chiapas	100
Guerrero Negro II	Hundai/Heavy Industries (Corea)	Baja California Sur	10.7
El Sauz I	Siemens/Westinghouse (Alemania/EUA)	Querétaro	133
El Cajón	ICA/Energomachexport-Power Machines (Rusia)	Querétaro	133
Valladolid III	Mitsui (Japón)	Michoacán	525
Altamira V	Ibedrola (Espanha)	Veracruz	1,121
Tuxpan V	Mitsubishi (Japón)	Veracruz	495
Tamazuchale	Ibedrola (Espanha)	San Luis Potosí	1,135

Fonte: Sánchez, M. et al. (2004). Investimento privado no setor de energia elétrica no México: Marco Institucional e estrutura territorial. In: Pesquisa Geográfica, Boletim do Instituto de Geografia da UNAM, num. 54, México: UNAM. p. 82

Mesmo os serviços do turismo no país, dirigidos à população estrangeira, não incentivaram a criação de muitos postos de trabalho, apresentando declínio no período 1980 – 2009. (Gráfico 10)

Gráfico 9. México, percentagem do consumo no turismo receptivo sobre a exportação de bens e serviços



Fonte: CEPAL (2011).

Dessa forma, pode-se perceber no México a consolidação definitiva do ENC, com base na desvalorização e a concentração da terra rural, a queda da produção agrícola e aumento da produtividade da força de trabalho no setor industrial, garantida por uma ampla gama do exército de reserva de mão de obra legitimando as reformas trabalhistas, energia, educação, telecomunicações e reformas políticas. Como afirma IBARRA (2013: 1), “com base em programa exportador secundário postulam o encerramento do atraso econômico através da liberalização dos mercados”. As reformas neoliberais exaltam as liberdades individuais e dos mercados, mas logo concentram a renda, param os salários, concedem poder incontrolável aos conglomerados financeiros e espalham a pobreza ou riqueza de maneira altamente desigual (IBARRA 2013, p. 3).

Sob o ENC, a transformação espacial, a criação dos programas de reformas constantes faz parte de um modelo sistêmico de ordenação territorial, como foi aplicado na região Atitalaquia-Tula. (PECK, 2010, p. 114).

## 5.2 Desvalorização para acumulação

O padrão de produção mostra uma vantagem de diferenciação geográfica da competência local sob circunstâncias específicas. Como se evidenciou em Guanajuato e Hidalgo, a formulação dos projetos se enquadra em um padrão de eficácia dos programas locais para a acumulação diferentes escalas econômicas e políticas (PECK, 2010).

Observamos que o padrão secundário exportador em sua variante degenerativa é composta por ações do Governo Federal, aprovadas pelas demais esferas do Governo,

acordando através do Pacto para o México que, junto com o Partido da Revolução Democrática, Partido de Ação Nacional e Partido Revolucionário Institucional, fazem as reformas trabalhistas e energética, buscando aprimorar o padrão de produção para extrair o máximo lucro, com base na exposição dos recursos naturais e da produtividade do trabalho.

Do lado da reforma energética terá participação o capital estrangeiro na exploração de hidrocarbonetos em áreas rurais e costeiras, que transforma áreas agrícolas em terrenos para uso de todo o processo de produção de energia a partir de recursos naturais, desestimulando o campo para a produção agrícola.

A reforma de energia abre a participação na extração e produção de energia, o que desnacionaliza a empresa que maior número de recursos disponíveis para o país e estimula o baixo envolvimento do Estado. Assim as reformas, energia e mão de obra confirmam as orientações do padrão de produção. Da mesma forma, as tentativas por terceirizar as atividades dos agricultores, através do turismo não têm sido eficazes como no padrão de produção, pois diminuiu essa atividade em áreas rurais.

A fim de superar as contradições ocorridas no modelo de produção à atual, o Estado mexicano tem impulsionado duas medidas: a desvalorização do solo rural com todos os seus recursos e a promoção de uma maior produtividade da força de trabalho, força do setor agrícola, concluindo que as reformas entram no período de consolidação final e das práticas de não retorno.

A acumulação incessante do capital é permanentemente posicionada através das reformas. O capital não é um produto físico, mas uma relação social, que se baseia na destruição de propriedade privada ganha por si mesmo; em outras palavras, a “expropriação do trabalhador” (HARVEY, 1990, p. 416).

As diferenças geográficas, em seguida, aparecem com frequência, como não são na verdade, aparecem como mero desperdício histórico, “ao invés de características ativamente reconstituídas dentro do modo de produção capitalista” (HARVEY, 1990, p. 419). A tendência para a concentração geográfica opõe-se à tendência à dispersão, e não há garantia de equilíbrio estável entre elas. As forças que levam à aglomeração podem facilmente colaborar umas com as outras e produzir uma excessiva concentração que se opõe à acumulação anterior. As forças que levam à dispersão também podem ficar fora de controle.

Além disso, as revoluções em tecnologia, meios de comunicação e transporte, na centralização e descentralização de capital (incluindo o grau de integração vertical), nos arranjos de crédito e infraestrutura física e social, afetam materialmente o equilíbrio das forças em ação. Isso empurra o capital em fases que aprofundam as configurações espaciais das forças produtivas e as relações sociais (HARVEY, 1990 p. 421).

Com o capital fixo e serviços imobiliários, o capital está preso em um valor de uso específico, enquanto os outros fatores são inalterados, o grau de fixação depende da duração. O capital fixo empatado envolve o imperativo da acumulação e impõe outro imperativo: “Assim, quanto maior for a escala em que se desenvolve o capital fixo, mais se torna a continuidade do processo de produção e o constante fluxo de produção uma condição externamente atraente para o modo de produção baseado em capital” (HARVEY, 2014, p. 266; MARSTON, 2010; HIRSCH, 2011).

O capitalismo é, necessariamente, caracterizado por um esforço perpétuo para superar todos os obstáculos espaciais “aniquilando o espaço através do tempo”. (HARVEY, 2014, p. 348). Aponta também o autor que: “...o dinheiro é mais do que apenas um meio de movimento, ele assume um poder independente e externa em relação ao câmbio”. HARVEY (1990, p. 249). Todo poder é social, assim determinado, limitado. Não funciona, sem constituições e instituições, estabelecidas ou melhoradas. É a arte de usar as instituições, manipular as pessoas com as instituições e manipular as próprias instituições; em suma, o poder político é a arte de governar. O Estado junto com o capital privado formou uma associação para governar sobre os territórios e seus recursos, incorporando a força de trabalho existente no interior das fronteiras nacionais (HIRSCH, 2011; LACOSTE, 1977; LÓPEZ y RAMÍREZ, 2010).

Foto 14. A região e as mudanças



Organização: Luís Alberto Luna Gómez, 2009-2015. 1) Trabalhando a terra, 2) Cultivo da terra, 3) Terra sem uso, 4), 5), 6), 7), 8) Obras do projeto

O crédito é usado para acelerar os investimentos, a produção e o consumo, simultaneamente. Como evidenciado pela dívida adquirida pelos dois governos, Hidalgo e Guanajuato, para a aquisição de terrenos para a refinaria, onde US \$11,610.000.000 de dólares foram destinados ao projeto que nunca se materializou, mas que estimulou os lucros imobiliários de empresas como a ICA, Isolux e outras. O imenso poder potencial reside no sistema de crédito. A localização adequada do crédito pode garantir um equilíbrio quantitativo entre esses dois setores - a produção e o consumo (HARVEY, 1990, p. 289).

O crédito pode resolver os problemas de câmbio, mas não o da produção. O capitalismo não pode sobreviver sem um sistema de crédito, pois isso agrava a tendência ao desequilíbrio. “O empréstimo é flexível, não discriminado, neste se mistura dinheiro de todas as esferas sociais” (HARVEY, 1990, p. 290). A circulação do capital a juros disciplinados pelo Governo, a dívida do consumidor e do produtor, a especulação em ações e títulos, as mercadorias futuras e a renda da terra, não há nada que impeça que o investimento

especulativo na apropriação da renda fique fora do controle (HARVEY, 1990, p. 291; HIRSCH, 2011).

## CONCLUSÕES

A refinaria Bicentenario foi um projeto que levou à crise. Idealizada pelo Estado Nacional de Competência (ENC), essa proposta permitiu a valorização do capital financeiro para investimentos em capital produtivo com base na política de posicionamento.

As condições de instalação do projeto da refinaria Bicentenario levaram a uma questão de conflito territorial, perpetuando a crise no âmbito da regulação, energética, social e territorial. Após a compra da terra, conflitos familiares vieram para incentivar assassinatos entre os membros das famílias e assaltos às pessoas.

Ejidatários de Atitalaquia e Tula venderam cerca de 700 hectares, de uma terra que, no passado, contribuía para o cultivo de alfafa, milho, feijão e pimentão. Pode-se afirmar que a valorização do solo urbano foi concomitante com a desvalorização do solo rural e a queda da produtividade das atividades agrícolas.

A história de Atitalaquia-Tula tem a ver com as artérias que ligam a região metropolitana da Cidade do México com os Estados adjacentes, os quais fazem parte de uma região economicamente interligada.

Os capitais internacionais e a globalização permitiram a espoliação dos trabalhadores nas maquiladoras baseando-se, atualmente, na desigualdade maior entre os gêneros, permitindo a integração das mulheres nos mercados de trabalho em condições precárias.

A atividade de trabalho precária e flexibilizada se realiza por mulheres, mães solteiras e responsáveis por suas famílias, a dominação, o trabalho e as condições de emprego transgridem a ordem econômica tornando-se uma extensão das exigências laborais do neoliberalismo.

A região Atitalaquia-Tula, Hidalgo é a síntese de múltiplas determinações históricas e espaciais. Para observar essas determinações temos que ligar a escala regional, com outras escalas de influência, que permitem a internacionalização da economia mexicana.

As relações com o Estado foram se construindo politicamente através de medidas e enfrentamentos dentro de um novo jogo de imperativos regulatórios, fluxo desestabilizador do empoderamento das comunidades rurais. As reformas no México, propostas pelo poder executivo em 2013, formularam programas de assistência social, ativação das condições de normalização e de socialização entre desempregados e pobres no mercado de trabalho aprofundando a espoliação.



O projeto desencadeou um processo de industrialização e urbanização ligado com todos os fatores técnico-econômicos e socioculturais. A delimitação que se realizou da refinaria não é puramente geográfica, como o espaço foi entendido, em forma de contêiner, mas para levar em conta aspectos econômicos, sociais, étnicos e políticos. Da mesma forma, o vale natural onde ela se encontra não é homogêneo, muito pelo contrário, existem diferenças nas distintas áreas que o compõem, acirrando as desigualdades.

A nova forma social tende a reduzir os homens a números, mas também transforma os recursos naturais moedas de troca de baixo valor. A vida distorcida com toda a certeza, emerge das coisas, transformando os produtos sociais em seres animados, o petróleo no México é esse terrível Diabo Negro, o "Deus dos senhores da terra", um ser animado que devora os homens que dão a vida.

A procura incessante da importância do petróleo, passa pela estrutura axiomática que define a cosificación. A racionalidade do capital sucumbiu à sua irracionalidade autoinduzida do mercado.

A política de posicionamento que tem uma estratégia de crescimento para fora, fez da manufatura e os recursos naturais o principal setor da economia, trabalho barato e tributação privilegiada.

A economia nacional depende fortemente das receitas do petróleo. O artigo 27 da Constituição dá um papel estratégico para a energia: reivindica para a nação a propriedade dos recursos do subsolo e entrega à Pemex o controle de toda a cadeia de produção, mesmo antes da reforma energética, iniciada no final de 2013 e início de 2014. Em um amplo espectro, a Pemex logrou abastecer durante 30 anos o mercado nacional como uma energia de baixo custo, promovendo assim o desenvolvimento industrial em alguns setores-chave da economia: a agricultura com os fertilizantes, bem como o transporte e ramais da indústria, cimento, vidro, indústria de ferro e aço, etc.

A reforma energética foi uma parte incondicional do vasto esquema de deslocamento do complexo petroelétrico articulado do Ministério das Finanças, através de empresas de consultoria Cambridge Energy Associates, McKinsey, Booz Allen Hamilton e fundações como Heritage, cujos estudos, três décadas atrás. São um programa de ajuste estrutural para a desnacionalização de todas as atividades de *upstream*, exploração e produção, bem como a jusante, refino, petroquímica, distribuição, comercialização, para as empresas ExxonMobil, Chevron/Texaco, Conoco/Phillips, BP-Amoco e Shell.

Os verdadeiros vencedores da reforma energética são os bancos, capitais financeiros transnacionais que receberão juros das receitas do petróleo; empresas estrangeiras que irão

apropriar-se de grande parte das receitas do petróleo e dos recursos energéticos no México, o que irá gerar lucros para seus acionistas, vindos de receitas do petróleo; empresas de máquinas e tecnologia, que recebem pagamentos mais elevados do que os pagos em outros países, os quais serão efetuados com parte das receitas do petróleo; governos e cidadãos estrangeiros recebem impostos pagos pelas empresas que operam no México; ex-funcionários mexicanos e um pequeno grupo de empresários mexicanos se tornaram consultores, conselheiros e acionistas de empresas nacionais e estrangeiras se beneficiaram e se beneficiarão dessa reforma.

Assim, o Estado age sobre os territórios de modo a criar um modelo fixo para o desenvolvimento e padrões de produção, em que a indústria continua a produção em massa, adaptada ao contexto nacional e internacional. Por meio da globalização, transformou a forma política do padrão secundário exportador no Estado Nacional de Competência, direcionando as reformas do Estado na Constituição Mexicana do ano 2013, feita pelo presidente Enrique Peña Nieto, ao setor energético e ao campo do trabalho, elaborando um pacote que inclui a reforma da educação, telecomunicações e reforma política.

Do lado da reforma energética terá participação o capital estrangeiro na exploração de hidrocarbonetos em áreas rurais e costeiras, que transforma áreas agrícolas em terrenos para uso de todo o processo de produção de energia a partir de recursos naturais, desestimulando o campo para a produção agrícola.

A reforma de energia abre a participação na extração e produção de energia, o que desnacionaliza a empresa que maior número de recursos disponíveis para o país e estimula o baixo envolvimento do Estado. Assim as reformas, energia e mão de obra confirmam as orientações do padrão de produção. Da mesma forma, as tentativas por terceirizar as atividades dos agricultores, através do turismo não têm sido eficazes como no padrão de produção, pois diminuiu essa atividade em áreas rurais.

A fim de superar as contradições ocorridas no modelo de produção à atual, o Estado mexicano tem impulsionado duas medidas: a desvalorização do solo rural com todos os seus recursos e a promoção de uma maior produtividade da força de trabalho, força do setor agrícola, concluindo que as reformas entram no período de consolidação final e das práticas de não retorno.

## REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, John. Privatización, petróleo y democracia en México. Jaime Cárdenas (Coord.). **Reforma Energética. Análisis y consecuencias**. México: UNAM. 2015.
- ANGLÉS, Marisol. Reforma energética y cambio climático. Algunos puntos de desencuentro. Jaime Cárdenas (Coord.). **Reforma Energética. Análisis y consecuencias**. México: UNAM. 2015.
- ASKENAZY, Philippe, Coutrot, Orléan y Sterdyniak. **Manifeste d'économistes atterrés**. París: Les Liens que Libèrent. 2010.
- BARLETT, Manuel. Reforma energética. Jaime Cárdenas (Coord.). **Reforma Energética. Análisis y consecuencias**. México: UNAM. 2015.
- BARTRA, Armando. Campesinos ¿Clase social o cajón de sastre? En: **La Jornada**. México: 14 de noviembre, núm. 26. 2009.
- BARTRA, Armando. Cuando los hijos se van. Dilapidando el bono demográfico. En: **La Jornada**. México, 4 de septiembre, núm.402. 2005.
- BATALLA, Ángel. Las dimensiones regionales del México contemporáneo. En: MARTÍNEZ, Carlos. **"Balance y perspectivas de los estudios regionales en México"**. México: UNAM-Miguel Ángel Porrúa. 1990.
- BATALLA, Ángel. **Las regiones geográficas en México**. México: Siglo XXI. 1969.
- BENDINI, M., BARBOSA, J. y LARA, S. **Una mirada sobre el campo de la sociología rural en América Latina**. México: UAM-Antropos. 2006.
- BOLOS, Silvia. **La constitución de actores sociales y la política**. México: Universidad Iberoamericana-Plaza y Valdez. 1999.
- BUSTAMENTE, Carlos. **Desarrollo regional en México**. México: UNAM-Universidad Autónoma de Aguascalientes.
- CABRERO, Enrique. Las Políticas descentralizadoras en el ámbito internacional. En: **Nueva Sociedad**, núm. 142. Venezuela. 1996.
- CALVA, José, **Desarrollo regional y urbano. Análisis estratégico para el desarrollo**, vol. 13, México: Consejo Nacional de Universitarios y Juan Pablos Editor. 2012.
- CANTO, Manuel. **Nuevos enfoques y nuevos actores del desarrollo social**. México: Universidad Autónoma Metropolitana. 2007.
- CÁRDENAS, Jaime. La reforma constitucional en materia de energía. Jaime Cárdenas (Coord.). **Reforma Energética. Análisis y consecuencias**. México: UNAM. 2015.

- CÁRDENES, Z., GARCIA, O. y GARCIA, S. **Autodidactismo Solidario**. México: Servicios educativos, A.C. 2008.
- CARREÓN, Victor y GRUNSTEIN, Miriam. Pemex: la no empresa de todos los mexicanos? Por qué Pemex no es una verdadera empresa pública y por qué debe serlo. En: **Revista Legislativa de Estudios Sociales y de Opinión Pública**. Vol. 4, núm 8, julio-diciembre. 2011.
- CASTELLS, Manuel. **La era de la información**. México: Siglo XXI. 2002. vols. I y III.
- CASTILLA, Beatriz y LABRECQUE, Marie. “Las maquiladoras del sur de México y de América central: trabajo, género e identidad”. **TRACE. Travaux et Recherches dans les Amériques du Centre**, núm 55, junio, pp. 3-15. 2009.
- CASTILLA, Beatriz y TORRES, Beatriz. “Del hogar a la fábrica. Trabajadoras de las empresas transnacionales en Yucatán, México”. **TRACE Travaux et Recherches dans les Amériques du Centre**, 55, junio, p. 31-52. 2009.
- CELIS, Darío. Arranca Pemex etapa más visible de la Refinería Bicentenario y trae ICA 3 o 4 paquetes más. **Excelsior**. 2012.
- Centro de Estudios para el Desarrollo Rural Sustentable y la Soberanía Alimentaria. **México: migración y remesas**. México: Centro de Estudios para el Desarrollo Rural Sustentable y la Soberanía Alimentaria. 2014.
- CEPAL. **América Latina y el Caribe: indicadores macroeconómicos del turismo**. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe. 2011.
- CEPAL. **Efectos sociales de la globalización sobre la economía campesina**. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe. 1999.
- CEPAL. **Equidad, desarrollo y ciudadanía**. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe. 2000.
- CEPAL. **Estudio económico de América Latina**. México: Cepal. 1957.
- CEPAL. **Indicadores sociales básicos de la subregión norte de América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe. 2009.
- CEPAL. **Modelos de desarrollo, papel del Estado y políticas sociales: nuevas tendencias en América Latina**. Chile: Document LC/R. 1575. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe. 1995.
- CONAPO. **Índice de Emigración y Marginación, 2010**. México: Conapo. 2010.
- CONAPO-BBVA Bancomer. **Anuario de emigración y remesas**. México. México: Conapo-BBVA Bancomer. 2013.
- CORDERA, Rolando y Provencio Enrique. **Informe del desarrollo en México 2015**.

México: UNAM. 2016.

De la O, María. “El trabajo de las mujeres en la industria maquiladora de México: Balance de cuatro décadas de estudio”. En: **Revista de Antropología Iberoamericana**. Vol 1. Núm. 3, agosto-diciembre. Madrid: Antropólogos Iberoamericanos en Red. p. 398-419. 2006.

De la ROSA, José. y LUNA, Luis. (2007). “Participación ciudadana en los programas de vivienda”. En: Tamayo, S. (coord.). **El bando 2, un análisis multidimensional de la política de vivienda en el gobierno del Distrito Federal, 2000-2006**. México: SEDUVI, UACM y CAM. 2007.

De la VEGA, Ángel. **La evolución del componente petrolero en el desarrollo y transición de México**. México: UNAM. 1999.

Delgadillo, Javier, Torres, Felipe y Gasca, José. *Distorsiones del desarrollo regional de México en la perspectiva de la globalización*. **Revista Momento Económico**, núm 115, mayo-junio, 2011.

DOLLFUS, Olivier. **El espacio geográfico**. España: Oikos-tau. 1982.

ESPINOSA, Verónica. 933 hectáreas... ¿para qué? **Proceso**. 2009, Septiembre, 1715.

FABRE, D. “La labor socioeducativa desde el Capital Social”. **Revista Argentina de Sociología**. Año 12, núm. 13. pp. 95-124. 2009.

FERNÁNDEZ, Gabriel. El mercado petrolero internacional. En: **Reporte No. 66. Reforma Energética**. México: CESOP. 2013.

FLORES, Nancy. Pemex: compras por 1 mil millones de dólares en fin de sexenio. **Contralínea**. 17, octubre, 2012.

FRANCO, Rolando. **Los paradigmas de la política social en América Latina**. Santiago de Chile: CEPAL. 1996.

FROMM, Erich y MACCOBY, M. **Sociopsicoanálisis del campesino mexicano**. México: Fondo de Cultura Económica. 2007.

GALARZA, Ricardo. & VAZQUEZ, Gisela. A cosechar gasolina. **Expansión**. 2009, May, vol. 40, 1015.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina**. México: Siglo XXI. 1971.

GARCÍA, S. **Del autodidactismo solidario a la autogestión: seis años después. Experiencias en comunidades del Valle del Mezquital, Hidalgo, México**. México: CREFAL. 1991.

GONZÁLEZ, José. “El sector privado y Pemex. Algunos datos sobre la normatividad aplicable al respecto”. En: **Reporte Cesop, número 66**, julio. México: Cesop. 2013.

GONZÁLEZ, José. **Refinerías en México. Retos y posturas para una revisión en el**

- ámbito legislativo.** México: Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública. 2013.
- GONZÁLEZ, José. **Reforma Energética, refinerías y opinión pública.** México: Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública. 2014.
- GONZÁLEZ, José. **Sector privado y generación de energía eléctrica.** México: Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública. 2010. P. 38.
- GRAMMONT, H. La evolución de la producción agropecuaria en el campo mexicano: concentración productiva, pobreza y pluriactividad. **Andamios**, 7(13, mayo agosto), 85-117. 2010.
- GRUNSTEIN, Miriam. Reforma petrolera: pasos y tropiezos del proceso de México. Jaime Cárdenas (Coord.). **Reforma Energética. Análisis y consecuencias.** México: UNAM. 2015.
- HARVEY, David. **Espacios del capital. Hacia una geografía crítica.** México: Akal. 2014.
- HARVEY, David. **La condición de la posmodernidad. Investigación sobre los orígenes del cambio cultural.** Buenos Aires: Amorrortu. 2004.
- HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista.** México: Fondo de Cultura Económica. 1990.
- HARVEY, David. Sobre reajustes espacio-temporales y acumulación mediante desposesión. **Revista Viento Sur**, N 447, 16/04/04. p.1-26.
- HARVEY, David. **The New Imperialism.** Oxford, New York. 2003.
- HEIDEGGER, Martín. **El ser y el tiempo.** México: Fondo de Cultura Económica. 1971.
- HIRSCH, J; KANNANKULAM, J. The Spaces of Capital: The Political Form of Capitalism and the Internationalization of the State. **Antipode**. 43, 1, 12-37, Jan. 2011.
- HIRSCH, Joachim. **El Estado Nacional de Competencia. Estado democracia y política en el capitalismo global.** México: Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco. 2001.
- HIRSCH, Joachim. **Globalización, capital y Estado.** México: UAM-X. 1996.
- HOLLOWAY, John. "Crisis, fetichismo y composición de clase". **Revista Relaciones**, núm 3. México: Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco. 1990.
- HOLLOWAY, John. La reforma del Estado: Capital global y Estado. **Perfiles Latinoamericanos**, diciembre, núm. 1, México: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. 1992.
- IBARRA, David. Crisis y reformismo en México. En: **Configuraciones**, 35. México. 2013. P. 17.
- IMCO. **Nos cambiaron el mapa. México ante la revolución energética del siglo XXI.** México: Instituto Mexicano para la Competitividad. 2013.
- INEGI. **Censo de Población y Vivienda 2010.** México: Instituto Nacional de Estadística,

Geografía e Informática. 2010.

INEGI. **Censos Agropecuarios 2007**. México: Inegi. 2007

INEGI. **Censos Económicos 1994**. México: Inegi. 1994.

INEGI. **Censos Económicos 1999**. México: Inegi. 1999.

INEGI. **Censos Económicos 2004**. México: Inegi. 2004.

INEGI. **Censos Económicos 2009**. México: Inegi. 2009.

INEGI. **Directorio de Unidades Económicas. DENUÉ**. México: Inegi. 2016.

INEGI. **Estadística de la Industria Maquiladora de Exportación (EMIME) 2006**. México: Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática. 2007.

INEGI. **Estadísticas de Hidalgo**. México: Inegi. 2010.

INEGI. **Medición de la Economía Informal 2003-2012, Base 2008**. México: Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática. 2014.

INEGI. **Módulo sobre Disponibilidad y Uso de las Tecnologías de la Información y comunicación en los Hogares**. Aguascalientes: INEGI. 2010.

KANT, Immanuel. **Crítica de la razón pura**. México: Fondo de Cultura Económica-Universidad Autónoma Metropolitana-Universidad Nacional Autónoma de México. 2009.

KAY, Cristóbal. Estrategias de vida y perspectivas del campesinado en América Latina. En: **ALASRU Análisis latinoamericano del medio rural**. Número 1. Universidad Autónoma Chapingo. 2005.

KAY, Cristóbal. Pobreza rural en América Latina: teorías y estrategias de desarrollo. En: **Revista Mexicana de Sociología**. 69, núm 1, enero-marzo. 2007. P. 69-106.

KERGOAT, Daniele. (2003). "De la relación social de sexo al sujeto sexuado". *Revista Mexicana de Sociología*, año 65, núm 4. Octubre-Diciembre.

KERRY, John. "Oil, México, and The Transboundry Agreement", A Minority Staff Report. Prepared for the use of The Committee on Foreign Relations, United States Senate, One Hundred Twelfth Congress, Second Session, Printed for the use of The Committee on Foreign Relations. Washington, D.C. December 21, 2012.

LA BLACHE, Vidal. La France. Tableau, Géographique. Paris: Librairie Hachette & C.

LACOSTE, Yves. **La geografía: um arma para la guerra**. Barcelona: Editorial Anagrama. 1977.

LAPYDA, ILan. Durkheim e a crise financeira: reflexoes sobre anomia e a relación economia e sociedade. **Plural, Revista do Programa de Pos-Graduacao em Sociología da USP**, São Paulo, v. 17, 2010, p. 35-58.

- LEFEBVRE, Henry. **La presencia y la ausência. Contribución a la teoría de las representaciones.** México: Fondo de Cultura Económica. 2006.
- LEFEBVRE, Henry. **The Production of Space.** Ney York: Blackwell Publishing.1991.
- LENCIONI, Sandra. Regiáo e geografia. A Nocáo de regiáo no pensamento geográfico. En: Ana Fani y Alessandri Carlos. **Novos caminos da geografia.** Sao Paolo: Editora Contexto. 2005.
- LÓPEZ, Liliana y RAMÍREZ, Blanca. **Pensar el espacio: región, paisaje, territorio y lugar en las ciencias sociales.** Mimeo. 2010.
- LUNA, Luis. La desvalorización de la tierra en el patrón de producción, agudizada por las reformas energética y laboral de Enrique Peña Nieto. **Estudios Socioterritoriales. Revista de Geografía.** Núm 16, vol. 1, jul-dic 2014, pp. 47-80. 2014.
- MAIER, Elizabeth. (2006). “Tránsitos territoriales e identidad de las mujeres indígenas migrantes”. *Papeles de Población*, enero-marzo, número 47. México: UNAM.
- MARQUÉZ, Daniel. Modelos histórico-jurídicos de contratación en petróleos mexicanos. Jaime Cárdenas (Coord.). **Reforma Energética. Análisis y consecuencias.** México: UNAM. 2015.
- MARSTON, Sally. “The social construction of scale”. **Progress in Human Geography.** 24(2). Pp. 219-225. 2000.
- MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte.** Lisboa: Edições Avante. 1984.
- MARX, Karl. **El Capital. Crítica de la economía política.** México: Fondo de Cultura Económica. 1999.
- MASSEY, D. New Directions in Space. In J. Gregory (Ed.), **Social Relations and Spatial Structure.** London: McMillan. 1985
- McCRUMMEN, Stephanie. “Mexican oil workers fear Pemex proposal”, The Washigton Post, 13 de Agosto de 2013.
- MCDOWELL, L. A transformação da geografia cultural. In: GREGORY, D., MARTIN, R.( org.) **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1996.
- MEIXUEIRO, Gustavo. e BACA, Arón. **La reforma energética en la opinión pública.** México: Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública. 2013. p. 29
- MEIXUEIRO, MORENO y MARTÍNEZ. **Desarrollo regional y competitividad en México.** México: CESOP. 2012.
- MÉNDEZ, Ricardo. Crisis económica y reconfiguraciones territoriales. **Crisis económica e**



**impactos territoriales- V Jornadas de Geografía Económica AGE Univ. de Girona. 2012.**  
p. 37-73.

MONREAL, Ricardo. **Privatización del petróleo. El robo del siglo.** México: D3 Ediciones S.A. de C.V. 2014.

MOTA, Dinorath. Deja Refinería Bicentenario incertidumbre y frustración. **El Universal.** 2011. 10/01.

NAVARRO, Alejandro. **La reestructuración organizacional en Petróleos Mexicanos.** México: Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública. 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. **La voluntad de poder.** España: Biblioteca Edaf. 2006.

OCDE. **Análisis del extensionismo agrícola en México.** París: OCDE. 2011. P. 72.

PARDO, María. **Capital Social y Política Social en México.** México: El Colegio de México. 1999.

PASCUAL, Carlos. **Written Testimony of Special Envoy and Cordinator for International Energy Affairs,** Subcommittee on the Western Hemisphere United States House of Representatives, Energy and the Western Hemisphere, April 11, 2013.

PECK, Jamie. Economías políticas de escala: políticas rápidas, relaciones interescales y workfare neoliberal. En: Ramiro FERNÁNDEZ y Carlos Brandao (Coord.). **Escalas y políticas del desarrollo regional.** Argentina: Miño y Davila-Universidad de Litoral. 2010.

PEDRERO, Mercedes. “Las condiciones de trabajo en los años noventa en México. Las mujeres y los hombres: ¿ganaron o perdieron?” **Revista Mexicana de Sociología,** año 65, núm. 4. Octubre-Diciembre. p. 733-761. 2003.

PEMEX. **Diagnóstico Municipal. Atitalaquia.** México: PEMEX. 2015.

PÉREZ, Ana. “Refinería Bicentenario: 9 mil millones de pesos tirados a la basura”. En: **Proceso.** 14/03/2015.

PROCESAM-COLMEX-REAP. **Encuesta Nacional a Hogares Rurales de México.** México: PROCESAM-Colegio de México y REAP. 2002.

Quilaqueo, Gustavo. **¿Campesinos sin agricultura? Las estrategias de los campesinos de Acámbaro, Guanajuato. Entre el maíz y los dólares.** Maestría en Ciencias en Desarrollo Rural Regional. México: Universidad Autónoma Chapingo. P. 180. 2005.

RAMÍREZ, César. **Globalización, neoliberalismos y estrategias de los actores regionales en la agricultura mexicana (Los productores frijoleros y la globalización propuesta).** Tesis doctoral. México: Universidad Autónoma Metropolitana. 1997.

- RAMÍREZ, Gabriel. Infraestructura de hidrocarburos en la ciudad de México, 1970-2008. En: Garza, G. **Valor de los medios de producción socializados en la Ciudad de México**. México: El Colegio de México. 2014.
- RAMÍREZ, José. Gana Guanajuato batalla por refinería. **El Sol de Irapuato**. 2009. 31/07.
- RASCÓN, Fernando. et al. **Tipología de productores de México**. México: CEDRSSA. 2006.
- ROBLES, Héctor. **El sector rural en el siglo XXI. Un mundo de realidades y posibilidades**. México: Centro de Estudios para el Desarrollo Rural Sustentable y la Soberanía Alimentaria. 2007.
- RODRÍGUEZ, Victor. Los riesgos de los contratos de riesgo. Jaime Cárdenas (Coord.). **Reforma Energética. Análisis y consecuencias**. México: UNAM. 2015.
- ROUSSEAU, Isabel. Pemex y la política petrolera: los retos hacia el futuro. En: Méndez, J. **Los grandes problemas de México. Políticas Públicas**. México: El Colegio de México. 2012.
- RUBIO, Blanca. **Explotado y excluidos. Los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal**. México: Universidad Autónoma Chapingo-Cetros Regionales y Plaza y Valdés. 2003.
- SÁNCHEZ, María. et al. La inversión privada en el sector eléctrico en México: marco institucional y estructura territorial. En: **Investigaciones geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía de la UNAM, núm. 54, México: UNAM. 2004. p. 82.
- SANTOS, Milton. **La naturaleza del espacio: técnica y tiempo**. Razón y emoción. Barcelona: Ariel. 2000.
- SAXE-FERNÁNDEZ, John. Flexibilización constitucional y reingreso a México de las petroleras nacionalizadas por Lázaro Cárdenas. Jaime Cárdenas (Coord.). **Reforma Energética. Análisis y consecuencias**. México: UNAM. 2015.
- SAXE-FERNÁNDEZ, John. **La compraventa de México. Una interpretación histórica y estratégica de las relaciones México-Estados Unidos**. México: UNAM y Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades. 2015.
- SENNETT, Richard. **Cuerpo y piedra. El cuerpo y la ciudad en la civilización occidental**. Madrid: Alianza Editorial. 1997.
- SHEINBAUM, Claudia. La Reforma Energética en el contexto internacional. Jaime Cárdenas (Coord.). **Reforma Energética. Análisis y consecuencias**. México: UNAM. 2015.
- SMITH, Neil. "Homeless/global: Scaling places". En: Bird, J.; Curtis, B.; Putnam, T.; Robertson, G. y Tickner, L. (eds). **Mapping the futures-Local cultures, global change**. Londres: Routledge. 1993.

- SMITH, Neil. The Future is Radically Open. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*. 14, 3, 954-964, Sept. 2015.
- SNOECK, M. **La industria de refinación en México, 1970-1985**. México: El Colegio de México. 1989.
- SOTO, Orquídea. El espejismo de la refinería. *Expansión*. 2010. Sep, Vol. 41, Núm. 1048.
- STAVENHAGEN, R. **Informe final del estudio socioantropológico de la refinería de Tula. México**. México: Pemex. 1973.
- SWYNGEDOUW, Eric. "Excluding the other: The contested production of a new 'Gestalt of Scale', and the politics of marginalization" En Lee, R. y Wills, J. (eds). **Geographies of Economies**. Londres: Edward Arnold. Pp. 167-177. 1997.
- SWYNGEDOUW, Eric. "Scaled Geographies: Nature, Place and Politics of Scale" en Sheppard, E. y McMaster, R (eds.) **Scale & Geographic Inquiry: Nature, Society and Method**. Londres: Blackwell. Pp. 129-152. 2003.
- TAUSSIG, Michael. (1993). *El diablo y el fetichismo de la mercancía en Sudamérica*. México: Nueva Imagen.
- TAUSSIG, Michael. (2015). *La magia del Estado*. México: Siglo XXI.
- TOLEDO, Victor. *Ecocidio en México. La batalla final es por la vida*. México: Grijalbo. 2015.
- TOURAINÉ, Alain. **Los movimientos sociales. ¿Podremos vivir juntos? Iguales y diferentes**. México: Fondo de Cultura Económica. 1997.
- VALENZUELA, J. **Crítica del modelo neoliberal. El FMI y el cambio estructural**. México: UNAM. 1992.
- VALENZUELA, José. **¿Qué es un patrón de acumulación?** México: UNAM-Facultad de Economía. 1990.
- VELTZ, Pierre. **Mundialización, ciudades y territorios**. Barcelona: Ariel. 1999.
- WEBER, Max. **Economía y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica. 2004.
- WERLEN, Benno. **Society, action, and space**. Londres: Routledge. 1993.
- WIONCZEK, M. Algunas reflexiones sobre la futura política petrolera de México. En: **Desarrollo económico**, 23 (89 abril-junio). 59-78. 1983.
- ZAPATA, Emma y SUÁREZ-Blaca. "Migración: reasignación de roles en espacios locales y transnacionales". *Ra Ximhai*, enero-abril, 8(1). Sinaloa: Universidad Autónoma de México Mochicahui, El Fuerte. p. 45-63.
- ZEMELMAN, Hugo. **Problemas antropológicos y utópicos del conocimiento**. México: Colegio de México y Centro de Estudios Sociológicos. 1997.

## **ANEXOS**

## A.1 - Resposta ao pedido de informações

### COMITÉ DE INFORMACIÓN DEL INSTITUTO NACIONAL DE SALUD PÚBLICA

---SOLICITUD 1227000009811---

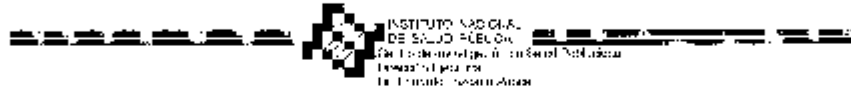
Cuernavaca, Morelos, siendo las 17:00 horas del día 19 de julio del año 2011, se reunieron los integrantes del Comité de Información los C.C. Gemma Carla Llano Tapia, Olga Sámamo Botello y Saúl Lara Díez. Visto para resolver el contenido de la solicitud 1227000009811.

#### RESULTANDO

Antecedentes: Solicitud de información número 1227000009811 captada a través del Sistema de Solicitudes INFOMEX (antes SISI) del Instituto Federal de Acceso a la Información y Protección de Datos, referente a: *Solicitud de evaluación de impactos a la salud que realizaron con respecto a la implementación de la reforma Bicentenario en Toluca, Hidalgo.*

La Unidad de Enlace solicitó al Presidente de la Comisión de Investigación (por la naturaleza de sus atribuciones) realizar la búsqueda de la información e informar al respecto.

El Presidente de la Comisión de Investigación respondió con oficio CISP/SUB/0049/2011 de fecha 8 de julio del 2011 en el que informa que:



CISP/SUB/0049/2011  
Julio 08, del 2011

#### Unidad de Enlace y Comité de Información del INSP

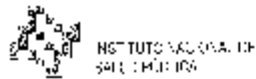
En atención a la solicitud de información número 1227000009811, del Sistema de Solicitudes INFOMEX (antes SISI), del Instituto Federal de Acceso a la Información Pública Gubernamental en la que solicitan información sobre la *evaluación de impacto a la salud que realizaron con respecto a la implementación de la reforma Bicentenario en Toluca, Hidalgo.*

Me permite informar a usted en cumplimiento a la Ley Federal de Transparencia, que hemos realizado una búsqueda exhaustiva en nuestros registros y no existe dicha información, en virtud de lo haber realizado el primer estudio que reveló lo solicitado; motivo por el que solicito hacer del conocimiento del interesado (a) la inexistencia de dicha información, así como solicito la ratificación a ese Comité de Información de lo anteriormente expuesto.

Sin otro particular, quedo a sus órdenes para cualquier aclaración al respecto. Datos falsos se declaran verídicos.

Dr. Eduardo Lozano Pardo  
Presidente de la Comisión de Investigación INSP

C.c.p.: M. J. Saúl Lara Díez.- Primer Contacto, Unidad de Enlace INSP.  
Gustavo Ávila García.- Titular de la CIC, Unidad de Enlace INSP.



INSTITUTO NACIONAL DE  
ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA

ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA

Teléfono: +52 (01) 55 3628 3000  
Tel. Ciudad: +52 (077) 1 137 00  
www.inegi.org.mx

"2011, Año del Turismo en México"

Guernavaca, Mor. 12 de julio, 2011  
CIEE/0221/2011

8

**Unidad de Enlace y Comité de Información INSP  
Presente**

En atención a la solicitud de información número 122700000881, captada a través del Sistema de Solicitudes INFOMEX del Instituto Federal de Acceso a la Información Pública Gubernamental, y en cumplimiento a los artículos 40, 43, 44 de la Ley Federal de Transparencia y Acceso a la Información Pública Gubernamental; informo que se realizó una búsqueda en los archivos del Centro de Investigación en Evaluación y Encuestas a mi cargo, de la que resultó que no se cuenta con la evaluación de impacto a la salud que realizaron con respecto a la implantación de la refinería Bicentenario en Tula, Hidalgo, por lo que solicito al Comité de Información del INSP declarar la inexistencia de la información solicitada.

Bajo protesta de decir verdad,

Gustavo Ángeles Tagliaterra  
Director General Adjunto  
Centro de Investigación en Evaluación y Encuestas

L. Pablo J. - Pablo Gutiérrez me lo entregó en su momento en el art. 70 y 91 de Estado Constituido INSP y de acuerdo al art. 60 del C.U.I.F. 2011, contacto: 55662311 que lo acompaña a plena satisfacción.





INSTITUTO NACIONAL  
DE SALUD PÚBLICA  
Centro de Investigación en Salud Poblacional  
Dirección Ejecutiva  
Dr. Eduardo Lazcano Ponce

CISP/SUB/0049/2011  
Julio 08, del 2011

**Unidad de Enlace y  
Comité de Información del INSP**

En atención a la solicitud de información número 1227000009811, del Sistema de Solicitudes INFOMEX (antes SISI), del Instituto Federal de Acceso a la Información Pública Gubernamental en la que solicitan información *sobre la evaluación de impacto a la salud que realizaron con respecto a la implantación de la refinería Bicentenario en Tula, Hidalgo.*

Me permito informar a usted en cumplimiento a la Ley Federal de Transparencia, que hemos realizado una búsqueda exhaustiva en nuestros registros y no existe dicha información, en virtud de no haber realizado algún estudio que revele lo solicitado; motivo por el que solicito hacer del conocimiento del interesado (a) la inexistencia de dicha información, así como solicito la ratificación a ese Comité de Información de lo anteriormente expuesto.

Sin otro particular, quedo a sus órdenes para cualquier aclaración al respecto.  
Bajo protesta de decir verdad,

Dr. Eduardo Lazcano Ponce  
Presidente de la Comisión de Investigación INSP

c.c.p.- M.T.I. Saúl Lara Díaz.- Primer Contacto, Unidad de Enlace INSP.  
Gustavo Ávila García.- Titular de la OIC. Unidad de Enlace INSP.

## A.2 - Artigos publicados em revistas indexadas

ESTUDIOS SOCIOTERRITORIALES. Revista de Geografía. N° 16, vol. 1, Jul-dic 2014, pág. 47-80

### La desvalorización de la tierra en el patrón de producción, agudizada por las reformas energética y laboral de Enrique Peña Nieto (2012-2018)

Luna Gómez, Luis Alberto<sup>1</sup>

#### Resumen

Con el fin de superar las contradicciones ocurridas en el modelo de producción anterior al actual, el Estado mexicano ha venido accionando dos medidas: la desvalorización del suelo rural con todo y sus recursos; y, la promoción de mayor productividad por parte de la fuerza de trabajo, fuera del sector de agricultura de México, a través del ejército de reserva laboral expulsado del campo. Ambas acciones planteadas en las reformas del año 2013 de la constitución, por el presidente Enrique Peña Nieto. Concluyendo que las reformas entran en el periodo de consolidación definitiva y de prácticas de no retorno del patrón secundario exportador en su variante degenerativa. El objetivo de la investigación es analizar el territorio como la zonificación de relaciones sociales, que son las mismas desde donde el poder se ejerce, para ello se hizo una revisión de textos que abordan el territorio, se extrajo información de bancos de datos, como el Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática (INEGI), para tener la visión empírica, y fue a través de la genealogía que se le da orden y sistematicidad a la presente investigación, ya que nos permite entender la procedencia de la desvalorización de la tierra, como un fenómeno que surge de las contradicciones sociales.

**Palabras clave:** Patrón de producción; Desvalorización de la tierra; Reforma laboral y energética de México

<sup>1</sup> Técnico Académico de la Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Cuajimalpa. Doctorante en la Universidad Estadual Paulista de Brasil. Dirección: Boleo 57, int. 204, Col. Nicolás Bravo, Del. Venustiano Carranza. CP. 15220. México. [lunazu\\_l\\_uam@yahoo.com.mx](mailto:lunazu_l_uam@yahoo.com.mx)





Ministério da Educação – Brasil  
 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM  
 Minas Gerais – Brasil  
 Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas  
 Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM  
 ISSN: 2238-6424  
 QUALIS/CAPES – LATINDEX  
 Nº. 06 – Ano III – 10/2014  
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

### **La estrategia de posicionamiento del estado nacional de competencia: una visión de la condición rural en México**

Luis Alberto Luna Gómez

Académico Titular "D" de la Universidad Autónoma Metropolitana – México  
 Maestría en Ciencias en Desarrollo Rural Regional por la Universidad Autónoma  
 Chapingo – México

Doutorando em Geografia na Universidade Estadual Paulista – UNESP - Brasil

<http://lattes.cnpq.br/0066231039240143>

E-mail: [luna@correo.cua.uam.mx](mailto:luna@correo.cua.uam.mx)

**Resumen:** El presente artículo es resultado de una investigación iniciada en el año 2005 en torno a la ruralidad en México. En la cual se da cuenta de la condición presente de la ruralidad, misma que ha tenido mudanzas ocasionadas por la transformación del Estado y la situación actual del capitalismo que coloca a México como un lugar idóneo para la explotación de sus climas, paisajes, litorales y fuerza de trabajo, para lo cual se tuvo que reformar la Constitución Mexicana en temas como: el trabajo, la energía, telecomunicaciones y educación que hacen más atractivo al país frente a los capitales extranjeros.

**Palabras clave:** Estado, ruralidad, reformas.



**e-l@tina**

Revista electrónica de estudios latinoamericanos

<http://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/elatina>

**e-l@tina** es una publicación del  
 Grupo de Estudios de Sociología Histórica de América Latina (GESHAL)  
<http://geshal.sociales.uba.ar/>  
 con sede en el  
 Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe (IEALC)  
<http://iealc.sociales.uba.ar/>  
 Facultad de Ciencias Sociales  
 Universidad de Buenos Aires

**ESCALAS Y DETERMINACIONES EN LA REFORMA A LA PROPIEDAD DE LOS  
 ENERGÉTICOS: MÉXICO**

Luis Alberto Luna Gómez

Académico del Departamento de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma Metropolitana,  
 Unidad Cuajimalpa, México. Correo: [luna@correo.cua.uam.mx](mailto:luna@correo.cua.uam.mx)

Recibido con pedido de publicación: 6 de julio de 2015.

Aceptado para publicación: 14 de febrero de 2016.

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/11618>

Representação da Refinaria Bicentenário...

## REPRESENTAÇÃO DA REFINARIA BICENTENÁRIO: HIDALGO, MÉXICO

Luis Alberto Luna Gómez<sup>1</sup>

**Resumo:** A pesquisa centrou-se na análise do projeto da refinaria Bicentenário. Competindo os estados mexicanos de Guanajuato e Hidalgo. Os governos locais compraram terras agrícolas aos camponeses, entre 700 e 900 hectares, respectivamente. Formulou-se no segundo estado, dentro da região Atitalaquia-Tula. Sobre a base de desmontar a agricultura, o governo de cada estado comprou as parcelas para os produtores agrícolas, adquirindo uma dívida para com os bancos, posteriormente, contratou mais de uma imobiliária para fazer ajustes no terreno e levantar uma barreira de borda, com um investimento de cerca de US \$11,610,000,000. A metodologia centra-se em demonstrar que a representação espacial tornou-se empiricamente na valorização do capital financeiro imobiliário e de desvalorização da terra. Em ambos estados, a representação desvalorizou o território e valorizou a especulação das imobiliárias nacionais e estrangeiras que se associaram com o Estado, para ofertar os recursos naturais e a força de trabalho.

**Palavras-chave:** Representação; Refinaria Bicentenário; Produção do Espaço; Região Atitalaquia-Tula; Hidalgo; Estado.

### REPRESENTATION OF THE REFINERY BICENTENNIAL IN HIDALGO, MEXICO

**Abstract:** The research focused on the analysis of the project of the refinery Bicentennial. Competing against two Mexican states, Hidalgo and Guanajuato. Both local governments bought agricultural land to the peasants, between 700 and 900 hectares, respectively. Was formulated in the second state, within the Atitalaquia-Tula region. On the basis of dismantling the agriculture, the government of each state bought the land to agricultural producers, acquiring debt with the banks, and then was hired more than a real estate to make adjustments in the field and erect a fence perimeter with an investment of approximately \$11,610,000,000 USD. The methodology focuses on demonstrating that the spatial representation became empirically in valuation of financial capital real estate and devaluation of the land. In both states the representation debased the territory and returned the speculation of the real estate national and foreign, which were associated with the State, to offer the natural resources and the labor force.

**Keywords:** Representation; Refinery Bicentennial; Production of Space; Atitalaquia-Tula Region; State.

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidad Autónoma Metropolitana, Unidade Cuajimalpa (México). luna@correo.cua.uam.mx.  
*Estudos Geográficos*, Rio Claro, 14(1): 62-78, jan./jun. 2016 (ISSN 1678-698X)  
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

---

## A Refinaria Bicentenario no estado de Hidalgo, México: espaço representado e desvalorizado

*The Refinery Bicentenario in Hidalgo, Mexico: a space represented and devalued*

Luis Alberto Luna Gómez<sup>1</sup>

Recebido em: 20/08/2016 Aceito em: 22/12/2016

---

**RESUMO:** A investigação centrou-se na análise do projeto da refinaria Bicentenario, competindo os estados de Guanajuato e Hidalgo, México. Ambos os governos locais compraram terras agrícolas aos camponeses, entre 700 e 900 hectares, respectivamente, e se apresentou no segundo estado, dentro da região Atitalaquia-Tula-Hidalgo. Sobre a base de desmontar a agricultura, o governo de cada estado comprou as parcelas dos produtores agrícolas, adquirindo uma dívida com os bancos. Posteriormente, contrataram-se imobiliárias para fazerem ajustes no terreno e levantar uma barreira, com um investimento de cerca de US\$11.610.000.000. A metodologia centra-se em demonstrar que a representação espacial tornou-se empiricamente a valorização do capital financeiro imobiliário e a desvalorização da terra. Em ambos estados a representação desvalorizou o território e valorizou a especulação das imobiliárias nacionais e estrangeiras que se associaram com o Estado para ofertar os recursos naturais e a força de trabalho. A análise do fenômeno foi feita com as categorias da geografia crítica, que vão do geral para o particular, sem excluir outros autores que abordam de maneira científica o tema das representações. Realizaram-se bancos de dados com informações econômicas da região, além de um acompanhamento da imprensa com relação aos eventos em torno da refinaria Bicentenario, e também visitas de campo e entrevistas com os atores envolvidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representação, Refinaria Bicentenario, Produção do Espaço, Região Atitalaquia-Tula-Hidalgo, Estado.

**ABSTRACT:** *The research focused on the analysis of the project of the refinery Bicentenario, competing against two Mexican states, Hidalgo and Guanajuato. Both local governments bought agricultural land to the peasants, between 700 and 900 hectares, respectively. Was formulated in the second state, within the region of Atitalaquia-Tula, on the basis of dismantling the agriculture, the government of each state bought the land to agricultural producers, acquiring debt with the banks, and then was hired more than a real estate to make adjustments in the field and erect a fence perimeter with an investment of approximately \$11,610,000,000 USD. The methodology focuses on demonstrating that the spatial representation became empirically in valuation of financial capital real estate and devaluation of the land. In both states the representation debased the territory and returned the speculation of the real estate national and foreign, who were associated with the State, to offer the natural resources and the labor force. The analysis of the phenomenon was conducted with the categories of geocriticism, ranging from the general to the particular, without excluding other authors that are dealt with in a scientific manner the subject of the representations. Were made data banks with the economic information of the region, in addition to having a follow-up of journals with the events surrounding the refinery Bicentenario, also, field visits were carried out and interviews with the actors that are directly involved in the act.*

**KEY WORDS:** *Representation, Refinery Bicentenario, Production of Space, Atitalaquia-Tula region, State.*

---



Edição  
Nº 18 ABR/2016

## História de uma região para o refinação: Atitalaquia-Tula, México

### HISTORY OF A REGION FOR REFINING: ATITALAQUIA-TULA, MEXICO

*Luis Alberto Luna Gómez*  
*Doutorando (UNESP)*  
*e-mail:*

**Resumo:** A situação de crescimento econômico do México em particular cria a necessidade de Petróleos Mexicanos (Pemex) para expandir sua capacidade de produção de energia, dada a forte demanda doméstica, levanta a necessidade de uma nova refinaria para atender às necessidades do país, principalmente na região Metropolitana da Cidade do México que cresce em ritmo acelerado e tem o maior consumo, promovendo, o novo projeto da refinaria Bicentenario, que não se concretizou.

**Palavras-chave:** projeto da refinaria Bicentenario, nacionalização do petróleo, refinaria Miguel Hidalgo, produção do espaço, Petróleos Mexicanos (Pemex).

**Abstract:** The situation of mexican economic growth in particular creates the need for Petróleos Mexicanos (Pemex) to expand its power generation capacity, given the strong domestic demand, raises the need for a new refinery to meet the needs of the nation, mainly in the region Mexico City Metropolitan growing rapidly and has the highest consumption, promoting the new project of the Bicentenario refinery, that no is concretized.

**Key words:** Project of the Bicentenario refinery, oil nacionalization, Miguel Hidalgo refinery, production of space, Petróleos Mexicanos (Pemex).

#### Introdução

Historicamente, o projeto da refinaria Bicentenario refere-se à na refinaria Miguel Hidalgo em 1976. Constituída por plantas de destilação primárias e de vácuo para tratamento adicional do produto. A primeira fase do projeto envolveu duas coisas:

## A.3 - Reforma para os artigos 25, 27 e 28 da Constituição Mexicana, o ano de 2013

4/4/2016

DOF - Diario Oficial de la Federación

DOF: 20/12/2013

**DECRETO por el que se reforman y adicionan diversas disposiciones de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, en Materia de Energía.**

**Al margen un sello con el Escudo Nacional, que dice: Estados Unidos Mexicanos.- Presidencia de la República.**

**ENRIQUE PEÑA NIETO**, Presidente de los Estados Unidos Mexicanos, a sus habitantes sabed:

Que la Comisión Permanente del Honorable Congreso de la Unión, se ha servido dirigirme el siguiente

### DECRETO

"LA COMISIÓN PERMANENTE DEL HONORABLE CONGRESO DE LA UNIÓN, EN USO DE LA FACULTAD QUE LE CONFIERE EL ARTÍCULO 135 CONSTITUCIONAL Y PREVIA LA APROBACIÓN DE LAS CÁMARAS DE DIPUTADOS Y DE SENADORES DEL CONGRESO GENERAL DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS, ASÍ COMO LA MAYORÍA DE LAS LEGISLATURAS DE LOS ESTADOS, DECLARA REFORMADAS Y ADICIONADAS DIVERSAS DISPOSICIONES DE LA CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS, EN MATERIA DE ENERGÍA

**Artículo Único.-** Se reforman los párrafos cuarto, sexto y octavo del artículo 25; el párrafo sexto del artículo 27; los párrafos cuarto y sexto del artículo 28; y se adicionan un párrafo séptimo, recorriéndose los subsecuentes en su orden, al artículo 27; un párrafo octavo, recorriéndose los subsecuentes en su orden, al artículo 28 de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, para quedar como sigue:

#### Artículo 25. ...

...

...

El sector público tendrá a su cargo, de manera exclusiva, las áreas estratégicas que se señalan en el artículo 28, párrafo cuarto de la Constitución, manteniendo siempre el Gobierno Federal la propiedad y el control sobre los organismos y empresas productivas del Estado que en su caso se establezcan. Tratándose de la planeación y el control del sistema eléctrico nacional, y del servicio público de transmisión y distribución de energía eléctrica, así como de la exploración y extracción de petróleo y demás hidrocarburos, la Nación llevará a cabo dichas actividades en términos de lo dispuesto por los párrafos sexto y séptimo del artículo 27 de esta Constitución. En las actividades citadas la ley establecerá las normas relativas a la administración, organización, funcionamiento, procedimientos de contratación y demás actos jurídicos que celebren las empresas productivas del Estado, así como el régimen de remuneraciones de su personal, para garantizar su eficacia, eficiencia, honestidad, productividad, transparencia y rendición de cuentas, con base en las mejores prácticas, y determinará las demás actividades que podrán realizar.

...

Bajo criterios de equidad social, productividad y sustentabilidad se apoyará e impulsará a las empresas de los sectores social y privado de la economía, sujetándolos a las modalidades que dicte el interés público y al uso, en beneficio general, de los recursos productivos, cuidando su conservación y el medio ambiente.

...

La ley alentará y protegerá la actividad económica que realicen los particulares y proveerá las condiciones para que el desenvolvimiento del sector privado contribuya al desarrollo económico nacional, promoviendo la competitividad e implementando una política nacional para el desarrollo industrial sustentable que incluya vertientes sectoriales y regionales, en los términos que establece esta Constitución.

#### Artículo 27. ...

...

...

...

...

En los casos a que se refieren los dos párrafos anteriores, el dominio de la Nación es inalienable e imprescriptible y la explotación, el uso o el aprovechamiento de los recursos de que se trata, por los particulares o por sociedades constituidas conforme a las leyes mexicanas, no podrá realizarse sino mediante concesiones, otorgadas por el Ejecutivo Federal, de acuerdo con las reglas y condiciones que establezcan las leyes, salvo en radiodifusión y telecomunicaciones, que serán otorgadas por el Instituto Federal de Telecomunicaciones. Las normas legales relativas a obras o trabajos de explotación de los minerales y substancias a que se refiere el párrafo cuarto, regularán la ejecución y comprobación de los que se efectúen o deban efectuarse a partir de su vigencia, independientemente de la fecha de otorgamiento de las concesiones, y su inobservancia dará lugar a la cancelación de éstas. El Gobierno Federal tiene la facultad de establecer reservas nacionales y suprimirlas. Las declaratorias correspondientes se harán por el Ejecutivo en los casos y condiciones que las leyes prevean. Tratándose de minerales radiactivos no se otorgarán concesiones. Corresponde exclusivamente a la Nación la planeación y el control del sistema eléctrico nacional, así como el servicio público de transmisión y distribución de energía eléctrica; en estas actividades no se otorgarán concesiones, sin perjuicio de que el Estado pueda celebrar contratos con particulares en los términos que establezcan las leyes, mismas que determinarán la forma en que los particulares podrán participar en las demás actividades de la industria eléctrica.

Tratándose del petróleo y de los hidrocarburos sólidos, líquidos o gaseosos, en el subsuelo, la propiedad de la Nación es inalienable e imprescriptible y no se otorgarán concesiones. Con el propósito de obtener ingresos para el Estado que contribuyan al desarrollo de largo plazo de la Nación, ésta llevará a cabo las actividades de exploración y extracción del petróleo y demás hidrocarburos mediante asignaciones a empresas productivas del Estado o a través de contratos con éstas o

4/4/2016

DOF - Diario Oficial de la Federación

con particulares, en los términos de la Ley Reglamentaria. Para cumplir con el objeto de dichas asignaciones o contratos las empresas productivas del Estado podrán contratar con particulares. En cualquier caso, los hidrocarburos en el subsuelo son propiedad de la Nación y así deberá afirmarse en las asignaciones o contratos.

...  
...  
...

**Artículo 28. ...**

...  
...

No constituirán monopolios las funciones que el Estado ejerza de manera exclusiva en las siguientes áreas estratégicas: correos, telégrafos y radiotelegrafía; minerales radiactivos y generación de energía nuclear; la planeación y el control del sistema eléctrico nacional, así como el servicio público de transmisión y distribución de energía eléctrica, y la exploración y extracción del petróleo y de los demás hidrocarburos, en los términos de los párrafos sexto y séptimo del artículo 27 de esta Constitución, respectivamente; así como las actividades que expresamente señalen las leyes que expida el Congreso de la Unión. La comunicación vía satélite y los ferrocarriles son áreas prioritarias para el desarrollo nacional en los términos del artículo 25 de esta Constitución; el Estado al ejercer en ellas su rectoría, protegerá la seguridad y la soberanía de la Nación, y al otorgar concesiones o permisos mantendrá o establecerá el dominio de las respectivas vías de comunicación de acuerdo con las leyes de la materia.

...

El Estado tendrá un banco central que será autónomo en el ejercicio de sus funciones y en su administración. Su objetivo prioritario será procurar la estabilidad del poder adquisitivo de la moneda nacional, fortaleciendo con ello la rectoría del desarrollo nacional que corresponde al Estado. Ninguna autoridad podrá ordenar al banco conceder financiamiento. El Estado contará con un fideicomiso público denominado Fondo Mexicano del Petróleo para la Estabilización y el Desarrollo, cuya Institución Fiduciaria será el banco central y tendrá por objeto, en los términos que establezca la ley, recibir, administrar y distribuir los ingresos derivados de las asignaciones y contratos a que se refiere el párrafo séptimo del artículo 27 de esta Constitución, con excepción de los impuestos.

...

El Poder Ejecutivo contará con los órganos reguladores coordinados en materia energética, denominados Comisión Nacional de Hidrocarburos y Comisión Reguladora de Energía, en los términos que determine la ley.

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

**Transitorios**

**Primero.** El presente Decreto entrará en vigor al día siguiente de su publicación en el Diario Oficial de la Federación.

**Segundo.** Los derechos laborales de los trabajadores que presten sus servicios en los organismos, las dependencias y entidades de la Administración Pública Federal dedicadas a las actividades que comprende el presente Decreto se respetarán

4/4/2016

DOF - Diario Oficial de la Federación

en todo momento de conformidad con la ley.

**Tercero.** La ley establecerá la forma y plazos, los cuales no podrán exceder dos años a partir de la publicación de este Decreto, para que los organismos descentralizados denominados Petróleos Mexicanos y Comisión Federal de Electricidad se conviertan en empresas productivas del Estado. En tanto se lleva a cabo esta transición, Petróleos Mexicanos y sus organismos subsidiarios quedan facultados para recibir asignaciones y celebrar los contratos a que se refiere el párrafo séptimo del artículo 27 que se reforma por este Decreto. Asimismo, la Comisión Federal de Electricidad podrá suscribir los contratos a que se refiere el párrafo sexto del artículo 27 que se reforma por virtud de este Decreto.

**Cuarto.** Dentro de los ciento veinte días naturales siguientes a la entrada en vigor del presente Decreto, el Congreso de la Unión realizará las adecuaciones que resulten necesarias al marco jurídico, a fin de hacer efectivas las disposiciones del presente Decreto, entre ellas, regular las modalidades de contratación, que deberán ser, entre otras: de servicios, de utilidad o producción compartida, o de licencia, para llevar a cabo, por cuenta de la Nación, las actividades de exploración y extracción del petróleo y de los hidrocarburos sólidos, líquidos o gaseosos, incluyendo las que puedan realizar las empresas productivas del Estado con particulares, en términos de lo dispuesto por el artículo 27 de esta Constitución. En cada caso, el Estado definirá el modelo contractual que mejor convenga para maximizar los ingresos de la Nación.

La ley establecerá las modalidades de las contraprestaciones que pagará el Estado a sus empresas productivas o a los particulares por virtud de las actividades de exploración y extracción del petróleo y de los demás hidrocarburos que hagan por cuenta de la Nación. Entre otras modalidades de contraprestaciones, deberán regularse las siguientes: I) en efectivo, para los contratos de servicios; II) con un porcentaje de la utilidad, para los contratos de utilidad compartida; III) con un porcentaje de la producción obtenida, para los contratos de producción compartida; IV) con la transmisión onerosa de los hidrocarburos una vez que hayan sido extraídos del subsuelo, para los contratos de licencia, o V) cualquier combinación de las anteriores. La Nación escogerá la modalidad de contraprestación atendiendo siempre a maximizar los ingresos para lograr el mayor beneficio para el desarrollo de largo plazo. Asimismo, la ley establecerá las contraprestaciones y contribuciones a cargo de las empresas productivas del Estado o los particulares y regulará los casos en que se les impondrá el pago a favor de la Nación por los productos extraídos que se les transfieran.

**Quinto.** Las empresas productivas del Estado que cuenten con una asignación o suscriban un contrato para realizar actividades de exploración y extracción de petróleo y demás hidrocarburos sólidos, líquidos o gaseosos, así como los particulares que suscriban un contrato con el Estado o alguna de sus empresas productivas del Estado, para el mismo fin, conforme a lo establecido en el presente Decreto, podrán reportar para efectos contables y financieros la asignación o contrato correspondiente y sus beneficios esperados, siempre y cuando se afirme en las asignaciones o contratos que el petróleo y todos los hidrocarburos sólidos, líquidos o gaseosos, que se encuentren en el subsuelo, son propiedad de la Nación.

Lo dispuesto en el párrafo anterior será aplicable a Petróleos Mexicanos y sus organismos subsidiarios durante el periodo de transición a que se refiere el transitorio tercero del presente Decreto.

**Sexto.** La Secretaría del ramo en materia de Energía, con la asistencia técnica de la Comisión Nacional de Hidrocarburos, será la encargada de adjudicar a Petróleos Mexicanos las asignaciones a que se refiere el párrafo séptimo del artículo 27 de esta Constitución.

El organismo deberá someter a consideración de la Secretaría del ramo en materia de Energía la adjudicación de las áreas en exploración y los campos que estén en producción, que esté en capacidad de operar, a través de asignaciones. Para lo anterior, deberá acreditar que cuenta con las capacidades técnicas, financieras y de ejecución necesarias para explorar y extraer los hidrocarburos de forma eficiente y competitiva. La solicitud se deberá presentar dentro de los noventa días naturales siguientes a la entrada en vigor del presente Decreto.

La Secretaría del ramo en materia de Energía revisará la solicitud, con la asistencia técnica de la Comisión Nacional de Hidrocarburos, y emitirá la resolución correspondiente dentro del plazo de ciento ochenta días naturales posteriores a la fecha de la solicitud de Petróleos Mexicanos, estableciendo en la misma la superficie, profundidad y vigencia de las asignaciones procedentes. Lo anterior tomando en cuenta, entre otros, los siguientes aspectos:

- a) Para asignaciones de exploración de hidrocarburos: en las áreas en las que, a la fecha de entrada en vigor del presente Decreto, Petróleos Mexicanos haya realizado descubrimientos comerciales o inversiones en exploración, será posible que, con base en su capacidad de inversión y sujeto a un plan claramente establecido de exploración de cada área asignada, continúe con los trabajos en un plazo de tres años, prorrogables por un período máximo de dos años en función de las características técnicas del campo de que se trate y del cumplimiento de dicho plan de exploración, y en caso de éxito, que continúe con las actividades de extracción. De no cumplirse con el plan de exploración, el área en cuestión deberá revertirse al Estado.
- b) Para asignaciones de extracción de hidrocarburos: Petróleos Mexicanos mantendrá sus derechos en cada uno de los campos que se encuentren en producción a la fecha de entrada en vigor del presente Decreto. Deberá presentar un plan de desarrollo de dichos campos que incluya descripciones de los trabajos e inversiones a realizar, justificando su adecuado aprovechamiento y una producción eficiente y competitiva.

Para la determinación de las características establecidas en cada asignación de extracción de hidrocarburos se considerará la coexistencia de distintos campos en un área determinada. Con base en lo anterior, se podrá establecer la profundidad específica para cada asignación, de forma que las actividades extractivas puedan ser realizadas, por separado, en aquellos campos que se ubiquen en una misma área pero a diferente profundidad, con el fin de maximizar el desarrollo de recursos prospectivos en beneficio de la Nación.

En caso de que, como resultado del proceso de adjudicación de asignaciones para llevar a cabo las actividades de exploración y extracción del petróleo y de los hidrocarburos sólidos, líquidos o gaseosos a que hace mención este transitorio, se llegaran a afectar inversiones de Petróleos Mexicanos, éstas serán reconocidas en su justo valor económico en los términos que para tal efecto disponga la Secretaría del ramo en materia de Energía. El Estado podrá determinar una contraprestación al realizar una asignación. Las asignaciones no podrán ser transferidas sin aprobación de la Secretaría del ramo en materia de Energía.



4/4/2016

DOF - Diario Oficial de la Federación

Petróleos Mexicanos podrá proponer a la Secretaría del ramo en materia de Energía, para su autorización, la migración de las asignaciones que se le adjudiquen a los contratos a que se refiere el artículo 27, párrafo séptimo, de esta Constitución. Para ello, la Secretaría del ramo en materia de Energía contará con la asistencia técnica de la Comisión Nacional de Hidrocarburos.

En la migración de las asignaciones a contratos, cuando Petróleos Mexicanos elija contratar con particulares, a fin de determinar al particular contratista, la Comisión Nacional de Hidrocarburos llevará a cabo la licitación en los términos que disponga la ley. La ley preverá, al menos, que la Secretaría del ramo en materia de Energía establezca los lineamientos técnicos y contractuales, y que la Secretaría del ramo en materia de Hacienda será la encargada de establecer las condiciones fiscales. En estos casos, la administración del contrato estará sujeta a las mismas autoridades y mecanismos de control que aplicarán a los contratos suscritos por el Estado.

**Séptimo.** Para promover la participación de cadenas productivas nacionales y locales, la ley establecerá, dentro del plazo previsto en el transitorio cuarto, las bases y los porcentajes mínimos del contenido nacional en la proveeduría para la ejecución de las asignaciones y contratos a que se refiere el presente Decreto.

La ley deberá establecer mecanismos para fomentar la industria nacional en las materias de este Decreto.

Las disposiciones legales sobre contenido nacional deberán ajustarse a lo dispuesto en los tratados internacionales y acuerdos comerciales suscritos por México.

**Octavo.** Derivado de su carácter estratégico, las actividades de exploración y extracción del petróleo y de los demás hidrocarburos, así como el servicio público de transmisión y distribución de energía eléctrica, a que se refiere el presente Decreto se consideran de interés social y orden público, por lo que tendrán preferencia sobre cualquier otra que implique el aprovechamiento de la superficie y del subsuelo de los terrenos afectos a aquéllas.

La ley preverá los términos y las condiciones generales de la contraprestación que se deberá cubrir por la ocupación o afectación superficial o, en su caso, la indemnización respectiva.

Los títulos de concesiones mineras que se encuentren vigentes a la entrada en vigor de este Decreto y aquellos que se otorguen con posterioridad, no conferirán derechos para la exploración y extracción del petróleo y los demás hidrocarburos sólidos, líquidos o gaseosos, sin perjuicio de los derechos previstos en sus propias concesiones. Los concesionarios deberán permitir la realización de estas actividades.

La ley preverá, cuando ello fuere técnicamente posible, mecanismos para facilitar la coexistencia de las actividades mencionadas en el presente transitorio con otras que realicen el Estado o los particulares.

**Noveno.** Dentro del plazo previsto en el transitorio cuarto del presente Decreto, el Congreso de la Unión realizará las adecuaciones al marco jurídico, a fin de establecer que los contratos y las asignaciones que el Estado suscriba con empresas productivas del Estado o con particulares para llevar a cabo, por cuenta de la Nación, las actividades de exploración y extracción del petróleo y de los hidrocarburos sólidos, líquidos o gaseosos, serán otorgados a través de mecanismos que garanticen la máxima transparencia, por lo que se preverá que las bases y reglas de los procedimientos que se instauren al efecto, serán debidamente difundidas y públicamente consultables.

Asimismo, la ley preverá y regulará:

- a) Que los contratos cuenten con cláusulas de transparencia, que posibiliten que cualquier interesado los pueda consultar;
- b) Un sistema de auditorías externas para supervisar la efectiva recuperación, en su caso, de los costos incurridos y demás contabilidad involucrada en la operación de los contratos, y
- c) La divulgación de las contraprestaciones, contribuciones y pagos previstos en los contratos.

**Décimo.** Dentro del plazo previsto en el transitorio cuarto del presente Decreto, el Congreso de la Unión realizará las adecuaciones que resulten necesarias al marco jurídico a fin de establecer, entre otras, las siguientes atribuciones de las dependencias y órganos de la Administración Pública Federal:

- a) A la Secretaría del ramo en materia de Energía: establecer, conducir y coordinar la política energética, la adjudicación de asignaciones y la selección de áreas que podrán ser objeto de los contratos a que se refiere el párrafo séptimo del artículo 27 de esta Constitución, con la asistencia técnica de la Comisión Nacional de Hidrocarburos; el diseño técnico de dichos contratos y los lineamientos técnicos que deberán observarse en el proceso de licitación; así como el otorgamiento de permisos para el tratamiento y refinación del petróleo, y procesamiento de gas natural. En materia de electricidad, establecerá los términos de estricta separación legal que se requieren para fomentar el acceso abierto y la operación eficiente del sector eléctrico y vigilará su cumplimiento.
- b) A la Comisión Nacional de Hidrocarburos: la prestación de asesoría técnica a la Secretaría del ramo en materia de Energía; la recopilación de información geológica y operativa; la autorización de servicios de reconocimiento y exploración superficial; la realización de las licitaciones, asignación de ganadores y suscripción de los contratos para las actividades de exploración y extracción de hidrocarburos sólidos, líquidos o gaseosos; la administración en materia técnica de asignaciones y contratos; la supervisión de los planes de extracción que maximicen la productividad del campo en el tiempo, y la regulación en materia de exploración y extracción de hidrocarburos.
- c) A la Comisión Reguladora de Energía: en materia de hidrocarburos, la regulación y el otorgamiento de permisos para el almacenamiento, el transporte y la distribución por ductos de petróleo, gas, petrolíferos y petroquímicos; la regulación de acceso de terceros a los ductos de transporte y al almacenamiento de hidrocarburos y sus derivados, y la regulación de las ventas de primera mano de dichos productos. En materia de electricidad, la regulación y el otorgamiento de permisos para la generación, así como las tarifas de porteo para transmisión y distribución.
- d) A la Secretaría del ramo en materia de Hacienda, entre otras, el establecimiento de las condiciones económicas de las licitaciones y de los contratos a que se refiere el presente Decreto relativas a los términos fiscales que permitan a la Nación obtener en el tiempo ingresos que contribuyan a su desarrollo de largo plazo.

La ley establecerá los actos u omisiones que den lugar a la imposición de sanciones, el procedimiento para ello, así como

las atribuciones de cada dependencia u órgano para imponerlas y ejecutarlas.

Lo anterior, sin perjuicio de las demás facultades que a dichas autoridades les otorguen las leyes, en estas materias.

La ley definirá los mecanismos para garantizar la coordinación entre los órganos reguladores en materia de energía y la Administración Pública Federal, para que, en el ámbito de sus respectivas competencias, emitan sus actos y resoluciones de conformidad con las políticas públicas del Ejecutivo Federal.

**Décimo Primero.** Dentro del plazo previsto en el transitorio cuarto del presente Decreto, el Congreso de la Unión realizará las adecuaciones al marco jurídico a fin de regular las modalidades de contratación para que los particulares, por cuenta de la Nación, lleven a cabo, entre otros, el financiamiento, instalación, mantenimiento, gestión, operación y ampliación de la infraestructura necesaria para prestar el servicio público de transmisión y distribución de energía eléctrica, en términos de lo dispuesto en este Decreto.

**Décimo Segundo.** Dentro del mismo plazo previsto en el transitorio cuarto del presente Decreto, el Congreso de la Unión realizará las adecuaciones al marco jurídico para que la Comisión Nacional de Hidrocarburos y la Comisión Reguladora de Energía, se conviertan en órganos reguladores coordinados en la materia, con personalidad jurídica propia, autonomía técnica y de gestión; asimismo, podrán disponer de los ingresos derivados de las contribuciones y aprovechamientos que la ley establezca por sus servicios en la emisión y administración de los permisos, autorizaciones, asignaciones y contratos, así como por los servicios relacionados con el Centro Nacional de Información de Hidrocarburos, que correspondan conforme a sus atribuciones, para financiar un presupuesto total que les permita cumplir con sus atribuciones. Para lo anterior, las leyes preverán, al menos:

- a) Que si al finalizar el ejercicio presupuestario, existiera saldo remanente de ingresos propios excedentes, la comisión respectiva instruirá su transferencia a un fideicomiso constituido para cada una de éstas por la Secretaría del ramo en materia de Energía, donde una institución de la banca de desarrollo operará como fiduciario.
- b) Que las comisiones respectivas instruirán al fiduciario la aplicación de los recursos de estos fideicomisos a la cobertura de gastos necesarios para cumplir con sus funciones en posteriores ejercicios respetando los principios a los que hace referencia el artículo 134 de esta Constitución y estando sujetos a la evaluación y el control de los entes fiscalizadores del Estado.
- c) En el caso de la Comisión Nacional de Hidrocarburos, se dará prioridad al desarrollo y mantenimiento del Centro Nacional de Información de Hidrocarburos, mismo que contendrá al menos la información de los estudios sísmicos, así como los núcleos de roca, obtenidos de los trabajos de exploración y extracción de hidrocarburos del país.

Los fideicomisos no podrán acumular recursos superiores al equivalente de tres veces el presupuesto anual de la Comisión de que se trate, tomando como referencia el presupuesto aprobado para el último ejercicio fiscal. En caso de que existan recursos adicionales, éstos serán transferidos a la Tesorería de la Federación.

Los fideicomisos a que hace referencia este transitorio estarán sujetos a las obligaciones en materia de transparencia conforme a la ley de la materia. Asimismo, cada Comisión deberá publicar en su sitio electrónico, por lo menos de manera trimestral, los recursos depositados en el fideicomiso respectivo, así como el uso y destino de dichos recursos y demás información que sea de interés público.

La Cámara de Diputados realizará las acciones necesarias para proveer de recursos presupuestales a las comisiones, con el fin de que éstas puedan llevar a cabo su cometido. El Presupuesto aprobado deberá cubrir los capítulos de servicios personales, materiales y suministros, así como de servicios generales, necesarios para cumplir con sus funciones.

**Décimo Tercero.** En el plazo de ciento veinte días naturales siguientes a la entrada en vigor del presente Decreto, el Congreso de la Unión realizará las adecuaciones al marco jurídico, a fin de establecer que los comisionados de la Comisión Nacional de Hidrocarburos y de la Comisión Reguladora de Energía sólo podrán ser removidos de su encargo por las causas graves que se establezcan al efecto; que podrán ser designados, nuevamente, por única ocasión para cubrir un segundo período, y que su renovación se llevará a cabo de forma escalonada, a fin de asegurar el debido ejercicio de sus atribuciones.

Los actuales comisionados concluirán los periodos para los que fueron nombrados, sujetándose a lo dispuesto en el párrafo anterior. Para nombrar a los comisionados de la Comisión Nacional de Hidrocarburos y de la Comisión Reguladora de Energía, el Presidente de la República someterá una terna a consideración del Senado, el cual, previa comparecencia de las personas propuestas, designará al comisionado que deberá cubrir la vacante. La designación se hará por el voto de las dos terceras partes de los miembros del Senado presentes, dentro del improrrogable plazo de treinta días. Si el Senado no resolviera dentro de dicho plazo, ocupará el cargo de comisionado la persona que, dentro de dicha terna, designe el Presidente de la República.

En caso de que la Cámara de Senadores rechace la totalidad de la terna propuesta, el Presidente de la República, someterá una nueva, en los términos del párrafo anterior. Si esta segunda terna fuera rechazada, ocupará el cargo la persona que dentro de dicha terna designe el Presidente de la República.

Se nombrarán dos nuevos comisionados por cada Comisión, de manera escalonada, en los términos de los dos párrafos anteriores.

**Décimo Cuarto.** El Fondo Mexicano del Petróleo para la Estabilización y el Desarrollo será un fideicomiso público en el que el Banco de México fungirá como fiduciario. La Secretaría del ramo en materia de Hacienda realizará las acciones para la constitución y funcionamiento del fideicomiso público referido, una vez que se expidan las normas a que se refiere el transitorio cuarto del presente Decreto.

El Fondo Mexicano del Petróleo para la Estabilización y el Desarrollo será el encargado de recibir todos los ingresos, con excepción de los impuestos, que correspondan al Estado Mexicano derivados de las asignaciones y contratos a que se refiere el párrafo séptimo del artículo 27 de esta Constitución. Los ingresos se administrarán y distribuirán conforme a la siguiente relación y conforme se establezca en la ley para:

1. Realizar los pagos establecidos en dichas asignaciones y contratos.

4/4/2016

DOF - Diario Oficial de la Federación

2. Realizar las transferencias a los Fondos de Estabilización de los Ingresos Petroleros y de Estabilización de los Ingresos de las Entidades Federativas. Una vez que el Fondo de Estabilización de los Ingresos Petroleros, o su equivalente, haya alcanzado su límite máximo, los recursos asignados al Fondo se destinarán al ahorro de largo plazo mencionado en el numeral 5. Dentro de los ciento veinte días naturales siguientes a la entrada en vigor del presente Decreto, el Congreso de la Unión realizará las adecuaciones que resulten necesarias al marco jurídico en materia del límite máximo del Fondo de Estabilización de los Ingresos Petroleros y del Derecho sobre Hidrocarburos para el Fondo de Estabilización.
3. Realizar las transferencias al Fondo de Extracción de Hidrocarburos; a los fondos de investigación en materia de hidrocarburos y sustentabilidad energética, y en materia de fiscalización petrolera.
4. Transferir a la Tesorería de la Federación los recursos necesarios para que los ingresos petroleros del Gobierno Federal que se destinan a cubrir el Presupuesto de Egresos de la Federación de cada año, se mantengan en el cuatro punto siete por ciento del Producto Interno Bruto, que corresponde a la razón equivalente a la observada para los ingresos petroleros del año 2013. Para lo anterior, se consideran los rubros siguientes: Derecho ordinario sobre hidrocarburos, Derecho sobre hidrocarburos para el Fondo de Estabilización, Derecho extraordinario sobre exportación de petróleo crudo, Derecho para la investigación científica y tecnológica en materia de energía, Derecho para la fiscalización petrolera, Derecho sobre extracción de hidrocarburos, Derecho para regular y supervisar la exploración y explotación de hidrocarburos, Derecho especial sobre hidrocarburos y Derecho adicional sobre hidrocarburos. Para efectos del cumplimiento del monto establecido en este numeral, se considerarán incluidos los recursos transferidos acorde a los numerales 2 y 3.
5. Destinar recursos al ahorro de largo plazo, incluyendo inversión en activos financieros.

Únicamente cuando el saldo de las inversiones en ahorro público de largo plazo, sea igual o mayor al tres por ciento del Producto Interno Bruto del año previo al que se trate, el Comité Técnico del Fondo podrá destinar recursos del saldo acumulado del Fondo para lo siguiente:

- a) Hasta por un monto equivalente a diez por ciento del incremento observado el año anterior en el saldo del ahorro de largo plazo, al Fondo para el sistema de pensión universal conforme a lo que señale su ley;
- b) Hasta por un monto equivalente a diez por ciento del incremento observado el año anterior en el saldo del ahorro de largo plazo, para financiar proyectos de inversión en ciencia, tecnología e innovación, y en energías renovables;
- c) Hasta por un monto equivalente a treinta por ciento del incremento observado el año anterior en el saldo del ahorro de largo plazo, en fondear un vehículo de inversión especializado en proyectos petroleros, sectorizado en la Secretaría del ramo en materia de Energía y, en su caso, en inversiones en infraestructura para el desarrollo nacional, y
- d) Hasta por un monto equivalente a diez por ciento del incremento observado el año anterior en el saldo del ahorro de largo plazo; en becas para la formación de capital humano en universidades y posgrados; en proyectos de mejora a la conectividad; así como para el desarrollo regional de la industria. Con excepción del programa de becas, no podrán emplearse recursos para gasto corriente.

La asignación de recursos que corresponda a los incisos a), b), c) y d) anteriores no deberán tener como consecuencia que el saldo destinado a ahorro de largo plazo se reduzca por debajo de tres por ciento del Producto Interno Bruto del año anterior. Sujeto a lo anterior y con la aprobación de las dos terceras partes de los miembros presentes, la Cámara de Diputados podrá modificar los límites y los posibles destinos

mencionados en los incisos a), b), c) y d) de este numeral. Una vez que el saldo acumulado del ahorro público de largo plazo sea equivalente o superior al diez por ciento del Producto Interno Bruto del año previo al que se trate, los rendimientos financieros reales anuales asociados a los recursos del Fondo Mexicano del Petróleo para la Estabilización y el Desarrollo destinados a ahorro de largo plazo serán transferidos a la Tesorería de la Federación. Los recursos transferidos a estos destinos serán adicionales a las transferencias que se realicen de acuerdo al numeral 4 del presente transitorio.

En caso de una reducción significativa en los ingresos públicos, asociada a una caída en el Producto Interno Bruto, a una disminución pronunciada en el precio del petróleo o a una caída en la plataforma de producción de petróleo, y una vez que se hayan agotado los recursos en el Fondo de Estabilización de los Ingresos Petroleros o su equivalente, la Cámara de Diputados podrá aprobar, mediante votación de las dos terceras partes de sus miembros presentes, la integración de recursos de ahorro público de largo plazo al Presupuesto de Egresos de la Federación, aún cuando el saldo de ahorro de largo plazo se redujera por debajo de tres por ciento del Producto Interno Bruto del año anterior. La integración de estos recursos al Presupuesto de Egresos de la Federación se considerarán incluidos en la transferencia acorde con el numeral 4 del presente transitorio.

El Fondo Mexicano del Petróleo para la Estabilización y el Desarrollo estará sujeto a las obligaciones en materia de transparencia de conformidad con la ley. Asimismo, deberá publicar por medios electrónicos y por lo menos de manera trimestral, la información que permita dar seguimiento a los resultados financieros de las asignaciones y los contratos a que se refiere el párrafo séptimo del artículo 27 de esta Constitución, así como el destino de los ingresos del Estado Mexicano conforme a los párrafos anteriores.

El Fondo Mexicano del Petróleo para la Estabilización y el Desarrollo se constituirá durante 2014 y comenzará sus operaciones en el 2015.

**Décimo Quinto.** El Fondo Mexicano del Petróleo para la Estabilización y el Desarrollo contará con un Comité Técnico integrado por tres miembros representantes del Estado y cuatro miembros independientes. Los miembros representantes del Estado serán los titulares de las Secretarías de los ramos en materia de Hacienda y de Energía, así como el Gobernador del Banco de México. Los miembros independientes serán nombrados por el titular del Ejecutivo Federal, con aprobación de las dos terceras partes de los miembros presentes del Senado de la República. El titular de la Secretaría del ramo en materia de Hacienda fungirá como Presidente del Comité Técnico.

El Comité Técnico del Fondo Mexicano del Petróleo para la Estabilización y el Desarrollo tendrá, entre otras, las siguientes atribuciones:

- a) Determinar la política de inversiones para los recursos de ahorro de largo plazo de conformidad con lo establecido en el numeral 5 del transitorio anterior.

4/4/2016

DOF - Diario Oficial de la Federación

- b) Instruir a la institución fiduciaria para que realice las transferencias a la Tesorería de la Federación de conformidad con lo establecido en el transitorio anterior,
- c) Recomendar a la Cámara de Diputados, a más tardar el veintiocho de febrero de cada año, la asignación de los montos correspondientes a los rubros generales establecidos en los incisos a), b), c) y d) del transitorio anterior. La Cámara de Diputados aprobará, con las modificaciones que estime convenientes, la asignación antes mencionada. En este proceso, la Cámara de Diputados no podrá asignar recursos a proyectos o programas específicos. En caso de que la Cámara de Diputados no se pronuncie acerca de la recomendación del Comité Técnico a más tardar el treinta de abril del mismo año, se considerará aprobada. Con base en la asignación aprobada por la Cámara de Diputados, el Ejecutivo Federal determinará los proyectos y programas específicos a los que se asignarán los recursos en cada rubro, para su inclusión en el Proyecto de Presupuesto de Egresos de la Federación del año de que se trate. En el proceso de aprobación de dicho Proyecto, la Cámara de Diputados podrá reasignar los recursos destinados a los proyectos específicos dentro de cada rubro, respetando la distribución de recursos en rubros generales que ya se hayan aprobado.

Lo anterior sin perjuicio de otros recursos que se establezcan en el Presupuesto de Egresos de la Federación para proyectos y programas de inversión,

**Décimo Sexto.** Dentro de los plazos que se señalan a continuación, el Poder Ejecutivo Federal deberá proveer los siguientes decretos:

- a) A más tardar dentro de los doce meses siguientes a la entrada en vigor de la Ley Reglamentaria del artículo 27 Constitucional en el Ramo del Petróleo, emitirá el Decreto de creación del organismo público descentralizado denominado Centro Nacional de Control del Gas Natural, encargado de la operación del sistema nacional de ductos de transporte y almacenamiento. En dicho Decreto se establecerá la organización, funcionamiento y facultades del citado Centro,

El Decreto proveerá lo necesario para que Petróleos Mexicanos y sus organismos subsidiarios o divisiones transfieran los recursos necesarios para que el Centro Nacional de Control del Gas Natural adquiera y administre la infraestructura para el transporte por ducto y almacenamiento de gas natural que tengan en propiedad para dar el servicio a los usuarios correspondientes.

El Decreto también preverá que Petróleos Mexicanos y sus organismos subsidiarios, transfieran de forma inmediata al Centro Nacional de Control del Gas Natural los contratos que tengan suscritos, a efecto de que el Centro sea quien los administre.

El Centro Nacional de Control del Gas Natural dará a Petróleos Mexicanos el apoyo necesario, hasta por doce meses posteriores a su creación, para que continúe operando la infraestructura para el transporte por ducto y almacenamiento de gas natural que le brinde servicio en condiciones de continuidad, eficiencia y seguridad.

- b) A más tardar dentro de los doce meses siguientes a la entrada en vigor de la ley reglamentaria de la industria eléctrica, emitirá el Decreto por el que se crea el Centro Nacional de Control de Energía como organismo público descentralizado, encargado del control operativo del sistema eléctrico nacional; de operar el mercado eléctrico mayorista; del acceso abierto y no indebidamente discriminatorio a la red nacional de transmisión y las redes generales de distribución, y las demás facultades que se determinen en la ley y en su Decreto de creación. En dicho Decreto se establecerá la organización, funcionamiento y facultades del citado Centro,

El Decreto proveerá lo conducente para que la Comisión Federal de Electricidad transfiera los recursos que el Centro Nacional de Control de Energía requiera para el cumplimiento de sus facultades.

El Centro Nacional de Control de Energía dará a la Comisión Federal de Electricidad el apoyo necesario, hasta por doce meses posteriores a su creación, para que continúe operando sus redes del servicio público de transmisión y distribución en condiciones de continuidad, eficiencia y seguridad.

**Décimo Séptimo.** Dentro de los trescientos sesenta y cinco días naturales siguientes a la entrada en vigor del presente Decreto, el Congreso de la Unión realizará las adecuaciones al marco jurídico, para establecer las bases en las que el Estado procurará la protección y cuidado del medio ambiente, en todos los procesos relacionados con la materia del presente Decreto en los que intervengan empresas productivas del Estado, los particulares o ambos, mediante la incorporación de criterios y mejores prácticas en los temas de eficiencia en el uso de energía, disminución en la generación de gases y compuestos de efecto invernadero, eficiencia en el uso de recursos naturales, baja generación de residuos y emisiones, así como la menor huella de carbono en todos sus procesos,

En materia de electricidad, la ley establecerá a los participantes de la industria eléctrica obligaciones de energías limpias y reducción de emisiones contaminantes.

**Décimo Octavo.** El Ejecutivo Federal, por conducto de la Secretaría del ramo en materia de Energía y en un plazo no mayor a trescientos sesenta y cinco días naturales contados a partir de la entrada en vigor del presente Decreto, deberá incluir en el Programa Nacional para el Aprovechamiento Sustentable de la Energía, una estrategia de transición para promover el uso de tecnologías y combustibles más limpios,

Dentro del plazo previsto en el transitorio cuarto del presente Decreto, el Congreso de la Unión emitirá una ley que tenga por objeto regular el reconocimiento, la exploración y la explotación de recursos geotérmicos para el aprovechamiento de la energía del subsuelo dentro de los límites del territorio nacional, con el fin de generar energía eléctrica o destinarla a usos diversos,

**Décimo Noveno.** Dentro del plazo previsto en el transitorio cuarto del presente Decreto, el Congreso de la Unión realizará las adecuaciones al marco jurídico para crear la Agencia Nacional de Seguridad Industrial y de Protección al Medio Ambiente del Sector Hidrocarburos, como órgano administrativo descentrado de la Secretaría del ramo en materia de Medio Ambiente, con autonomía técnica y de gestión, que disponga de los ingresos derivados de las contribuciones y

4/4/2016

DOF - Diario Oficial de la Federación

aprovechamientos que la ley establezca por sus servicios para financiar un presupuesto total que le permita cumplir con sus atribuciones.

La Agencia tendrá dentro de sus atribuciones regular y supervisar, en materia de seguridad industrial, operativa y protección al medio ambiente, las instalaciones y actividades del sector hidrocarburos, incluyendo las actividades de desmantelamiento y abandono de instalaciones, así como el control integral de residuos. En la organización, funcionamiento y facultades de la Agencia, se deberá prever al menos:

- a) Que si al finalizar el ejercicio presupuestario, existiera saldo remanente de ingresos propios excedentes, la Agencia instruirá su transferencia a un fideicomiso constituido por la Secretaría del ramo en materia de Medio Ambiente, donde una institución de la banca de desarrollo operará como fiduciario.
- b) Que la Agencia instruirá al fiduciario la aplicación de los recursos de este fideicomiso a la cobertura de gastos necesarios para cumplir con sus funciones en posteriores ejercicios respetando los principios a los que hace referencia el artículo 134 de esta Constitución y estando sujeta a la evaluación y el control de los entes fiscalizadores del Estado.

El fideicomiso no podrá acumular recursos superiores al equivalente de tres veces el presupuesto anual de la Agencia, tomando como referencia el presupuesto aprobado para el último ejercicio fiscal. En caso de que existan recursos adicionales, éstos serán transferidos a la Tesorería de la Federación.

El fideicomiso a que hace referencia este transitorio estará sujeto a las obligaciones en materia de transparencia derivadas de la ley. Asimismo, la Agencia deberá publicar en su sitio electrónico, por lo menos de manera trimestral, los recursos depositados en el fideicomiso, así como el uso y destino de dichos recursos.

La Cámara de Diputados realizará las acciones necesarias para proveer de recursos presupuestales a la Agencia, con el fin de que ésta pueda llevar a cabo su cometido. El presupuesto aprobado deberá cubrir los capítulos de servicios personales, materiales y suministros, así como de servicios generales, necesarios para cumplir con sus funciones.

**Vigésimo.** Dentro del plazo previsto en el transitorio cuarto de este Decreto, el Congreso de la Unión realizará las adecuaciones al marco jurídico para regular a las empresas productivas del Estado, y establecerá al menos que:

- I. Su objeto sea la creación de valor económico e incrementar los ingresos de la Nación, con sentido de equidad y responsabilidad social y ambiental.
- II. Cuenten con autonomía presupuestal y estén sujetas sólo al balance financiero y al techo de servicios personales que, a propuesta de la Secretaría del ramo en materia de Hacienda, apruebe el Congreso de la Unión. Su régimen de remuneraciones será distinto del previsto en el artículo 127 de esta Constitución.
- III. Su organización, administración y estructura corporativa sean acordes con las mejores prácticas a nivel internacional, asegurando su autonomía técnica y de gestión, así como un régimen especial de contratación para la obtención de los mejores resultados de sus actividades, de forma que sus órganos de gobierno cuenten con las facultades necesarias para determinar su arreglo institucional.
- IV. Sus órganos de gobierno se ajusten a lo que disponga la ley y sus directores sean nombrados y removidos libremente por el Titular del Ejecutivo Federal o, en su caso, removidos por el Consejo de Administración. Para el caso de empresas productivas del Estado que realicen las actividades de exploración y extracción de petróleo y demás hidrocarburos sólidos, líquidos o gaseosos en términos de lo previsto por el párrafo séptimo del artículo 27 de esta Constitución, la ley deberá establecer, entre otras disposiciones, que su Consejo de Administración se conforme de la siguiente manera: cinco consejeros del Gobierno Federal, incluyendo el Secretario del Ramo en materia de Energía quien lo presidirá y tendrá voto de calidad, y cinco consejeros independientes.
- V. Se coordinen con el Ejecutivo Federal, a través de la dependencia competente, con objeto de que sus operaciones de financiamiento no conduzcan a un incremento en el costo de financiamiento del resto del sector público o bien, contribuyan a reducir las fuentes de financiamiento del mismo.
- VI. Cuenten, en términos de lo establecido en las leyes correspondientes, con un régimen especial en materia de adquisiciones, arrendamientos, servicios y obras públicas, presupuestaria, deuda pública, responsabilidades administrativas y demás que se requieran para la eficaz realización de su objeto, de forma que les permita competir con eficacia en la industria o actividad de que se trate.

Una vez que los organismos descentralizados denominados Petróleos Mexicanos y sus organismos subsidiarios, y Comisión Federal de Electricidad, se conviertan en empresas productivas del Estado de conformidad con las leyes que se expidan para tal efecto en términos del transitorio tercero de este Decreto, no les serán aplicables las disposiciones relativas a la autonomía contenidas en las fracciones anteriores, sino hasta que conforme a las nuevas disposiciones legales se encuentren en funciones sus consejos de administración y estén en operación los mecanismos de fiscalización, transparencia y rendición de cuentas.

Los consejeros profesionales de Petróleos Mexicanos en funciones a la entrada en vigor del presente Decreto permanecerán en sus cargos hasta la conclusión de los periodos por los cuales fueron nombrados, o bien hasta que dicho organismo se convierta en empresa productiva del Estado y sea nombrado el nuevo Consejo de Administración. Los citados consejeros podrán ser considerados para formar parte del nuevo Consejo de Administración de la empresa productiva del Estado, conforme al procedimiento que establezca la ley.

**Vigésimo Primero.** Dentro del plazo previsto en el transitorio cuarto del presente Decreto, el Congreso de la Unión realizará las adecuaciones al marco jurídico, a fin de establecer los mecanismos legales suficientes para prevenir, investigar, identificar y sancionar severamente a los asignatarios, contratistas, permisionarios, servidores públicos, así como a toda persona física o moral, pública o privada, nacional o extranjera, que participen en el sector energético, cuando realicen actos u omisiones contrarios a la ley, entre otros, los que tengan como objeto o consecuencia directa o indirecta influir en la toma de decisión de un servidor público, del personal o de los consejeros de las empresas productivas del Estado para obtener un beneficio económico personal directo o indirecto.

[http://www.dof.gob.mx/nota\\_detalle.php?codigo=5327463&fecha=20/12/2013&print=true](http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5327463&fecha=20/12/2013&print=true)

8/9

4/4/2016

DOF - Diario Oficial de la Federación

SALÓN DE SESIONES DE LA COMISIÓN PERMANENTE DEL HONORABLE CONGRESO DE LA UNIÓN.- México, D.F., a 18 de diciembre de 2013.- Dip. **Ricardo Anaya Cortés**, Presidente.- Dip. **Raymundo King De la Rosa**, Secretario.- Rúbricas."

En cumplimiento de lo dispuesto por la fracción I del Artículo 89 de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, y para su debida publicación y observancia, expido el presente Decreto en la Residencia del Poder Ejecutivo Federal, en la Ciudad de México, Distrito Federal, a veinte de diciembre de dos mil trece.- **Enrique Peña Nieto**.- Rúbrica.- El Secretario de Gobernación, **Miguel Ángel Osorio Chong**.- Rúbrica.

## A.4 - Acompanhamento de jornais

Diario de México

Fecha 13.08.2009	Sección Nacional	Página 3
---------------------	---------------------	-------------

*En 2 meses, los títulos de tierras*

## La refinería se instalará en Tula, Hidalgo, anunció director de Pemex

Petróleos Mexicanos (Pemex) tendrá que esperar alrededor de dos meses para tener en sus manos los títulos de propiedad de las 700 hectáreas donde se ubicará la nueva refinería Bicentenario en Tula, Hidalgo.

En este marco, el gobernador de Hidalgo, Miguel Ángel Osorio Chong se manifestó contento por la decisión de que la refinería se haga en el estado y aseguró que aprovecharán la construcción de la misma para el desarrollo de la entidad y "contribuir a la generación de riqueza en toda la zona centro del país".

A su vez, en conferencia de prensa el director general de Pemex, Jesús Reyes Heróles, aclaró que aun cuando no se tienen estos títulos, existe la certeza jurídica sobre las 807 parcelas.

Al respecto el presidente de la Asociación Nacional de **Notarios** Mexicanos, Heriberto Castillo Villanueva, precisó que este proceso estará

listo en aproximadamente dos meses ya que primero se hará la titulación a nombre del estado de Hidalgo y posteriormente a favor de Pemex.

Agregó que actualmente las 807 parcelas ya están inscritas en el registro de la propiedad, además de que en caso de que la paraestatal se lo pida esta asociación estará presen-

te durante todo el proceso de titulación.

Por su parte, Reyes Heróles detalló que en dichas parcelas se encuentran ubicadas en el municipio de Atitalaquia.

En este sentido el secretario de Reforma Agraria, Abelardo Escobar Prieto, detalló que en el ejido de Atitalaquia se ubican 501 parcelas, en San Bartolomé Doxey 202, en

Tlaxcoapan 83, y en Tula de Allende 81.

De ahí, agregó, que serán 647 hectáreas provenientes de estas parcelas, 48 hectáreas más de infraestructura y 20 adicionales propiedad privada adquirida por el Gobierno.

La inversión que realizará Pemex tanto en la Refinería Bicentenario como en la reconfiguración de la Refinería en Salamanca será de poco más de 13 mil millones de dólares.

Parte de esa inversión, que podría ser de alrededor de un 40 por ciento, provendría de entre colocaciones y créditos sindicados, mientras que el resto de recursos propios de la paraestatal.



Página 1 de 1  
\$ 10314.72  
Tam: 232 cm2  
FGARCIA

Fecha 13.08.2009	Sección Economía	Página pp-24
---------------------	---------------------	-----------------

## La refinería de Pemex se construirá en Tula, Hidalgo

■ Es la opción técnica y económica más viable, señala Reyes Heróles

■ En breve, la paraestatal tendrá los papeles que le acreditan 807 parcelas

MIRIAM POSADA

■ Es la opción técnica y económica más viable, coinciden titulares de ambas instituciones

# La nueva refinería se construirá en Tula, Hidalgo: Pemex y SRA

■ El financiamiento se integrará por la colocación de bonos y certificados, más recursos de la petrolera ■ La construcción costará 673 mdd menos que si se hiciera en Salamanca, calculan

■ MIRIAM POSADA GARCÍA

Ayer terminó la competencia por la nueva refinería que requiere el país, luego de que Petróleos Mexicanos (Pemex) y la Secretaría de la Reforma Agraria (SRA) anunciaron que se construirá en Tula, Hidalgo, porque es la opción técnica y económica más viable.

En ausencia de los gobernadores de Hidalgo y Guanajuato, el director de Pemex, Jesús Reyes Heróles, y el secretario de la Reforma Agraria, Abelardo Escobar, declararon que existen suficientes elementos para dar certidumbre jurídica sobre la propiedad de la tierra en la que se construirá la obra de infraestructura más importante que ha desarrollado la paraestatal en 30 años.

EN DOS MESES PEMEX  
TENDRÁ EL TÍTULO  
QUE LA ACREDITARÁ  
COMO PROPIETARIA DE

LAS TIERRAS

Abelardo Escobar dijo que el anuncio no se hizo de manera adelantada, debido a que ayer mismo por la tarde se emitió el último título por parte del **Registro Agrario Nacional** y se inscribieron en el **Registro Público de la Propiedad** las 807 parcelas que integran el polígono. Esto fue avalado por el presidente de la **Asociación Nacional del Notariado Mexicano**, Heriberto Castillo Villanueva, quien aseguró que a más tardar en dos meses Pemex tendrá el título que la acredite como propietaria del polígono en el que se asentará la nueva refinera Bicentenario.

Los funcionarios indicaron que los terrenos pertenecen al municipio de Atitalaquia: 501 parcelas corresponden a Atitalaquia; 202 a San Bartolomé de Otsey; 83 a Tlacoacan, y 21 a Tula de Allende. "Son 647 hectáreas más 48 de infraestructura y 20 de propiedad privada que

también compró el gobierno estatal", señalaron.

Coincidieron en que la decisión adoptada responde sólo a criterios técnicos y económicos, y aclararon que la Secretaría de Gobernación intervino para que "en esta última etapa no se dieran señalamientos y descalificaciones contra los dos gobiernos por parte de grupos de interés. Se buscó que se diera como un proceso de madurez política".

Reyes Heróles señaló que a pesar de la difícil situación económica y financiera que previó el secretario de Hacienda, Agustín Carstens, para el año próximo, "y en el supuesto de que Pemex tuviera que modificar su presupuesto, la refinera Bicentenario seguirá siendo la prioridad para la empresa".

Explicó que durante 2010 y 2011 los trabajos se centrarán en las obras de ingeniería que requieren inversiones menores, por



Página 1 de 3  
\$ 74371.66  
Tam: 560 cm2  
CMEDINA

Continúa en siguiente hoja

Fecha <b>13.08.2009</b>	Sección <b>Economía</b>	Página <b>pp-24</b>
----------------------------	----------------------------	------------------------

lo que para cuando se necesiten los recursos para el desarrollo de la infraestructura, las condiciones económicas y financieras ya habrán cambiado.

Abundó al señalar que el financiamiento de la refinería Bicentenario se integrará por la colocación de bonos y certificados, más recursos propios de la empresa, y aunque no se han hecho los estudios correspondientes, dijo que hay empresas que trabajan con apalancamientos hasta de 40 por ciento, "pero Pemex no acostumbra recurrir a montos tan altos".

Detalló que además de que Hidalgo cumplió primero con el requisito de dar seguridad absoluta sobre la propiedad de la tierra, en

los análisis técnico-económicos realizados se documentó que la zona con mayor demanda de petrolíferos es el centro del país, y dotarlo de combustible es más barato si se hace desde Tula. El desarrollo de ductos desde la región

sureste economiza 400 millones de dólares más, y la construcción de la refinería en Tula costará 673 millones de dólares menos que si se hiciera en Salamanca.

Aun así el gobierno de Guanajuato no se va con las manos vacías, ya que, anunció Reyes Heróles, Pemex impulsará los trabajos de reconfiguración de la refinería de Salamanca, a la que se dedicará una inversión de 3 mil 76 millones de dólares. La selección de tecnologías para tal fin se tendrá lista en dos meses y entonces se procederá a contratar las ingenierías para acelerar el proyecto, pero además la paraestatal estará abierta a los proyectos que proponga el gobierno estatal.

Reyes Heróles detalló que otras ventajas de construir la refinería en Hidalgo y no en Guanajuato consisten en que en Tula es posible aprovechar de mejor manera los residuales que se producen, lo que agregará valor y rentabilidad al proyecto, ya que

en esa localidad se producen 70 mil barriles diarios de residuales y en Salamanca 50 mil.

El desarrollo de ductos desde Tabasco hasta Salamanca para transportar el crudo que se va a procesar tendría un costo de mil 28 millones de dólares, contra 859 millones que se dedicarán para el desarrollo de esa infraestructura con destino en Tula.

Reyes Heróles, Abelardo Escobar y el **notario** Heriberto Castillo insistieron en que todo el proceso de regularización de la tierra que se hizo con los ejidatarios de Hidalgo fue en pleno cumplimiento con la ley agraria.

"El proceso de definición de los terrenos para la nueva refinería permitió que el cambio de régimen de las tierras, de propiedad ejidal a propiedad privada, se realizara con estricto cumplimiento de los requisitos que establece la ley agraria, lo que le da certidumbre a Pemex sobre la correcta realización de todos los actos jurídicos", aseguró.



Fecha 13.08.2009	Sección Economía	Página pp-24
---------------------	---------------------	-----------------



El director de Pemex, Jesús Reyes Heróles ■ Foto José Antonio López

Fecha 13.08.2009	Sección Nacional	Página pp/3
---------------------	---------------------	----------------

# Definitivo: la refinería se construye en Hidalgo

Cumplió con certeza jurídica en los terrenos y el costo era menor

[ CECILIA HIGUERA ]

El estado de Hidalgo será la nueva sede en donde Petróleos Mexicanos (Pemex) construirá la nueva refinería Bicentenario, que representará inversiones superiores a los nueve mil millones de dólares, informó el director general de la paraestatal, Jesús Reyes Heróles.

En conferencia de prensa y acompañado por el secretario de la Reforma Agraria, Abelardo Escobar Prieto, Reyes Heróles reiteró que tal decisión se tomó con base en criterios técnico-económicos, los cuales desde el principio demostraron que el costo de la refinería en Hidalgo sería el menor.

En este sentido, el secretario de la Reforma Agraria Escobar Prieto aseguró que en una evaluación conjunta con Pemex "concluyeron que existen los suficientes elementos de certeza jurídica para asegurar la tenencia de los terrenos para la realización del proyecto".

## Pemex construirá en Hidalgo la Refinería Bicentenario

<NINGUNO(A)>

► La inversión será superior a 9 mil millones de dólares ► En la decisión se tomaron en cuenta criterios técnico-económicos, señala Reyes Heróles

[ CECILIA HIGUERA ]

El estado de Hidalgo será la nueva sede en donde Petróleos Mexicanos (Pemex), construirá la nueva Refinería Bicentenario, que representará inversiones superiores a los nueve mil millones de dólares, informó el director general de la paraestatal, Jesús Reyes Heróles.

En conferencia de prensa, y acompañado por el secretario de la Reforma Agraria (SRA), Abelardo Escobar Prieto, Reyes Heróles reiteró que tal decisión se tomó con base en criterios técnico-económicos,

los mismos que desde el principio demostraron que el costo de la refinería en Hidalgo sería el menor.

Al respecto, puntualizó que si se toma en cuenta la inversión en infraestructura (construcción de ductos) prevista para Salamanca, ésta "se estimó en 1,285 millones de dólares, y en la zona de Tula, Hidalgo, es de 859 millones de dólares; como podemos ver, hay una diferencia de más de 400 millones de dólares".

Al agradecer la que calificó de "valiosa participación" de los gobiernos de Hidalgo y Guanajuato, y a los ejidatarios de ambos esta-

dos, el funcionario aclaró que a partir de este momento también se inician los trabajos para la reconfiguración de la refinería de Guanajuato, a la cual se le destinarán recursos por 3,076 millones de dólares.

Asimismo, aseveró que la decisión "de ninguna manera se adelantó" a favor del estado de Hidalgo, ya que las autoridades correspondientes de la entidad, encabezada por el gobernador Miguel Ángel Osorio Chong, "la mañana de ayer miércoles ingresaron al Registro Agrario Nacional (RAN) el



Página 1 de 2  
\$ 64400.70  
Tam: 674 cm2  
LQUIROGA

Continúa en siguiente hoja

Fecha 13.08.2009	Sección Nacional	Página pp/3
---------------------	---------------------	----------------

último título de las 807 parcelas que cambiaron del régimen de propiedad pública a propiedad privada, mismos que ya están inscritos en el Registro Público de la Propiedad.

El terreno que donará Pemex comprende una extensión total de 721 hectáreas, la mayoría de las cuales están en el municipio de Atitlaquia con 501 parcelas, San Bartolomé Doxey 202; Tlaxcoapan 83 y Tula de Allende 21 parcelas, 48 hectáreas de infraestructura y 20 hectáreas de propiedad privada.

En este sentido el secretario de la Reforma Agraria, Escobar Prieto, aseguró que en una evaluación conjunta con Pemex "concluyeron

que existen los suficientes elementos de certeza jurídica para asegurar la tenencia de los terrenos".

Por su parte Heriberto Castillo Villanueva, presidente de la Asociación Nacional del Notariado Mexicano, puntualizó que será en aproximadamente dos meses a más tardar cuando Pemex tenga la propiedad absoluta de los terrenos. "A partir de este momento continúa el proceso de titulación al gobierno del estado de Hidalgo y en su momento la titulación a favor de Pemex" aunque, añadió, desde este momento ya se tiene la certeza jurídica para la realización del magno proyecto.

Por lo que se refiere al financiamiento, Reyes Heroles aclaró que tanto para la construcción, como para la reconfiguración de la refinería, una parte será con recursos propios a través del programa de inversiones de la paraestatal y otra mediante emisión de deuda o colocación de bonos.

Sin embargo, en estos momentos es difícil determinar qué porcentaje del costo será a través de apalancamiento. "Es algo que no hemos determinado, ya que en algunos casos en proyectos similares hay un nivel de apalancamiento de 40%, aunque Pemex no incurre en esos niveles y no vemos por qué cambiar esa estrategia".



ELECCIÓN. Abelardo Escobar Prieto, titular de la SRA, y Jesús Reyes Heróles, director de Pemex, al anunciar la sede de la nueva refinería.

**SALAMANCA SE LLEVA "PREMIO DE CONSOLACIÓN" POR TRES MIL MILLONES DE DÓLARES**

# Gana Hidalgo puja por refinería

**Reyes Heróles calcula que en dos meses la paraestatal tendrá la titularidad de los terrenos para la obra**

POR ATZAYAELH TORRES

atzayaelh.torres@nuevoexcelsior.com.mx

Después de cuatro meses de incertidumbre en torno a su ubicación, finalmente Petróleos Mexicanos (Pemex) informó que la nueva refinería denominada Bicentenario estará alojada en Hidalgo.

Jesús Reyes Heróles, director general de Pemex, anunció que después de un análisis sobre la viabilidad del proyecto, así como del costo del mismo, tomaron la decisión de darle a Hidalgo la inversión, que es superior a los nueve mil millones de dólares.

"Considerando los factores anteriores, así como la evaluación técnico-económica, Petróleos Mexicanos anuncia que la construcción de la Refinería Bicentenario será en la zona de Tula, Hidalgo", dijo.

Destacó que el costo de transportación de los combustibles a la zona centro del país resulta más barato desde Tula que desde Salamanca, por lo que requerirá una inversión en poliductos menor en 673 millones de dólares.

El funcionario explicó que de haberlo hecho en Salamanca, el costo de la refinería habría sido de mil 285 millones de dólares tan sólo en infraestructura, mientras que en Tula, el costo será de 859 millones de dólares, "la diferencia, como pueden ver ustedes, es de más de 400 millones de dólares", dijo.

Sostuvo que el proceso de definición de los terrenos para una nue-

va refinería permitió que el cambio de régimen de las tierras, de propiedad ejidal a propiedad privada, "se realizara con estricto cumplimiento de los requisitos que establece la Ley Agraria".

Agregó que la refinería que hoy se anuncia tiene como objetivo aprovechar los residuales que todavía se producen en sus símiles ya existentes tanto en Tula como en Salamanca, que producen 70 mil barriles de residuales al día, en la primera, mientras que son 50 mil barriles en la segunda.

## Los terrenos

Por su parte, Abelardo Escobar Prieto, secretario de la Reforma Agraria, precisó que en total fueron 715 hectáreas las que se consiguieron para la refinería que impulsa el gobierno federal, de las cuales 647 son conformadas por parcelas ejidales, 48 serán destinadas a infraestructura y 20 más para servicios en general.

Agregó que la nueva refinería también estará asentada en 501 parcelas del municipio de Atitalaquia, 202 de San Bartolomé Doxey, 83 más en Tlaxcoapan y sólo 21 en Tula de Allende.

El proyecto requerirá una inversión superior a los nueve mil millones de dólares, de los cuales una parte serán recursos propios del programa de inversión de la paraestatal, y el resto se obtendrá a través de la colocación de bonos de deuda en mercados de valores internacionales.

Continúa en siguiente hoja

Reyes Heróles negó conocer la proporción de lo que requerirán en recursos de Pemex y de deuda; sin embargo, reconoció que en este tipo de proyectos generalmente se realiza en un 40 por ciento de financiamiento a través del mercado de valores.

Heriberto Castillo Villanueva, presidente de la Asociación Nacional del Notariado Mexicano (AN-NM), informó que a partir de ahora se seguirá un proceso de alrededor de dos meses, en los cuales se pueda dar la titulación de las propiedades a Pemex.

"Aquí lo importante es que Pemex cuente con un título de propiedad y esperamos que a más tardar en dos meses se pudiera tener, expuso.

El ejecutivo confió en que el proceso de cambio de propiedad de los terrenos elegidos para la edificación de la refinería brindará la certidumbre jurídica necesaria para que la construcción comience lo antes posible.

## Gracias por participar

En conferencia de prensa, Jesús Reyes Heróles, como se había comprometido, anunció un programa de reconfiguración para la refinería de Salamanca, Guanajuato, entidad que contendió por convertirse en sede de la nueva instalación de Pemex.

En Salamanca, Pemex invertirá tres mil 76 millones de dólares, e informó que la selección de tecno-


 Página 1 de 5  
 \$ 73473.45  
 Tam: 1202 cm2  
 LQUIROGA

Fecha <b>13.08.2009</b>	Sección <b>Primera</b>	Página <b>30</b>
----------------------------	---------------------------	---------------------

logías por planta será concluida en un par de meses.  
 “El gobierno federal comunicó a Pemex su plena disposición a analizar la mejor manera para coadyuvar a proyectos alternativos que presente el gobierno de Guanajuato para esa zona de su estado”.

## Se bañan en champaña

PACHUCA, Hgo. — En Hidalgo todo es fiesta. Luego del anuncio de que la nueva refinería Bicentenario se construirá en el polígono FI, ubicado principalmente en ejidos del municipio de Atitalaquia, las voces de las diferentes fuerzas políticas del estado dieron su respaldo a la decisión.

El presidente del Comité Estatal del PAN, Gonzalo Trejo Amador, aseguró que la decisión de Pemex y de la Federación debe congratular a todos, porque finalmente “beneficia a la población”.

“El anuncio ya está hecho, finalmente la decisión se llevó a cabo como todos esperábamos con base en cuestiones técnicas. Ahora el gobierno de Hidalgo deberá hacer su trabajo apegado a la legalidad y transparencia”, finalizó Gonzalo Trejo.

Por su parte, la coordinadora de la fracción del PRD en el Congreso del estado, Estela Rubio Martínez, acotó que se asumió finalmente una decisión con madurez, que no debe dividir a los mexicanos.

Consideró que en este escenario no debe haber ni ganadores ni vencidos, refiriéndose a la pugna que protagonizaron Hidalgo y Guanajuato en la carrera por ser sedes de la instalación.

Por su parte, el legislador

prilista Pedro Luis Noble Monterrubio apuntó que en ningún momento hubo dudas sobre conocer el destino de la refinería Bicentenario, toda vez que por su ubicación e infraestructura estratégicas, Hidalgo resultaba la mejor opción para albergar lo que, dijo, será uno de los más importantes proyectos del país en los últimos años.

**Osorio avizora bonanza**  
 La refinería Bicentenario permitirá a Hidalgo impulsar el desarrollo integral de sus regiones y contribuir a la generación de riqueza en la zona centro del país, afirmó el gobernador Miguel Ángel Osorio Chong.

Tras conocer el anuncio de Pemex sobre el establecimiento de la nueva planta en la región de Tula, el mandatario estatal informó que el proceso de regularización de las tierras que integran el polígono validado por Pemex, concluyó de manera exitosa.

En un comunicado, Osorio Chong explicó que sólo es necesario esperar a septiembre para cumplir con el tiempo establecido por la norma en la materia.

Adelantó que no se prevé ningún problema con los ejidatarios, por todo el trabajo que se realizó en las últimas semanas.

— EMMANUEL RINCÓN,  
 CORRESPONSAL, Y NOTIMEX

“  
 Nunca dudamos que la sede sería Hidalgo, porque se ha trabajado con seriedad y porque aquí a los ejidatarios se les ha hablado con claridad.”  
 LEANDRO OLGUIN  
 EDIL DE ATITALAQUIA

Continúa en siguiente hoja

Página 2 de 5

Fecha 13.08.2009	Sección Primera	Página 30
---------------------	--------------------	--------------

## Oliva admite su derrota

GUANAJUATO, Gto. — El gobernador Juan Manuel Oliva Ramírez se ha resignado a que la entidad pierda la inversión de más de nueve mil millones de dólares.

Tras la designación de Hidalgo como entidad receptora de la Refinería Bicentenario, operada por Petróleos Mexicanos, Oliva destacó que será reconfigurado y modernizado el complejo petrolero "Antonio M. Amor", ya instalado en Salamanca.

El mandatario local añadió

que las 900 hectáreas adquiridas para la instalación de la nueva refinería en caso de haber ganado el proceso, serán ahora espacio para el desarrollo industrial.

"Petróleos Mexicanos informa que a partir de hoy impulsará los trabajos para la reconfiguración de la refinería ubicada en Salamanca, con una inversión estimada en tres mil 76 millones de dólares. La selección de tecnologías por planta será concluida en un par de meses, lo que permitirá proceder a contratar las ingenierías para acelerar el proyecto", subrayó el mandatario panista.

En un mensaje a los guanajuatenses, Juan Manuel Oliva recalcó que la zona donde fueron adquiridos los terrenos propuestos a Pemex, "tiene desarrollo, futuro y constituye un activo para el estado".

"En su oportunidad presentaremos proyectos de desarrollo industrial, educativo, habitacional y de servicio para esta zona, de tal manera que consoliden el desarrollo de los seis corredores industriales, en particular el Corredor de la Autopista 45, para generar empleo y prosperidad".

Más tarde, en entrevista, Juan Manuel Oliva dijo que "ya puso a trabajar" al secretario de Desarrollo Económico para

que, en breve, junto con empresarios, presente los proyectos para activar ese punto de Guanajuato.

Según Oliva Ramírez, el gobierno federal estaría dispuesto a apoyar los proyectos productivos que presente Guanajuato en esa región, por lo que su

administración continuará atenta para atraer inversiones.

El mandatario reveló que la nueva refinería petrolera no era el único proyecto con el que contaba la entidad, y dijo que en este momento el Puerto Interior, en Silao, está en una fase de crecimiento sin precedentes, así como otra zona industrial que está siendo desarrollada en Celaya, aunado a planes para hacer crecer la economía de San Miguel de Allende, Irapuato y San José Iturbide.

— ANDRÉS GUARDIOLA,  
CORRESPONSAL

“  
Los terrenos propuestos por Guanajuato a Pemex, tienen desarrollo, futuro y constituyen un activo para el estado.”

JUAN MANUEL OLIVA  
GOBERNADOR DE GUANAJUATO

Fecha <b>13.08.2009</b>	Sección <b>Primera</b>	Página <b>30</b>
----------------------------	---------------------------	---------------------

## ¿QUÉ INCLINÓ LA BALANZA?

Razonamientos técnicos y financieros fueron los que determinaron que Hidalgo es mejor opción para edificar la nueva refinería:

- La zona con mayor demanda en materia de gasolinas es la región centro, en torno a la zona metropolitana de la Ciudad de México. El costo de proveer petrolíferos a la región centro del país es más bajo desde Tula y requiere menor inversión en poliductos.
- Aprovechar los residuales que todavía se producen en la refinerías de Tula y Salamanca agrega valor y rentabilidad al proyecto. En la refinería de Tula se producen 70 mil barriles de residuales por día y en Guanajuato 50 mil.
- El recorrido del crudo que servirá de insumo para la nueva refinería, que viene del sur del país (Tabasco y Campeche) es más corto hasta Tula y, por tanto, el costo de inversión (ducto) y de operación (transporte) es menor.
- El costo de una nueva refinería en Tula es 673 millones de dólares inferior a ubicar la nueva refinería en Salamanca.

### ANTECEDENTES

- 8 marzo 2008. Calderón anuncia que inician los estudios de viabilidad para la construcción de una nueva refinería.
- Abril 2008. Pemex revela que la mejor opción es Hidalgo y le da 100 días para donar los terrenos.
- 12 agosto 2009. Se anuncia que será Tula la sede del proyecto.

**300**  
MIL BARRILES  
diarios de gasolina y diesel  
producirá la nueva refinería.

**9,123**  
MILLONES  
de dólares costará la  
planta Bicentenario.

**2014**  
ES EL AÑO  
en que la nueva instalación  
comenzará a producir.



Continúa en siguiente hoja

Página 4 de 5

Fecha 13.08.2009	Sección Negocios	Página pp/12
---------------------	---------------------	-----------------

#### LA REFINERÍA, EN TULA: PEMEX

Pemex puso fin a la disputa por la sede de la nueva refinería. El director de la paraestatal, Jesús Reyes Heróles, anunció que se construirá en Tula, pues el gobierno de Hidalgo cumplió con los requisitos para garantizar la certeza jurídica sobre la tenencia de las más de 700 hectáreas en las que se desarrollará la obra. Negó que el fallo atienda a cuestiones políticas y afirmó que la inversión en Tula será 673 millones de dólares inferior a la que se habría requerido en Salamanca.



Abelardo Escobar y Jesús Reyes Heróles

(Cuartoscuro)

## Vuelve a ganar Hidalgo la nueva refinería

□ *Garantiza certeza jurídica sobre más de 700 hectáreas*

■ *A derecho al tanto, el último trámite*

■ *Abierta, la posibilidad de recortar la inversión*

Esther Arzate / Héctor Chávez

La competencia entre Guanajuato e Hidalgo por convertirse en la sede de la construcción de una nueva refinería terminó: el director de Petróleos Mexicanos (Pemex), Jesús Reyes Heróles, anunció que el gobierno hidalguense cumplió con los requisitos para garantizar la certeza jurídica sobre la tenencia de 721 hectáreas en donde se construirá la magna obra.

Rechazó que el fallo atienda a cuestiones políticas por la intervención de la Secretaría de Gobernación (Segob) y destacó que la inversión de la refinería en Tula incluso será 673 millones de dólares inferior a la que se habría requerido en Salamanca.

En rueda de prensa, en la que estuvo acompañado del secretario de la Reforma Agraria (SRA),

Abelardo Escobar Prieto y el presidente de la Asociación Nacional de **Notariado** Mexicano, Heriberto Castillo Villanueva, el titular de Pemex indicó que Segob participó para garantizar la civilidad política y para que el proceso llegara a una feliz conclusión.

“La intervención de la Segob fue en la última fase del proceso para que no se dieran señalamientos y descalificaciones hacia los gobiernos de ambas entidades por grupos que actuaron por intereses o por móviles políticos”, indicó.

Ayer se entregó el último título del **Registro** Agrario Nacional de la última parcela requerida y se dio parte al **Registro** Público de la **Propiedad** —lo que abre un periodo de 30 días para que se ejerza el derecho de tanto, tras lo cual concluye el trámite—, “por eso

quisimos dar el anuncio hoy”, dijo Reyes Heróles.

De la fuente de recursos para desarrollar la obra que requerirá nueve mil millones de dólares, el funcionario externó que podría financiarse en mercados internacionales y nacionales (mediante certificados de deuda o créditos sindicados) hasta el 40 por ciento; el resto con capital de la paraestatal.

Admitió que la situación económica actual es más compleja de la que presentaba el país hace más de un año, cuando se anunció la obra, pero precisó que en 2010 está prevista la realización de los trabajos de ingeniería.

“Cabe subrayarlo: en caso de que tuviera que disminuir el ritmo del programa de inversiones de Petróleos Mexicanos, cosa que no estoy afirmando, sino su-



Página 1 de 3  
\$ 103702.27  
Tam: 617 cm2  
LQUIROGA

Continúa en siguiente hoja



Fecha	Sección	Página
13.08.2009	Negocios	pp/12

poniendo que fuera el caso, la refinera de Tula ha sido, es y seguirá siendo una prioridad, digamos máxima dentro del Programa de Inversiones de la paraestatal", indicó.

El titular de la SRA dijo que el terreno se conforma de la siguiente manera: 807 parcelas —Atitalaquia tiene 501, San Bartolomé Doxey 202, Tlaxcoapan 83 y Tula de Allende 21 parcelas—, lo que representa 647 hectáreas, más 48 de infraestructura y 20 de propiedad privada del gobierno del estado.

La cifra sin embargo, no coincide con las 721 hectáreas que confirmó después.

#### Trabajos en Salamanca

Reyes Heroles insistió en que la decisión para la ubicación de la

refinería obedeció a aspectos técnicos y económicos, ya que se ubicará en una región cercana al centro del país, donde se observa la mayor demanda de combustibles del país y el costo de trasladar los petrolíferos es menor.

Resaltó que la refinera contribuirá al abasto de petrolíferos, reducir importaciones de gasolinas, producir combustibles de más calidad y fomentar el empleo en el país.

Escobar Prieto informó que el gobierno de Guanajuato continuará con los trámites para la liberación de los títulos de propiedad de los terrenos que ofreció a Pemex, para la realización de la obra, y dijo que será decisión del ejecutivo estatal el uso alterno que se les darán.

Pemex informó que desde ayer

impulsará los trabajos para reconfigurar la refinera de Salamanca, con una inversión estimada en tres mil 76 millones de dólares. Asimismo, el gobierno federal comunicó a Pemex su disposición a analizar la mejor manera para coadyuvar a proyectos alternativos que presente Guanajuato para esa zona.

El resultado del proceso, dijo Escobar, permite ver que es posible concretar proyectos grandes de infraestructura en tierras ejidales, y que es fácil cumplir con la Ley Agraria.

Castillo Villanueva indicó que el proceso para el traslado de dominio de los ejidos es complejo, pero estimó que en un par de meses Pemex podrá contar con el título de propiedad de los terrenos que le donará el gobierno de Hidalgo. ☒

### ¿Qué dicen en los municipios?

Leonardo Olguín, alcalde de Atitalaquia, dijo que la etapa más difícil de sortear fueron diez juicios de sucesión de derechos de ejidos

Antonio García, edil de Tlaxcoapan, afirmó que trabajarán en el plan metropolitano para crecer de manera ordenada

Rodolfo Paredes, edil de Tula, señaló que la decisión es una oportunidad sin precedente para el país y para Hidalgo

*Se abre un periodo de 30 días para que se ejerza el derecho de tanto, tras lo cual concluye el trámite*

Continúa en siguiente hoja

Página 2 de 3

Fecha 13.08.2009	Sección Negocios	Página pp/12
---------------------	---------------------	-----------------

**¿Por qué ganó Hidalgo?**

- Garantizó la certeza jurídica sobre la tenencia de 721 hectáreas para el proyecto
- Ayer se entregó el último título del Registro Agrario Nacional y se entregó el Registro Público de la Propiedad

Municipio	Parcelas
■ Atlixcoatlán	501
■ San Bartolomé Damián	202
■ Tlaxcoapan	83
■ Tula de Allende	21
<b>Total</b>	<b>807</b>

Hectáreas aportadas por las parcelas 647\*

Hectáreas de infraestructura 48\*

Hectáreas de propiedad privada 20\*

**Otros elementos a favor de la entidad**

El proyecto en Hidalgo es 673 millones de dólares más barato que el de Guanajuato

**Tiempos y recursos**

En 2010 está prevista la realización de los trabajos de reingeniería

**Inversión 9 mil mdd**

La reconfiguración de Salamanca requerirá una inversión de tres mil 76 millones de dólares

\* Cifras proporcionadas por la SRA.

Fuente: Pemex.

**EL FINAL FINAL**




Foto: Cuartoscuro.

Abelardo Escobar y Jesús Reyes Heróles, titular de la SRA y director de Pemex, respectivamente.

Fecha 13.08.2009	Sección Empresas y Negocios	Página pp-22
---------------------	--------------------------------	-----------------

## Hidalgo, sede de la nueva refinería

Margarita Palma  
**EL ECONOMISTA**

La refinería Bicentenario de Pemex se construirá en Hidalgo, cuyo gobierno cumplió con los trámites ante la SRA que dan certeza jurídica total sobre los

terrenos, anunciaron conjuntamente los titulares de las respectivas dependencias, Jesús Reyes Heróles y Abelardo Escobar Prieto.

Reyes Heróles explicó que la decisión se tomó con base en elementos técnicos y económicos, como inversiones en infraestruc-

tura en nuevos ductos, que resultan menos onerosas en el proyecto presentado para Hidalgo. ■

**673 millones**

de dólares menos cuesta la infraestructura de ductos en Tula



Final de foto. Hidalgo cumplió antes. FOTO: CUARTOSCURIO

INFORMAN PEMEX Y LA REFORMA AGRARIA

# Nueva refinería será en Hidalgo

■ Una de las razones, además de la tenencia de la tierra, es que costará 673 millones de dólares menos que en Salamanca

Margarita Palma  
**EL ECONOMISTA**

Petróleos Mexicanos (Pemex) y la Secretaría de la Reforma Agraria (SRA)

anunciaron que será Tula, Hidalgo, en donde se construirá la refinería Bicentenario, pese a que continúa el plazo del "derecho de tanto", que esta-

blece la ley.

La definición jurídica de los terrenos, dijo Abelardo Escobar Prieto, secretario de la Reforma Agraria, se podría "tener



Página 1 de 3  
\$ 88368.72  
Tam: 726 cm2  
ECAMPOS

Continúa en siguiente hoja

Fecha 13.08.2009	Sección Empresas y Negocios	Página pp-22
---------------------	--------------------------------	-----------------

a finales de agosto o el 1 de septiembre".

Por el momento, existen "los suficientes elementos de certeza jurídica para asegurar la tenencia de los terrenos (700 hectáreas) para la realización de este proyecto", coincidió el funcionario junto con el director de Pemex, Jesús Reyes Heróles.

Más aún, Heriberto Castillo Villanueva, presidente de la **Asociación Nacional del Notariado Mexicano**, dijo: "De aquí en adelante seguirá el proceso de titulación de propiedad y, en su momento, la titulación que hará el gobierno del estado de Hidalgo en favor de Pemex.

"Aquí lo importante es que Pemex cuente con un título de propiedad y esperemos que a más tardar en dos meses se pudiera tener".

## GANAR POR RAZONES TÉCNICAS

En conferencia de prensa conjunta, Reyes Heróles explicó que la decisión se tomó considerando elementos técnicos y económicos; uno de ellos fue que las inversiones en infraestructura, básicamente en nuevos ductos, en Tula es 673 millones de dólares menos que ubicar la obra en Salamanca.

Antonio Casillas, director de Desarrollo de Negocios de las empresas Gutsa y Desarrollo de Infraestructura, confirmó recientemente que participarán en el proyecto de la nueva refinería y, para ello, buscan asociarse con las empresas mexicanas ICA, Swecomex y Grupo R. Asimismo, la constructora Kepler y la firma coreana Samsung han mostrado

interés por la obra.

Reyes Heróles detalló que los recursos para la nueva refinería que representa una inversión superior a los 9,000 millones de dólares tendrá un apalancamiento de 40 por ciento.

Refirió que en el 2010 básicamente "estaremos trabajando en las ingenierías y en algunas otras obras de monto realmente muy menor, comparado con las erogaciones fuertes que se tendrán un par de años después".

El director de la paraestatal, Reyes Heróles, agradeció a Guanajuato su participación y dijo que en breve impulsarán los trabajos para la reconfiguración de la refinería de Salamanca, con una inversión estimada en 3,076 millones de dólares. ■

mpalma@eleconomista.com.mx

## La razón del anuncio

Jesús Reyes Heróles, director de Petróleos Mexicanos, dijo que se decidió anunciar ayer al ganador de la nueva refinería porque "hoy se regularizó la última de las 807 parcelas ejidales que están incluidas en el polígono que el gobierno del estado de Hidalgo" propuso a la paraestatal.

Y expresó: "Ese es el detonador de que nos

hayamos reunido hoy, no quisimos hacerlo antes de tener todas las parcelas, que hubiera sido ayer o antier, pero tampoco considerábamos que tenía sentido continuar con un proceso cuando ya se había satisfecho la condición de que Petróleos Mexicanos tuviera certidumbre jurídica sobre los terrenos". ■

Fecha <b>13.08.2009</b>	Sección <b>Empresas y Negocios</b>	Página <b>pp-22</b>
----------------------------	---------------------------------------	------------------------



**Abelardo Escobar**, titular de la Secretaría de la Reforma Agraria, y **Jesús Reyes Heróles**, director general de Pemex, durante el anuncio en conferencia de prensa. FOTO: CUARTOSCURO/EL ECONOMISTA

### ¿Quién es el ganador?

Algunos indicadores de Hidalgo, entidad ganadora de la refinería, son:

- Tiene una población de 2 millones 415,461 habitantes y está conformado por 84 municipios.

- La entidad ocupa 1.06% del territorio nacional.

- El sector servicios es el más importante, debido a la alta presencia comercial y turística.

- Importantes empresas de la industria cementera, minera, lechera y textilera se ubican en el estado.

- La agricultura es una de las principales actividades económicas, siendo el cultivo de maíz, cebada y trigo los más importantes.

- Pachuca, Tulancingo, Tula, Tepeji y Ciudad Sahagún son algunas de las ciudades más importantes del estado.

Fecha 13.08.2009	Sección Primera	Página PP
---------------------	--------------------	--------------

## Regulariza tierras necesarias

# Logra Hidalgo refinería

► Informa Pemex que la entidad garantiza certeza jurídica

Alma Hernández

Finalmente, Hidalgo logró obtener la sede de la nueva refinería.

Petróleos Mexicanos (Pemex) informó anoche que el Gobierno de esa entidad concluyó con el proceso legal para que tierras ejidales se conviertan en propiedad privada.

“Pemex considera que el Estado de Hidalgo ha cumplido con los requisitos necesarios para garantizar certeza jurídica sobre la tenencia de la tierra que la paraestatal requiere para el desarrollo de este proyecto.

“El proceso de definición de los terrenos permitió que el cambio de régimen de las tierras de propiedad ejidal a propiedad privada se realizara con estricto cumplimiento de los requisitos que establece la Ley Agraria, lo que da certidumbre a Pemex sobre la correcta realización de todos los actos jurídicos”, destacó Jesús Reyes Heróles, director de la paraestatal.

Hidalgo logró así completar el trámite de 807 parcelas, que suman 721 hectáreas —se requie-

rían 700—, ubicadas en los ejidos de Tlaxcoapan, Tula, Atitalaquia y San Bartolomé Doxey.

La última parcela, la número 24 del Municipio de Atitalaquia, se registró ayer en la mañana, y deberán pasar los 30 días que exige la Ley Agraria para concluir el llamado derecho de tanto, es decir, que algún sucesor o persona que haya trabajado la tierra pueda reclamar su compra.

El plazo para liberar este último terreno vence el 12 de septiembre.

A su vez, el 27 de agosto vence el derecho de tanto para los registros de las primeras 400 parcelas; el resto irá venciendo en los días subsecuentes, hasta llegar a la de la registrada ayer.

Heriberto Castillo, representante de la **Asociación Nacional del Notariado Mexicano**, dijo que tendrá que transcurrir un periodo aproximado de dos meses para que los títulos de propiedad de los terrenos puedan pasar efectivamente a nombre de Pemex.

“Una vez que Petróleos Mexicanos lo solicite, y con la colaboración del Estado, la asociación revisará las distintas fases del proceso, necesarias para la titulación de la propiedad a favor de Pemex”, afirmó Castillo.

En cuanto a Guanajuato, Reyes Heróles informó que se iniciarán de inmediato los trabajos para la reconfiguración de la refi-

nería ubicada en Salamanca, para lo cual se comenzará a seleccionar tecnología; para ello, se estima una inversión de 3 mil 76 millones de dólares.

## Un largo camino

Desde que el Gobierno pidió estudios para una nueva refinería pasó casi año y medio.

## 2008

**Marzo 18.** El Presidente Felipe Calderón solicita a Pemex y a la Secretaría de Energía hacer estudios de factibilidad para una refinería.

**Julio 30.** Pemex presenta al Senado un estudio en el que Tula y Tuxpan aparecen como las de menores costos.

**Oct. 8.** Calderón anuncia la construcción de la refinería como parte del programa para el crecimiento y el empleo. Se le destinan \$12 mil millones.

**Dic. 17.** Se estudian las sedes. Tula es favorita y Salamanca entra a la pelea.

## 2009

**Marzo 18.** Se convoca a una pasarela para que 10 Gobernadores presenten sus proyectos.

**Abril 14.** Pemex anuncia la sede en Tula, si obtiene 700 hectáreas en 100 días; de lo contrario, será Salamanca.

**Julio 23.** Vence el plazo, pero ni Hidalgo ni Guanajuato cumplen. Inicia una nueva carrera por los terrenos.

**Ago. 12.** Pemex da la refinería a Tula.



Fecha 13.08.2009	Sección Nacional	Página pp-3
---------------------	---------------------	----------------



Foto: OVACIONES | Alejandro Gumbao

# Es Hidalgo sede de la nueva refinería: Pemex

Cumplió primero con los requisitos jurídicos necesarios, argumentó

**POR AIDA RAMIREZ MARIN**

Hidalgo cumplió con los requisitos jurídicos que se necesitan para las 700 hectáreas del polígono donde se edificará la nueva refinería de Petróleos Mexicanos (Pemex), en la que, además, se asegura que la inversión será 673 millones de dólares menor que en Salamanca, Guanajuato.

Así lo afirmó el director general de la paraestatal, Jesús Reyes Heróles, después de 18 días en que los gobiernos de Guanajuato e Hidalgo entraron en la batalla por ver quién cumplía primero con tener el cambio de dominio y los terrenos en regla para ser donados

a Pemex.

En tanto, el presidente de la Asociación del **Notariado Mexicano**, Heriberto Castillo, indicó que de dos meses será el lapso en que esté completado el proceso de titulación de los terrenos a favor de Pemex.

De esta forma, informó Reyes Heróles, desde ayer se iniciarían los trabajos para la reconfiguración de la refinería de Salamanca, en la cual se prevé una inversión de aproximadamente 3 mil 076 millones de dólares.

El capital económico, detalló, provendrá de la emisión de bonos, créditos sindicados y recursos propios, y que se

procederá, inmediatamente, a hacer fluir recursos para las ingenierías básicas y para la licitación del complejo.

Por otro lado, aseguró que, a pesar del difícil entorno económico, no se pondrá en riesgo la inversión y que en 2010 se harán las inversiones menos costosas.

Junto con el secretario de la Reforma Agraria, Abelardo Escobar Prieto, se estableció que gracias a ese proceso se cumplieron los dos objetivos planteados, originalmente, por Petróleos Mexicanos: garantizar, de manera plena, la seguridad jurídica en la tenencia de la tierra donde se

Continúa en siguiente hoja

Página 2 de 3

Fecha 13.08.2009	Sección Nacional	Página pp-3
---------------------	---------------------	----------------

construirá la refinería y la celeridad en la adquisición de los terrenos.

El titular de la SRA y el director general de Pemex expresaron su reconocimiento al gran esfuerzo hecho por los gobiernos de ambas entidades federativas en el proceso.

De igual manera, se agradeció la participación constructiva de ejidatarios y pequeños propietarios.

Con una inversión cercana a los 9 mil millones de dólares, la nueva refinería tendrá una capacidad de producción de 300 mil barriles diarios de productos refinados.

#### Testimonio **notarial**

Por otra parte, se informó que, con el propósito de garantizar plena transparencia durante la segunda

etapa, la **Asociación Nacional de Notariado Mexicano** actuó como testigo social en el seguimiento y certificación de la validez de todos los actos jurídicos necesarios para efectuar el procedimiento con equidad y transparencia.

Femex destacó que con esas dos importantes obras será posible generar oportunidades para empresas nacionales, y empleos para los mexicanos, dondequiera que radiquen en el territorio nacional; un abasto más eficiente de petrolíferos al mercado nacional; reducir las importaciones de gasolina;

producir combustibles de mejor calidad y mejorar las condiciones ambientales en Salamanca y Tula.

Los municipios de Atitalaquia, Tlaxcopan y Tula son donde se ubican los ejidos que conforman el polígono

con las 700 hectáreas de terreno, aunque el primero integra 70 por ciento, con 520 hectáreas.

En Hidalgo, la etapa más difícil de sortear para los ejidatarios fueron los 10 juicios de sucesión de derechos que se tuvieron que ventilar ante la Secretaría de la Reforma Agraria.

Para el edil de Tlaxcopan, Antonio García, la sede fue para quien tuvo, desde un inicio, el mejor proyecto, y que ahora corresponde seguir con los trabajos del plan metropolitano, con el fin de que la región pueda crecer de manera ordenada.

Este último se encuentra integrado por 18 municipios y, desde el pasado martes, los presidentes municipales habían mantenido reuniones de trabajo para determinar el proyecto de crecimiento.

## Se pagarán mil 250 mdp por las tierras: Osorio

El gobernador de Hidalgo, Miguel Ángel Osorio Chong, aseguró, en entrevista radiofónica, que son mil 250 millones de pesos lo que se pagará por las tierras donde se construirá la nueva refinería, aunque, precisó, se pidió un crédito de mil 500 millones de pesos "porque se hicieron compromisos con la comunidad para apoyarlos, así como con Pemex, para algunas entradas y salidas que se requieren".

El gobierno estatal, abundó, asessorará a las personas que percibirán el desembolso por sus tierras para que se integren en proyectos productivos, "ya que si bien no vivían en esas tierras, sí las trabajaban".

Osorio Chong agregó que se trabajará para que en la inversión de la refinería "los hidalguenses de ese polígono sean parte de una asociación que, a su vez, sea parte de los insumos que requerirá la refinería".

Osorio Chong prefirió no criticar el hecho de que se hubieran puesto a "pelear" a los gobiernos de Hidalgo y

Guanajuato, toda vez que, puntualizó, se hizo un estudio bastante largo y que la entrega de las tierras era una de las reglas que se anunciaron y que se aceptaron.



Jesús Reyes Heróles. Definición prevista.



**ANUNCIA PEMEX AL GANADOR**

# Hidalgo es la sede de nueva refinería

● **LA ENTIDAD** cumplió con los requisitos para dar certidumbre jurídica sobre los terrenos

Por Aura Hernández I

**P**etróleos Mexicanos (Pemex) anunció que la Refinería Bicentenario se construirá en Tula, Hidalgo, luego de casi cuatro meses de espera y de la lucha de esa entidad con Guanajuato.

Jesús Reyes Heróles, director de la paraestatal, informó que Hidalgo cumplió con los requisitos para dar certidumbre jurídica sobre la tenencia de los terrenos que se requieren y realizar el proyecto más importante de Pemex en los últimos 30 años.

Abelardo Escobar, secretario de la Reforma Agraria, aseguró que la decisión muestra que sí es posible que haya grandes proyectos de infraestructura en México, como éste, que contempla una inversión cercana a los 10 mil millones de dólares y que respeta la Ley Agraria.

Reyes Heróles explicó que ubicar a la refinería en Tula, en vez de Salamanca, significa un costo menor de 673 millones de dólares.

En el caso de que el presupuesto de la paraestatal se vea reducido en 2010, afirmó, Tula es y seguirá siendo la prioridad máxima de inversión en Pemex y los recursos para su realización provendrán de créditos, posiblemente cerca de un 40 por ciento, y el resto de capital propio.

Heriberto Castillo, presidente de la Asociación Nacional del Notariado Mexicano, destacó que los títulos de propiedad se entregarían a Petróleos Mexicanos a más tardar en dos meses, por lo que la institución estará al pendiente del proceso para que esto se cumpla.

**SALAMANCA**  
Pemex impulsará la reconfiguración de la refinería de Salamanca e invertirá 3 mil 76 millones de dólares. La construcción de la refinería en Hidalgo y los trabajos en la de Salamanca darán oportunidades a empresas nacionales, empleos y abasto eficiente de petrolíferos.

**9**  
MIL MILLONES de dólares, inversión para la nueva refinería en Hidalgo

**3**  
MIL 76 MILLONES de dólares, monto para reconfigurar la refinería de Salamanca



Fecha 13.08.2009	Sección Primera	Página 7
---------------------	--------------------	-------------



OFICIAL. El secretario de la Reforma Agraria y el director de Pemex en conferencia, en el piso 45 de la paraestatal.

### ***A.5 - Notas sobre a refinaria Bicentenario em jornais***

**Título:** Guanajuato 20% debajo de Hidalgo por refinería: Pemex

**Fecha:** Lunes, 27 de julio de 2009

**Publicación:** El Semanario

Hidalgo cuenta con 635 de los 837 títulos de propiedad ejidal, 72.7%; mientras que Guanajuato tiene 212 de 108, 51.2%

CIUDAD DE MÉXICO.- Hasta el momento Hidalgo sigue a la delantera en la competencia por adjudicarse la construcción de la nueva refinería de Petróleos Mexicanos (Pemex), mientras que Guanajuato sigue acelerando para completar los requisitos necesarios -toda vez que la diferencia entre uno y otro es de cerca del 20%- , señaló Jesús Reyes Heróles, director general de la paraestatal.

En entrevista con Carmen Aristegui, para MVS Radio, el funcionario indicó que, de acuerdo con el corte a las 12:00 horas de ayer realizado por la Secretaría de la Reforma Agraria (SRA), Hidalgo cuenta con 635 de los 837 títulos de propiedad ejidal, un 72.7%, de donde se edificaría la refinería Bicentenario.

Mientras que Guanajuato tiene 212 de 108, es decir, un 51.2%.

Lo que se traduce en que Salamanca, Guanajuato, tiene 408 hectáreas de las 700 requeridas, e Hidalgo cuenta con 493. Destacó que diariamente la SRA realizará un corte a esta situación e informará de ella, por lo que hoy a las 12:00 horas se darán a conocer más detalles sobre la misma.

Reyes Heróles aseguró que en el anuncio del viernes pasado "no hubo sorpresas, ni prórroga", pues desde abril se anunció que si Hidalgo no completaba los requisitos, el día cien más uno Guanajuato entraría en la competencia, y que inició la segunda etapa de esta parte del proyecto.

Comentó que ambos gobiernos han avanzado con rapidez en la busca del polígono para construir la refinería y que destacó que "en 100 días se ha hecho mucho, pero son muchos los trámites" que deben realizar y no les alcanzó el tiempo.

Respecto a las acusaciones de que está favoreciendo a Hidalgo por su simpatía priista, Reyes Heróles aseguró que Pemex ha trabajado con transparencia y basado su decisión con argumentos técnicos y económicos.

Aseveró que quienes saben del tema dicen que no hay duda de que Tula (Hgo.) es el mejor sitio y que tiene una pequeña ventaja: la tasa interna de retorno.

Agregó que la construcción de la refinería en Salamanca sería mayor en 1,500 millones de dólares que si se edifica en Hidalgo, además de que implicaría un gasto adicional en infraestructura para transportar los combustibles.

"Estoy seguro que el comportamiento Pemex ha sido puntualmente técnico y económico", precisó el funcionario.

Precisó que el primero de los gobiernos estatales que tenga toda la documentación que acredite su capacidad de adquirir los terrenos en los que se levantará la nueva refinería será la que se convierta en la sede de la misma. (El Semanario Agencia, ESA).

**Título:** Gana ICA licitación de refinería

**Fecha:** Jueves, 16 de febrero de 2012

**Publicación:** El Sol de Hidalgo

**Autor:** César Martínez

Tula de Allende, Hidalgo.- Ayer se dio el fallo de adjudicación de la licitación pública internacional P1LIO41044 para la contratación de los Servicios de Ingeniería y Administración del Proyecto en la Etapa FEL III de la Nueva Refinería en Tula de Allende.

Así lo informó el vocero oficial de la refinería Miguel Hidalgo, Fabricio Ulises Guerra, quien agregó que en esta licitación participaron cuatro asociaciones de empresas de reconocida capacidad y experiencia en el desarrollo de proyectos de la misma naturaleza y magnitud que el de la nueva refinería.

Las citadas asociaciones fueron Technip Italy, asociado con Ch2mhill, Senermex y Technip de México; ICA Fluor Daniel, asociado con Fluor Enterprises Inc., Fluor Limited, Fluor Canada Ltd, Fluor S.A., Fluor Daniel Illinois Inc., Fluor Engineering Corporation, Fluor Daniel Latin America Inc., Fluor Consultants B.V., Fluor Transworld Services Inc. y Fluor Intercontinental Inc., además de Foster Wheeler USA Corporation, asociado con Foster Wheeler Italiana, Foster Wheeler Energy Limited, Process Consultants Inc., Northam Engineering y CONIP Contratistas, S.A. de C.V.

"La propuesta con las mejores condiciones para Pemex Refinación fue la presentada por ICA Fluor Daniel y sus empresas asociadas", indicó el informante.

Expuso que este proceso de licitación se llevó a cabo en dos etapas: en la primera, de precalificación, se evaluó que las empresas demostraran experiencia en el desarrollo de ingeniería y administración de proyectos en refinerías de capacidad equivalente a la nueva refinería, así como contar con recursos técnicos y humanos a fin de desarrollar este proyecto.

En una segunda, se evaluaron las propuestas técnico-económicas de las cuatro asociaciones de empresas, resultando solventes tres de las cuatro propuestas.

De acuerdo con lo establecido en las bases de licitación, la cual fue publicada en el Diario Oficial de la Federación el 22 de noviembre de 2011, el mecanismo de adjudicación consideró que el contrato sería asignado a aquellas empresas que sumaran la mayor cantidad de puntos, tomando en cuenta el precio de la propuesta, la experiencia en desarrollo de proyectos similares y el contenido nacional..

El contrato tendrá una duración de 421 días, con un monto de 135 millones de dólares.

Asimismo, se firmará el próximo 2 de marzo e iniciará su vigencia el 12 del mismo mes.

"Es importante resaltar que estos trabajos se ejecutarán con un 63% de contenido nacional, con lo que Pemex apoya el desarrollo de la ingeniería mexicana", precisó.

Por último, aseveró Ulises Guerra, Petróleos Mexicanos reitera su compromiso de llevar a cabo la construcción de la nueva refinería en Tula, con la participación de empresas de reconocido prestigio internacional.

**Título:** Refinería, otra opción  
**Fecha:** Jueves, 27 de agosto de 2009  
**Publicación:** Excélsior

Refinería, otra opción

En ICA aseguran que en el país hay sólo 30 por ciento de capacidad de ingeniería para lograr el Programa Nacional de Infraestructura (PNI), lo mismo que se refleja en la edificación de la nueva refinería en Hidalgo.

José Luis Guerrero, director general de la empresa, dijo que buscarán participar en la licitación de parte de la infraestructura, pero ven que será necesario que Pemex se apoye en varias compañías.

“Es un reflejo de lo que pasa en el mundo. 50 por ciento de los ingenieros y científicos del mundo están en Asia, principalmente en India y China. Si a eso le sumamos que 50 por ciento de estos profesionistas en Estados Unidos están por retirarse en menos de cinco años, se complica el escenario. Por ello tenemos que acudir a otras naciones; ICA Flour no tiene la capacidad para desarrollar la infraestructura de esta nueva refinería”, dijo el directivo.

**Título: Invertiría ICA casi 11 mdd en nueva refinería**

**Fecha: Jueves, 7 de agosto de 2008**

**Publicación: SUN (Servicio Universal de Noticias)**

MEXICO, D.F., agosto 6 (EL UNIVERSAL).- Ingenieros Civiles Asociados (ICA) invertiría más de 10 mil 800 millones de dólares para la construcción de la nueva refinería que anunció el gobierno federal la semana pasada.

El director de ICA Flour, Juan Carlos Santos, explicó que la firma constructora más importante de México está dispuesta a adecuarse al esquema de licitación que elijan las autoridades, aunque "nos gustaría que fuera con recursos propios, del gobierno, y nosotros estaríamos participando como contratistas de Petróleos Mexicanos (Pemex) mediante los esquemas de obra pública tradicionales".

Agregó que "estamos en espera de poder apoyar con conocimiento técnico y con la experiencia que hemos demostrado para desarrollar estos nuevos planes, no sólo en trabajos de reconfiguración del sistema nacional de refinación sino también en el nuevo complejo refinador".

- ¿Sólos o en sociedad? Se le pregunto.

- En función de como Pemex pretenda sacar la licitación; podemos participar con otros inversionistas formando un consorcio, porque sabemos que hay empresas interesadas en dicho proyecto.

- ¿Tienen una cartera de probables socios?

- Hay varias empresas interesadas, europeas, asiáticas y particularmente en el caso del financiamiento serían orientales, las cuales están dispuestas a traer su dinero a México.

"Por nuestra parte, añadió, tenemos tecnología que compartimos con nuestro socio estadounidense y que representa una fortaleza para poder obtener el contrato".

- ¿Ya han tenido acercamiento con autoridades del sector?

- Estamos a la expectativa y cuando salga la licitación nos adecuaremos para poder contribuir a la expansión del sistema nacional de refinación.

En tanto, funcionarios de Pemex explicaron que, independientemente de la aprobación o no de la reforma energética, el proyecto tiene que avanzar porque es compromiso que se asumió con el Congreso de la Unión, por lo que es previsible que el financiamiento para la obra provendrá del erario público, vía esquema Pidiregas.

"Ahora que si se aprueba la reforma -indicaron-, estaría presente la inversión privada y se



acelerarían los trabajos para concluirla antes del 2015".

La nueva refinería tendrá un costo de entre 9 mil y 10 mil 800 millones de dólares con una capacidad de procesamiento de 300 mil barriles diarios de petróleo crudo, según el Estudio de Viabilidad para Construir una Nueva Refinería en México presentado el pasado 30 de julio.

Este monto de recursos incluye las plantas de proceso y servicios auxiliares, terreno y acondicionamiento del sitio, infraestructura de transporte y almacenamiento de crudo y productos, así como los costos administrativos y de ingeniería asociados.

Se tiene previsto que, en las condiciones actuales del mercado de construcción y con un programa de ejecución eficiente, la edificación del nuevo complejo podría comenzar en 2010, para que inicie operaciones hacia 2015.

De llevarse a cabo este proyecto, según el documento, la producción de gasolinas se incrementaría aproximadamente 142 mil barriles diarios y la de destilados intermedios en 94 mil barriles, lo cual contribuiría a reducir de manera parcial el déficit interno de gasolinas y exportar de manera marginal destilados intermedios hacia 2016.

**Título:** Asigna Pemex contrato para la ingeniería de la refinería de Tula

**Fecha:** Jueves, 16 de febrero de 2012

**Publicación:** La Jornada

Asigna Pemex contrato para la ingeniería de la refinería de Tula

En los trabajos se incorporarán 63 por ciento de insumos y recursos humanos nacionales

El nuevo complejo contará con 17 plantas para refinar 250 mil barriles de crudo al día

VÍCTOR CARDOSO

Petróleos Mexicanos (Pemex) asignó a ICA Fluor Daniel el contrato para desarrollar la ingeniería de la nueva refinería que se construirá en Tula, estado de Hidalgo, proyectado para concretarse en 421 días a partir del 2 de marzo y con un costo de 135 millones de dólares.

ICA Fluor Daniel conformó un consorcio con otras empresas asociadas y es filial de Ingenieros Civiles Asociados (ICA), la mayor constructora del país, que cuenta con los contratos más importantes de obra pública federal y estatal, así como concesiones carreteras, de distribución de agua y aeropuertos.

El consorcio ganador está conformado además de ICA Fluor Daniel por Fluor Enterprises Inc, Fluor Limited, Fluor Canada Ltd, Fluor SA, Fluor Daniel Illinois Inc, Fluor Engineering Corporation, Fluor Daniel Latin America Inc, Fluor Consultants BV, Fluor Transworld Services Inc y Fluor Intercontinental Inc.

Según Pemex, la empresa ganadora presentó la mejor propuesta económica, de experiencia y de contenido nacional, frente a la de los otros tres participantes: Technip Italy, que participó asociado con CH2MHill, Senermex y Technip de México; Foster Wheeler USA Corporation, asociado con Foster Wheeler Italiana, Foster Wheeler Energy Limited, Process Consultants Inc, Northam Engineering y Conip Contratistas SA de CV además de la estadounidense KBR USA LLC.

Según la opinión de Pemex se trata, en todos los casos, de empresas de reconocida capacidad y experiencia” en el desarrollo de proyectos similares a la nueva refinería en Tula.

Este proceso de licitación se llevó a cabo en dos etapas: en la primera, de precalificación, se evaluó que las empresas demostraran experiencia en el desarrollo de ingeniería y administración de proyectos en refinerías de capacidad equivalente a la nueva refinería, así como contar con recursos técnicos y humanos para desarrollar este proyecto.

En una segunda etapa se evaluaron las propuestas técnico-económicas de las cuatro asociaciones de empresas, resultando solventes tres de las cuatro propuestas”, informó la petrolera.

Indicó que de acuerdo con las bases de licitación emitidas en noviembre de 2011, el mecanismo de adjudicación consideró que el contrato sería asignado a aquellas empresas que sumaran la mayor cantidad de puntos, tomando en cuenta el precio de la propuesta, la experiencia en desarrollo de proyectos similares y el contenido nacional.

Pemex indicó que los trabajos a realizarse estarán conformados en 63 por ciento con insumos y recursos humanos nacionales (contenido nacional), mecanismo utilizado para impulsar la industria local y el desarrollo de los profesionales de la ingeniería mexicana.

La ingeniería para la nueva refinería de Tula es la tercera etapa del proyecto concebido para incrementar la producción de combustibles para automóviles y sustituir la importación de este tipo de productos, cuyo costo en 2011 fue de 29 mil 403.6 millones de dólares. La nueva refinería contará con 17 plantas de proceso con capacidad para refinar 250 mil barriles de crudo y 73 mil barriles de residuo de vario por día. El costo total se calcula en 129 mil millones de pesos, de los cuales ya se invirtieron 3 mil 144 millones el año pasado.

La primera etapa la constituyó la identificación del estado del país donde quedaría ubicada así como la disponibilidad de tierras para su edificación; la segunda fase es la construcción de la barda perimetral del terreno que ocuparán las nuevas instalaciones y que actualmente se encuentra en proceso, aunque con algunos retrasos en su calendario que según fuentes de la empresa no afectan la totalidad del proyecto programado para iniciar operaciones en septiembre de 2016.

**Título: Gana ICA licitación para desarrollo de ingeniería en nueva refinería**

**Fecha: Jueves, 16 de febrero de 2012**

**Publicación: Notimex**

México, 15 Feb. (Notimex).- La constructora ICA Fluor Daniel y sus empresas asociadas ganaron la licitación para el desarrollo de ingeniería y administración del Proyecto en la Etapa FEL III de la nueva refinería en Tula, Hidalgo. Petróleos Mexicanos (Pemex) informa en un comunicado que esa compañía presentó la propuesta con las mejores condiciones para Pemex Refinación. Detalla que el contrato tendrá una duración de 421 días, con un monto de 135 millones de dólares, con base en un contrato que se firmará el 2 de marzo próximo. La paraestatal menciona que los trabajos de construcción se llevarán a cabo con un 63 por ciento de contenido nacional, a fin de apoyar el desarrollo de la ingeniería mexicana. Indica que en el proceso de licitación participaron Technip Italy, ICA Fluor Daniel, Foster Wheeler USA Corporation y KBR USA LLC, asociadas con empresas de reconocida capacidad y experiencia en el desarrollo de proyectos de la misma naturaleza y magnitud que el de la nueva refinería en Tula. Pemex detalla que para la licitación, primero se evaluó la experiencia de las constructoras en el desarrollo de ingeniería y administración de proyectos en refinerías de capacidad equivalentes, además de contar con recursos técnicos y humanos para ello.

**Título: Hidalgo compra terrenos a campesinos, refinería cerca**

**Fecha: Lunes, 15 de junio de 2009**

**Publicación: El Semanario**

Los 168 propietarios de terrenos de cultivo aceptaron la oferta de 150 pesos el metro cuadrado, es decir, 1.5 millones por hectárea

MÉXICO, 15 de junio, 2009.- El gobierno de Hidalgo amarró ayer las 350 hectáreas que componen el ejido de El Llano, en Tula, con lo que aseguró casi en su totalidad el polígono más atractivo para la construcción de la Refinería Bicentenario.

Luego de una intensa jornada, cita Milenio, que se prolongó por más de tres horas de negociaciones en el auditorio ejidal de la localidad, los 168 propietarios de terrenos de cultivo aceptaron la oferta de 150 pesos el metro cuadrado, es decir, 1.5 millones por hectárea.

Con la compra de terrenos en El Llano, el gobierno de Miguel Osorio Chong ha completado las 700 hectáreas que requiere para la construcción del complejo petroquímico.

Hasta el momento, Hidalgo tiene acuerdos con El Llano, Tula, Tlaxcoapan, Bomintzhá y San Pedro Alpuyecá. Falta San Lorenzo.

También se acordó la creación de una sociedad empresarial mercantil, misma que se encargará de darle una figura jurídica para que los ejidatarios se constituyan en una empresa para la construcción, mantenimiento y transporte durante el periodo en que se realicen los trabajos de edificación. (El Semanario Agencia, ESA)

**Título:** Hidalgo despeja terreno para nueva refinería

**Fecha:** Miércoles, 17 de junio de 2009

**Publicación:** El Financiero

**Autor:** Alberto Witvrun / Finsat

TULA, Hgo., 16 de junio.- Al término de las negociaciones con el secretario de Administración del estado de Hidalgo, José Alberto Narváez, se confirmó el acuerdo de compraventa de 276 hectáreas con ejidatarios de Tula, para la construcción de la nueva refinería.

El acuerdo entre los ejidatarios y negociantes se fijó en 1.5 millones de pesos, ya que los dueños exigieron el mismo precio que se pactó en El Llano, que es el valor más alto que se ofreció a los dueños de los terrenos.

A 37 días de que se cumpla el convenio otorgado por parte del gobierno federal, fueron 13 ejidos los que firmaron y aceptaron entre 900 mil y 1.5 millones de pesos por hectárea.

Aunque aún faltan entre 70 y 80 hectáreas para completar el polígono de 700 que pidió Petróleos Mexicanos para la construcción de la refinería.

Bicentenario

Y se espera que en próximas horas se complete el acuerdo de compra de las restantes, aunque se señaló que podrían ser más, ya que de realizarse la refinería Bicentenario, como la llamarían en la entidad, tendrían espacio extra para la construcción de un área de amortiguamiento ecológico.

Ejidatarios de Tula confirmaron la firma de un convenio por 1.5 millones de pesos por hectárea, aunque un grupo de inconformes no firmó debido a que su solicitud era de dos millones. Cabe mencionar que los 13 ejidos llegaron a un acuerdo económico en reuniones separadas.

Por su parte, la secretaria de Finanzas del estado de Hidalgo, Nuvia Mayorga Delgado, señaló que están a la espera de los acuerdos por parte de los ejidatarios para enviar al Congreso la documentación y que se les apruebe la solicitud del crédito.

Estimó que no habrá ningún problema para obtenerlo debido a la magnitud e importancia del proyecto.

**Título:** Ejidatarios de Hidalgo firman carta para vender terrenos para la refinera  
**Fecha:** Jueves, 18 de junio de 2009  
**Publicación:** La crónica de hoy  
**Autor:** Redacción

Ejidatarios de Doxey, Hidalgo, pertenecientes al llamado polígono F1, firmaron ayer una carta de intención con el gobierno de ese estado, con la finalidad de vender sus terrenos en 120 pesos el metro cuadrado, mismos que serían destinados a la construcción de la nueva refinera de Pemex.

En reunión con el secretario de Obras Públicas del gobierno hidalguense, Cuauhtémoc Ochoa, los campesinos reiteraron su intención de apoyar el proyecto de la refinera Bicentenario, pero pidieron igualar el precio de compra de 150 pesos.

El ejido Doxey, junto con Tlaxcoapan, Atitalaquia, Teocalco y Tlamaco pertenece a uno de los polígonos que el gobierno estatal busca negociar con los campesinos, a 36 días de que se cumpla el plazo de 100 días impuesto por Pemex para que se entreguen las tierras.

En la reunión, el secretario de Obras les ofreció inicialmente 110 pesos por metro cuadrado y señaló en seguida que la última propuesta del gobernador Miguel Ángel Osorio Chong era de 120 pesos.

**Título: Definen polígono para la refinería**

**Fecha: Viernes, 24 de julio de 2009**

**Publicación: El Diario De Coahuila**

**Autor: El Universal**

Los ejidos de Atitalaquia, Tlaxcopan, Doxey y Tula conforman el área que se designó para la construcción de la refinería Bicentenario, luego de que El Llano no calificara ante el Registro Agrario Nacional (RAN) para formar el polígono inicial que se tenía destinado.

PACHUCA, HGO.- De acuerdo con la Secretaría de la Reforma Agraria (SRA), de los ocho ejidos que llegaron a ser validados, sólo siete calificaron y obtuvieron el dominio pleno de sus tierras. Ante ello desde el miércoles esta dependencia ofrece servicio público las 24 horas, a fin de que los campesinos puedan agilizar sus trámites de canje de certificados de propiedad por los títulos.

A bordo de 25 camiones productores de esa zona se trasladaron desde las seis de la mañana a la capital del estado, donde llevan a cabo sus trámites que les permitan realizar el cambio de régimen de sus tierras de propiedad social a privada.

Para agilizar los trámites la delegación de la SRA, cuenta con el apoyo de oficinas centrales y de otras delegaciones, a fin de que se pueda dar certidumbre a los ejidatarios.

A 100 días de que se impuso el plazo para que Hidalgo entregara a Pemex, en donación las 700 hectáreas, para construir la refinería, y en la víspera de que las autoridades de la paraestatal y federales, den a conocer el dictamen del polígono, Hidalgo continúa con los trámites legales para la transferencia de las tierras.

Los ejidatarios que arribaron a la capital del estado dieron a conocer que la noche del miércoles, a través de perifoneo el comisariado ejidal Valentín Montoya Cerda, se reunieron en la plaza principal para partir hacía Pachuca.

Durante varias horas los productores se mantuvieron en las oficinas estatales de Reforma Agraria.



**Título:** Sin refinería, pero el Sindicato Petrolero ya amarró prestaciones, revela informe

**Fecha:** Viernes, 3 de junio de 2011

**Publicación:** Excélsior

**Autor:** Leticia Robles de la Rosa

CIUDAD DE MÉXICO, 3 de junio.- A casi dos años de que se anunció la construcción de la Refinería Bicentenario en Tula, Hidalgo, los terrenos no cuentan siquiera con una barda perimetral, pero el sindicato petrolero ya amarró las prestaciones para sus trabajadores.

Un informe entregado por Petróleos Mexicanos (Pemex) al Congreso de la Unión refiere que el proyecto, lanzado desde agosto de 2009, lleva un avance de apenas 4.46 por ciento, lo que incluye las garantías laborales para integrantes del Sindicato de Trabajadores Petroleros de la República Mexicana (STPRM).

"Se definieron los requerimientos de infraestructura externa (centro de desarrollo infantil, zona habitacional, avenida principal, vialidades secundarias, áreas verdes, estacionamientos, franja de seguridad, etc.)", reporta el Informe de Avance del Programa para Incrementar la Eficiencia en Petróleos Mexicanos y sus Organismos Subsidiarios al Primer Trimestre de 2011.

El reporte de Pemex muestra que, en el papel, ya está todo el "desarrollo de la ingeniería conceptual", que incluye los elementos que tendrá la nueva refinería, así como las instalaciones que la rodearán, pero en los hechos ni siquiera se ha comenzado a construir la barda alrededor del predio.

La refinería avanza al 100%... en papel

Sin concluir siquiera la barda perimetral, a 20 meses de anunciar su construcción, a fin de contribuir a que México cuente con una mayor independencia en materia de gasolinas, la nueva refinería en Tula, Hidalgo, reporta un avance de sólo el 4.46%, como la garantía de que el Sindicato de Trabajadores Petroleros de la República Mexicana contará con todas sus prestaciones laborales.

"Se definieron los requerimientos de Infraestructura Externa (CENDI, Sindicato, IMP, Zona Habitacional, avenida principal, vialidades secundarias, áreas verdes, estacionamientos, franja de seguridad, etc.)", reporta el Informe de Avance del Programa para Incrementar la Eficiencia en Petróleos Mexicanos y sus Organismos Subsidiarios al Primer Trimestre de 2011, que Pemex entregó al Senado y a la Cámara de Diputados, y donde detalla todo lo realizado para la construcción de la nueva refinería en Tula, Hidalgo.

El reporte de Pemex muestra que, en el papel, ya está todo el "desarrollo de la Ingeniería Conceptual", que incluye todos los elementos que tendrá la nueva refinería, así como las instalaciones que la rodearán, pero en los hechos ni siquiera se ha comenzado a construir la barda perimetral, pues recién fue el 7 de marzo pasado cuando la empresa Martínez Aguilar Construcciones, S.A. de C.V., firmó el contrato de construcción de la barda.

También precisa que será en estos días cuando el Grupo de Trabajo de Inversiones (GTI) apruebe el proyecto de la etapa Front End Loading (FEL)-II, la cual se refiere todavía a la fase conceptual del proyecto de construcción, y consiste en arrancar la etapa de la ingeniería del proyecto, pero no hace referencia alguna sobre cuándo estarán las proyecciones sobre el FEL III, que consiste en el desarrollo de la ingeniería básica y se estiman los costos de construcción, previa a la fase misma de edificación de la refinería.

Hace ver que uno de los factores del retraso en la construcción de estas instalaciones es que se trata de una zona con vestigios arqueológicos, lo cual llevó al Instituto Nacional de Antropología e Historia a proteger un área original de 48.7 hectáreas.

"Al mes de marzo continúan los estudios de prospección arqueológica por parte del INAH. Para propósitos de estudio y de liberación del terreno, el INAH ha dividido el predio en cinco zonas. Actualmente, ha liberado dos de esas cinco zonas y el trazo de la barda. Continúa el desarrollo del estudio en las restantes tres zonas. Se programa terminar en el mes de mayo el estudio de prospección", dice el texto.

La noche del 5 de abril, el secretario de Energía, José Antonio Meade, informó a los integrantes de la Comisión de Energía del Senado que la nueva refinería estará terminada en 2016 y su producción permitirá que México reduzca la importación de gasolinas a 27%; actualmente está entre 40% y 45%, precisó en aquella ocasión.

Pero a 20 meses de anunciar su construcción, Pemex no ha logrado traducir a la realidad la construcción de estas instalaciones, que sólo están en papel.

En el reporte oficial, Pemex identifica como Avances 2010 la conclusión de la Ingeniería Conceptual correspondiente a la etapa FEL-II, que incluyó, entre otros, "los estudios morfológicos, los términos de referencia para las unidades de proceso, la selección de opciones tecnológicas, el plano general de localización de unidades de proceso, tratamientos y servicios, torres de enfriamiento y casas de bombas, el esquema integral de procesos, la definición del número y capacidad de tanques de almacenamiento de cargas, productos intermedios y finales y su ubicación.

"Los diagramas de interconexión entre plantas de proceso en ruteo y prediseño y los diagramas de interconexiones con la refinería Miguel Hidalgo de Tula (agua, vapor, energía

eléctrica, gas, combustible e hidrógeno) y se definieron los sistemas integrales para optimizar el uso del agua, considerando el máximo reúso de agua recuperada tratada, sistemas de desfogues, sistemas eléctricos, sistemas de seguridad y contra incendio, redes de drenaje, etc. También incluyó la definición de accesos carreteros y ferroviarios, edificios e infraestructura complementaria", detalla.

Se definió la construcción y el trazo del Oleoducto de Nuevo Teapa-Tamarindos-Jalapa-Tula, de 642 kilómetros; que el suministro de gas se realizará por un ramal del gasoducto Cactus-Guadalajara, con una longitud de 22.8 kilómetros, y se desarrolló la propuesta de un poliducto desde la nueva refinería hasta la zona sur-oriente del Valle de México.

**Título:            Gobierno estatal endeudado por compra de terrenos para la Refinería**

**Fecha:            Viernes, 8 de julio de 2011**

**Publicación:    Síntesis De Hidalgo**

**Autor:           Dolores Michel**

El gobierno del estado analiza la posibilidad de renegociar la tasa de interés que paga por los mil 500 millones de pesos de deuda pública, contraída para la compra de los terrenos destinados a la Refinería Bicentenario.

Nuvia Mayorga Delgado, secretaria de Finanzas del gobierno estatal, indicó que esta posibilidad es analizada para determinar la conveniencia o no de hacerlo, ya que subrayó, del resto de la deuda pública que tiene la administración estatal se cubre la tasa de interés más baja que existe en el mercado, de TIE más 1.14 “Ningún estado en el país tiene esta tasa, la más baja de todas, en lo que se refiere a su deuda pública.”

El gobierno estatal tiene una deuda superior a los 3 mil 800 millones de pesos, la cual ha venido siendo cubierta con toda oportunidad, aseguró la funcionaria, para resaltar que los pagos oportunos de la misma fueron los que facilitaron la renegociación de la deuda primaria, de dos mil 400 millones de pesos, y permitiría renegociar el endeudamiento de mil 500 millones de pesos extras.

**Título: Sigue vigente plan regional para refinería**

**Fecha: Jueves, 1 de septiembre de 2011**

**Publicación: Síntesis De Hidalgo**

**Autor: Jorge Vargas**

Pese a que el inicio de la construcción de la Refinería Bicentenario tardará aproximadamente dos años, no se planea hacer ajustes al Plan Maestro de Ordenamiento Urbano de la Región Tula-Tepeji, que realizó la pasada administración estatal, así lo anunció el secretario de Planeación, Desarrollo Regional y Metropolitano.

Alberto Meléndez Apodaca resaltó que dicho proyecto es un trabajo que se realizó de manera muy profesional y por gente muy destacada, que desde luego seguirá siendo la guía primordial para la ejecución de cualquier obra en la zona que albergará a la paraestatal.

“En este momento estamos desarrollando los propios programas municipales, entonces por ahorita no hay una propuesta de cambiarlo, sino de ir trabajando con los nuevos modelos que tienen que ir bajando hasta el nivel municipal”.

El funcionario refirió que dicho modelo establecido durante la gestión de Miguel A. Osorio Chong, tenía considerado el periodo que tardaría la construcción de la refinería, características que le otorgan una vigencia de largo plazo, aunque tampoco descartó que al ritmo en que sea ejecutado, sufra algunos cambios.

“Todos estos modelos como en el caso también del Plan Estatal de Desarrollo tendrán que ir sobre la marcha, adecuándose obviamente en torno a las circunstancias y a las características que se vayan teniendo, tampoco te digo que no se va a cambiar pero por el momento no lo requiere porque contamos con un producto muy profesional, muy establecido que refleja las necesidades, incluso de la refinería”.

Asimismo, explicó que los planes municipales son un recurso que está establecido dentro de los fondos metropolitanos para poderlos llevar a cabo, lo cual tiene que ser un reflejo del plan de la región, para establecer las necesidades específicas para cada municipio como en Tula, Atitalaquia, Tepeji y Mixquiahuala.

**Título: Por la instalación de refinería Bicentenario**

**Fecha: Viernes, 9 de septiembre de 2011**

**Publicación: El Sol de Hidalgo**

**Autor: Rosalía Maldonado**

Tula de Allende, Hidalgo.- La Red Regional de Organizaciones de la Sociedad Civil y Ciudadanos del Sur del Valle del Mezquital anunciaron la elaboración de un diagnóstico de la situación socio-ambiental de la región Tula y el impacto que tendrá la instalación de la refinería Bicentenario y otros megaproyectos.

En rueda de prensa, los integrantes de esta agrupación recién conformada por 12 asociaciones civiles presentaron su proyecto de trabajo.

Ramiro Marañón, del Centro de Derechos Humanos Económicos, Sociales y Culturales, explicó que trabajan en cuatro comisiones que tienen tareas fundamentales, una comisión de comunicación, otra de Diagnóstico y Propuestas que elaborará una agenda ciudadana que les permitirá interactuar con otros actores públicos, privados y académicos que tengan influencia y decisión en los temas que les interesan.

Igualmente, en una Comisión de Cabildeo y Consenso Social, y un "Observatorio Ciudadano", a través del cual se canalizarán las opiniones, inquietudes y propuestas de la gente con objeto de ir construyendo colectivamente una corriente de interlocución con las esferas gubernamentales para incidir en el desarrollo de las políticas públicas.

Señalaron que este esfuerzo lo llevarán a cabo sin importar si se construye o no la refinería Bicentenario, pues hay otros megaproyectos que impulsa el Banco Mundial en la región, como la edificación de cuatro ciudades inteligentes.

"La carretera Arco Norte es parte de ese gran proyecto para esas ciudades, a las que llegarían, se calcula, 20 millones de personas, y lo que nos preocupa es que en todo el proyecto no hay un renglón donde se hable sobre qué se hará con la gente que habita en esta región", señaló Sabino Juárez Corona, integrante de la asociación Comunero de Tezontepec.

Juárez Corona agregó que les preocupan también que herramientas como los Censos Poblacionales, los cuales sirven de base para tomar decisiones en cuanto a las políticas públicas, no se realicen con un margen de 10 años..

"Principalmente, que los resultados se conozcan cinco años después de aplicados, porque para entonces la información demográfica ya cambió y se toman decisiones erradas. En ese tipo de cosas es en lo que queremos incidir, que seamos una expresión de la sociedad que actualice

los temas".

Martha González, del Centro de Desarrollo Humano y Comunitario, indicó que más allá de ser meramente observadores y aportar opiniones, lo que pretenden con esta Red y la creación del Observatorio Ciudadanos es ser sujetos activos y no queremos quedarnos sólo en el ámbito de la queja.

**Título:** Se extingue euforia por la refinería

**Fecha:** Martes, 20 de septiembre de 2011

**Publicación:** Síntesis De Hidalgo

**Autor:** Dolores Michel

La euforia por invertir, abrir nuevos comercios, hoteles, restaurantes, construir viviendas, etcétera, que despertara el anuncio de la construcción de la Refinería Bicentenario, en Tula, se ha ido apagando al paso del tiempo, mientras se observan prácticas dilatorias de Pemex para cumplir con el proyecto, como el levantar una barda perimetral a paso de tortuga.

Rogelio González Paredes, delegado de la Cámara Nacional de Comercio (Canaco), en Tula, informó lo anterior al tiempo que anunció que será en la región de Tula-Tepeji en donde arrancará la Cruzada por la Afiliación del Comercio, que se llevará a unos dos mil establecimientos comerciales en 70 municipios en el estado.

El representante de la Canaco en Tula, en donde no existe este organismo empresarial como tal, hizo notar que cunde el desánimo entre el sector productivo en aquella región de Hidalgo, al observar el desinterés de Pemex por cumplir con su compromiso de construir una nueva planta de refinación en la zona.

Los empresarios que se apuntaban para invertir en industria, comercios y servicios en esa zona, para atender a los millares de trabajadores que participarían en la construcción de esta refinería, han optado por tomar las cosas con calma en espera de que se defina si será construida, o finalmente no, la nueva planta.

"Es que simplemente desconocemos qué pasará", afirmó el empresario tulense, para recordar que si bien Pemex ha asegurado en reiteradas ocasiones que la construcción de esta refinería sigue en pie, que se trabaja conforme al proyecto, en la práctica la población de aquella región no ve el movimiento que debiera darse ya si se hubieran aplicado los multimillonarios recursos presupuestados a este proyecto.

"Sí vemos la construcción, lenta, de la barda perimetral, pero nada en sí en lo que se refiere a la construcción de la planta conforme a los anuncios que se hicieran hace dos años".



**Título:** Pide Congreso el cronograma de la refinería

**Fecha:** Martes, 15 de noviembre de 2011

**Publicación:** Síntesis De Hidalgo

**Autor:** Jaime Arenalde

Los diputados que integran la LXI legislatura local preparan un nuevo llamado a Pemex y al gobierno federal para que inicie la construcción de la refinería Bicentenario, además de exigir que Pemex, haga público el cronograma de las obras, informó el presidente de la Junta de Gobierno del Congreso local de Hidalgo, Ramón Ramírez Valtierra.

Luego de señalar que desde el 2010 debieron haber iniciado en forma los trabajos de construcción el legislador lamentó que un año después sólo existe discurso, "que nos digan qué se debió haber hecho en 2010, qué en el 2011 y qué se va hacer en el 2012 y cuánto se requiere de recursos para eso, porque según el compromiso del director de Pemex en marzo se tiene que sacar la licitación para contratar a las empresas que construyan las plantas".

Ramírez Valtierra, añadió que sólo habrá certidumbre de que se respetará el proyecto, una vez que se inicie la construcción de las plantas, "lo que tenemos que exigirle a Petróleos Mexicanos, es que el programa oficial de construcción de la refinería, a mí me lo dieron de manera económica, pero lo que deben hacer ellos, es presentarlo de manera pública y oficial".

En ese sentido, manifestó que el proceso de licitación no debe de llevar más de dos meses y si se respeta como lo ha planteado Pemex, a principios de mayo se deben de contratar las empresas para construir las plantas, sin embargo desconfió de ello, ya que aseveró que en el presupuesto, el gobierno federal sólo adjudicó mil 340 millones de pesos para el proyecto de la nueva refinería.

"Cuando creo yo, que se deben de solicitar alrededor de 35 mil millones de pesos para contratar y pagar anticipos a las empresas que ganen la licitación". Ante ello, reiteró "por supuesto que habrá un nuevo llamado al gobierno federal".

De igual manera recordó que la apertura del proyecto fue una iniciativa de gobierno federal, que además llevó a cabo un proceso que calificó como tortuoso al poner a competir a los gobierno de Hidalgo y Guanajuato. "No es algo que nosotros hayamos pedido, es algo que anunció y comprometió el gobierno federal, inclusive condicionaron a que el gobierno donara los terrenos cosa que implicó la contratación de un crédito".

**Título: Refinería de Salamanca será reconfigurada**

**Fecha: Jueves, 17 de noviembre de 2011**

**Publicación: Pulso**

**Autor: El Universal**

El gobernador Juan Manuel Oliva informó que en 2012 se realizará la reconfiguración de la Refinería de Salamanca aprobada en 2009 por Petróleos Mexicanos (Pemex), después de que asignó al estado de Hidalgo la construcción de la Refinería Bicentenario.

La reconfiguración representa la generación de mil 800 empleos y reducir hasta en un 99 por ciento las emisiones contaminantes, dijo.

"La reconfiguración tendría como objetivo que el proceso del petróleo se haga casi al 95 o 99 por ciento y no tenga emisiones contaminantes o sean muy mínimas, lo que nos permitirá una mayor eficiencia de la refinación y de los productos que se elaboran ahí", explicó el mandatario.

Oliva destacó que el proceso de producción de Pemex vendría a consolidar a Salamanca como el municipio libre de precontingencias ambientales (este año se han registrado dos), como lo ofreció el presidente Felipe Calderón.

En 2009, el gobierno del estado de Guanajuato compitió con el estado de Hidalgo por la refinería para lo que adquirió 911 hectáreas y al no obtener el falló a su favor obtuvo de la paraestatal el compromiso para la reconfiguración de la Refinería Antonio M. Amor, de Salamanca, en la que se invertirán tres mil 76 millones de dólares.

El gobernador informó que están concluidos los estudios técnicos para la obra y una vez autorizados se pondrá la primera piedra, aunque la fecha la tendrá que comunicar la paraestatal.

**Título:** Se elevó débito por compra de tierras para refinería

**Fecha:** Martes, 13 de diciembre de 2011

**Publicación:** La Crónica de Hoy

**Autor:** Alberto Quintana

Con la aprobación del Congreso local de 2 mil 500 millones de pesos para reestructurar la deuda estatal y contratar un financiamiento con Banobras, se registra un endeudamiento por más de 6 mil 300 millones de pesos.

Durante el gobierno del ex mandatario Miguel Osorio Hidalgo accedió a un financiamiento por más de mil 500 millones de pesos para comprar los terrenos donde será ubicada la refinería Bicentenario en Tula de Allende.

Con esta deuda la cifra aumentó a 4 mil 300 millones de pesos, por lo que fue reestructurada la deuda estatal, que pagó intereses por más de 500 millones de pesos en 2011.

En esta administración las autoridades estatales solicitan un endeudamiento por 2 mil 500 millones de pesos, mismos que serán pagados en los próximos 20 años.

De acuerdo con el planteamiento del gobierno, los recursos serán aplicados para refinanciar la deuda actual, además de la contratación de financiamiento con Banobras para la reconstrucción de obras afectadas por la tormenta Arlen durante julio en la entidad.

**Título:** Refinería: sin obra pero, con 2 sindicatos

**Fecha:** Miércoles, 21 de diciembre de 2011

**Publicación:** El Sol de Hidalgo

**Autor:** Rosalía Maldonado

Atitalaquia, Hidalgo.- Surge un nuevo sindicato que aglutinará a trabajadores de mano de obras especializada. La agrupación contará con representación en la zona industrial de Atitalaquia y buscará obtener parte del trabajo que genere la Refinería Bicentenario.

Juan Medina Medina -quien fue designado como el secretario general del denominado "Sindicato Nacional de Industria, Construcción y Montaje Electromecánico, Similares y Conexos de la República Mexicana- indicó que la secretaría del Trabajo y Previsión Social (STPS) por medio de la dirección general de Asociaciones, en el expediente 10/13570-1 con resolución número 211.1.1.-3474, reconoció a esta agrupación.

Asimismo aseveró que en días pasados, incluso fue reconocido por la administración estatal, a través de la secretaría de Gobierno, encabezada por Fernando Moctezuma Pereda, quien en el marco del aniversario de la sección en Hidalgo del Sindicato Felipe Carrillo Puerto, envió al director de Delegaciones Regionales de la Secretaría de Gobierno, Gerardo Canales Valdés, para expresar una felicitación a Medina Medina por su nombramiento.

Cabe destacar que con esta designación, el municipio cuenta, ya, con dos dirigentes nacionales de organizaciones sindicales.

**Título:** Efectúan puja para construir la Refinería

**Fecha:** Miércoles, 28 de diciembre de 2011

**Publicación:** Síntesis De Hidalgo

**Autor:** Jorge Vargas

La compañía o asociación que por el momento encabeza en probabilidades es ICA Fluor Daniel con Foster Wheeler USA Corporation

Cuatro empresas se registran con aspiraciones de conseguir el contrato que se licita para construir la Refinería Bicentenario en la región Tula-Tepeji, así lo dio a conocer Petróleos Mexicanos (Pemex), con lo que se confirmó que el proyecto está vigente y avanzando.

La contratación por la que compiten dichas compañías en su mayoría de origen estadounidense e italiano, es para la ingeniería básica y básica extendida, a través de la Licitación Pública Internacional No. PILIO41044. Pemex Refinación será el organismo encargado de concretar la obra.

La paraestatal indicó que las empresas deberán presentar sus propuestas técnico-económicas a más tardar el 23 de enero y se estima iniciar el contrato en marzo de 2012.

Las registradas hasta el momento son:

1.- ICA Fluor Daniel en asociación con Fluor Enterprises Inc., Fluor Limited, Fluor Canada Ltd., Fluor SA, Fluor Daniel Illinois Inc., Fluor Engineering Corporation, Fluor Daniel Latin America Inc., Fluor Consultants BV, Fluor Transworld Services Inc. y Fluor Intercontinental Inc.

2.- KBR USA LLC.

3.- Foster Wheeler USA Corporation asociado con Foster Wheeler Italiana, Foster Wheeler Energy Limited, Process Consultants, Northam Engineering y CONIP Contratistas.

4.- Technip Italy en sociedad con CH2MHILL, SENERMEX y Technip de México.

Como lo marcan las bases del concurso, las empresas que participan acreditaron la experiencia en el desarrollo de ingeniería y administración de proyectos en refinerías de capacidad equivalente a la proyectada en Hidalgo, que se estima entre 200 mil y 400 mil barriles diarios.

También demostraron contar con la capacidad y experiencia en recursos técnicos y humanos para el desarrollo del trabajo.

La compañía o asociación que por el momento encabeza en probabilidades es ICA Fluor Daniel con Foster Wheeler USA Corporation, la cual tendría el contrato con vigencia hasta

abril-mayo de 2013 para diseñar el Plan de Ejecución del Proyecto en su etapa de Ingeniería, Procura y Construcción.

El Instituto Mexicano del Petróleo y las empresas GSIM y SK Engineering & Construction fungen como observadores en esta licitación, con ayuda de los tecnólogos: IMP, Bechtel, Axens/IFP, UOP, Technip y Jacobs.

Pemex resaltó la importancia del trabajo previo a la ingeniería, pues esto permitirá, dijo, evitar retrasos en el proceso de la construcción de la nueva infraestructura

**Título:** En marcha, licitación de la refinería: Olvera

**Fecha:** Jueves, 29 de diciembre de 2011

**Publicación:** Síntesis De Hidalgo

**Autor:** Jorge Vargas

El gobernador José Francisco Olvera Ruiz dijo estar conforme con el trabajo que Petróleos Mexicanos (Pemex) realiza en la región Tula-Tepeji respecto a la construcción de la nueva Refinería Bicentenario, por lo que afirmó que mientras no haya retrasos, no habrá la necesidad de realizar ninguna observación.

En entrevista, el mandatario estatal se mostró satisfecho con el anuncio que realizó Pemex, respecto al proceso de licitación que ya está en marcha para elegir a la empresa que habrá de encargarse de la ingeniería básica, y básica extendida, para la cual ya compiten cuatro corporaciones extranjeras.

Olvera Ruiz, señaló que en base a la información que desde el inicio de su administración le proporcionó la paraestatal, así como sus programas de actividades, se ha podido dar cuenta de que el proyecto no está olvidado, sino que se encuentra sobre la mesa y avanzando según lo estipulado.

"Hoy no hace más que reafirmar el programa que ya nos ha venido insistiendo, veo que se van cumpliendo los tiempos y a mí desde que me han planteado la ruta crítica para la construcción de la Refinería tengo la certeza de que el proyecto va caminando, mientras yo no vea una señal contraria, no podré más que estar conforme con lo que está sucediendo".

Al dar a conocer sobre la licitación que se disputan cuatro empresas y asociaciones calificadas para el proyecto que es la base medular para edificar la Refinería en Hidalgo, se notificó que dicho contrato abarcará del 23 de enero próximo y hasta abril-mayo de 2013.

En base a estas fechas, el jefe del poder Ejecutivo recordó que dichas fechas ya se habían marcado desde un principio como el arranque para iniciar la construcción de la infraestructura, lo que implicará otro concurso de licitación, así como empleos para los habitantes de esas regiones.

"Yo hoy veo que ambos temas, la contratación o el mandar elaborar los equipos tecnológicos y el proyecto constructivo van el tiempo, por lo tanto podemos estar seguros de que el proyecto va caminando", concluyó.

**Título:** Busca Viggiano concretar aeropuerto y refinería

**Fecha:** Domingo, 8 de enero de 2012

**Publicación:** Síntesis De Hidalgo

**Autor:** Jaime Arenalde

Se compromete Carolina Viggiano a insistir en San Lázaro para que se concreten los proyectos pendientes en Hidalgo, como la construcción de la nueva refinería y un posible aeropuerto de carga

Diputados federales de Hidalgo insistirán ante gobierno federal para concretar los permisos y agilizar los trabajos para las obras pendientes, l aeropuerto de carga y el caso de la Refinería Bicentenario.

La legisladora federal Carolina Viggiano Austria manifestó que a pesar de que solamente les queda un año en el Congreso de la Unión y menos tiempo al presidente de la República, no han dejado a un lado su postura de insistir respecto a que se dé cumplimiento a las promesas de los permisos para el aeropuerto y agilizar la construcción de la nueva refinería.

"Hemos reiterado en todo momento que se tienen los terrenos, las condiciones sociales y legales, y el apoyo de todas las instancias para el gobierno del estado; y por eso vamos a seguir insistiendo junto con él, sobretodo en temas como el del aeropuerto, que son obras que a Hidalgo le interesan y que sin duda impulsarían mucho a las diferentes regiones del estado", dijo.

Viggiano Austria añadió que el caso de la refinería, es un asunto que a pesar de los anuncios y la aparente disposición del gobierno federal y las instancias encargadas del proyecto, éste no se ha desarrollado de acuerdo a lo previsto, lo cual consideró como una situación injusta para el estado que puso lo que le correspondía sin atraso alguno.

Manifestó que por lo anterior seguirán insistiendo a fin de que el gobierno federal antes de terminar a actual administración decida respecto a los permisos para el aeropuerto y que defina el rumbo que seguirán los trabajos de la nueva refinería para su construcción de acuerdo a los tiempos establecidos.

De acuerdo con la diputada federal, la postura es unánime de los legisladores federales ante quienes en breve se pedirá nuevamente algún pronunciamiento. Así también Viggiano Austria, manifestó que lo anterior no disminuirá su ritmo de trabajo a favor de los habitantes del país y el estado.



**Título: Cumple Pemex con los tiempos para refinería**

**Fecha: Lunes, 16 de enero de 2012**

**Publicación: Síntesis De Hidalgo**

**Autor: Jorge Vargas**

Se cumplirá en tiempo y forma el proyecto de la refinería Bicentenario, afirmó el secretario de Planeación, Desarrollo Regional y Metropolitano, Alberto Meléndez Apodaca, quien informó que el gobierno de la entidad está realizando varios trabajos de colaboración para que así suceda.

El funcionario mencionó que para este inicio de año la dependencia a su cargo tiene grandes proyectos y mejores expectativas, una de ellas es lo referente al avance en la construcción de la Bicentenario, ya que el gobierno estatal realiza varios trabajos coordinados con Petróleos Mexicanos (Pemex) para adelantar.

"La secretaría es el enlace con Pemex y estamos en constantes reuniones y tenemos una agenda específica con puntos muy concretos de cómo vamos avanzando en temas que son importantes para ir generando las condiciones para que llegue en su momento el recurso para poder desarrollarlo", dijo.

Recordó que el planteamiento que originalmente se presentó de la ruta crítica a seguir en el proyecto, ha sufrido modificaciones debido a circunstancias federales, cuyo gobierno ha decidido darle un ritmo distinto, no obstante, dijo tener confianza de que se cumplirá en tiempo y forma.

"Nosotros seguimos trabajando en las adecuaciones del espacio, del terreno, la construcción de la barda, la limpieza de los terrenos, la conclusión de los temas que tienen que ver con el tema de antropología... por el lado de ellos también las responsabilidades que tienen que ver con el tema de ingenierías y el diseño de esta refinería", señaló.

Respecto al trabajo que realizará la secretaría de planeación durante el 2012, Meléndez Apodaca indicó que irá hacia adelante con los planes institucionales que en las próximas semanas se estarán presentando.

"También se labora con el tema del desarrollo de la región y vamos hacia adelante en la aplicación de este esquema de desarrollo metropolitano, las obras, las acciones, los planes están hacia adelante, hay una gran actividad sobre todo en el interés del gobernador en mantener el orden y vigilar que el crecimiento se vaya dando", concluyó.

**Título:** Pemex tiene los recursos para refinería

**Fecha:** Lunes, 20 de febrero de 2012

**Publicación:** Síntesis De Hidalgo

**Autor:** Jorge Vargas

El gobernador responde al legislador Ramón Ramírez sobre su percepción de la refinería. Es falso que Pemex no tenga presupuesto para iniciar este año la construcción de la Refinería Bicentenario en Tula de Allende como señaló el presidente de la junta de Gobierno del Congreso local, Ramón Ramírez Valtierra, afirmó el gobernador, Francisco Olvera Ruiz. En entrevista, el mandatario estatal rechazó la declaración del legislador donde dijo que: "para este año no vemos el presupuesto, lo que nos dijeron que se iba a necesitar, más de 130 mil millones de pesos etiquetados, de acuerdo con el programa de la obra que ellos mismos nos entregaron".

Por el contrario, Olvera Ruiz detalló que Petróleos Mexicanos (Pemex) tiene una estrecha coordinación con su gobierno, además de que ya tiene un plan de trabajo en el que ha detallado con bastante especificación, montos y tiempos requeridos para el proyecto, mismos que ha cumplido.

Luego de que se diera a conocer el triunfo de la sociedad encabezada por la empresa ICA Fluor Daniel, sobre el contrato "Servicios de Ingeniería y Administración del Proyecto en la Etapa FEL III de la Nueva Refinería en Tula, Hidalgo", Francisco Olvera se dijo confiado en que todo marcha en tiempo y forma.

"Todo eso está en la convocatoria, forma parte del paquete de acción, fechas de contratos, fechas de arranque, días y montos, por lo que sé, está perfectamente aclarado el asunto, más que informarnos ha habido una coordinación puntual con Pemex y hasta ahora ha cumplido con lo que ha comprometido".

El jefe del poder ejecutivo hidalguense, tomó de ejemplo justamente dicho concurso para exponer que "si Pemex licita sin dinero estaría cometiendo un delito, por tanto eso no es posible, si Pemex licitó y comprometió la cantidad que salió en la publicación es porque está el presupuesto apartado y cuenta con el recurso".

Las fechas y presupuestos que la paraestatal ha informado a Hidalgo es que este primer contrato tendrá una duración de 421 días, con un monto de 135 millones de dólares, mismo que se firmará el próximo 2 de marzo e iniciará su vigencia el día 12 del mismo mes.

TULANCINGO, HGO. (Notimex).- El candidato presidencial de la coalición Movimiento Progresista, Andrés Manuel López Obrador, prometió que de llegar a Los Pinos, concluirá la

construcción de la Refinería Bicentenario, en Tula, y eliminará el Impuesto Empresarial a Tasa Única (IETU).

"Desde el inicio de mi campaña, prometí la construcción de cinco grandes refinerías durante el próximo sexenio, para dejar de vender petróleo crudo y comprar productos derivados de este insumo", dijo durante un mitin en el Jardín La Floresta de este municipio.

El Diario de Coahuila

**Título: Promete López Obrador terminar construcción de refinería**

**Fecha: Jueves, 10 de mayo de 2012**

**Publicación: Notimex**

Tulancingo, Hgo., 9 May. (Notimex).- El candidato presidencial de la coalición Movimiento Progresista, Andrés Manuel López Obrador, prometió que de llegar a Los Pinos, concluirá la construcción de la Refinería Bicentenario, en Tula, y eliminará el Impuesto Empresarial a Tasa Única (IETU). “Desde el inicio de mi campaña, prometí la construcción de cinco grandes refinerías durante el próximo sexenio, para dejar de vender petróleo crudo y comprar productos derivados de este insumo”, dijo durante un mitin en el Jardín La Floresta de este municipio. Estos proyectos son, abundó, la refinería Bicentenario, en territorio hidalguense, anunciada por la actual administración federal y en proceso de edificación. Además, añadió, los otros complejos petroquímicos serían emplazados en Salamanca, Guanajuato; Salina Cruz, Oaxaca; Dos Bocas, Paraíso, Tabasco, y Atasta, Campeche. Explicó que lo anterior evitaría la importación de 500 mil barriles diarios de combustibles, que significa erog! ar 26 mil millones de dólares al año. En su segunda visita a Hidalgo en campaña electoral y ante una lluvia ligera, el político tabasqueño dijo que el IETU representa pérdidas para las empresas, debido a que deben emplear hasta cinco por ciento de sus ingresos para cumplir con el gravamen, por lo que planteó su eliminación. El aspirante presidencial de los partidos de la Revolución Democrática (PRD), del Trabajo (PT) y Movimiento Ciudadano prometió también ampliar los beneficios a los adultos mayores. El ex jefe del Gobierno del Distrito Federal pidió a los perredistas y simpatizantes dar un “último jalón” en los próximos días para lograr los votos necesarios con el fin de ganar la elección presidencial del próximo 1 de julio. Ante un grupo de ex trabajadores de la desaparecida Luz y Fuerza del Centro, el aspirante presidencial prometió que les repondrá su fuente de trabajo, y adelantó que impulsará trabajos para los jóvenes desempleados. “Voy a crear empleos a los jóv! enes, esto es muy importante para los jóvenes. De ser necesario!, los b uscaremos casa por casa antes de que sean otros quienes los enganchen”, dijo. Antes del mitin, López Obrador se trasladó al centro de la ciudad para comer platillos de la localidad, como las tulancingueñas, y escuchar las opiniones de la población.